
Crónicas
de Elarion
O preço da verdade

ÍNDICE

PARTE I — TERRA E ELARION.....5

1. TERRA: O JARDIM DE GETSÉMANI.....7
2. TERRA: O BEIJO DE JUDAS II.....11
3. ELARION: O SOL DE ELARION.....12
4. TERRA: MARIA MADALENA.....17
5. ELARION: NITRA, CAPITAL DA UNIÃO.....33
6. TERRA: O BEIJO DE JUDAS.....49
7. ELARION: O CÍRCULO DE OURO.....58
8. TERRA: O DIA DA SEPARAÇÃO.....60
9. ELARION: A CAMADA.....65
10. TERRA: A FIGUEIRA AMALDIÇOADA.....77
11. ELARION: MAREIA LIOREN.....96
12. TERRA: JESUS NO MONTE.....101
13. ELARION: ARIEN KORVETH.....105
14. TERRA: O PRINCÍPIO DE UMA NOVA GERAÇÃO.....129

PARTE II — UM CRIME REPARTIDO.....134

15. 30 MOEDAS.....134
16. UM ORÇAMENTO PARA A FERIDA.....139
17. AS FUNDAÇÕES DE PROTEÇÃO.....144
18. A BIO-IA SEM ÓDIO.....149
19. LABORATÓRIOS SEM MAPA.....153
20. A SUSPEITA DE MAREIA.....157
21. O TESTE DA CEGUEIRA.....164
22. EXCEÇÕES.....174
23. O ÚLTIMO PAGAMENTO.....182
24. A PRIMEIRA FEBRE.....195

PARTE III — A PESTE DO CÍRCULO DE OURO.....207

25. AS CASAS DE AURIOLA.....207

26. SISTEMAS QUE NÃO VEEM O TODO....215
27. O NOME QUE TINHAM MEDO DE PRONUNCIAR....224
28. O CÍRCULO DE OURO POR TRÁS DO VIDRO....230
29. A VOZ DE JESAIR E A PONTE PARA O ELAR ÚNICO....238
30. O TERÇO....253
31. POR TRÁS DO VIDRO....268
32. OS QUE VÊM....273

PARTE IV — ELARION SEM O TERÇO....283

33. AS MÃOS QUE FALTAVAM....283
34. A QUOTA-PARTE DOS VIVOS....294
35. O ESQUELETO FINANCEIRO DA PANDEMIA....303
36. O HOMEM QUE TINHA O MAPA....311
37. NÃO FOI SÓ ARIEN....321
38. A CONVENÇÃO DEPOIS DO TERÇO....326
39. UM SÓ ELAR....342
40. O PESO DO PODER....353

LIÇÕES PARA A TERRA....378

O poder crescente e incontrolável da tecnologia no planeta....378
A corrupção e a ineficiência do Estado....379
Os problemas da evasão fiscal....379
Fim dos conflitos armados e deteção imediata de abusos financeiros....380
Introdução justa e transparente do rendimento básico incondicional (RBI)....380
Os desafios da vida eterna e uma resposta transparente aos problemas demográficos do planeta....381

O MOVIMENTO POLÍTICO HTTPS://HUMANITYUNITEDMOVEMENT.ORG....382

O bom senso como fundamento da política....382
Uma academia política....383
Um movimento global para um mundo global....386
A transparência como fundamento da confiança....387
O progresso tecnológico e o futuro do trabalho....389

A igualdade de oportunidades e a dignidade humana.....390
Pensar a longo prazo e assumir a responsabilidade pelo futuro.....391
Como deverá funcionar o próprio movimento.....392
Afinal, o que queremos alcançar?.....392
Um apelo à nova geração.....393

Parte I — Terra e Elarion

Nem todas as distâncias no universo significam separação.

Trinta anos-luz são, para o corpo, um abismo. Para a luz, uma longa viagem. Para a memória, talvez menos. Numa certa região do espaço estrelado, dois planetas giravam em torno dos respetivos sóis. Não tinham nascido da mesma matéria nem pertenciam à mesma estrela. E, no entanto, pareciam-se tanto quanto se podem parecer dois sonhos distantes.

Ambos tinham mares que de manhã se tornavam de prata. Ambos tinham nuvens, montanhas, rios, desertos e paragens onde, de era em era, o vento traçava no pó a sua escrita silenciosa. Em ambos caía a chuva sobre as pedras, da terra nasciam árvores e os seres vivos aprendiam a distinguir a dor do desejo, o medo da esperança, aquilo que nos é dado daquilo que podemos mudar.
Um desses planetas chamava-se Elarion.

O outro viria a chamar-se Terra.

Ficavam longe um do outro, mas não tão longe que, um dia, entre eles não pudesse passar a luz, um pensamento, uma vontade ou algo ainda mais silencioso. O universo conhece outros caminhos além dos que as naves percorrem. Conhece também o lento fluir das influências, os laços invisíveis entre as histórias dos mundos e o estranho regresso de coisas que se julgavam perdidas.
Aqueles dois mundos estavam ligados por mais do que uma semelhança fortuita.

Não de maneira simples. Não de uma maneira que se pudesse logo traçar nos mapas ou registar nas crónicas. O seu laço era daquelas coisas que só se revelam a quem olha para trás, quando o destino se cumpriu e, de súbito, se compreende que acontecimentos aparentemente distintos fizeram sempre parte de uma só frase.

Em Elarion, os seres humanos tinham já chegado longe. As suas cidades tocavam o céu, as suas naves conheciam a escuridão entre os planetas e as suas máquinas calculavam o que outrora apenas se podia pressentir. Tinham aprendido a prolongar a vida, a curar o corpo, a transformar desertos, a construir mundos sob cúpulas e a encarar o próprio futuro com a coragem de quem começara a acreditar que quase nada é impossível para sempre.

Mas até as civilizações mais avançadas continuam humanas enquanto nelas viverem seres capazes de amar, de invejar, de perdoar, de temer e de cobiçar o poder. E onde quer

que haja gente, a história nunca é apenas a história da técnica. É também a história do coração.

Nesse tempo viviam em Elarion duas pessoas.

Jesair Davion.

Mareia Lioren.

Os seus nomes ainda não pertenciam ao mito. Eram apenas nomes ditos nos quartos, nos caminhos, nos jardins, entre os amigos e aqueles que os conheciam de perto. Mas há nomes que têm um destino singular. Primeiro pertencem a alguém. Depois, à dor. Depois, à memória. E acabam por regressar sob uma forma que já ninguém reconhece inteiramente.

Esta história começa em Elarion, à luz de um sol alheio.

Mas o seu eco não ficará lá para sempre.

Porque há vidas que não terminam nas fronteiras de um só mundo. Há encontros que parecem preceder-se a si mesmos. E há amores que, ao longo da história, regressam não porque não saibam partir, mas porque ainda não disseram tudo.

1. Terra: O jardim de Getsémani

Quando acabaram de cantar os salmos da Páscoa e Jerusalém mergulhava na noite, Jesus saiu com os seus discípulos e passou para lá da torrente do Cédron. Atrás deles, a cidade exalava ainda o calor do dia, mas pelos vales já pousara o frio. O silêncio pairava sobre o Monte das Oliveiras, como se até as pedras tivessem sustido a respiração.

Chegaram a um lugar a que chamavam Getsémani. Havia ali um jardim, oliveiras de troncos retorcidos, um leve rumor de folhas. Os discípulos conheciam-no. Era um lugar simples, sem solenidade alguma, um lugar de recolhimento, onde um homem se refugiava quando precisava de falar com Deus sem testemunhas.

Jesus deteve-se. O seu rosto estava sereno, mas não com a serenidade que se traz no rosto nos momentos fáceis. Era uma serenidade que sustinha algo profundamente abalado.

«Sentai-vos aqui», disse em voz baixa, «enquanto eu vou orar.»

Depois levou consigo Pedro, Tiago e João um pouco mais adiante. Os três seguiram-no sem fazer perguntas. Sentiam que algo se passava que eles não compreendiam. Jesus, que diante deles curara doentes, fizera calar a tempestade e falara com uma autoridade que nunca tinham ouvido a ninguém, caminhava agora com dificuldade. Como se cada passo carregasse um peso que eles não viam.

Por fim, voltou-se também para eles.

«A minha alma está numa tristeza de morte», disse. «Ficai aqui e vigiai comigo.»

Aquelas palavras atingiram-nos com mais dureza do que uma censura. Pedro abriu a boca como se quisesse jurar-lhe fidelidade uma vez mais, mas Jesus já se afastava. Não foi longe — ficou à vista, a escassos passos deles — e, no entanto, entre eles abria-se de súbito uma distância que ninguém podia transpor.

Jesus deteve-se junto de uma oliveira. O vento aflorou-lhe a túnica. Sobre ele tremiam as folhas prateadas e, no chão, as sombras estendiam-se como água derramada.

Ajoelhou-se.

Depois caiu com o rosto por terra.

E, nesse instante, a noite adensou-se à sua volta.

Vinham ao seu encontro como imagens vivas, mais nítidas do que sonhos ou simples recordações — inexoráveis, sem piedade.

Viu archotes entre as árvores.

Viu avançar homens armados, ouviu o tilintar do metal, os murmúrios e as ordens. E, no meio deles, Judas. Tinha o rosto pálido, mas decidido. Caminhava à frente como alguém que já transpôs uma fronteira e agora tem medo de olhar para trás. Aproximou-se dele e, em vez de empunhar uma espada ou proferir uma acusação, assinalou-o com um beijo.

Na visão, Jesus sentiu o toque dos lábios de Judas no rosto e soube que por aquele sinal o entregariam.

«Amigo», ressoou dentro dele a palavra que havia de pronunciar. E doía mais do que as cordas que o haviam de prender.

A imagem mudou.

Viu o pátio da casa do sumo sacerdote. Uma fogueira. O rosto de uma criada iluminado pelas chamas. Pedro a aquecer-se entre estranhos, fugindo aos olhares. Ouviu a pergunta: «Tu também estavas com ele?»

E depois ouviu a resposta de Pedro.

«Não o conheço.»

Jesus fechou os olhos, mas a visão não se desvaneceu.

Uma segunda negação. Depois a terceira. Pedro ergueu a voz, assustado consigo próprio, e jurou que não conhecia aquele homem. Foi então que o canto de um galo atravessou a noite. Agudo. Breve. Terrivelmente nítido.

E Jesus viu os olhos de Pedro no instante em que este havia de se lembrar.

Nos olhos de Pedro viu um amigo destroçado pelo próprio medo.

Jesus estremeceu.

«Pai», murmurou, «eles são pó. São fracos. E eu amo-os.»

Depois veio outra imagem.

Um pátio. O escárnio. Um rosto que os golpes iam desfigurando. Uma cana nas mãos dos soldados. Espinhos cravados na cabeça. O clamor da multidão a ondular como fogo ao vento. As mãos que lhe batiam sem saberem em quem tocavam. As bocas que escarneciam dele sem compreenderem que fora Deus quem lhes dera o sopro.

Depois, o monte.

O madeiro da cruz.

Os cravos.

Jesus viu as suas mãos estendidas sobre a trave. Viu o ferro pousado sobre a pele do pulso. Viu o martelo erguido. Antes mesmo que o golpe caísse, o corpo retesou-se de dor, como se o futuro tivesse atravessado o presente e já ali o viesse encontrar.
Escapou-se-lhe dos lábios um gemido surdo.

Na fronte brotaram-lhe gotas de suor. Primeiro límpidas, depois mais escuras. Escorriam-lhe por entre os cabelos e pelas têmporas, espessas e vermelhas, como gotas de sangue. Caíam no chão do jardim de Getsémani, no pó entre as raízes das oliveiras.
Jesus tremia, mas não fugiu.

«Meu Pai», disse, numa voz tão baixa que só a noite o ouvia, «se é possível, passe de mim este cálice.»
Silêncio.

Não um silêncio vazio, mas o silêncio do Pai, que está mais perto do que a própria respiração e, contudo, não poupa o caminho que é preciso percorrer.

Jesus apertou as palmas das mãos contra o chão. Os dedos enterraram-se na terra. As visões não cessavam. Viu a mãe ao pé da cruz. Viu, de pé ao lado dela, o discípulo que amava. Viu gente a desviar o rosto. Viu o céu que se havia de toldar. Viu o próprio corpo a erguer-se em espasmos à procura de ar. Viu a sede. Viu o abandono. Viu a morte. E viu Maria Madalena a tocar-lhe, com três dedos, no pulso varado pelo cravo.
E, contudo, para lá de tudo isso via ainda outra coisa.

Via-a mal, como uma estreita faixa de luz na orla da noite.

Viu rostos que ainda não existiam. Gente de tempos e terras distantes. Viu pecadores que haveriam de chorar a sua culpa. Viu doentes que se agarrariam ao seu nome. Viu os que, de coração despedaçado, encontrariam esperança nas suas feridas. Viu Pedro, que depois da queda havia de voltar a erguer-se. Viu os discípulos, que se dispersariam e tornariam a reunir-se. Viu que o amor pode atravessar até a traição, o medo e a morte — se não deixar de ser amor.
«Não como eu quero», disse por fim, «mas como tu queres.»

Ao dizê-lo, não cessou a dor no seu corpo. Não se desfez o medo. Não se afastou dele a hora que se aproximava. Mas firmou-se no seu íntimo uma obediência serena, que era uma dádiva e não uma derrota.
Ergueu a cabeça.

«Pai», suplicou, «dá-me forças para os amar até ao fim. Dá-me forças para não amaldiçoar os que me hão de bater. Dá-me forças para olhar Pedro com misericórdia. Dá-me forças para receber o beijo de Judas sem ódio. Dá-me forças para levar a cruz quando o corpo me vacilar. Dá-me forças para continuar a ser teu Filho mesmo quando parecer um homem abandonado por Deus.»

Nesse instante, ergueu-se uma aragem no jardim. As folhas das oliveiras sussurraram, como se sobre ele passasse uma mão invisível. Jesus respirava com dificuldade, mas com mais regularidade. Na sua fronte, as gotas de sangue arrefeciam devagar.

Ao regressar para junto dos discípulos, encontrou-os a dormir.

Pedro pendia a cabeça, Tiago dormia em silêncio e João respirava com inquietação, como se também a ele o tocasse o horror que se aproximava. Estavam exaustos de tristeza. Frágeis na carne. Humanos.

Jesus ficou por instantes a olhar para eles.

«Então não pudestes vigiar comigo nem uma hora?», perguntou.

Havia naquelas palavras mais do que censura. Havia a dor de alguém que, no momento mais difícil, ficara só. Mas também a ternura de quem lhes conhecia a fraqueza antes mesmo de eles próprios a reconhecerem.

«Vigiai e orai», disse, «para não cairdes em tentação. O espírito está pronto, mas a carne é fraca.»

Depois voltou-se de novo para a escuridão do jardim.

Eles sabiam apenas que se afastava para orar.

Ele, porém, sabia que ia ao encontro da hora que já vinha pelo caminho, à luz dos archotes.

Notas do autor sobre o capítulo:

O texto inspira-se em grande parte no relato da cena do jardim de Getsémani no Novo Testamento. A esse relato acrescentaram-se as visões que Jesus tem do futuro.

2. Terra: O beijo de Judas II

Quando, no jardim, se aproximou de Jesus, a noite junto ao muro voltou-lhe à memória com tal violência que por um instante deixou de ver os soldados e os archotes.
Estava outra vez diante dele. Sentia de novo a própria respiração. Ouvia outra vez: basta.

Só que desta vez tinha homens armados atrás de si.

«Salve, Rabi», disse.

Jesus olhou para ele e Judas compreendeu que ele sabia dos sumos sacerdotes e da prata, mas, sobretudo, que compreendia por que razão ele escolhera precisamente aquele sinal.
Judas beijou-o.

Desta vez, visto de fora, o gesto foi mais sereno. Breve, público, conforme ao costume. E, por isso mesmo, mais terrível. O primeiro beijo fora um desvario da paixão. Este era o seu gémeo morto: já não um rogo de aceitação, mas a marca da vítima.
Jesus disse:

«Judas, é com um beijo que entregas o Filho do Homem?»

E Judas ouviu naquelas palavras outras que ficaram por dizer:

É com aquilo mesmo que um dia tive de te recusar que agora me entregas?

Judas recuou.

Esperava sentir dentro de si o gosto da vitória. Ainda que pequeno. Ainda que amargo. Mas não sentiu nada. Só o vazio em que começava a cair.

Notas do autor sobre o capítulo:

O texto inspira-se em grande parte no relato desta cena no Novo Testamento. As reflexões íntimas de Judas foram imaginadas e acrescentadas de modo a harmonizá-las com o resto do livro.

3. Elarion: O Sol de Elarion

Na região central de Elarion, o sol nascia devagar, como se também ele precisasse de um momento para contemplar o mundo que, sob a sua luz, mudara nos últimos séculos mais do que alguém teria podido imaginar.

Chamavam-lhe simplesmente o Sol de Elarion. Nas línguas antigas tivera muitos nomes. Nos cantos dos selenitas, o seu nome soava suave como o respirar da floresta, nas cartas de navegação veyranas designava-o um código espectral preciso e nas crónicas das linhagens aurelianas falava-se dele como do olho que guardava a memória de todas as famílias. Mas, para a maioria das pessoas, era apenas o sol. A luz sobre as cidades, o calor sobre os mares, o fulgor nas arestas metálicas dos anéis orbitais.
Visto do alto, Elarion parecia um planeta que já nada podia ferir.

Uma rede de campos de energia flutuantes ligava os seus oceanos. Sobre os continentes pairavam camadas de tráfego, onde deslizavam em silêncio corredores de carga, módulos de passageiros, naves autónomas e sistemas de socorro. Na face noturna do planeta, nenhum lugar se apagava por completo. As cidades brilhavam como o sistema nervoso de uma enorme criatura viva.

Em torno do equador estendia-se, num vasto arco, um anel orbital. Não era contínuo como um círculo traçado pela mão de uma criança. Compunham-no milhares de estações, docas, entrepostos mineiros, jardins de investigação e âncoras de energia. Entre eles passavam frotas de naves automáticas a caminho de Thaeron, o segundo planeta do sistema.

Thaeron fora em tempos uma esfera de pedra sob um céu rarefeito. Tinha água, mas não a bastante. Tinha atmosfera, mas não uma que se pudesse respirar sem a tratar. Tinha uma noite demasiado longa e desertos onde o vento se comportava como um inimigo. Ainda assim, havia séculos que os elarionenses tinham decidido não o deixar morto.
Primeiro enviaram para lá máquinas.

Depois, estações.

Depois, cidades sob cúpulas.

Depois, jardins fechados e florestas sob abóbadas.

E, por fim, vieram as crianças que nasciam sob as cúpulas de Thaeron e achavam natural a sua luz crua.

Foi Thaeron que ensinou Elarion a pensar à escala do cosmos, e por uma razão muito prática: uma civilização que tinha um segundo mundo ao alcance da mão não podia ficar presa a um só. Thaeron era um fôlego de reserva. Uma reserva de matérias-primas. Um laboratório do futuro. Um lugar para onde se podiam transferir indústrias inteiras, programas de investigação inteiros, sonhos inteiros de sobrevivência.
E assim Elarion crescia.

Crescia depressa.

Talvez depressa de mais.

Nos últimos duzentos anos, os seus habitantes tinham aprendido a curar doenças que outrora despovoavam cidades. Produziam alimentos em explorações agrícolas fechadas, construíam com máquinas autónomas e transportavam água de um extremo ao outro dos continentes. Conseguiam regenerar órgãos lesados, se o doente dispusesse de tempo e o corpo resistisse a um tratamento longo. A morte começava, por isso, a afigurar-se a alguns cientistas como um problema que um dia talvez viessem a compreender melhor. Nos hospitais, porém, continuava a ser real.

A inteligência artificial trabalhava em hospitais, escolas, redes de transportes e redes financeiras. Sabia reconhecer depressa um padrão nos dados que recebia. Mas os diversos sistemas pertenciam a diferentes Estados e instituições. Nem o melhor modelo podia comparar registos a que não tinha autorização de acesso, e nem o cálculo mais exato substituía a pessoa que tinha de assinar a decisão.
Elarion tinha cerca de nove mil milhões de habitantes.

Três grandes ramos.

Os aurelianos.

Os selenitas.

Os veyranos.

Todos eles elarionenses. Partilhavam o planeta, as cidades, a história, as escolas, os amores, os conflitos, as leis e as catástrofes que a todos atingiam. As suas diferenças, porém, iam além da cultura e da política. Estavam inscritas mais fundo, na constituição íntima do corpo, na hereditariedade, no modo como certos traços passavam de geração em geração.
Os aurelianos traziam nos olhos um círculo de ouro.

Nem sempre se via. Revelava-se sob certa luz, na febre, na concentração intensa, na dor ou nos instantes em que uma pessoa tocava os limites de si mesma. Para os aurelianos,

era um sinal de continuidade. Para os poetas, a prova de que a alma tem uma orla de luz. Para os médicos, um fenómeno genético. Para os políticos, uma delicada questão de identidade. Para alguns, um velho motivo de desconfiança.

Os selenitas eram conhecidos pela capacidade de apreender o equilíbrio dos sistemas. Distinguiam-se na medicina, na psicologia, nas redes ecológicas, no trabalho com a terra, a água e as feridas do espírito. Não gostavam de ser tidos por gente delicada. A delicadeza era apenas a superfície. Por baixo havia a dureza das raízes.

Os veyranos sabiam organizar. Eram administradores, estrategas, negociadores, construtores de instituições. Em muitos Estados ocupavam posições de relevo nas redes bancárias, nos consórcios, nos conselhos de administração, nos sistemas de transportes e em certos setores das estruturas extraplanetárias. Seria injusto dizer que eram ávidos de poder. Mais rigoroso seria dizer que tinham aprendido muito cedo a linguagem do poder e nunca a tinham esquecido.

Elarion não estava unido.

Tinha quarenta Estados. Alguns eram tão antigos como a escrita, outros tinham nascido havia poucas gerações. Quase todos tinham moeda própria, banco central próprio, regras fiscais próprias, exceções contabilísticas próprias e ideias próprias acerca da liberdade.

Alguns dos Estados mais pequenos tinham feito da sua reduzida dimensão um modelo de negócio. Não tinham grandes cidades, fábricas ou centros de investigação. Tinham impostos baixos, registos de propriedade fechados à consulta e leis segundo as quais o sigilo era um serviço prestado pelo Estado. O valor criava-se noutro lado, as pessoas trabalhavam noutro lado e as máquinas produziam noutro lado, mas, no papel, era precisamente ali que nascia o lucro. O que fugia de Elarion não eram as fábricas. Era a base que devia sustentar as escolas, os hospitais e a parte que cabia a cada cidadão.

O maior Estado, e o mais influente nos domínios da tecnologia e da política, era a União.

A sua capital era Nitra. Uma cidade erguida sobre um rio e sete colinas.

Em Nitra tomavam-se amiúde decisões que passavam por nacionais mas que, na verdade, diziam respeito a todo o planeta. Em Nitra tinham sede os conselhos financeiros, os maiores centros de computação, os corpos diplomáticos, os consórcios de saúde, os núcleos bancários e arquivos aos quais até alguns ministros não tinham acesso.

Da órbita, Elarion parecia uma vitória.

Visto de perto, deixava ver as fendas.

A IA produzia mais do que as pessoas conseguiam consumir, mas grande parte da população perdia o seu trabalho tradicional mais depressa do que a sociedade conseguia dar-lhe um novo sentido. A produção crescia, mas a propriedade dos sistemas de produção concentrava-se. Os políticos falavam de um rendimento básico incondicional, mas ninguém sabia responder com franqueza a três perguntas: sobre que base calculá-lo, quem declarava os lucros reais e quem decidia a parte que cabia a cada pessoa num mundo que ela já não produzia com as próprias mãos.

Os avanços da medicina prometiam uma vida cada vez mais longa e, quem sabe, um dia até uma vida quase sem fim natural. Por enquanto, só muito discretamente se começava a perguntar o que aconteceria a uma civilização onde as pessoas continuassem a nascer, mas onde, pouco a pouco, deixassem de morrer.

O poder falava de segurança.

Os cidadãos falavam de liberdade.

Os bancos falavam de privacidade.

Os Estados falavam de soberania.

E, por baixo de todas aquelas palavras, corria o dinheiro.

Algum à vista. Quase todo às ocultas.

Ali se escondia a queda que havia de vir.

A queda que havia de vir não nasceria da falta de inteligência. Elarion tinha mais inteligência do que qualquer civilização que o precedera.

Também não lhe faltavam máquinas. Eram capazes de prever tempestades, epidemias, oscilações dos mercados e tensões nas cidades.

Nem escasseavam as palavras de teor moral. Tinha-as de sobra.

A sua fraqueza estava noutro lugar.

O poder aprendera a mover-se sem deixar uma sombra visível.

E quando o poder não deixa sombra, a gente comum pensa que não há ninguém entre ela e a luz.

No ano em que começa esta história, o Sol de Elarion nascia sobre um planeta que julgava pertencerem já ao passado os maiores perigos.

Em Thaeron inauguravam-se novas cúpulas.

Em Nitra preparava-se um grande debate sobre o RBI.

Na casa aureliana dos Davion, um homem voltava a resistir a que lhe chamassem o herdeiro dos milagres.

Uma mulher tentava decidir se devia deixar para sempre o homem que já aprendera a temer.

Uma irmã sem o círculo de ouro olhava para os dados financeiros com a sensação de que ali faltava algo que devia estar à vista.

E um veyrano que confundira o amor com a posse não sabia ainda que um dia havia de atribuir um orçamento à sua dor.

O mundo era belo.

E, precisamente por isso, ninguém queria acreditar que pudesse quebrar-se.

Notas do autor sobre o capítulo:

Tudo o que o livro descreve como tendo lugar em Elarion é ficção. Considero, porém, muito elevada a probabilidade de existirem civilizações humanoides noutros planetas. E é provável que muitas delas partilhem, em traços gerais, um destino muito semelhante ao da humanidade na Terra.

4. Terra: Maria Madalena

Magdala ficava à beira de água e ali a água estava em toda a parte.

Estava nas redes que de manhã cintilavam na margem. Estava nas mãos dos pescadores, que a sacudiam das cordas e dos cabelos. Estava nas bilhas de barro das mulheres que percorriam as ruelas ainda antes do nascer do sol. Estava no ar, no bafo salgado do lago, no grito das aves e no cheiro a peixe que se agarrava à cidade como uma segunda pele.
E, no entanto, Maria sentia sede.

A sua sede doía-lhe mais fundo do que na garganta ou no corpo. Era uma sede crua, que a despertava a meio da noite e a obrigava a sentar-se no escuro, a escutar a própria respiração e a esperar que dela não saísse outra vez uma voz alheia.
Em Magdala falava-se dela em voz baixa.

Uns diziam que estava doente. Outros, que estava amaldiçoada. Outros, que lhe sucedera algo que nunca devia suceder a uma mulher e que, desde então, a sua alma vagueava pela casa como fumo. As crianças tinham-lhe medo, as mulheres benziam-se quando a viam e os homens faziam de conta que não a viam. Quando atravessava o mercado, as conversas calavam-se. Quando erguia os olhos, as pessoas desviavam o rosto.
E Maria aprendeu a andar sem estorvar ninguém.

Dentro dela, porém, havia um tumulto.

Nem sempre eram vozes. Às vezes eram só rajadas, como o vento de encontro a uma porta. Às vezes parecia-lhe que os seus pensamentos não lhe pertenciam. Que nela se tinham instalado vários seres e cada um queria uma coisa diferente. Um ria. Um chorava. Um sussurrava-lhe que Deus a tinha rejeitado. Um obrigava-a a recordar coisas que queria esquecer. Um tinha medo das pessoas. Um desprezava-as. Um queria correr para a água e nunca mais voltar.
E o sétimo calava-se.

Esse era o pior.

Tomava assento no mais fundo dela, sem voz nem nome, e limitava-se a esperar. Quando ele surgia, Maria deixava de sentir. Nem dor, nem vergonha, nem medo. Só o vazio. Como se alguém lhe tivesse tirado o coração, deixando no peito uma cavidade por onde soprava um vento frio.

Naquele dia ouviu falar de Jesus antes ainda de o ver.

Vinha dos lados de Cafarnaum, dizia a gente. Ensinava nas sinagogas. Falava do Reino de Deus, mas não à maneira dos doutores da Lei. Curava os doentes. Tocava nos impuros. Comia com aqueles que os homens piedosos não queriam à sua mesa. E havia mesmo quem dissesse que dava ordens aos espíritos malignos e que estes lhe obedeciam.
A princípio Maria riu-se daquilo.

Não em voz alta. Só por dentro. Com amargura.

Mais um homem santo, pensou. Mais um que há de falar de pecado, de arrependimento e de pureza, e que, quando vir uma mulher como ela, há de recolher a orla da túnica para que ela não lhe toque.
Não foi à procura dele.

Pelo menos assim julgava.

Mas quando, de tarde, a cidade se pôs a caminho da margem, também ela se pôs a caminho. Primeiro, só para ver por que razão se apertava toda a gente na mesma direção. Depois, porque a multidão a levava. E, por fim, porque alguma coisa dentro dela — nem voz nem demónio, antes um resto da sua própria vontade, havia muito esquecido — queria ouvir ao menos uma frase que não soasse a condenação.
Jesus estava de pé, não longe da água.

Não era como ela o imaginara. Nada nele o distinguia dos outros homens da Galileia. Tinha as sandálias cobertas de pó. Uma túnica simples. O rosto cansado do caminho e do sol. Ao lado dele estavam alguns homens. Pela fala e pelas mãos, reconheceu nalguns deles pescadores. Um era corpulento, de olhos inquietos. Outro, mais novo, calado, como se guardasse tudo na memória.
Também havia mulheres.

Isso surpreendeu-a. Não estavam à parte, nem se limitavam a escutar lá atrás. Estavam por perto. Uma tinha o porte de uma mulher de boa casa, outra levava um cesto de pão, outra ainda conversava com os discípulos com tanta naturalidade como se fosse um deles.
Jesus falava de um semeador.

Da semente que caíra no caminho, sobre a rocha, entre os espinhos e em terra boa. Maria escutava e parecia-lhe que cada palavra caía num lugar diferente. Algumas no que havia de duro dentro dela. Outras à pouca profundidade a que nada vingava. Outras entre os espinhos do medo. E uma — uma só — algures, mais fundo.

«Quem tem ouvidos para ouvir», disse Jesus, «que ouça.»

Foi então que reparou nela.

Ou talvez não tivesse sido bem assim. Talvez já tivesse reparado nela antes, antes mesmo de ela erguer os olhos do pó. Talvez a tivesse visto logo que a multidão se pusera em movimento e ela se achara entre aqueles que tinham aprendido a contorná-la como se contorna uma pedra no caminho.

Jesus interrompeu-se a meio de uma frase.

Pedro, que estava a seu lado, inclinou-se para ele como se quisesse perguntar-lhe se tencionava continuar. João olhou na direção em que olhava o Mestre. Na multidão também algumas pessoas se voltaram.

Maria sentiu-o antes de compreender.

Um olhar.

O olhar que pousava nela não se parecia com nenhum dos que conhecia de Magdala. Não havia nele medo, repulsa ou curiosidade, nem a compaixão sobranceira dos puros, que por vezes é mais cruel que o desprezo.

Aquele olhar não ia à sua procura para a pôr a descoberto.

Aquele olhar conhecia-a.

E era precisamente por isso que lhe queria fugir.

Jesus estava de pé, não longe da água, e olhava para ela. Naquele instante era como se tivesse deixado de ouvir o grito dos pescadores, o rumor da multidão, o marulhar das ondas e as perguntas inquietas dos seus discípulos. Tudo se afastou. Diante dele ficou apenas uma mulher entre as pregas de um manto, com as mãos escondidas junto ao corpo, os ombros ligeiramente erguidos, como se estivesse sempre à espera de uma pancada.

Viu nela o sofrimento.

Isso estava à vista.

Viu nela as trevas que se lhe tinham pegado à alma como se fossem a sua própria pele. Viu noites em farrapos, vergonha, medo, raiva, vazio. Viu sete sombras dentro dela a disputarem-lhe o nome.

Mas, antes de tudo isso, viu outra coisa.

Uma proximidade.

Veio de súbito, em silêncio. Como quando alguém entra numa casa desconhecida e sente um cheiro que conheceu em criança. Como quando, numa canção, soa uma nota que há anos não se ouve e, no entanto, se sabe de cor o que se segue. Jesus olhava para ela e, no seu íntimo, algo mais antigo do que a memória se moveu.
Não sabia dar-lhe um nome em língua humana.

Era como se um dia as suas almas se tivessem cruzado na luz de onde os homens vêm ao mundo e agora, por um instante, se reconhecessem através do pó, da doença, da vergonha e dos corpos de carne.
Maria de Magdala.

Ninguém dissera ainda aquele nome e, no entanto, parecia-lhe que o sabia.

Não como quem sabe um nome que já ouviu. Antes como o pastor conhece a voz da ovelha que se perdeu na noite. Como a mãe conhece o passo do filho do outro lado da porta. Como Deus conhece o ser humano antes que ele aprenda a dizer o próprio nome.
Maria estava de pé entre a multidão e lutava consigo mesma.

Jesus viu que ela mexia os lábios ao de leve, embora não falasse. Viu os seus dedos apertarem o tecido. Viu algo erguer-se dentro dela contra ele, antes ainda de lhe dirigir a palavra.
E, no entanto, por baixo de tudo aquilo estava ela.

Por baixo da doença, da vergonha e de todos os nomes que as pessoas lhe davam, via-a simplesmente a ela.

E foi precisamente aquela Maria escondida que de imediato sentiu tão próxima.

Era uma proximidade que não sabia explicar.

Chegou a doer-lhe.

Porque, naquele instante, não viu apenas o rosto que ela tinha agora. Entreviu como que as sombras de caminhos que ela não percorrera e que, no entanto, trazia em si. Viu uma rapariga junto à água, ainda livre das palavras que mais tarde lhe haviam de colar à pele. Viu uma mulher que acordava de noite em sobressalto, sem saber se a voz que tinha na cabeça era sua ou de outrem. Viu o futuro dela antes que chegasse: os seus passos no encalço dele, as suas mãos levando pão, o seu rosto ao pé da cruz, o seu choro junto ao sepulcro.
E nesse futuro longínquo — num jardim, ainda de noite —, voltou a vê-la.

Estaria ali, vergada de dor, convencida de que perdera até a última luz. Iria procurá-lo entre os mortos. E ele havia de a chamar outra vez pelo nome.
Maria.

Aquele nome já agora ressoava dentro dele.

Antes mesmo de o dizer em voz alta.

Deu um passo na sua direção.

Então ela ergueu subitamente os olhos. Os seus olhares encontraram-se.

Maria ficou imóvel.

Estava habituada aos olhares dos outros. Ao medo. À condenação. À curiosidade dos homens. Ao desprezo das mulheres. Ao olhar dos que querem ajudar, mas precisam primeiro de ver no sofredor a imagem que fazem do sofrimento.
Aquele olhar era diferente.

Não entrava à força dentro dela. Não a examinava. Não procurava uma mácula a que pudesse dar nome. Não pesava a sua culpa. Não avaliava o que ela valia.
Conhecia-a.

Era isso o mais terrível.

E o mais belo.

De súbito, Maria sentiu que não havia maneira de se esconder daquele homem. Não porque ele quisesse expô-la diante da multidão, mas porque, diante dele, ela teria de deixar de se esconder até de si mesma. E isso era pior do que todos os olhares de desprezo de Magdala.
Recuou um passo.

«Não», sussurrou.

Jesus deteve-se.

«Não tenhas medo.»

Aquelas palavras atingiram-na com uma força inesperada. Quantas vezes já lhe tinham dito que não tivesse medo? Mas sempre a querer dizer: acalma-te, porque nos assustas. Ou então: domina-te, porque nos incomodas. Ou ainda: cala-te, porque não sabemos o que te havemos de fazer.
Na boca dele, queriam dizer outra coisa.

Não tenhas medo, porque te conheço.

Não tenhas medo, porque há mais em ti do que isto.

Não tenhas medo, porque o que te prende não é mais forte do que Aquele que te chama.

Maria estremeceu.

«Tu não me conheces», disse.

Jesus ficou muito tempo a olhar para ela, com uma certeza silenciosa que nela despertava a lembrança de algo que nunca vivera.
«Conheço», disse.

A multidão à sua volta calou-se.

«De onde?», perguntou Maria.

Havia desafio na sua voz, mas por baixo dele uma súplica.

Jesus não respondeu logo.

Olhou para o lago. O vento passou pela superfície e desfez a luz em mil pequenas centelhas. Depois voltou-se de novo para ela.
«Do lugar», disse em voz baixa, «de onde Deus chama cada um pelo seu nome antes mesmo de nascer.»

Maria não compreendeu as palavras, mas compreendeu o tom.

E, nesse instante, sem que o esperasse, acordou nela uma recordação sem imagem. Teve a impressão de já ter estado diante dele, algures para lá de Magdala, do lago e daquela vida demasiado estreita e dolorosa para uma luz assim.
Como se a sua alma o conhecesse antes dos seus olhos.

E foi precisamente isso que as trevas dentro dela não puderam suportar.

Primeiro sentiu a cabeça andar à roda. Depois apertou-se-lhe a garganta. A multidão afastou-se de repente, embora continuasse à sua volta. Os sons estilhaçaram-se em lascas aguçadas: a gargalhada de uma criança, o roçar do pano, o chapinhar das ondas, a tosse de um homem, o bater do próprio coração.
Agora não, pensou.

Aqui não.

Quis fugir, mas as pernas não lhe obedeciam. Uma mulher ao lado dela reparou que Maria empalidecia e afastou-se. Alguém pronunciou o seu nome. Outra pessoa disse qualquer coisa acerca de demónios. Abriu-se à sua volta um espaço com a rapidez com que a água se afasta para dar passagem a uma pedra.

E depois veio a voz.

Não a de Jesus.

A que estava dentro dela.

«Fora», sussurrou Maria, sem saber se o dizia à multidão, a si mesma ou àquilo que nela se erguia.

As mãos começaram a tremer-lhe. Quis escondê-las debaixo do manto, mas era tarde. As pessoas recuavam. Lia-lhes no rosto o medo. O medo conhecido que há anos a acompanhava. O medo que lhe dizia: Vês? É isto que tu és. É isto que serás para sempre.
Então Jesus atravessou a multidão.

Não foi preciso que ninguém lhe abrisse caminho. As pessoas afastaram-se por si.

Maria baixou os olhos. Não queria ver-lhe o rosto. Não queria ver a repulsa. A compaixão seria ainda pior.

Ele parou em frente dela.

«Olha para mim», disse.

A sua voz não era dura. Também não era branda. Era firme, como se assentasse em algo que não se move.

Maria não ergueu a cabeça.

«Não posso», sussurrou.

«Porquê?»

Ela soltou um riso. Breve, quebrado.

«Porque vais vê-los.»

«A quem?»

«Aos que estão dentro de mim.»

Fez-se silêncio por um instante.

Então Jesus disse:

«É a ti que eu vejo.»

Aquelas palavras atingiram-na com mais violência do que um grito.

É a ti que eu vejo.

É a ti que eu vejo. Por baixo da doença, da vergonha, das vozes e da história que a cidade contava a teu respeito.

A ti.

Maria ergueu os olhos.

Jesus olhava para ela sem curiosidade, sem medo e sem repulsa. E era precisamente por isso que se tornava insuportável. Se ele a condenasse, ela saberia o que fazer. Se recuasse diante dela, confirmar-lhe-ia o mundo que conhecia. Mas ele continuava ali de pé. Perto. Sereno. Como se visse nela, em vez de um lugar de perdição, um campo de batalha aonde viera salvar alguém.

«Não te aproximes», disse ela.

«Porquê?»

«Vou fazer-te mal.»

«Não vais», disse ele.

«Não podes saber.»

«Sei.»

Ergueu-se então dentro dela uma resistência. Não era a sua. Era antiga, furiosa, animal. Abriu a boca, mas as palavras que dela saíram não eram uma súplica.

«Que tens tu que ver connosco, Jesus de Nazaré?»

A multidão susteve o fôlego.

Maria ouvia a sua própria voz sem a reconhecer. A vergonha inundou-a como sangue quente. Queria atirar-se ao chão, tapar a boca, desaparecer. Mas Jesus não se moveu.

«Basta», disse.

Foi uma palavra só, dita em voz baixa, mas pareceu a Maria que o céu inteiro a atravessava.

Alguns esperavam gritos. Conjurações. Um grande gesto. Qualquer coisa que à noite pudessem contar à volta da fogueira.

Mas Jesus limitou-se a ficar diante dela, falando com a autoridade de quem não pede licença às trevas.

«Não voltareis a morar nela.»

Maria dobrou-se como se lhe tivessem pousado uma pedra pesada sobre os ombros. Da garganta rompeu-lhe um soluço, depois um grito e depois nada. Caiu de joelhos. Apoiou as mãos no chão. O pó colou-se-lhe às palmas. Sentiu as vozes apagarem-se dentro dela, uma após outra.

A primeira resistiu com raiva.

A segunda, com escárnio.

A terceira, com medo.

A quarta, com recordações.

A quinta, com vergonha.

A sexta, com desespero.

E a sétima — aquela que se calava — foi a última a ceder. Não dizia nada. Limitava-se a puxá-la de volta para o vazio, para o frio familiar onde não é preciso ter esperança, porque a esperança é apenas outra espécie de dor.
Jesus ajoelhou-se ao lado dela.

«Maria», disse.

O seu nome.

Jesus pronunciou-lhe o nome, só o nome, sem alcunhas, acusações ou tudo o mais que os outros lhe tinham aposto ao longo dos anos.
Maria.

E, nesse instante, rasgou-se o último vazio que havia dentro dela.

Não foi um grito. Foi antes um sorvo de ar. A primeira vez em anos que respirava de verdade.

Sentiu o cheiro do lago. O pó sob as mãos. O calor do sol na nuca. Ouviu as aves. As pessoas. As ondas. E, por baixo de tudo, o silêncio — não o silêncio morto do sétimo demónio, mas o silêncio depois da tempestade, aquele em que se pode viver.
Desatou a chorar.

Chorou com o alívio de quem vê alguém abrir a porta do quarto fechado à chave e dizer: Sai. Já não tens de ficar aí.
Jesus não lhe pôs logo a mão na cabeça. Ficou ao lado dela e esperou que a sua respiração acalmasse.

Depois tocou-lhe no ombro com a simplicidade de um irmão.

«Estás livre», disse.

Maria não compreendeu.

A liberdade era palavra para os homens que não tinham dívidas. Para os povos que não viviam sob o jugo de Roma. Para as aves sobre o lago. Não para ela.
«E agora que hei de fazer?», perguntou.

Jesus sorriu ao de leve.

«Vive.»

A resposta quase a irritou. Era demasiado simples. Demasiado difícil.

«Não sei como.»

«Hás de aprender.»

«As pessoas vão lembrar-se.»

«Vão.»

«Vão falar.»

«Vão.»

«Vão ter medo.»

«Algumas.»

«E tu?»

«Eu sei quem és.»

Maria olhava para ele com alívio e desconfiança a confundirem-se-lhe no rosto. Como se temesse que cada palavra boa pudesse desfazer-se ao fôlego seguinte. Como se tivesse passado a vida sobre uma terra que se abria debaixo dela e agora, pela primeira vez, não soubesse o que fazer de um chão firme sob os pés.

Jesus estendeu-lhe a mão.

Maria ficou um momento a olhar para ela.

A palma da mão dele era quente, firme, comum. Mão de quem percorre estradas, toca nos doentes, parte o pão, ergue as crianças do chão. Não havia nela qualquer ostentação de poder. E, no entanto, quando ele lhe estendeu a mão, pareceu a Maria que toda a misericórdia do mundo se inclinava sobre ela.

Devagar, pousou a mão na dele.

Ele levantou-se primeiro e ajudou-a a erguer-se.

E foi então que se passou algo em que ninguém mais reparou como eles os dois.

Maria devia ter-lhe largado a mão. Já estava de pé. Já não precisava de se amparar. A multidão começava a mexer-se outra vez. Os discípulos soltaram um suspiro de alívio. Uma mulher trouxe água. Uma criança que pouco antes se escondera atrás do manto da mãe espreitava agora, de cabeça de fora, a olhar para ela com curiosidade.

Só que a mão de Maria se moveu por si.

Em vez de largar a mão de Jesus, pousou-lhe três dedos na face interna do pulso.

Ao de leve.

Com precisão.

Como quem conhece um gesto muito antes de o ter aprendido.

Jesus deteve-se, surpreendido.

Foi apenas um instante. Tão breve que Pedro viu apenas a mulher tocar na mão do Mestre. João viu apenas Jesus calar-se por um momento. Joana, ali perto, viu apenas que Maria ainda não voltara inteiramente a si. A multidão viu apenas o fim de um estranho acontecimento, de que nessa noite toda a cidade falaria.

Mas Jesus sentiu aquele toque.

Três dedos no pulso.

E com aquele toque veio algo que não pertencia àquela margem, àquele dia, nem àquele corpo.

Maria sussurrou:

«Não partas sozinho.»

Ao dizê-lo, foi a primeira a assustar-se.

As palavras tinham-lhe saído da boca antes de ela as compreender. Olhou para ele como quem quer pedir perdão, sem saber de quê. Havia perplexidade nos seus olhos. Nem vergonha nem medo da multidão, mas o espanto profundo de quem acaba de dizer uma frase de um sonho de que nunca se lembrou.

«Não sei por que disse isto», sussurrou.

Jesus não respondeu logo.

Olhava para o pulso, para o lugar onde ainda sentia a pressão dos três dedos dela. Depois olhou para ela.

No seu rosto moveu-se algo tão subtil que um observador distraído o teria tomado por compaixão. Mas não era só compaixão. Havia ali dor, espanto e uma certeza silenciosa que ainda não queria admitir nem a si próprio.

«Talvez te tenhas lembrado de alguma coisa a que ainda não sabes dar nome», disse.

Maria susteve o fôlego.

«De quê?»

Jesus voltou os olhos por instantes para o lago. A luz quebrava-se na superfície e o vento trazia da água o cheiro do peixe, do sal e das cordas molhadas. Tudo era vulgar. E, no entanto, parecia-lhe que por um instante, por detrás daquele mundo de todos os dias, outra porta se abrira.

Não viu nada com nitidez.

Apenas um lampejo.

Uma mulher que caminhava a seu lado.

Outras eram a rua, o lago, os nomes.

Mas os mesmos olhos.

O mesmo toque.

Três dedos no seu pulso.

E a mesma frase, dita havia muito, noutro pó, debaixo de outro céu:

Não partas sozinho.

Depois a imagem desfez-se.

Jesus voltou a olhar para Maria de Magdala.

«Da fidelidade», disse por fim.

Maria não compreendeu.

Mas a palavra ficou dentro dela.

Fidelidade.

A fidelidade ficou dentro dela como um caminho que a alma escolhe antes mesmo de saber o preço que por ele há de pagar.

Maria baixou os olhos.

«Perdoa-me», disse. «Eu não queria...»

«Eu sei.»

«Foi estranho.»

«Foi.»

«Tenho medo disto.»

Jesus sorriu ao de leve, mas não havia leveza naquele sorriso.

«Até o que vem de Deus pode meter medo.»

Maria olhou para ele.

«Isto veio de Deus?»

Jesus ficou calado.

Algures atrás deles ouviu-se o grito de uma criança. Os discípulos começaram a mexer-se de novo. A multidão respirava devagar, como se o mundo regressasse aos seus limites habituais.

Mas entre eles os dois ficara já algo que não cabia naqueles limites.

A mulher que antes estivera perto dos discípulos aproximou-se de Maria e ofereceu-lhe água.

Maria segurou a bilha com ambas as mãos. Bebeu devagar. A água estava morna e sabia a barro. Era a melhor água que já bebera.

«Como te chamas?», perguntou-lhe a mulher em voz baixa.

Maria hesitou por um instante, como se precisasse de fazer seu outra vez aquele nome.

«Maria.»

«Eu sou a Joana.»

Maria acenou que sim. Guardou aquele nome. Mais tarde guardaria outros. Susana. Salomé. Maria, mãe de Tiago. Mulheres que levavam consigo mantimentos, dinheiro, notícias, receios, fé. Mulheres que nem sempre estariam na primeira fila, mas estariam presentes quando tantos tivessem desaparecido.

«Vais para casa?», perguntou Joana.

Maria voltou-se a olhar para a cidade.

Magdala estava onde sempre estivera. As casas, as ruas, o mercado, os olhos por detrás das cortinas. O lugar onde a conheciam pelos seus piores dias. O lugar onde cada parede conservava o eco de alguma coisa que queria deixar para trás.

Depois olhou para Jesus.

«Aonde vais?», perguntou.

«A outras cidades», disse ele. «Anunciar o Reino de Deus.»

«E levas contigo gente como eu?»

Jesus olhou para ela como se a pergunta o tivesse entristecido.

«É precisamente a gente como tu que eu levo.»

Maria baixou a cabeça.

Naquele instante ainda não sabia aonde a levaria aquele caminho. Não sabia que iria ouvir parábolas que não compreenderia logo, mas que amadureceriam dentro dela como a semente. Não sabia que iria ver cegos abrir os olhos, coxos levantar-se, soberbos afastar-se ofendidos e pobres endireitar as costas.
Não sabia que um dia o seguiria até Jerusalém.

Não sabia que ficaria perto da cruz quando tantos se dispersassem.

Não sabia que veria onde depositariam o corpo dele.

Não sabia que iria de noite ao sepulcro com uma dor tão grande que lhe pareceria que os sete demónios podiam regressar — e, no entanto, não regressariam.
Não sabia que num jardim havia de chorar e procurar um morto, até que aquele que estava vivo a chamasse como hoje:

Maria.

E que então o reconheceria.

Agora sabia apenas que tinha o silêncio dentro de si.

Jesus voltou-se para as pessoas. Algumas ainda esperavam que ele explicasse o que acontecera. Ele, porém, disse apenas:
«O Reino de Deus está próximo.»

Maria firmou-se melhor sobre os pés.

Os joelhos ainda lhe tremiam. Tinha o cabelo revolto, o rosto molhado de lágrimas, as mãos sujas de pó. Parecia alguém que acabara de perder uma luta.
Mas, pela primeira vez em muitos anos, sentia que a ganhara.

Joana ajudou-a a compor o manto.

Maria olhou para ela e quis agradecer-lhe, mas as palavras ficaram-lhe presas na garganta. Ainda sentia nos dedos o calor do pulso de Jesus. Ainda ouvia o seu próprio sussurro.
Não partas sozinho.

Não sabia de onde tinham vindo aquelas palavras. Não sabia por que razão lhe pareciam a um tempo estranhas e suas. Mas sabia que já não se livraria delas. Dali em diante morariam dentro dela como uma pequena chama que se protege do vento na concha da mão.
Jesus já caminhava ao longo da margem.

Os discípulos puseram-se a caminho atrás dele. A multidão desfazia-se, pouco a pouco, em grupos, vozes e conjeturas. Alguns ainda fugiam ao seu olhar. Outros olhavam tempo de mais. Um homem murmurava a outro qualquer coisa acerca de um milagre. Uma mulher chorava. Uma criança sorria sem saber porquê.
Maria ficou entre a cidade e o caminho.

Atrás dela estava Magdala.

À sua frente, Jesus.

Olhou uma última vez para trás. Não porque quisesse ficar. Antes para ver o lugar de onde partia transformada.
E foi então que reparou que Jesus tinha parado.

Não se voltara por inteiro. Virou apenas um pouco a cabeça, como se soubesse que ela ainda estava no lugar onde se decide, dentro de nós, muito mais do que o rumo a tomar.
Os seus olhares encontraram-se de novo.

Por um instante pareceu a Maria que tudo o que entre eles se passara não acontecera pela primeira vez. Que aquele caminho já existira algures. Que ele já caminhara à sua frente nalgum outro lugar e que ela, também algures, já estivera parada, com a mesma pergunta presa na garganta.
Irei?

Ficarei?

E que também então, naquele outrora invisível, decidira o mesmo.

Deu o primeiro passo.

Depois o segundo.

E descobriu que o silêncio dentro dela caminhava a seu lado.

Quando se juntou aos outros, Pedro olhou de relance para ela e logo desviou os olhos. Não havia nisso desprezo, antes a incerteza de quem ainda não sabe o que fazer da graça quando esta é concedida a outro. João deu-lhe lugar. Joana caminhou a seu lado.
Jesus ia à frente.

Maria observava as mãos dele a moverem-se ao ritmo dos passos. Pouco antes, uma delas tocara a sua vida e arrancara-a às trevas. No pulso dele não se via nada. Nem a marca dos seus dedos. Nem um sinal. Nem uma prova.
E, no entanto, sabia que algo ali ficara.

Não na pele.

Mais fundo.

Talvez nele.

Talvez nela.

Talvez algures entre os dois, onde se encontram os caminhos a que as pessoas chamam acaso por lhes desconhecerem o verdadeiro nome.
O sol baixava sobre o lago. Atrás deles, Magdala esbatia-se no pó e na luz. Diante deles, o caminho serpenteava pelas colinas.
Maria não sabia o que a esperava.

Mas, pela primeira vez, o que havia de vir não era o seu único medo.

Tinha medo também de que pudesse ser bom.

E havia naquele medo uma estranha doçura.

Continuou a caminhar.

Continuou a caminhar, e atrás de si ia ficando a história da mulher que se conhecia pelos seus demónios.

A cidade de que outrora fugia ficava cada vez mais longe.

Ainda não suspeitava do que significava seguir um profeta a quem um dia votariam ódio.

Por agora caminhava como quem foi chamado pelo nome.

E muito à sua frente, ainda fora de vista, esperava-a já outro jardim, outra noite e outro instante em que aquele dia havia de voltar a Jesus com tal força que ele compreenderia o que agora apenas pressentia.
Que não era a primeira vez que Maria de Magdala vinha ao seu encontro.

Que há almas que não se conhecem por se terem encontrado.

Antes se encontram por já se conhecerem.

Notas do autor sobre o capítulo:

Este texto nasceu do estudo do papel de Maria Madalena no Novo Testamento. Nenhuma das fontes disponíveis descreve inequivocamente o primeiro encontro de Jesus com Maria Madalena. O capítulo apresenta a versão mais provável desse encontro, à exceção dos pormenores introduzidos para o integrar na trama da narrativa.

5. Elarion: Nitra, capital da União

Nitra não era a cidade mais antiga de Elarion, mas comportava-se como se fosse.

Erguia-se à beira do rio do mesmo nome. O rio atravessava a cidade como uma memória, mais lento que as camadas de tráfego que lhe passavam por cima, mais silencioso que as torres de computação das suas margens. O velho núcleo de pedra de Nitra mantivera-se intacto, mesmo depois de à sua volta terem surgido cúpulas transparentes, bairros verticais, parques consulares, vias para módulos autónomos e torres dos centros financeiros.

Em Nitra nunca se deitava abaixo o que era velho. Apenas se rodeava do que era novo.

E assim era possível estar numa praça empedrada havia setecentos anos e ver, sobre a cabeça, naves a partir para o anel orbital.

Naquele dia a cidade pusera ares de festa. Nas fachadas dos edifícios públicos, inscrições translúcidas sucediam-se lentamente:

O trabalho depois do trabalho. O valor depois do salário. O ser humano depois da automatização.

A União convocara um grande fórum público sobre o futuro do rendimento.

Não era o primeiro fórum dedicado ao RBI. Havia décadas que se travavam debates assim. Primeiro, como provocação académica, depois como experiência social, depois como palavra de ordem eleitoral e, por fim, como uma inevitabilidade que os políticos continuavam a tentar adiar.

Desta vez, porém, era curta a margem para adiar.

A produção automatizada ultrapassara um limiar que os economistas tinham em tempos considerado teórico. Em certas regiões da União, menos de quarenta por cento dos adultos trabalhavam no sentido tradicional do termo. Não por falta de vontade. Porque o seu trabalho deixara de ser necessário.

As máquinas cultivavam, construíam, separavam, faziam as contas, traduziam, diagnosticavam, fiscalizavam, ensinavam e até compunham música a tão baixo custo que o trabalho humano começava a ser mais uma escolha cultural do que uma necessidade económica.

Mas as contas a pagar continuavam a ser humanas.

A renda.

A comida.

Os cuidados.

A educação.

Os tratamentos.

A dignidade.

Foi por isso que se reuniram em Nitra representantes dos Estados, dos bancos, dos consórcios, das universidades, dos conselhos de cidadãos, dos arquivos das linhagens e das administrações extraplanetárias. A grande sala do Conselho da União era semicircular. Por cima de cada orador surgiam o seu nome, o seu Estado, o seu ramo, a instituição a que pertencia e a extensão dos interesses que declarara.

Alguns tinham, a seguir ao nome, uma longa lista.

Outros, uma lista suspeitosamente curta.

Jesair Davion estava sentado na terceira fila, como representante convidado dos conselhos das linhagens aurelianas, e não como político. Não gostava daquelas ocasiões. Não porque rejeitasse a política. Antes porque a política tinha a estranha capacidade de converter o sofrimento vivo num conceito, o conceito numa comissão e a comissão num relatório que já ninguém lia.

Quando era rapaz, estivera um dia à cabeceira de um parente doente, trazido pela família à casa dos Davion. Um ancião ordenara-lhe que pousasse a mão na testa do enfermo. Jesair obedecera, porque tinha catorze anos e todos estavam à espera. Quando o estado do homem se agravou, alguém propôs que se esperasse mais um pouco, a ver se o dom da linhagem se manifestava.

O próprio Jesair chamou um módulo médico. O homem sobreviveu graças a uma intervenção a que Jesair não assistira. Um mês mais tarde, a crónica da linhagem registava uma frase a respeito do toque do jovem Davion. Faltava o nome da médica que fizera a intervenção. Foi então que Jesair compreendeu pela primeira vez como é fácil o relato de um milagre encobrir o trabalho de uma pessoa de carne e osso.

Ao seu lado estava sentada Mareia Lioren.

Conheciam-se havia pouco. A bem dizer, mal se podia dizer que se conhecessem. Tinham-se visto em duas reuniões sobre os arquivos de saúde e uma vez no jardim de uma

escola selenita, onde Mareia conversava com as crianças sobre a memória das linhagens. Desse encontro, Jesair lembrava-se sobretudo do silêncio dela. Não era vazio. Era exato. Quando alguém dizia um disparate, Mareia não sorria por cortesia.

Limitava-se a olhar para a pessoa de tal maneira que esta começava a ouvir as suas próprias palavras.

«Acha que vão chegar hoje a uma decisão?», perguntou-lhe ela em voz baixa.

Jesair olhou para o estrado onde o primeiro orador se preparava.

«Não. Hoje todos se vão limitar a dizer por que razão ainda não é possível decidir.»

Mareia esboçou um sorriso.

«Parece que fala a experiência.»

«Parece que fala Nitra.»

Subiu ao estrado um veyrano chamado Daren Voltr. Era presidente do Conselho Monetário da Aliança do Norte e um dos melhores oradores da sua geração. Tinha a voz tranquila de quem nunca precisou de se apressar porque os outros é que esperavam por ele.

«Minhas senhoras e meus senhores», começou, «ninguém nesta sala põe em causa que a automatização alterou as bases do contrato social. Não se trata de saber se o cidadão deve ter uma parte na produção da civilização. Trata-se de saber quem calcula essa parte, em que moeda, sob que fiscalização e a que preço.»

Nas paredes surgiram gráficos.

Quarenta Estados.

Trinta moedas em circulação.

Bandas cambiais.

Mecanismos de estabilização.

Regimes de exportação.

Balanços de dívida.

«A moeda», prosseguiu Daren Voltr, «não é apenas uma unidade de conta. A moeda é o volante do Estado. Se entregarmos esse volante a uma única instituição planetária, as regiões perderão a capacidade de responder às condições que lhes são próprias. A desvalorização nem sempre é um crime. Por vezes é a maneira de um Estado mais fraco sobreviver. Uma taxa de câmbio volátil nem sempre traduz manipulação. Por vezes é o que amortece um choque.»

Ouviu-se na sala um murmúrio de aprovação.

Jesair sentia mudar o ambiente à sua volta. Os veyranos sabiam falar do poder de tal maneira que soava a responsabilidade. E muitas vezes era de facto responsabilidade. Nisso consistia a sua força.

Ao ouvir a palavra valor, porém, veio-lhe à ideia uma frase que conhecia desde a infância.

Quando amadurecer o tempo da obra comum, o valor já não poderá caminhar na sombra. O que serve a todos tem de estar à vista de todos.

Pertencia a um dos mais antigos textos aurelianos conservados. Lia-se nas assembleias das linhagens, ao assumir compromissos e nos litígios sobre bens comuns. Uns viam nela um preceito religioso. Outros defendiam que era apenas um vestígio dos tempos remotos em que os aurelianos trabalhavam a terra em pequenas comunidades e tinham de mostrar uns aos outros as suas reservas para sobreviverem ao inverno.

Durante muito tempo, Jesair entendera-a sobretudo no sentido espiritual. O valor era a verdade, a honra, o sacrifício, tudo o que um ser humano dava aos outros sem esperar recompensa. A sombra era a mentira, o egoísmo, a intenção oculta.

Só nos últimos meses começara a persegui-lo a possibilidade de o antigo texto falar também em sentido inteiramente literal.

Talvez os seus autores tivessem pensado não só no valor de um ser humano, mas também no valor que ele cria e de que outro se apropria. Talvez a obra comum não fosse apenas um templo, uma linhagem ou uma comunidade. Talvez fosse toda a civilização.

Elarion produzia com o saber acumulado ao longo de milénios. As máquinas serviam-se de infraestruturas públicas, da energia do planeta, de investigação paga por gerações distantes e dos dados de milhares de milhões de pessoas. Apesar disso, o valor daí resultante perdia-se em contabilidades privadas, transferências cambiais e cadeias de propriedade no fim das quais figurava um nome que muitas vezes o público nem sequer conhecia.

O que serve a todos tem de estar à vista de todos.

O poder que decidia da vida dos outros.

A riqueza que se fazia passar por uma necessidade social.

O lucro a partir do qual havia de se calcular a parte de todos.

Jesair não tinha a certeza de que fosse realmente esse o sentido do antigo texto. Podia forçar-se a palavra antiga a servir quase qualquer presente. Era precisamente por isso que resistia aos que faziam das crónicas aurelianas profecias infalíveis.

Apesar disso, não conseguia libertar-se da sensação de que o tempo da obra comum já amadurecera.

E de que o valor continuava a caminhar na sombra.

A seguir tomou a palavra uma selenita do sul de Aménia, o maior continente ocidental do planeta. Falou das pessoas a quem a automatização tirara, além do salário, o ritmo dos dias, os laços sociais e a noção de que faziam falta. Projetou testemunhos de homens e mulheres que tinham trabalhado toda a vida e agora ouviam dizer que a civilização se tornara mais eficiente graças à sua substituição.

«Quem perde o trabalho», disse ela, «perde mais do que o rendimento. Perde a prova de que o mundo precisa de si. O RBI não pode ser apenas um mecanismo financeiro. Tem de fazer parte de uma nova definição de dignidade.»

Depois vieram os economistas.

Depois, os juristas.

Depois, os representantes dos sistemas de IA ligados à produção.

Os seus discursos eram rigorosos, equilibrados e fatigantes.

Mareia inclinou-se para Jesair.

«Já reparou que todos falam no cálculo da parte que cabe a cada um, mas ninguém quer mostrar, por inteiro, a base desse cálculo?»

Jesair anuiu.

«Porque a base inteira desse cálculo é o poder.»

«E o poder não gosta de se mostrar?»

«Gosta. Mas só de frente.»

Mareia olhou para ele. Pela primeira vez, demorou o olhar.

«E por trás?»

«Por trás costumam estar as mãos.»

No estrado começava então a falar um jovem ministro da União. Era aureliano, embora não se visse nos seus olhos o círculo de ouro. Falava da necessidade de um RBI justo, da paz social e da confiança que os cidadãos deviam depositar nas instituições.

Nerai Sael estava sentada no alto da galeria lateral dos analistas. Dali tinha acesso às camadas de dados do debate em tempo real. Via nomes, instituições, fontes, contrapartes,

ligações históricas, subvenções, declarações públicas, cadeias de propriedade — em suma, tudo o que estava disponível.
Era precisamente por isso que a inquietava o que não estava disponível.

Nos dados de Daren Voltr faltavam três camadas. Os dados nada tinham de ilegal, nem o sigilo constituía crime. Estavam simplesmente protegidos. Interesses comerciais. Consultas monetárias entre Estados. Contratos de consultoria não divulgados.
Nerai assinalou-os.

Não que suspeitasse de Voltr por qualquer motivo concreto. Mas porque, na construção do que fica invisível, era sempre assim que tudo começava: com uma exceção, antes de haver um crime.
Lá em baixo o debate chegava ao cerne da questão.

«Um RBI sem união monetária será desigual», disse uma economista da União. «Cada Estado pagará uma parte diferente, contabilizará a produção de maneira diferente, esconderá lucros diferentes e ajustará a sua moeda à conveniência da sua própria política.»
«E um RBI com união monetária», respondeu um veyrano do consórcio financeiro, «será um subsídio centralizado, que o cidadão receberá em troca da sua obediência a uma máquina de contabilidade planetária.»
«Não», disse alguém das filas de trás. «Será uma parte que lhe cabe.»

A sala ficou em silêncio.

A voz não era de um político. Era de Jesair.

Não tencionava falar. Não pedira a palavra. A frase simplesmente lhe saíra antes que a pudesse travar.

O seu nome apareceu nas paredes: Jesair Davion, Conselho das Linhagens de Auriola, delegado independente.

Algumas pessoas voltaram-se.

Ao ouvir-se o nome Davion, qualquer coisa mudava sempre na sala. A mudança era demasiado subtil para ficar em ata, mas os velhos mitos projetavam longas sombras.
Quem presidia deu-lhe a palavra.

Jesair levantou-se.

Por um instante voltou a ver as palavras do antigo texto. Não gravadas na pedra nem transcritas numa crónica de família, mas como que suspensas sobre a sala, junto dos gráficos, dos nomes e dos dados.

Quando amadurecer o tempo da obra comum, o valor já não poderá caminhar na sombra.

Talvez durante séculos tivessem interpretado aquelas palavras de maneira demasiado estreita. Talvez tivessem esperado que se cumprissem no espírito, quando o que tinham diante de si era uma questão de contabilidade. E nem por dizer respeito ao dinheiro era menos sagrada.

«O subsídio é aquilo que o poder dá do alto», disse. «A parte que cabe a cada um é aquilo que já lhe pertence pelo simples facto de integrar uma civilização. Se as máquinas produzem valor a partir do saber, das infraestruturas, da história e da energia de todo um planeta, então esse valor não nasce apenas nas mãos dos donos das máquinas. Nasce de uma herança que pertence a todos.»

Calou-se por um instante.

«Um dos mais antigos textos aurelianos diz: Quando amadurecer o tempo da obra comum, o valor já não poderá caminhar na sombra. O que serve a todos tem de estar à vista de todos.»

Na sala algumas pessoas remexeram-se nos assentos. Uns reconheciam a citação. Outros apenas ouviam velhas palavras religiosas introduzidas num debate político moderno.

«Durante muito tempo julguei que ali só se falava da moral de cada um», continuou Jesair. «Hoje já não tenho essa certeza. A civilização tornou-se uma obra comum num sentido mais literal do que os nossos antepassados poderiam imaginar. As nossas máquinas usam o saber comum. A nossa economia assenta em infraestruturas comuns. A nossa produção nasce do trabalho dos vivos e dos mortos. Se há de servir a todos, então é preciso que esteja à vista onde nasce o seu valor, para onde vai e quem dispõe dele.»

Voltou os olhos para os dados nas paredes.

«Não se pode calcular às cegas a parte de cada um. Se o cidadão não vê a base a partir da qual é calculada a sua parte, o que recebe não é justiça. É algo que o sossegue.»

Fez-se silêncio na sala.

Não de assentimento. Um silêncio antes perigoso.

Daren Voltr esboçou um sorriso.

Não havia nele desprezo. Antes a satisfação de quem por fim ouvira uma afirmação de peso suficiente para valer a pena começar a desmontá-la.

«Muito bem», disse. «Aceitemos a distinção que faz entre um subsídio e uma parte que nos cabe. Aceitemos até que cada um tem o direito de saber sobre que base foi

calculada a sua parte. Que propõe então? Como tenciona garantir que os dados de base sejam completos, transparentes e ao mesmo tempo verificáveis?»
Os gráficos cambiais desapareceram das paredes da sala. Substituiu-os um esquema da produção planetária.

Energia.

Terra.

Fábricas automatizadas.

Investigação pública.

Patentes privadas.

Arquivos de dados.

Extração mineira extraplanetária.

Linhas que atravessavam Estados, moedas e estruturas de propriedade ligavam milhões de pontos. Algumas eram nítidas. Outras perdiam-se num emaranhado de fundos, bancos e sociedades cujos proprietários o público desconhecia.
Jesair ficou um momento a olhar para elas.

«Não se pode calcular a parte de todos a partir de dados que só uns poucos escolhidos conhecem», disse. «E não se pode verificar se um sistema é justo enquanto os seus elementos decisivos ficarem escondidos atrás do sigilo bancário, do segredo comercial ou da soberania monetária.»
«Isso continua a não ser uma proposta», objetou Voltr.

«É o seu princípio.»

Jesair ergueu os olhos para o esquema.

«O valor não pode caminhar na sombra. Se queremos saber que valor se criou em Elarion, quem o criou, quem dele se apropriou e que parte dele pertence aos outros, temos de o poder ver circular.»
Ouviram-se algumas vozes abafadas na sala.

«Os fluxos financeiros de todo o planeta deviam, por isso, ser em grande medida transparentes», continuou Jesair. «Não apenas a despesa dos Estados. Não apenas as contas dos políticos e os contratos das instituições públicas. Também a circulação dos grandes capitais privados deve ser visível. Os vínculos de propriedade. Os beneficiários finais. As transferências entre moedas. O financiamento da influência política. A compra de

infraestruturas, terras, órgãos de comunicação, investigação e tecnologias capazes de mudar a vida de milhões.»

Na galeria dos analistas, Nerai parou de escrever.

Esperara que propusesse melhores registos, auditorias mais rigorosas ou uma declaração uniforme da produção. Jesair, porém, tinha posto em causa a própria fronteira entre a esfera financeira pública e a privada.

Voltr manteve a calma.

«Todos os fluxos financeiros?»

«Eu disse em grande medida.»

«É uma ressalva muito conveniente.»

«É indispensável. Quem paga uma refeição ou um medicamento não está com isso a decidir o destino do planeta. Quem compra uma rede de hospitais, controla o abastecimento de energia ou começa a financiar um movimento político já não decide apenas sobre a sua própria vida.»

«E quem traça a fronteira entre o que é pequeno e o que é grande?»

«A sociedade.»

Voltr esboçou um sorriso.

«A sociedade não determina coisa nenhuma. Quem determina são as instituições que falam em nome dela.»

«Então também elas têm de ser transparentes.»

Uma breve risada nervosa percorreu a sala.

Voltr deixou-a extinguir-se.

«E a privacidade?», perguntou. «Quer que cada cidadão possa ver as contas de todos os outros? Onde fazem compras, quem ajudam, quem apoiam, por onde andam e de que talvez se envergonhem?»

A pergunta ficou suspensa sobre a sala.

Era mais simples do que todas as anteriores. E por isso mesmo mais perigosa.

Jesair calou-se por um instante.

«A privacidade tinha a sua razão de ser», disse. «E continua a tê-la. Protege a intimidade de cada um, a sua família, a saúde, os afetos, as convicções e o espaço em que não tem de dar explicações ao público.»

«Então está de acordo comigo.»

«Não inteiramente.»

Jesair apoiou a palma da mão no espaldar do assento à sua frente.

«Em larga medida, a privacidade financeira não nasceu para proteger as pessoas umas das outras. Nasceu para as proteger do poder. De um Estado corrupto, de um governante arbitrário ou de uma instituição capaz de usar contra elas qualquer informação.»

Olhou para os delegados dos Estados nas primeiras filas.

«Numa sociedade em que o Estado é opaco, a privacidade pode ser o último refúgio da liberdade. Mas, se queremos criar uma sociedade na qual o próprio poder seja transparente, temos de nos perguntar se a mesma sombra ainda protege os fracos ou se, a maior parte das vezes, já protege os fortes.»

Desta vez, ninguém se riu.

«Uma pessoa comum não quer que estranhos lhe sigam cada compra», continuou Jesair.

«Mas quando o património e as transações passam de um certo limiar, a privacidade deixa de dizer respeito apenas à vida pessoal.»

«Porquê?»

«Porque a grande fortuna não é um assunto exclusivamente privado.»

Alguns representantes dos consórcios remexeram-se nos assentos.

«Uma grande fortuna é a capacidade de alterar os preços, as condições de trabalho, a propriedade da terra, a feição das cidades, a investigação, os meios de comunicação e por vezes as próprias leis. A partir de certo ponto, a questão deixa de ser apenas o que uma pessoa possui. Passa a ser o que essa pessoa pode fazer aos outros por meio daquilo que possui.»

Voltr cruzou os braços.

«E por isso há de perder a sua privacidade?»

«Por isso há de ser visível a extensão do seu poder.»

«É apenas outra maneira de dizer o mesmo.»

«Não. A intimidade e o poder são coisas diferentes.»

A voz de Jesair continuava tranquila.

«Ninguém precisa de saber o que encomendou para o jantar, a quem fez um presente pessoal ou onde passou a noite. Mas a sociedade tem o direito de saber que o senhor, por

intermédio de dez fundos, adquiriu uma participação decisiva no abastecimento de água dessa mesma sociedade. Tem o direito de saber que a empresa que financia um partido político tem o mesmo dono que o consórcio a que esse partido adjudica contratos públicos. Tem o direito de saber que o lucro declarado num Estado foi gerado noutro e desapareceu num terceiro.»

Apareceu nas paredes uma cadeia de propriedade com os nomes suprimidos. A titularidade de uma única empresa passava por catorze sociedades, seis Estados e três jurisdições extraplanetárias, até o seu proprietário final se perder num fundo não aberto ao escrutínio público.

«A privacidade dos grandes protege muitas vezes o mecanismo.»

Voltr observou o esquema.

«E quer que toda a gente veja cada um desses mecanismos?»

«Quero que todo o poder de alguma importância deixe um rasto visível.»

«Em tempo real?»

Jesair hesitou por um instante.

«A tempo de a transparência não ser apenas arqueologia.»

Um movimento de inquietação percorreu a sala.

«Portanto, não se contenta com a transparência contabilística no fecho do ano», disse Voltr. «Quer que os grandes fluxos financeiros estejam continuamente à vista.»

«Quero.»

«E quem os vai seguir? O Estado? O Conselho Monetário? Um banco planetário?»

«Nenhuma dessas instituições por si só.»

«Quem, então?»

Jesair passou os olhos pela sala.

«Ainda não sei que forma exata devia assumir um tal sistema. Mas sei que forma não pode assumir. Não pode ser propriedade de um só governo, de um só banco, de um só Estado nem de uma só raça. Não pode funcionar como um olho que a todos vê, permanecendo ele próprio invisível.»

Mareia olhou para ele.

Jesair não defendia apenas a transparência do dinheiro. Procurava uma maneira de tornar transparente o próprio ato de olhar.

«Cada consulta tem de deixar rasto», prosseguiu. «Se uma instituição averigua a situação de alguém, essa pessoa tem de saber que instituição o fez. Se um sistema de análise assinala uma transação como arriscada, tem de ser possível examinar as regras que fundamentaram a decisão. Se alguém obtém uma dispensa de divulgação, tem de estar à vista que há uma dispensa, quem a concedeu e até quando é válida.»
Nerai inclinou-se ligeiramente para a frente.

Aquilo já não era um simples registo. Era um sistema de visibilidade mútua. O dinheiro estaria à vista dos fiscalizadores e os fiscalizadores, à vista daqueles que fiscalizavam.
Voltr, porém, não cedeu.

«E um criminoso?», perguntou. «Também deve saber que está a ser investigado?»

«Deve.»

Um murmúrio percorreu a sala.

«Nesse caso, transfere o dinheiro.»

«Se pode transferi-lo de modo a fazê-lo desaparecer, o sistema já falhou.»

«Destrói as provas.»

«Tem de ser impossível destruir o registo de um fluxo financeiro depois de efetuado.»

«Oculta as suas intenções.»

«As intenções podem sempre ocultar-se. Mas não podemos proteger o poder só porque a transparência não é capaz de ler o pensamento.»
Voltr calou-se.

Pela primeira vez, não sorria.

«Sabe o que está a descrever?»

«Não por inteiro.»

«Está a descrever o fim do sigilo bancário.»

«Na sua forma atual, talvez.»

«O fim de grande parte do segredo comercial.»

«Se o segredo comercial encobre o poder sobre a vida dos outros, então talvez esse também.»

«E talvez até o fim da soberania monetária dos Estados.»

Jesair olhou para os símbolos de dezenas de moedas projetados sobre o estrado.

«Se a soberania monetária significa o direito de esconder os dados em que se baseia o nível de vida dos seus próprios cidadãos, então sim.»
O silêncio apoderou-se da sala.

Desta vez não era apenas perigoso.

Era hostil.

Jesair sentia a mudança nos olhares das primeiras filas. Ainda há pouco era o representante de uma velha linhagem aureliana, que a cortesia mandava escutar. Tornara-se agora o homem que punha em causa as prerrogativas em que assentavam Estados, bancos e consórcios inteiros.
Voltr sentou-se.

Quem presidia preparava-se para dar a palavra ao delegado seguinte, mas ninguém se inscreveu.

Nas paredes, ficou o esquema dos fluxos financeiros planetários.

Milhões de linhas.

Algumas nítidas.

Outras descontínuas.

E muitas a acabar no escuro.

Mareia inclinou-se para Jesair.

«Dá-se conta de que acaba de enfurecer quase toda a gente que, neste planeta, tem mais dinheiro do que o senhor?»
Jesair sentou-se.

«Não há de ser lá muito difícil. Nunca tive grande coisa.»

«Não me parece que a sua modéstia vá sossegá-los.»

Olhou para ela.

«Acha que fui longe de mais?»

Mareia voltou os olhos para as zonas escuras do esquema.

«Não», disse. «Acho que ainda só apontou o caminho.»

Muito acima deles, Nerai abriu um novo registo de análise.

Não inscreveu nele o nome de Jesair como suspeito nem como risco político. Anotou apenas duas frases.

Se a parte que cabe a cada pessoa no valor comum há de ser justa, não pode haver valor invisível.

Para que o poder financeiro seja fiscalizável, é preciso que estejam à vista tanto a circulação do dinheiro como cada pessoa que a observa.

Guardou o registo.

Mal sabia que, dali a alguns anos, voltaria a ele.

Num tempo em que já não se perguntaria se o valor podia caminhar na sombra.

Mas quantas vidas pode esconder a sombra.

No extremo oposto da sala, no setor dos convidados dos consórcios financeiros, estava sentado Arien Korveth.

Não olhava para Jesair como quem observa um orador.

Por um instante, os seus olhos deslocaram-se para Mareia e depois voltaram para o homem que estava de pé a meio da sala. Havia naquele olhar algo mais pessoal do que discórdia política ou o receio de um financeiro cujos interesses uma ideia nova pode prejudicar.

O olhar de Arien era o de um homem a quem algo atingira pessoalmente.

A poucos lugares de Arien estava sentado Kael Thorne.

O seu nome não aparecia por cima de nenhuma tribuna. Não representava nenhum Estado nem partido político e oficialmente não falava em nome de nenhuma casa financeira. Apesar disso, conheciam-no os presidentes dos bancos, os administradores dos maiores fundos e aqueles que decidiam a que políticos se havia de abrir o caminho do poder.

Durante o discurso de Jesair, Kael não se limitara a observar o orador.

Observava a sala.

Sabia que, muitas vezes, o verdadeiro alcance das palavras não se lê no rosto de quem as pronunciou, mas no rosto daqueles a quem atingiram. Viu o desassossego dos gestores de fundos, a prudência dos representantes dos conselhos monetários e o discreto divertimento dos políticos, convencidos de que as ideias de Jesair se dissipariam muito antes de chegarem à lei.

Ele, porém, não achou graça.

Quando Jesair disse que o que serve a todos tem de estar à vista de todos, Kael sentiu um medo tão violento que por um instante lhe pareceu que a sala se calara só para ele.

Muito poucos o sabiam, mas grande parte do seu poder existia precisamente porque era impossível vê-lo no seu conjunto. Os bancos conheciam os seus fundos, mas não os seus proprietários finais. Os políticos conheciam os doadores das suas fundações, mas não a origem do dinheiro. Os administradores dos partidos viam as contas, mas não as cadeias que as ligavam. Os funcionários conheciam as empresas uma a uma, mas não a casa a que todas iam dar.

A transparência significaria mais do que novas regras.

Para Kael significaria ver-se a descoberto.

Traria à luz a fortuna oculta por detrás dos administradores e das fundações. O dinheiro que escapara aos impostos. Os partidos que em público se odiavam mas que, em segredo, se alimentavam das mesmas fontes. Os negócios que passavam por legais, embora o seu capital inicial viesse de lugares de que não se falava em boa companhia.

Jesair tinha feito mais do que propor uma reforma económica.

Sem o saber, acabava de proferir a sentença do mundo que Kael levara a vida a construir.

Kael ficou apavorado de morte.

Não que acreditasse que a transparência chegaria no dia seguinte. Podia atrasar-se uma lei, soterrar as comissões de trabalho, cansar a opinião pública. O que o apavorava era outra coisa: as palavras de Jesair eram simples. As pessoas podiam compreendê-las. E uma ideia que as pessoas compreendem só pode ser abafada até ao dia em que a enuncie alguém em quem estejam dispostas a acreditar.

Depois reparou em Arien.

Viu os músculos do maxilar dele contraírem-se quando olhava para Jesair. Viu-lhe os olhos deterem-se por um instante em Mareia. Viu a sua expressão mudar de cada vez que a sala voltava a atenção para Jesair.

Arien não receava apenas a ideia de Jesair.

O problema dele era com o próprio Jesair.

Kael desviou os olhos antes que Arien pudesse reparar que estava a ser observado.

No estrado, quem presidia agradecia a intervenção de Jesair. A sala regressava devagar à ordem dos trabalhos como se nada de essencial tivesse acontecido. O orador seguinte já esperava a sua vez e nas paredes preparavam-se novos gráficos.

Mas Kael Thorne sabia que há momentos que se deixam reconhecer antes de eles próprios compreenderem o que são.

Jesair Davion acabara de dar nome a um mundo em que o poder teria de mostrar as mãos.

Kael sabia o que se encontraria nas suas.

E a poucos lugares dali estava sentado um homem que manifestamente queria calar Jesair por razões muito mais pessoais.

Kael guardou na memória o nome de Arien.

No regresso do fórum, Mareia ligou o noticiário da noite. Num dos canais, por baixo do rosto de Jesair, apareceu o título: DAVION QUER VER TODAS AS CONTAS. Noutro explicavam a diferença entre comprar comida e ser dono de um hospital. Um terceiro convidara um representante da banca que sustentava que jamais seria possível traçar com segurança a fronteira entre as duas coisas.

«Falei do alcance do poder», ouvia-se Jesair dizer numa breve gravação. A apresentadora interrompeu-o: «Quer dizer, do alcance da privacidade?»

Mareia desligou a emissão. De manhã tinha encontro marcado com ele junto dos arquivos de saúde. Já sabia qual seria a sua primeira pergunta.

6. Terra: O beijo de Judas

Durante muito tempo, Judas acreditou que um homem podia vencer-se a si próprio, se soubesse fechar-se o bastante.

Conhecia desde criança as palavras da Lei. Sabia o que era puro e o que era impuro. Conhecia a vergonha que não se diz em voz alta, que se traz no corpo como uma ferida escondida. Na sinagoga ouvia os homens falarem dos pecados dos gentios, das cidades perversas, das paixões que Deus abomina. Nessas ocasiões baixava a cabeça um pouco mais do que os outros, para que ninguém visse com quanta atenção escutava.
Nunca se permitira dar um nome àquilo que vivia dentro dele.

Não por não saber. Bem pelo contrário. Sabia-o desde rapaz, desde que começara a reparar em coisas em que não devia reparar: a nuca de um homem debruçado sobre o trabalho, a força das mãos a puxar uma rede, a voz de um mestre mais velho que lhe falava com maior ternura do que aos outros. Vinha sempre de súbito, como uma onda de calor, e logo atrás vinha o pavor.
Não.

Isto não.

Eu não.

Aprendeu a viver de modo que nada se visse. Aprendeu a falar com sensatez, a manter-se direito, a olhar os outros nos olhos só enquanto era seguro fazê-lo. Aprendeu a desprezar a fraqueza, porque a sua própria fraqueza o aterrava mais do que qualquer outra coisa. Quando os outros homens gracejavam acerca de mulheres, sorria no preciso instante em que convinha sorrir. Quando falavam de casamento, desviava a conversa para o dinheiro, para Roma, para o Templo, para tudo o que tivesse peso e não cheirasse a segredo.
Depois conheceu Jesus.

E tudo o que, durante anos, mantivera debaixo de uma pedra começou a mexer-se dentro dele.

De início, não era um desejo do corpo. Assim o entendia Judas, pelo menos. Primeiro fora respeito. Depois, admiração. Depois, gratidão. Depois, algo a que ainda conseguia chamar fidelidade. Jesus dizia o seu nome como se por trás dele não se escondesse impureza

alguma. Olhava para ele sem repugnância, sem troça, sem aquela particular desconfiança dos homens que Judas temera toda a vida.
E era precisamente aí que estava o perigo.

A pureza de Jesus não era dura como uma parede de pedra. Era aberta. Junto dela, um homem sentia mais do que culpa. Sentia que talvez pudesse deixar-se ver por inteiro e sair vivo. Para os outros, era um consolo. Para Judas, uma tentação.
Os piores eram os dias mais vulgares.

À noite, à volta da fogueira, quando Jesus se sentava cansado, o manto lhe deslizava do ombro e a luz lhe desenhava em silêncio o rosto. De manhã, quando lavava as mãos e a água lhe corria pelos pulsos. Os momentos, no caminho, em que um dos discípulos se inclinava para ele, perto de mais, para lhe fazer uma pergunta. Judas sentia então erguer-se-lhe no peito qualquer coisa que imediatamente calcava aos pés com uma prece.
Senhor, afasta de mim esta vergonha.

Mas a vergonha não se afastava.

Apenas aprendia a calar-se.

Certa noite, depois de um longo dia numa aldeia onde doentes e suplicantes se tinham acotovelado em redor de Jesus, Judas ficou acordado. Os outros, deitados debaixo de um alpendre, dormiam o sono pesado dos homens exaustos. Pedro ressonava. Tomé virou-se, a dormir, para a parede. João jazia com o manto puxado até ao queixo, sereno como se nunca o mundo lhe tivesse sido hostil.
Judas observou-o por instantes e odiou aquela serenidade.

Depois viu Jesus sair.

Foi atrás dele.

Disse a si mesmo que precisava de lhe falar de dinheiro. Do caminho que fariam no dia seguinte. Do perigo que crescia à volta deles. Havia sempre uma razão sensata. Um homem precisa de razões sensatas quando o guia alguma coisa que tem medo de confessar.

Jesus estava junto ao muro baixo nas traseiras da casa. Sobre a terra estendia-se a noite, escura e quente. Ao longe ladrava um cão. De algures para lá das oliveiras vinha o som de um inseto. Jesus tinha as mãos pousadas na pedra e a cabeça inclinada, como se, mesmo calado, rezasse.
«Rabi», disse Judas.

Jesus virou-se.

«Judas.»

Aquele nome atingiu-o. Atingia-o sempre. Era como se Jesus o pronunciasse despido de todas as camadas de que Judas se cobrira.

«Não devias estar sozinho», disse Judas.

Jesus olhou-o tranquilamente.

«E tu?»

«Eu não estou a dormir.»

«Estou a ver.»

Judas soltou um riso breve e duro.

«Tu vês sempre.»

Jesus ficou calado.

Judas sentia que devia ir-se embora. Ainda ia a tempo. Bastava dizer qualquer banalidade, dar meia-volta, voltar para junto dos outros e, de manhã, seguir caminho como se nada tivesse acontecido. Fora assim que se salvara a vida inteira: recuando no último instante.

Mas, naquela noite, estava cansado da sua própria jaula.

«Sabes o que despertas nas pessoas?», perguntou.

Jesus não se moveu.

«Que despertei eu em ti?»

A garganta de Judas apertou-se.

Não havia acusação naquela pergunta. E isso tornava-a pior. Jesus fizera-a como se diante dele estivesse, não um pecado, mas um homem à beira de um abismo.

«Não quero falar disso.»

«Porque vieste, então?»

Judas olhou para o lado. Para o muro. Para a escuridão. Para as suas mãos.

«Porque já não aguento mais.»

A expressão de Jesus mudou. Adoçou-se, sem perder a firmeza.

«Que é que já não aguentas?»

Judas soltou o ar de golpe.

«O que há dentro de mim.»

Por um instante fez-se um silêncio tão fundo que ouviu o sangue a pulsar-lhe nos ouvidos.

«Toda a vida rezei para que isto me deixasse», prosseguiu. «Toda a vida tive cuidado. Com os olhos. Com as palavras. Com as mãos. Com o sítio onde me ponho. Com quem evito. Com as pessoas de quem não me aproximo. Julguei que, se viesse para junto de ti, seria puro.»

Jesus escutou-o sem o interromper.

«E, em vez disso, é pior», disse Judas. «Ao pé de ti é pior.»

Jesus baixou os olhos, como se aquelas palavras lhe doessem.

«Judas...»

«Não», interrompeu-o. «Não digas assim o meu nome. Não o digas como se eu ainda pudesse ser outra coisa.»

«Podes.»

«Não posso.»

«Podes parar.»

Judas estremeceu. Não se saberia dizer se de cólera, de dor ou de esperança.

«Falas como quem não sabe o que é trazer em si uma coisa proibida.»

«Sei o que é a tentação.»

«Esta não.»

As palavras saíram-lhe mais ásperas do que queria. Mas não as retirou.

Jesus continuava diante dele, muito quieto.

«Neste momento, não sou teu juiz», disse.

Judas riu-se, desta vez quase com desespero.

«Tu, precisamente tu, é que és o meu juiz. Porque, se olhasses para mim com repugnância, seria simples. Se me expulsasses, eu saberia o que sou. Mas tu olhas para mim como se eu ainda fosse um dos vossos.»

«És.»

«Não como eu quero.»

Assim que as proferiu, assustou-se com as próprias palavras.

Já não tinha para onde recuar.

O rosto de Jesus encheu-se de tristeza.

«Judas, este não é o caminho.»

«Que caminho?»

«Querer possuir alguém.»

«Eu não te quero possuir.»

Mas, ao dizê-lo, sabia que mentia.

Queria o seu olhar. A sua voz. Queria-o só para si. Queria que Jesus, pelo menos uma vez, deixasse de pertencer a todos: aos doentes, às crianças, às mulheres, a Pedro, a João, a todo o Israel, a Deus. Queria um único instante que fosse só seu.

E aquele desejo, tanto tempo enclausurado, perdeu a vergonha antes que a razão o conseguisse deter.

Deu um passo na direção dele.

Jesus levantou a mão, mais para marcar um limite do que em sinal de ameaça.

«Fica onde estás.»

Mas Judas já não escutava. Ou talvez tivesse ouvido, e fosse precisamente por isso que avançava. Agarrou-o pela manga. Sem violência, mas com a urgência de quem se afoga e se agarra até àquele que pode arrastar consigo para o fundo.

«Uma só vez», sussurrou.

«Não.»

A palavra foi clara. Serena. Firme.

Naquele instante, tudo escureceu diante dos olhos de Judas.

Inclinou-se e beijou-o.

O beijo perdera tudo o que podia ter de saudação ou de respeito fraterno. Nele pôs Judas a sua fome, o desespero, a solidão, a repulsa por si próprio, o desejo de ser acolhido e a raiva de ter de o pedir. Beijou-o com ímpeto, depois outra vez, como se a brevidade do primeiro contacto não pudesse conter tudo o que nele pusera.

Jesus afastou-o de si.

Afastou-o com firmeza, sem lhe bater, sem ódio, e Judas compreendeu de imediato: não havia nenhuma fresta, nenhuma possibilidade, nenhum talvez.

As mãos de Jesus pousavam-lhe nos ombros.

«Basta.»

Judas respirava a custo. Tinha o rosto a arder e, ao mesmo tempo, pálido. Os olhos brilhavam-lhe, mas não chorava. Ainda não.

«Então, afinal...», disse.

«Não.»

«Rejeitas-me.»

«Rejeito o que fizeste.»

«É o mesmo.»

«Não é.»

«Para ti é que não é!», explodiu Judas. «Tu arranjas sempre maneira de separar as coisas para te manteres puro. O pecado e o homem. O desejo e o ato. A misericórdia e o limite. Mas eu não estou dividido. Se repeles isto, repeles-me a mim.»

Jesus continuava a segurá-lo pelos ombros, mas a sua voz permanecia baixa.

«Tu não és aquilo que te dilacera.»

«Mas sou eu quem deseja.»

«E ninguém é obrigado a entregar-se ao teu desejo.»

Aquelas palavras caíram entre os dois como uma pedra.

Judas ficou a olhar para ele.

Naquele instante compreendeu de todo o limite. Estava ali diante dele, tão firme como uma porta fechada.

Ao princípio, tudo nele desabou para dentro. Depois começou a transformar-se.

A vergonha fez-se cólera.

A cólera fez-se acusação.

A acusação fez-se orgulho ferido.

Recuou.

Jesus largou-o.

«Judas», disse, agora com maior insistência, «não fiques sozinho com isso.»

Mas Judas só ouviu humilhação. O que ouviu naquela frase foi: és fraco. És perigoso. Precisas de ajuda. Ouviu tudo menos o que ela realmente continha.

«Não fiques sozinho com isso», repetiu, trocista. «E hei de ficar com quem? Contigo? Perto de ti? A teu lado? Como um entre tantos?»

Jesus ficou calado.

«É esse o teu amor?», prosseguiu Judas, já com a voz mais dura. «Dar a um homem luz bastante para ver a sua miséria, mas não calor bastante para que não morra de frio?»

«O que me pedes não é amor.»

Judas estremeceu como se tivesse levado uma pancada.

«Então dá-lhe um nome.»

Jesus não respondeu logo.

E foi naquele breve silêncio que Judas se sentiu mais aniquilado. Pois sabia que Jesus podia proferir as palavras da Lei. Podia condená-lo como se condenava nas sinagogas, nas conversas secretas entre homens, nos olhares daqueles que estavam seguros da sua própria pureza. Podia expulsá-lo, chamar-lhe impuro, repugnante, perverso.

Mas Jesus não o fez.

E isso não trouxe a Judas alívio algum.

Pelo contrário.

Se Jesus não o condenava como a um monstro, Judas não tinha desculpa para se tornar um monstro. Se não o amaldiçoava, tudo o que fizesse a partir daquele momento seria inteiramente seu.

Era insuportável.

«Tu és cruel», disse Judas em voz baixa.

Jesus deu um passo na sua direção.

«Não.»

«És. Porque sabes o que um homem quer ouvir e não lho dás. Sabes o que o quebraria e deixas que continue de pé. Sabes que ele precisa de ti e dizes-lhe: para.»

«Sim», disse Jesus. «Se, ao continuar, nos ferisse a ti e a mim.»

Judas riu-se. Já não havia doçura alguma naquele riso. Só amargura.

«Não tenhas medo. Não volto a tocar-te.»

«Não te vás embora com raiva.»

«Com quê, então?»

Jesus olhou-o demoradamente.

«Com a verdade.»

O rosto de Judas fechou-se.

«Guarda a tua verdade para aqueles a quem permites que se sentem mais perto de ti.»

Jesus compreendeu.

«João nada tem que ver com isto.»

«Pois claro», disse Judas. «Nunca ninguém tem nada que ver com isto. Só eu.»

Virou-lhe as costas.

«Judas.»

Deteve-se, mas não olhou para trás.

«O teu nome não significa vergonha.»

Judas ficou ali de pé na escuridão e sentiu, por fim, as lágrimas assomarem-lhe aos olhos. Engoliu-as com tal violência que lhe doeu a garganta.

«A partir desta noite, significa», disse.

Depois foi-se embora.

Jesus ficou sozinho junto ao muro.

Judas fez devagar o caminho de regresso, para que as pernas não lhe tremessem. Quando entrou debaixo do alpendre, os outros ainda dormiam. O mundo não tinha mudado. Pedro continuava a ressonar. Tomé nem se mexera. João dormia com uma expressão serena, quase infantil.

Judas deitou-se no seu lugar, mas não fechou os olhos.

Tinha o peito em brasa.

A princípio, repetiu para si as palavras de Jesus para as compreender.

Rejeito o que fizeste.

Tu não és aquilo que te dilacera.

Ninguém é obrigado a entregar-se ao teu desejo.

Depois começou a mudá-las.

Rejeito-te.

És impuro.

Nunca serás amado como queres.

E, por fim, restou apenas uma frase, simples e dura, que lhe permitia sobreviver à dor:

Humilhou-me.

Gostava mais daquela frase do que da verdade.

Porque, se Jesus o humilhara, Judas já não era apenas um homem que transgredira um limite. Fora lesado. Tratado injustamente. Ferido. Tinha direito à sua cólera.

E a cólera era mais fácil de suportar do que a vergonha.

A partir daquela noite, algo começou a mudar dentro dele.

Por fora continuava a ser o mesmo discípulo. De manhã levantava-se, pegava na bolsa, contava as moedas, respondia sem rodeios. Quando Jesus falava, escutava. Quando retomavam o caminho, ia com eles. Mas, dentro de si, já traduzia cada gesto de Jesus para a linguagem da rejeição.

Quando Jesus pousava a mão sobre um doente, Judas via o toque que lhe tinha negado.

Quando sorria a uma criança, via a ternura que o passara de largo.

Quando João se sentava perto dele, via o lugar que para sempre lhe estava vedado.

E, quando Jesus falava de amar os inimigos, Judas só sentia crescer em si a certeza de que a maior crueldade era amar todos de tal maneira que ninguém pudesse dizer: é meu.

A frustração não irrompeu logo em alvoroço. Primeiro fervilhou em silêncio. Debaixo das palavras. Debaixo do serviço. Debaixo das moedas contadas. Debaixo da cabeça inclinada em oração.

Mas estava lá.

E esperava o momento em que pudesse chamar a si própria justiça.

Notas do autor sobre o capítulo:

Este capítulo é pura ficção. Nasceu de me parecer demasiado superficial o motivo financeiro que as Escrituras atribuem à traição de Judas. Para um homem trair o seu próprio mestre, teria de o mover algo muito mais fundo, que o atingisse no seu próprio ser, do que o simples proveito material. Não é, de modo algum, meu propósito associar a homossexualidade à traição ou a algo semelhante. Escolhi introduzir este elemento numa história que todos conhecem porque me pareceu que uma motivação desta profundidade poderia levar Judas a uma traição assim. No tempo de Jesus, a homossexualidade era vista como algo impuro e desprezível. Quem então vivia com essa condição tinha uma vida extraordinariamente difícil em sociedade. Foi por isso mesmo que tal motivação me pareceu possível. O que de facto aconteceu é outra questão, e hoje muito dificilmente o saberemos. Todo o romance é, em grande medida, ficção. É à luz disso que também este capítulo deve ser lido.

7. Elarion: O Círculo de Ouro

A casa dos Davion não ficava em Nitra.

Ficava longe da capital, em Auriola, na região das antigas residências aurelianas, onde os vales se abriam em largos planaltos verdes e a névoa da manhã se demorava rente ao chão como se a terra não quisesse acordar toda de uma vez.
As velhas muralhas davam à casa dos Davion quase o aspeto de uma fortaleza.

Outrora tinham-se tomado ali decisões que marcaram gerações inteiras, e o lugar guardava por isso o peso de uma sede de poder.
Para os Davion, porém, era acima de tudo uma casa no sentido mais fundo da palavra — um lugar onde as paredes abrigavam os corpos e também a memória.

No salão principal pendiam os retratos dos antepassados. Nem todos eram fiéis. Alguns eram reconstituições a partir de descrições, outros tinham nascido da imaginação de um artista, outros eram tão antigos que as cores haviam escurecido até ao silêncio do castanho. Mas em cada quadro o pintor procurara captar os olhos.
O Círculo de Ouro.

Nuns, nítido.

Noutros, quase invisível.

Noutros ainda, apenas pressentido.

Jesair Davion atravessava o salão devagar. Em criança evitara aqueles quadros. Tinha a impressão de que esperavam alguma coisa dele. Nem proezas, nem obediência, nem glória. Algo pior: que a sua vida tivesse um significado.
E o significado pesava mais do que o dever.

Conhecia desde a infância as velhas histórias da linhagem dos Davion. Dizia-se que os seus antepassados mais remotos sabiam aplacar a doença com um toque. Que, em tempo de seca, iam para junto dos rios e as águas regressavam. Que alguns deles viam a morte antes que chegasse e conseguiam desviar um homem do caminho onde o esperava. Que a natureza os escutava, não como quem escuta um servo, mas como quem ouve alguém que não precisa de a convencer.
Jesair não acreditava naquelas histórias.

Mas também não conseguia rir-se inteiramente delas.

Há na vida coisas a que um homem sensato se recusa a chamar verdade e às quais, contudo, não vira as costas à noite.
Ao serão, Jesair ficou na biblioteca.

Abriu um velho registo de família que a mãe, em tempos, o proibira de ler antes de chegar à idade adulta. Não por conter segredos de poder. Antes por conter demasiadas expectativas. Numa das páginas havia um apontamento sobre um antepassado remoto chamado Aser Davion.

Quando a febre chegou ao vale de baixo, Aser andou de casa em casa. Não disse que a morte não viria. Disse apenas que não devia vir sozinha. Muitos afirmaram que o seu toque os curara. Outros disseram que apenas tinham morrido mais serenos. Não conhecemos a verdade. Sabemos apenas que, desde então, ficou na nossa família uma frase: Não partas sozinho.
Jesair passou os dedos pela escrita antiga.

Não partas sozinho.

A frase era simples. Demasiado simples para uma lenda.

Fechou o livro.

Naquele instante, tomou-o a súbita e estranha visão de uma terra desconhecida, mais real do que uma simples lembrança ou imagem da fantasia.
Pó.

Um sol de outra cor.

Água junto à margem.

Mãos de pescadores.

Madeira.

E uma voz de mulher que dizia o seu nome, mas o nome que dizia não era Jesair.

A imagem desvaneceu-se antes que a razão lhe tocasse.

Jesair ficou sentado sem se mexer.

Depois riu-se. Baixinho, de si próprio.

«Casas velhas», disse para o vazio. «Têm sempre maneira de nos meter na cabeça sombras alheias.»

Mas, quando se levantou e apagou a luz, olhou uma vez mais para o livro.

E para a frase que lá dentro continuava a brilhar mesmo no escuro.

8. Terra: O dia da separação

A tarde descia lentamente sobre a paisagem, como se a própria luz hesitasse em abandonar as colinas sobranceiras ao lago. Os discípulos estavam sentados em redor de Jesus, num silêncio que não era o silêncio habitual ao fim de uma longa caminhada. Havia nele um peso diferente, como se cada um sentisse que as palavras que tinham ouvido naquele dia não pertenciam só a eles, mas a todos os que um dia viriam depois deles.
Jesus olhava ao longe. Tinha o rosto sereno, mas a sua serenidade não era leve. Não era a paz de quem desconhecia a dor, mas a de quem já a aceitara antes mesmo que chegasse.

«Virá um dia», disse por fim, «em que se revelará tudo o que estava oculto. Um homem pode esconder do irmão a sua intenção, pode encobrir com palavras a sua culpa, pode fazer-se passar por justo diante da multidão. Mas diante de Deus nada ficará oculto. Nesse dia o coração do homem há de abrir-se como um vaso posto à luz.»
Os discípulos escutavam em silêncio.

«O Filho do Homem virá na glória de seu Pai», continuou Jesus, «e com ele virão os anjos. E diante dele se reunirão as nações. Não segundo o nome que cada qual dava a si mesmo, nem segundo a força com que proclamava o nome do Senhor, mas segundo o que trazia em si e segundo as suas obras. Pois houve entre eles quem tivesse fome, e alguns deram-lhe de comer. Houve quem tivesse sede, e alguns deram-lhe de beber. Um estrangeiro esteve à sua porta, e alguns acolheram-no. Houve quem estivesse nu diante dos seus olhos, e alguns vestiram-no. Houve quem estivesse doente e preso, e alguns foram ao seu encontro.»
Pedro ergueu a cabeça. «Senhor, falas como se o homem encontrasse Deus sempre que encontra alguém fraco.»

Jesus olhou para ele. «E onde mais o quereríeis procurar? No Templo, onde todos veem a vossa piedade? No sacrifício que ofereceis diante dos sacerdotes? Digo-vos: quem fecha o coração a um homem que sofre fecha-o a mim. E, se alguém se inclinar para o mais pequenino, o seu gesto subirá à presença do Pai como uma oração.»
João tinha os olhos cheios de inquietação. Era jovem, mas já não tinha a ligeireza de uma criança. As palavras de Jesus ateavam nele muitas vezes um fogo, mas naquele dia queimavam-no de outra maneira. Menos como uma promessa de esperança do que como uma pergunta a que receava dar voz.

Jesus continuou:

«Então uns serão postos à direita e outros à esquerda. Aqueles que amaram a misericórdia, mesmo sem lhe saberem o nome, serão chamados à vida. Mas aqueles que viram a dor e se fizeram cegos, que ouviram o pranto e se fizeram surdos, que tiveram poder e o usaram para humilhar os fracos, esses irão para as trevas que eles próprios escolheram.»
As palavras caíram no meio deles como uma pedra num poço fundo.

André passou a mão pelo rosto. Tomé franziu a testa, como se procurasse em pensamento uma abertura para interrogar Jesus sem blasfemar.
Por fim, foi ele mesmo quem falou.

«Rabi», disse devagar, «posso perguntar-te uma coisa?»

«Pergunta, Tomé.»

«Falas de vida e de trevas. De recompensa e de castigo. De um fogo que não se apaga. Mas o homem é fraco. Umas vezes age por ignorância, outras por medo, outras ainda porque ele próprio foi ferido. Se a sua vida é breve e a sua culpa é humana, não será o sofrimento eterno demasiado castigo para as faltas de um homem?»
Alguns discípulos remexeram-se, inquietos. Pedro olhou bruscamente para Tomé, como se o quisesse calar, mas Jesus levantou a mão.
«Deixai-o falar», disse, sereno. «Uma pergunta que tem medo de sair da boca fica no coração como o pus de uma ferida.»

Tomé baixou os olhos. «Não quero contrariar Deus, Senhor. Mas tenho medo. Se a justiça não tem fim, onde fica então a misericórdia?»
Jesus guardou silêncio por muito tempo.

O vento passou pela erva e por instantes só se ouviu o rumor das folhas e, ao longe, as vozes de quem regressava dos campos. Quando Jesus falou, tinha a voz mais baixa do que antes.

«A misericórdia não apaga a verdade, Tomé. Nem a verdade é inimiga da misericórdia. Se um pai visse o filho a pegar em fogo com as mãos, dir-lhe-ia acaso: faz o que quiseres, porque te amo? Ou gritaria com ele, severo, para lhe salvar a mão?»
«Gritaria com ele», respondeu Tomé.

«E se a criança chorasse, assustada com a voz do pai?»

«O pai tomá-la-ia nos braços.»

«Sim», disse Jesus. «Mas só depois de ela largar o fogo.»

Tomé ficou calado.

Jesus voltou-se também para os outros.

«Escutai-me bem. Não vim para o meio de vós só para consolar os que já procuram Deus. Vim assentar uma pedra nos alicerces dos séculos que hão de vir. As minhas palavras serão levadas por gente que nunca me viu. Hão de dizê-las aos filhos dos seus filhos. Hão de escrevê-las, explicá-las, quebrar com elas o orgulho dos poderosos e o medo dos fracos. E por isso têm de permanecer firmes.»

Depois fitou Tomé.

«A lei que é branda com o mal torna-se dura para as vítimas. Se disserdes ao assassino que o seu ato foi apenas um engano, que direis à mãe do homem que ele matou? Se disserdes ao rico que deixou um faminto morrer-lhe à porta que é pequena a sua culpa, que direis àquele que morreu de fome? Se disserdes ao poderoso que a sua crueldade em breve cairá no esquecimento, que direis aos que sob ela perderam o seu sangue?»

João susteve a respiração.

«As pessoas precisam de ouvir que os seus atos têm peso», continuou Jesus. «Não só hoje. Não só diante do juiz da cidade. Não só aos olhos dos vizinhos. Mas perante a eternidade. Porque muitos não se detêm diante do pranto de quem é fraco. Não se detêm diante da vergonha. Não se detêm sequer diante da sua própria consciência, que fazem calar. Mas talvez se detenham se souberem que nada será esquecido.»

Tomé ergueu os olhos. «É o medo, então, que os há de levar ao bem?»

«O medo é um começo para quem ainda não sabe amar», disse Jesus. «Mas não pode ser o fim. A criança, primeiro, receia cair no abismo e por isso se afasta da beira. Mais tarde compreende que a vida é preciosa, e já não precisa de se guiar apenas pelo medo. Assim é também com a lei.»

Pensativo, Pedro perguntou: «Quem poderá então ficar de pé, Senhor? Até o justo fraqueja.»

O olhar de Jesus adoçou-se.

«Aquele que cai e se levanta não é como aquele que faz da sua queda morada. Aquele que peca e chora o seu pecado não é como aquele que peca e ensina os outros a chamar luz às trevas. O Pai vê a diferença entre a fraqueza e a dureza de coração. Entre a ferida e o orgulho. Entre aquele que se perde e clama por socorro e aquele que se perde e ainda arrasta outros consigo.»

«Mas falas de tormento eterno», insistiu Tomé. «Essa palavra pesa.»

«Pesa», anuiu Jesus. «E deve pesar. Porque o mal também pesa. Se vísseis todas as lágrimas que um homem faz outro derramar, não pregaríeis o juízo com palavras ligeiras.»
Por um instante a voz tremeu-lhe, não de fraqueza, mas de profunda tristeza.

«Vejo as gerações que hão de vir. Vejo reis que matarão em nome da ordem. Vejo sacerdotes que amarão mais o próprio poder do que a Deus. Vejo ricos que erguerão casas sobre as costas dos pobres. Vejo pessoas que hão de saber que o seu próximo sofre e que, mesmo assim, dirão: nada tenho que ver com isso. Eis por que devo falar de tal maneira que as minhas palavras não se tornem um ornamento. Têm de ser como uma espada deposta diante da consciência.»
Jesus acrescentou:

«Mas também não vos esqueçais disto: não vim procurar os perdidos para me alegrar com a sua perdição. Não vim chamar os justos, mas os pecadores à conversão. Enquanto o homem respira, tem diante de si a porta. Enquanto o seu coração se puder comover, o Pai chama-o. Mas aquele que para sempre recusa a luz escolhe as trevas. E as trevas que um homem ama mais do que a verdade acabam por se tornar a sua morada.»
Tomé pousou as mãos nos joelhos. «Então o juízo não é apenas um castigo que vem de fora?»

«Não», disse Jesus. «O juízo é também a revelação daquilo em que um homem se tornou. Quem a vida inteira aprendeu a amar reconhecerá em Deus a sua casa. Quem a vida inteira aprendeu a odiar a luz sentirá nela um ardor que o queima. O mesmo sol abre a flor e seca a raiz arrancada.»
Estas palavras calaram os discípulos mais do que a ameaça do fogo.

Jesus levantou-se. A escuridão adensara-se e as primeiras estrelas surgiam por cima dos campos.

«Por isso vos digo: vigiai. Não para viverdes em angústia, mas para que não adormeçais para o bem. Dai pão enquanto tiverdes mãos. Perdoai enquanto tiverdes tempo. Voltai para o Pai enquanto ouvirdes a sua voz. Porque virá um dia em que o homem não se perguntará o que os outros pensavam dele, mas o que foi feito do seu coração.»
Depois voltou-se para Tomé e a sua voz era de novo baixa.

«E tu não tenhas medo de perguntar. Quem pergunta por amor à verdade está mais perto do Reino do que aquele que se cala só por medo.»

Tomé assentiu, mas restou-lhe nos olhos uma sombra. Não era uma sombra de descrença, antes a de um homem que compreendera que a justiça de Deus era maior do que ele desejara, e a sua misericórdia mais funda do que ousara esperar.

Nessa noite nenhum deles adormeceu depressa.

Cada um pensava no dia em que se abriria o coração do homem.

E cada um procurava, dentro de si, em silêncio, saber se nele havia mais luz ou mais trevas.

Notas do autor sobre o capítulo:

Este capítulo é pura ficção. Escrevi-o em resposta a uma visão demasiado a preto e branco da separação entre aqueles que serão condenados para sempre e aqueles que receberão a vida eterna.

9. Elarion: A Camada

Nerai Sael começava a trabalhar antes de Nitra acordar.

Não porque pensasse melhor de manhã. A hora era-lhe indiferente. O dinheiro passava de um Estado para outro fosse qual fosse a posição do Sol de Elarion, e os sistemas automatizados não conheciam o cansaço, os feriados ou as horas de fecho dos bancos.
Chegava cedo porque àquela hora os corredores estavam vazios.

No silêncio era mais fácil distinguir as perguntas importantes das que eram apenas urgentes.

O edifício da Autoridade Interestatal para a Integridade Financeira e os Riscos Sistémicos não ficava no centro histórico de Nitra. Erguera-se na margem norte do rio, entre as sedes dos conselhos monetários, os centros de computação da União e os jardins diplomáticos. Era baixo, largo e, visto de fora, quase sem janelas. Os arquitetos diziam ter pretendido exprimir assim serenidade e imparcialidade.
Quem temia a Autoridade via nele uma fortaleza.

A maioria dos habitantes de Elarion conhecia a instituição por um nome mais curto.

A Camada.

O nome nascera entre os analistas. Cada banco, seguradora, administração fiscal ou bolsa de mercadorias via apenas a sua própria camada da vida financeira. Um banco conhecia a conta, mas podia ignorar quem detinha de facto a sociedade em nome da qual fora aberta. O fisco conhecia a declaração de rendimentos, mas não via o dinheiro que seguira para outro Estado. O registo comercial conhecia o gerente, mas não quem se escondia por trás do fundo que controlava a sociedade.
Quando o dinheiro atravessava uma fronteira, entrava noutra jurisdição.

Por vezes, ficava dele um relatório.

Por vezes, apenas um resumo.

Por vezes, nada.

O trabalho da Camada consistia em sobrepor essas camadas incompletas e procurar os pontos em que os seus contornos deixavam de coincidir.
Nerai não era polícia.

Não podia prender ninguém, intimá-lo a comparecer ou deduzir uma acusação. Não podia entrar num banco e examinar contas a seu bel-prazer. Não podia exigir de um paraíso fiscal o nome de um proprietário só porque queria conhecê-lo. Quando descobria um padrão que suscitava sérias suspeitas, elaborava uma participação fundamentada e entregava-a às autoridades competentes para pedir mais dados a um tribunal ou a outro Estado.

Muitas vezes esperava meses a fio.

Por vezes recebia a resposta de que a informação pedida não existia.

Outras vezes existia, mas a lei local impedia a sua divulgação.

E havia Estados que nem sequer respondiam.

Por isso, a Camada não via todo o dinheiro de Elarion. Via sobretudo o que alguém tinha o dever de lhe comunicar, o que era do domínio público ou o que fora possível obter no decurso de uma investigação concreta.

Os bancos enviavam-lhe comunicações de operações invulgares. Nunca os registos completos de todos os clientes. Apenas os casos em que os próprios sistemas ou funcionários suspeitavam de que a origem do dinheiro não era clara, de que este circulava de modo invulgar ou estava associado a um risco já conhecido.

As administrações fiscais forneciam dados agregados.

Os registos comerciais, os nomes dos proprietários no papel.

Os partidos políticos, as declarações obrigatórias de donativos e despesas.

Cada uma dessas fontes mostrava uma parte diferente da realidade.

E cada uma tinha o seu ponto cego.

Nerai ligava informações que, à primeira vista, nada tinham que ver umas com as outras. Uma comunicação de um banco. Uma mudança de proprietário numa empresa. Um empréstimo vindo de outro Estado. Um donativo a uma fundação. Um pagamento por serviços de consultoria. Um subsídio à recuperação de uma região. Uma apólice de seguro em que o nome do beneficiário não coincidia com o do proprietário.

Raramente a corrupção se confessava na descrição de um pagamento.

E o financiamento do poder político escondia-se muitas vezes atrás de palavras como consultoria, formação, desenvolvimento regional ou estudos de opinião.

Nerai não procurava pessoas que tivessem comprado alguma coisa cara.

Procurava o poder.

Sentou-se à secretária e pousou a palma da mão na superfície baça. O sistema confirmou-lhe a identidade. Diante dela surgiu no ar a lista das novas comunicações recebidas durante a noite.

Não era um mapa de todo o dinheiro.

Era um mapa de suspeitas.

Algumas comunicações continham dados precisos. Outras, apenas uma breve descrição da transação e o motivo que levara o banco a sinalizá-la. Nas operações transfronteiriças, parte dos dados costumava permanecer anonimizada até haver fundamento legal para a sua divulgação.

Nerai abriu o primeiro processo.

Uma transferência de valor invulgarmente elevado entre duas empresas de construção. A justificação vinha em anexo: venda de maquinaria. Os documentos pareciam credíveis.

O segundo processo dizia respeito a uma fundação que recebera um avultado donativo pouco antes das eleições. O pagamento, porém, fora declarado publicamente e provinha de um doador conhecido.

No terceiro, faltava identificar o beneficiário efetivo da empresa destinatária.

Nerai assinalou a informação em falta.

Deteve-se na décima sétima comunicação.

Vinha de um banco da cidade portuária de Sarur. O banco chamava a atenção para uma série de depósitos em numerário feitos por uma empresa local. Em Elarion também se chamava numerário às unidades digitais ao portador que podiam mudar de mãos sem uma ligação permanente à rede. No momento do depósito, o banco verificava a sua autenticidade, mas não a identidade de todos os detentores anteriores. O montante dos depósitos não era, em si, excecional. Tratava-se de um estabelecimento em que eram habituais receitas daquela ordem.

Explorava um restaurante.

O banco não suspeitara por conhecer o número real de clientes. Suspeitara porque, ao longo de vários meses, os depósitos tinham aumentado consideravelmente sem que se alterasse o perfil da empresa. As mesmas instalações. O mesmo número de contas registadas no banco. Nenhum empréstimo para ampliação. Nenhuma comunicação de venda do estabelecimento ou de mudança de atividade.

Podia ser um caso de sucesso.

Um novo cozinheiro.

Boas críticas.

Um contrato de fornecimento a outro estabelecimento de que o banco nada soubesse.

Por isso a comunicação não era uma acusação. Era apenas um aviso de que o banco não conseguia explicar satisfatoriamente a mudança de comportamento daquele cliente.
Nerai abriu a ficha pública do registo comercial da empresa.

O proprietário no papel era um empresário local. Dois níveis acima surgia um fundo regional. Acima dele, uma sociedade registada em Therinith, um dos Estados mais pequenos do arquipélago do sul.
O registo comercial de Therinith não divulgava os beneficiários efetivos.

Nada havia nisso de ilegal.

Therinith alicerçara boa parte da sua economia no sigilo financeiro.

Nerai olhou para o nome do estabelecimento.

Vesta Sarur Sete.

Conhecia a marca. A Vesta explorava restaurantes, pequenas lojas, alojamentos e oficinas em grande parte do planeta. Alguns estabelecimentos pertenciam diretamente à empresa-mãe, outros a detentores de licenças locais. A estrutura da propriedade variava de Estado para Estado.
O facto de um restaurante apresentar depósitos invulgares nada dizia sobre a rede no seu conjunto.

Nerai abriu o resumo noturno do sistema de análise e pediu as comunicações anteriores associadas ao nome Vesta.
O sistema encontrou centenas de registos. A maior parte dizia respeito a assuntos correntes: litígios com fornecedores, ordens de transferência mal preenchidas, roubos de dispositivos de autenticação, inspeções fiscais ou empréstimos por pagar.

Entre eles, assinalou um padrão a que atribuíra pouca importância: depósitos feitos pelos estabelecimentos, seguidos de transferências para o estrangeiro, sem que fosse clara a identidade do beneficiário efetivo. O sistema não tinha, porém, acesso às caixas nem às contas protegidas do outro lado das fronteiras. Na lista que ordenava automaticamente os casos, aquele padrão aparecia muito abaixo dos alertas urgentes.
Restavam catorze casos.

Vinham de seis Estados.

Distribuíam-se por um período de quatro anos.

Considerados isoladamente, os casos tinham sido arquivados pelas autoridades locais ou tinham ficado sem seguimento. Num deles, a empresa justificara o aumento com a chegada de novos clientes. Noutro, o banco concluíra que o risco não era suficiente. Um terceiro esbarrara na fronteira de um Estado que se recusara a fornecer informações sobre a empresa que recebera o dinheiro.

Mas todos traziam o nome Vesta.

Para o modelo, tratava-se de um conjunto de correspondências pouco significativas. Mas Nerai sabia a diferença entre catorze coincidências e catorze serviços, cada qual a ver apenas o seu próprio processo encerrado. Abriu as comunicações originais e começou a ler a fundamentação de cada uma.

Nerai inclinou-se para a frente.

Não via as receitas de toda a rede. Não via as caixas nem quantas pessoas frequentavam os estabelecimentos. Não tinha acesso à contabilidade interna, muito menos a sistemas que lhe mostrassem quem comprava o quê em cada um deles.

Via apenas que vários bancos, em diferentes Estados e de forma independente, tinham chamado a atenção para comportamentos semelhantes.

O numerário surgia num estabelecimento local.

Era declarado como receita corrente.

Pouco depois, parte do dinheiro seguia para empresas que prestavam serviços de designação vaga.

Consultoria.

Gestão de marca.

Promoção regional.

Taxas de licença.

A partir daí, o rasto dispersava-se por outros Estados.

«Bom dia.»

A voz atrás dela era a de Taren Voss.

Nerai não se virou.

«Ainda está para se ver.»

Taren aproximou-se da área de trabalho. Era alto, magro e movia-se com a calma de quem nunca sentiu necessidade de provar que domina a situação. Trabalhava na Camada há mais tempo do que Nerai e conhecia os sistemas bancários de Vasýria como não era possível conhecê-los só pela leitura das leis.

Era veyrano.

Parte dos colegas considerava isso uma vantagem quando investigavam as casas bancárias veyranas. Outros viam nisso um risco. Nerai achava as duas ideias igualmente primárias.

«Que tens aí?», perguntou.

«Catorze comunicações em quatro anos.»

«Parece o princípio de uma reunião muito comprida.»

«Seis Estados. Bancos diferentes. Proprietários diferentes no papel.»

Taren examinou os dados.

«E o ponto em comum?»

«A Vesta.»

Esboçou um sorriso.

«Já lá comi.»

«Essa informação não nos serve de muito.»

«Posso confirmar que a comida não explica o sucesso financeiro.»

Nerai passou-lhe a primeira comunicação.

«Os depósitos aumentam. Depois, parte do dinheiro sai para pagar consultoria e licenças. A identidade dos beneficiários efetivos das empresas destinatárias está protegida.»

«Isso ainda pode não significar nada.»

«Pode.»

«A rede pode ter um modelo de negócio comum.»

«Pode.»

«Ou um método comum para transferir os lucros.»

«Também.»

Taren abriu a camada temporal e comparou as datas dos pagamentos. Alguns estabelecimentos enviavam dinheiro aos mesmos intermediários. Outros recorriam a empresas diferentes que, no entanto, tinham o mesmo auditor ou administrador.

«Interessante», disse.

«O quê?»

«Estas empresas apresentam-se como se nada tivessem que ver umas com as outras. Mas foi o mesmo gabinete que lhes preparou os documentos.»

«Podem simplesmente recorrer ao mesmo prestador de serviços.»

«Podem.»

Ficaram ambos em silêncio por um momento.

Era assim que começava a maioria dos casos na Camada. Não com uma certeza, mas com uma série de possibilidades, para cada uma das quais havia uma explicação inocente.
Até que já eram demasiadas.

«Precisamos da contabilidade interna de pelo menos um estabelecimento», disse Taren.

«Não temos fundamento legal para isso.»

«Temos a comunicação do banco.»

«Temos uma suspeita do banco. Não a prova de um crime.»

«Podemos pedir a Sarur que faça uma inspeção fiscal.»

«Podemos pedir-lhes que ponderem fazer uma inspeção fiscal.»

Taren encostou-se à mesa.

«E daqui a meio ano dizem-nos que estava tudo de acordo com as normas locais.»

«Provavelmente.»

«Therinith não nos vai revelar quem é o proprietário.»

«Sem decisão judicial, não. E não conseguimos uma decisão judicial sem indícios mais fortes.»

Taren olhou para a cadeia que tinham diante dos olhos.

«Quer dizer que precisamos de dados para provar que precisamos de dados.»

«É o princípio basilar da cooperação entre Estados.»

Nerai ampliou a lista das sociedades ligadas entre si. No fim da maior parte das cadeias de propriedade encontrava-se o nome de um administrador, de um escritório de advogados ou de um fundo.
Em lado nenhum havia uma pessoa.

Nerai não podia dizer que a Vesta branqueava dinheiro. Nem sequer sabia se os depósitos invulgares correspondiam a receitas reais, a fraude fiscal ou simplesmente a um modelo de negócio que os bancos não compreendiam.
Tinha apenas uma pergunta que se repetia.

E um sistema que não lhe permitia chegar à resposta sem a conhecer de antemão.

«Abre um processo preliminar», disse. «Por agora, sem acusação nem pedido de intervenção.»

«Com que fundamento?»

«Possível utilização coordenada de estabelecimentos que operam em numerário para dissimular a origem de fundos.»

«Isso já quase parece uma opinião.»

«Então escreve: averiguação de anomalias financeiras recorrentes em vários Estados.»

Taren esboçou um sorriso.

«Isso não parece nada.»

«Por isso mesmo é que aprovam.»

Começou a preparar uma lista de pedidos. Não iam pedir dados dos clientes nem os registos de caixa de toda a rede. A Camada não tinha poderes para tanto. Podiam pedir resultados de inspeções fiscais já realizadas, contas publicadas, nomes de auditores, contratos de licença, alterações na titularidade e informações sobre operações que os próprios bancos haviam sinalizado como invulgares.
Cada nova camada exigia um novo fundamento.

Cada fundamento tinha de assentar na camada anterior.

Por um instante, Nerai reparou no seu reflexo na parte escura da superfície de trabalho.

Não tinha um círculo de ouro.

A mãe era aureliana. Nerai, porém, nascera selenita, como o pai. Em criança examinava muitas vezes os olhos sob diferentes luzes. Depois de chorar, quando tinha febre, ou nos momentos em que se concentrava com toda a força.
Esperava que a linha dourada acabasse, afinal, por aparecer.

Nunca apareceu.

O seu meio-irmão Jesair herdara o círculo. Era aureliano e, ao mesmo tempo, descendente da mais antiga linhagem conhecida dos Davion. Por isso as pessoas procuravam nele a continuação de histórias que tinham nascido séculos antes de ele vir ao mundo.
Quando acalmava alguém, falavam do dom antigo.

Quando se enganava, diziam que desonrara o seu sangue.

Nerai não carregava esse fardo.

Não tinha de dar continuidade a uma lenda.

Podia ser simplesmente ela própria.

Ainda assim, havia sempre alguém que, ao ouvir o nome de Jesair, voltava a olhar-lhe para os olhos. Como se precisasse de averiguar por que razão dois irmãos não traziam a mesma marca.
Jesair nunca a tratara como se lhe faltasse alguma coisa.

Quando eram crianças, dissera-lhe que o círculo de ouro era apenas uma coisa em que as pessoas reparavam antes de repararem na pessoa.

Nerai respondera que, nesse caso, tinha sorte em não lhe brilhar nada nos olhos.

Desde então, havia ocasiões em que ele a invejava.

Nerai desviou os olhos do seu reflexo e voltou a concentrar-se na superfície de trabalho. Entretanto, Taren concluíra a primeira série de pedidos.
«Sarur aceitou a participação», disse. «Sem se comprometer a fazer uma inspeção.»

«É mais do que eu esperava.»

«Therinith recusou-se a divulgar os dados sobre a propriedade.»

«Isso é exatamente o que eu esperava.»

Taren abriu a resposta da conservatória do arquipélago. Era longa, cortês e redigida de modo a convencer o leitor de que a recusa de informação era uma prova de cultura jurídica. As suspeitas da Autoridade não eram suficientemente concretas.

Não fora identificado o crime específico.

Não ficara demonstrada qualquer relação entre a empresa local e as anomalias financeiras noutros Estados.
Cada frase podia defender-se.

Juntas formavam um muro.

«Dizem que sem prova de uma direção comum não podemos pedir a identidade do beneficiário efetivo», disse Taren.
«E sem sabermos quem é o beneficiário efetivo não podemos provar que há uma direção comum.»

«Se calhar têm isso escrito por cima da porta da conservatória.»

Nerai assinalou a resposta e juntou-a ao processo. Uma recusa também tinha o seu valor. Não como prova de um crime, mas como mapa das fronteiras para lá das quais a investigação não conseguia ver.
Olhou para as catorze comunicações.

Não sabia se todas diziam respeito ao mesmo mecanismo. Talvez entre elas houvesse estabelecimentos honestos, modelos bancários imprecisos ou simples erros de contabilidade. Talvez o nome Vesta fosse a única coisa que tinham em comum.
Mas havia demasiadas coincidências a começar da mesma maneira.

O dinheiro aparecia num estabelecimento que recebia pagamentos em numerário.

Passava a chamar-se receita.

Depois saía em pagamento de um serviço cujo valor não era possível medir com exatidão.

Acabava por entrar num Estado onde ninguém já tinha obrigação de perguntar a quem pertencia.

«E agora?», perguntou Taren.

«Esperamos pelos resultados das inspeções.»

«Isso pode levar meses.»

«Entretanto, averiguamos quem são os auditores, os administradores e as empresas de consultoria.»

«Sem acesso às contas?»

«Os nomes ainda não são todos secretos.»

Taren abriu a lista das sociedades para as quais os estabelecimentos enviavam pagamentos de licenças e consultoria. À primeira vista não havia relação entre elas. Tinham sedes em Estados diferentes, nomes em línguas diferentes, e cada qual declarava um ramo de atividade distinto.
Nerai ordenou-as pela data de constituição.

Depois pelos representantes legais.

Por fim pelas pessoas que tinham autenticado os atos de constituição.

Na superfície de trabalho surgiram os primeiros nomes repetidos.

Ainda não eram os dos proprietários.

Apenas administradores, advogados e intermediários oficiais.

Pessoas que tinham por função interpor-se entre os bens e aquele a quem de facto pertenciam.

«Três escritórios», disse Taren.

«Em catorze casos aparentemente sem relação.»

«Já é melhor do que o nome da cadeia.»

«Ainda não é uma prova.»

«Qualquer dia, nem uma confissão te há de deixar contente.»

«Até uma confissão pode ser falsa.»

Taren abanou a cabeça e enviou novos pedidos.

Para lá das janelas do edifício, Nitra ia-se enchendo de luz matinal. Adensava-se o trânsito nos diversos níveis acima do rio e, na outra margem, acendiam-se as torres públicas. A cidade começava o dia convencida de que tudo o que importava ficava, algures, registado, fiscalizado e guardado.

Nerai sabia que não era verdade.

Os dados existiam.

Simplesmente, não estavam reunidos num só lugar.

Cada instituição detinha o seu fragmento e protegia-o segundo as suas próprias regras. Os bancos viam os movimentos, mas não o negócio que lhes dera origem. O fisco via as declarações, mas não todo o percurso do dinheiro. Os registos viam as sociedades, mas não as pessoas por trás delas. Os investigadores viam as suspeitas, mas muitas vezes não conseguiam ver o que as ligava.

Um crime não precisava de ser invisível.

Bastava que estivesse dividido.

Nerai abriu um novo processo de trabalho. O sistema pedia-lhe um título, o fundamento jurídico e uma avaliação preliminar do risco.

No campo do título escreveu uma única palavra:

Vesta.

Hesitou um instante ao avaliar o risco.

Por fim, assinalou:

Indeterminado. Possível padrão interestatal.

O processo ficou guardado entre centenas de outros em aberto. Apareceu em destaque por instantes e a seguir desapareceu no sistema, como se nada tivesse de especial.
Talvez não tivesse.

Talvez por trás dele houvesse apenas alguns negócios que ocultavam os lucros reais ou transferiam receitas para pagar menos impostos.
Mas talvez a Vesta fosse o lugar onde o dinheiro vindo de crimes diferentes recebia uma história igual para explicar a sua origem.
Nerai ainda não sabia.

Tinha apenas catorze comunicações, três escritórios de advogados e alguns Estados que se recusavam a mostrar-lhe o último nome da cadeia.
Mas no princípio das grandes descobertas raras vezes havia uma prova.

Havia uma discrepância que era mais fácil deixar passar do que explicar.

Nerai fechou os restantes processos.

Deixou o da Vesta em aberto.

10. Terra: A figueira amaldiçoada

Quando de manhã saíram de Betânia, o ar ainda estava fresco e uma névoa fina pairava sobre o caminho. Erguia-se diante deles Jerusalém à luz da manhã, com muralhas pálidas e duras como o rosto de um homem que há muito se esquecera de chorar.

Os discípulos seguiam Jesus em silêncio. Os últimos dias tinham sido cheios de sinais, perguntas e inquietação. Todos sentiam que se aproximava algo que nenhum deles já poderia deter. A cidade atraía-os e repelia-os ao mesmo tempo. Era como uma porta aberta, para lá da qual os esperava, em vez da liberdade, uma sentença.
Jesus ia à frente.

Naquela noite quase não dormira. Enquanto os outros descansavam, ficara muito tempo sentado, sozinho, com os olhos postos em Jerusalém. Sabia que a hora de que tantas vezes falara já não se aproximava. Tinha chegado. Ele caminhava dentro dela.

O passo continuava firme, mas o corpo estava cansado. Tinha a boca seca e um vazio nas entranhas que a cada passo se fazia sentir numa dor surda. Pouco comera desde a véspera. Ao princípio, a fome habitara-o em silêncio, mas agora reclamava a sua atenção com tal insistência que por um momento o mundo se reduziu ao simples desejo de comer.
À beira do caminho havia uma figueira.

Tinha a copa larga e uma folhagem verde e abundante. Entre as pedras acinzentadas, parecia uma ilha de vida. Os ramos pendiam sobre o caminho e, à luz da manhã, a árvore parecia forte, saudável e generosa.
Jesus aproximou-se dela.

Pedro voltou a cabeça para os outros. João abrandou o passo. Tomé deteve-se uns passos atrás e ficou a ver Jesus afastar as folhas.
Procurava um fruto.

Os dedos percorriam os intervalos entre os ramos. Afastava um ramo após outro, levantava as folhas, examinava-lhes o avesso.
Não encontrou nada.

Só folhas.

Só a aparência de uma promessa.

Só a figura da abundância, sem nada que pudesse saciar a fome de um homem.

Jesus meteu a mão mais fundo na copa, como se ainda esperasse encontrar ao menos um figo temporão. Mas a mão voltou vazia.

Alguns discípulos trocaram olhares. Sabiam que ainda não era tempo de figos. A árvore nada fazia contra a sua natureza. Verdejava quando lhe cabia verdejar e esperava a estação em que havia de dar fruto.

Mas a fome não tem a paciência das estações.

A fome não vê a árvore inteira. Vê apenas o fruto que falta.

Jesus permaneceu debaixo da copa. A tristeza assomou-lhe ao olhar, pois não via apenas uma figueira diante de si. Via uma cidade que resplandecia com o seu Templo, as suas leis e as suas orações, mas não sabia saciar a alma de um homem. Via sacerdotes de vestes imaculadas que viravam as costas aos impuros. Via homens que sabiam cada palavra das Escrituras e não ouviam o pranto da viúva do outro lado do muro da sua casa.

Via folhas sem fruto.

Mas, por um breve instante, debaixo daquela tristeza agitou-se também algo mais pequeno.

Humano.

A irritação de um homem cansado. O azedume de um corpo com fome. Uma revolta silenciosa por se lhe apresentar o mundo, uma vez mais, cheio de promessas, sem lhe dar nada a ele.

Foi apenas um instante.

A fome falou nele antes da compaixão, e o cansaço antes da sabedoria. Por um momento, deixou de ver a árvore tal como era. Viu nela tudo o que prometia vida e não lhe trouxera alívio precisamente quando o desejara.

Tocou numa folha.

Depois disse:

«Que nunca mais ninguém coma fruto de ti.»

Não o disse em voz alta. Não houve na sua voz uma fúria que fizesse estremecer o caminho. Houve cansaço, juízo e um único lampejo cortante de uma vontade que, por um momento, se reduzira à própria fome.

Quando se extinguiu o som das palavras, Jesus ficou imóvel.

Olhou para a sua mão pousada no ramo.

Como se só depois de a palavra lhe ter saído da boca lhe tivesse sentido o peso.

Depois retirou a mão.

Os discípulos ficaram calados. Ninguém lhe perguntou por que o fizera. Seguiram caminho para Jerusalém, mas Tomé voltou a cabeça mais uma vez para olhar a árvore.
As folhas verdes moviam-se ao de leve com o vento, como se nada tivesse acontecido.

No dia seguinte regressaram pelo mesmo caminho.

Pedro foi o primeiro a reparar na figueira. Estacou tão de repente que Tiago quase o abalroou.

«Rabi», disse, apontando. «Olha. A figueira que amaldiçoaste secou.»

Pararam todos.

A árvore, que ainda na véspera estava verde e coberta de folhagem, secara. As folhas pendiam enroladas e cinzentas, os ramos tinham perdido a elasticidade e, aqui e ali, a casca soltava-se do tronco. Não parecia uma árvore que definhara aos poucos. Parecia uma árvore de que a vida se retirara de uma só vez, desde a raiz à última vergôntea.
Uma inquietação apoderou-se dos discípulos.

Já tinham visto muitos sinais. Tinham visto a água mudar-se em vinho. Tinham visto doentes curados, cegos a ver e coxos a andar. Tinham visto Lázaro sair do túmulo.
Mas aquela árvore tocou-os de outra maneira.

Aquele milagre não trouxera cura.

Faltava também a alegria da multidão.

Ninguém abraçou o seu filho. Ninguém ergueu os olhos ao céu a dar graças por uma vida restituída.

Tudo naquele acontecimento parecia duro, silencioso e irrevogável.

Jesus voltou-se para eles.

«Tende fé em Deus», disse. «Em verdade vos digo: se alguém disser a este monte "Ergue-te e lança-te ao mar" e não duvidar no seu coração, mas acreditar que se fará o que diz, assim lhe acontecerá.»
Ergueu os olhos para as encostas à beira do caminho.

«Por isso vos digo: tudo o que pedirdes na oração, acreditai que já o recebestes e ser-vos-á dado. Mas, quando estiverdes de pé a rezar, se tiverdes alguma coisa contra alguém, perdoai, para que também o vosso Pai vos perdoe.»
Estas palavras caíram no meio deles como pedras em água funda.

Ninguém respondeu logo.

Cada um ouviu nelas algo diferente.

Pedro ouviu um apelo à força.

João, o mistério da confiança.

Judas, a possibilidade do poder.

Tomé, uma pergunta.

Hesitou por um instante. Depois chegou-se mais a Jesus.

«Senhor», disse com cautela.

Jesus olhou para ele.

«Pergunta, Tomé.»

Tomé baixou os olhos para as raízes secas da figueira.

«Vimos-te mudar a água em vinho. Vimos-te curar os doentes. Vimos-te ressuscitar os mortos. Vimos Lázaro sair do túmulo, onde já jazia na escuridão com o cheiro da morte entranhado no corpo.»
Fez uma pausa.

«E agora vimos que à tua palavra uma árvore secou.»

Alguns discípulos remexeram-se, inquietos. Pedro franziu o sobrolho como se quisesse calar Tomé, mas Jesus levantou a mão.
«Deixai-o falar», disse. «Quem pergunta é porque ainda está desperto.»

Tomé inspirou.

«Porque não fizeste então com que desse um figo? Se tinhas fome e a árvore não tinha fruto, porque não lhe deste esse fruto? Porque foi mais fácil tirar-lhe a vida do que fazer vir o fruto aos seus ramos?»
O silêncio adensou-se.

Tomé continuou, agora com mais coragem:

«E, se um homem que tem fé pode dizer a um monte que se erga e se lance ao mar, porque não há de poder dizer a uma árvore: Dá um figo?»
Jesus contemplou-o com uma gravidade afetuosa.

«Tomé», disse, «quando uma criança vê pão, julga que o pão começa nas mãos do padeiro. O sábio, porém, sabe que começa muito antes. No grão que caiu à terra. Na chuva

que veio a tempo. No sol que não queimou de mais. Nas mãos de quem semeou. Na pedra do moinho. No fogo do forno.»
Apontou para a figueira.

«Por trás de cada coisa que vês diante de ti há uma longa sucessão de coisas ocultas. Também o fruto da figueira é mais do que um fruto. Para estar hoje suspenso de um ramo, tinha de já lá estar ontem, mais pequeno. Um mês atrás tinha de ser quase invisível, escondido no corpo da árvore. Antes disso, tinha de ser um princípio de fruto que recebeu seiva, luz e tempo. E antes ainda tinha de ser uma árvore que trazia em si a força de dar fruto.»
Tomé escutava sem se mover.

Jesus pegou numa folha seca. Ao seu toque, desfez-se-lhe entre os dedos.

«A realidade que vedes não é uma única pele estendida sobre o mundo. É feita de camadas. Como a cebola que uma mulher vai desfolhando junto ao lume. Uma camada sustenta outra. O que hoje se mostra assenta no que ontem foi. E o que ontem foi assenta no que existiu antes.»
Olhou para todos.

«Uma mente fraca só vê a última camada e julga que nela está o mundo inteiro. Uma mente mais forte vê mais fundo. E uma mente cheia de fé pode tocar nos lugares onde as coisas ainda não estão de todo encerradas.»
João ergueu os olhos.

Jesus prosseguiu:

«Há coisas que se podem alterar, porque as suas raízes estão perto. Um corpo doente ainda anseia pela vida. A água traz em si a obediência da criação. O coração de um homem pode converter-se num só instante. Nem a morte é a muralha que julgais, quando o Pai chama pelo nome aquele que dorme.»
Ao ouvirem falar da morte, surgiu-lhes na memória o túmulo de Lázaro. A pedra arredada da entrada. O cheiro a decomposição. O homem envolto em faixas de linho que saiu cá para fora à voz de Jesus.

«Mas fazer nascer um figo numa árvore quando não é tempo de figos», disse Jesus devagar, «é mais do que mandar a um ramo que dê fruto. Seria preciso reescrever muitas camadas de uma só vez. Teria de lá estar o crescimento de ontem, que não houve. Teria de

lá estar uma maturação que não se deu. Teria de lá estar a seiva que há dias viesse a correr para o fruto. Teria de lá estar um tempo que não passou por ali.»
Tomé franziu a testa.

«Mas Deus tudo pode.»

«Deus tudo pode», anuiu Jesus. «Mas Deus não é um prestidigitador que, no mercado, ilude os olhos de uma criança. O Pai não criou o mundo para o rasgar a cada passo como uma túnica velha e o voltar a coser ao sabor da nossa impaciência. Criou uma ordem. E essa ordem também é a sua vontade.»
Tomé continuava, porém, a olhar para a árvore seca.

«Isso explica por que razão não havia nela um figo», disse. «Não explica por que a amaldiçoaste.»

Pedro voltou-se bruscamente para ele.

«Tomé...»

«Não», interrompeu-o Jesus com serenidade.

Olhou para Tomé.

«Fazes bem em perguntar.»

Caiu sobre o caminho um tal silêncio que se ouvia o roçar das folhas secas a seus pés.

Tomé deu mais um passo.

«Não te pergunto o que significava a árvore», disse. «Nem o que significa a cidade ou o Templo. Pergunto-te porque o fizeste tu, naquele instante.»
Jesus olhou para a figueira.

Por muito tempo não respondeu.

Quando falou, tinha a voz mais baixa do que antes.

«Porque tinha fome.»

Os discípulos ficaram imóveis.

«Estava cansado», prosseguiu. «A noite fora longa e são difíceis os dias que aí vêm. Quando vi a folhagem, desejei o fruto. E, quando não o encontrei, por um momento a fome reduziu o mundo à única coisa que eu queria.»
Pedro baixou os olhos.

Jesus tocou no tronco seco.

«Vi naquela árvore o Templo, a cidade e o homem que por fora transbordam de vida, mas nada dão a quem tem fome. O que vi era verdadeiro. No entanto, a verdade pode ser dita a partir de um lugar impuro. Até uma palavra justa pode tornar-se cruel quando é a fome, a cólera ou a soberba que a profere.»
Tomé fitava-o, como se não tivesse a certeza de ter ouvido bem.

«Então zangaste-te com a árvore?»

«Por um instante», disse Jesus. «Não como se zanga um homem que deseja destruir. Antes como se agasta quem estendeu a mão para uma dádiva e não a encontrou. A árvore não tinha culpa. Não era a estação dos seus frutos. Mas, naquele momento, eu não vi o tempo da árvore por inteiro. Só vi a minha fome.»
João perguntou:

«E foi por isso que a tua palavra a matou?»

Jesus assentiu.

«Quanto mais forte e una é a consciência de um homem, maior é o peso da sua palavra. Vós podeis dizer muita coisa num momento de enfado, e o vento leva as vossas palavras. Mas, quando um homem se encontra perto das raízes do ser, até um breve desvio no seu íntimo pode deixar marca.»
Olhou para eles, um por um.

«É por isso que um grande poder não é apenas um dom. É um fardo. Quem pode curar pela palavra tem de velar também pela palavra que diz quando está cansado. Quem pode mover um monte tem de discernir se o seu desejo vem do Pai ou apenas da dor que naquele momento o atravessa.»
Tomé apontou de novo para a figueira.

«Mas continuo sem compreender. Se a tua palavra podia matar a árvore, porque não podia obrigá-la a dar fruto?»
Jesus apanhou do chão um pedaço de ramo seco.

«Porque a decomposição e a criação não exigem o mesmo.»

Partiu o raminho entre os dedos.

«A morte já estava nesta árvore como possibilidade. Está em cada folha, em cada raiz, em cada corpo. Tudo o que nasce traz também em si a possibilidade de perecer. A minha palavra abriu caminho ao que já era possível dentro dela.»
Depois estendeu a mão vazia.

«Mas, naquele momento, não havia nela um figo pronto a nascer. Para nascer, teriam de se unir a árvore, a seiva, o sol, a terra e o tempo. Teria de pedir a tudo o que existe que se curvasse em torno da minha fome.»
O seu olhar endureceu, não para com os discípulos, mas para consigo mesmo.

«Naquele instante, a fome era só minha. Não pedia pela vida de uma criança nem pela cura de alguém que sofria. Queria alimentar-me a mim próprio.»
Judas tomou a palavra:

«Que mal há em que um homem com fome queira comer?»

«Nenhum», respondeu Jesus. «A fome não é pecado. Nem é pecado desejar pão. Mas o poder torna-se perigoso quando exige que o mundo desfaça a sua ordem só porque aquele que o detém não está disposto a suportar um instante de privação.»
Fez uma pausa.

«Para a maldição basta uma fenda. A bênção exige harmonia.»

Ninguém se mexeu.

As palavras ficaram no meio deles, simples e pesadas.

«Por vezes, o poder obedece até a uma vontade ferida», prosseguiu Jesus. «Pode quebrar, apressar a decomposição, abrir a porta ao medo ou à morte. Mas a vida não se abre por inteiro a uma vontade assim. A vida nasce onde a vontade de um só se encontra com a vontade do todo.»
Tomé ficou a pensar.

«Então terias podido criar um figo se isso estivesse de acordo com a vontade do Pai?»

Jesus olhou para ele.

«Se esse figo fizesse parte do caminho que dá vida, não teria sido criado do nada. Tudo o que existe teria caminhado para ele, ainda que vós não vísseis o caminho. Mas criá-lo apenas para calar o meu próprio estômago por um instante não seria um milagre no Pai. Seria sujeitar o mundo ao meu capricho.»
Olhou para as colinas desertas ao longe.

«Quando estive no deserto, o tentador disse-me que transformasse as pedras em pão.»

Alguns dos discípulos tinham ouvido falar desse episódio, outros não. Agora todos escutavam atentamente.

«Tinha então mais fome do que ontem», prosseguiu Jesus. «O meu corpo gritava por comida. A pedra à minha frente parecia uma broa e a voz dizia-me: se tens poder, usa-o. Prova quem és. Sacia a tua fome.»
«E tu recusaste», disse João.

«Recusei, porque o poder não deve servir a fome de quem o detém. Nem só de pão vive o homem, e quem recebeu um dom do Pai não pode fazer dele um servo do seu próprio desejo.»
Olhou para a figueira.

«Ontem não transformei a árvore em alimento. Mas por um instante condenei-a por não me ter alimentado. As duas tentações tinham a mesma raiz.»
Pedro abanou a cabeça.

«Mas tu és sem pecado, Senhor.»

Jesus fitou-o.

«E que julgas tu, Pedro, que significa ser sem pecado? Não sentir fome? Não sentir cólera? Não saber o que é a tentação?»
Pedro não respondeu.

«A pedra não sente a tentação», disse Jesus. «Nem por isso é santa. A pureza não está em nunca passar pelo homem um impulso sombrio. Está em vê-lo por inteiro, em não lhe chamar luz e em não o deixar tornar-se seu senhor.»
Olhou para a palma da mão.

«Ontem só o vi depois de a palavra ter saído de mim.»

Tomé disse:

«Então, mesmo um homem inteiramente consciente de si pode, por um instante, falhar?»

«Enquanto traz consigo um corpo, traz consigo a voz dele», respondeu Jesus. «A fome, a dor, o medo e o cansaço entram na consciência como o vento entra numa casa. O homem que está desperto reconhece-os. Mas, se a porta ficou aberta e a noite foi longa, uma rajada mais forte pode derrubar a candeia.»
«E depois?», perguntou João.

«Depois levanta-a. Vê o que aconteceu. Não encobre as trevas com o nome de Deus.»

Jesus voltou-se de novo para Tomé.

«Perguntaste porque não preferi salvar a árvore ou dar-lhe um fruto. Porque, naquele momento, eu não queria criar. Queria receber. E, quando não recebi, a minha palavra tornou-se juízo.»
Tomé baixou os olhos.

«É então mais fácil destruir do que criar?»

«Sim», disse Jesus. «Não só para as mãos do homem, mas também para a sua vontade. Para destruir uma casa basta um golpe. Para a construir é preciso pedra, medida, paciência e o acordo de muitas mãos. Para ferir um homem basta uma única palavra dita com cólera. Para lhe curar a alma, às vezes nem uma vida inteira de amor chega.»
Passou a palma da mão pela casca seca.

«Um íntimo dividido é capaz de destruir. Mas só da unidade pode nascer a criação.»

Tomé fez uma pausa e disse:

«Mas, quando em Caná mudaste a água em vinho, também alteraste a ordem das coisas.»

«Em Caná não fiz nascer a alegria do nada», respondeu Jesus. «Havia água. Havia os vasos da purificação. Havia uma boda. Havia a vergonha da família, a quem o vinho começava a faltar. Havia a confiança da minha mãe. Havia uma festa que devia continuar e uma hora que se abria.»
A lembrança de Maria trouxe a Jesus um leve sorriso.

«O vinho que veio não foi uma negação do mundo. Foi um sinal de que o Pai sabe encher os vasos vazios. Não era para mim. Foi uma dádiva para os outros.»
«E Lázaro?», perguntou Tomé.

«Quando chamei Lázaro, não fui buscar um estranho ao nada. Chamei um irmão que o Pai conhecia pelo nome. O seu corpo jazia no sepulcro, mas, no Pai, a sua história não chegara ao fim. O amor das suas irmãs, a dor que sentiam, o meu amor por ele e a vontade do Pai encontraram-se num só instante. A fé tocou a camada em que ainda era possível dizer: Vem para fora.»
Tomé voltou a olhar para a figueira.

«E aqui só havia a tua fome.»

«Nela se encontrou também a verdade acerca da cidade», disse Jesus. «Por isso se tornou a árvore um sinal. Mas o meu enfado deu a esse sinal uma dureza que bem podia ter-lhe sido poupada.»
«Podia então o sinal ter-se dado de outra maneira?», perguntou João.

Jesus refletiu por uns instantes.

«Podia.»

«Como?»

«Podia ter-vos mostrado as folhas e dito: Vede como se parece com o templo, que promete vida e não dá fruto. Podia ter-me afastado dela com fome e deixado que desse fruto a seu tempo.»
Pousou a mão no tronco.

«A verdade não precisava que a árvore morresse. Isso fui eu que lhe acrescentei naquele instante.»

Aquelas palavras inquietaram-nos mais do que o próprio milagre.

Estavam habituados a ver em Jesus aquele que tinha a resposta. Agora viam diante de si alguém que examinara os próprios atos e não desviara os olhos do que neles encontrara.
Pedro tomou a palavra:

«Porque nos dizes isto? Podias ter dito apenas que a árvore era um sinal. Nenhum de nós teria duvidado.»
Jesus olhou para ele.

«Precisamente por isso.»

Pedro não compreendia.

«Quem tem poder é sempre tentado a chamar à sua vontade a vontade de Deus. Quando alguma coisa lhe corre bem, diz: O Pai assim o quis. Quando destrói alguma coisa, diz: Fez-se justiça. Quando fere alguém, diz: Servi a verdade.»
A voz de Jesus ganhou força.

«Mas nem toda a palavra que tem poder procede inteiramente do Pai. Nem todo o êxito é prova de pureza. E nem todo aquele a quem a força obedeceu foi justo.»
Judas observava-o muito atentamente.

«Como havemos então de o saber?», perguntou.

«Pelos frutos.»

Jesus apanhou do chão um dos raminhos mirrados.

«Não pela grandeza do sinal. Nem pelo número dos que se inclinam. Nem por a terra tremer ou o fogo descer do céu. Perguntai o que ficou depois do ato. Mais vida ou mais

medo? Mais verdade ou mais obediência àquele que mostrou a sua força? Mais liberdade ou mais dependência?»
Olhou para a árvore seca.

«Este sinal trouxe conhecimento. Mas à árvore trouxe a morte. Por isso nem tudo nele é luz.»

Passado um momento, Tomé perguntou:

«E o monte? Disseste que quem tivesse fé diria ao monte que se lançasse ao mar. Isso não é pouca coisa. É mais do que um figo numa árvore.»
Jesus esboçou um sorriso.

«Pensas que um monte é só pedra?»

Tomé não respondeu.

«É também um monte o medo que se ergue diante de um homem e se faz passar por eterno. É um monte o império que oprime os fracos e diz: Ninguém me moverá. É um monte a culpa que carregas há tanto tempo que acabas por crer que é o teu próprio corpo. É um monte a morte diante da qual todos se curvam.»
Os discípulos calaram-se.

«Quando um homem se agarra à fé como a um bordão, a fé ajuda-o a caminhar. Mas quando crê a ponto de se entregar por inteiro ao Pai, a sua fé torna-se o lugar onde a vontade de Deus toca o mundo. É então que os montes se movem. Não porque o homem dê ordens a Deus, mas porque deixa de se pôr no seu caminho.»
Tomé ficou em silêncio por um momento.

«E terão todos os homens a mesma fé? Pode qualquer um dizer ao monte que se mova?»

Jesus deteve-se. Não havia severidade no seu olhar. Havia uma tal profundidade que parecia olhar para além de Tomé, através dele, até ao lugar onde o homem se encontra consigo mesmo.

«Nem todos têm a mesma fé», disse. «Tal como nem todos têm os mesmos olhos, embora todos contemplem o mesmo mundo. Um vê apenas a pedra. Outro vê o caminho. Outro vê a mão do Pai, que sustém a pedra, o caminho e a ele próprio.»
Tomé escutava com atenção.

«A fé de um homem não cresce apenas do que os seus lábios proferem», prosseguiu Jesus. «Cresce na medida em que ele desperta no seu íntimo. Muitos vivem como quem

sonha. Veem, ouvem, comem, zangam-se, têm medo e sentem desejos, mas não sabem quem é que, dentro deles, vê, quem ouve, quem tem medo e quem deseja.»
Os discípulos permaneciam calados. Estas palavras eram diferentes das parábolas do campo, dos peixes e do pão. Tocavam em algo invisível que, no entanto, cada um deles trazia em si.

«A maior fé», disse Jesus devagar, «tem-na aquele que tem plena consciência de estar consciente. Aquele que não só olha para o mundo como sabe que é ele quem olha. Que não só pensa como vê os pensamentos passar diante de si, indo e vindo como as nuvens. Que não só sente medo como sabe que o medo não é seu senhor.»
Tomé franziu o sobrolho, pelo esforço de compreender, sem sombra de recusa.

Jesus continuou:

«Um homem assim não fica preso a cada camada do mundo como uma mosca ao mel. Penetra mais fundo. Vê o corpo e sabe que é mais do que um corpo. Vê o pensamento e sabe que é mais do que um pensamento. Vê a dor e sabe que é mais do que a dor. E, quando deixa de se enganar acerca de quem é, deixa de se submeter, impotente, ao que nele muda.»
Tomé perguntou:

«E uma consciência assim pode fazer milagres?»

Jesus olhou para ele.

«O homem, por si só, não. Pois, se dissesses: Sou eu que faço milagres, já estarias separado do Pai. E a separação é fraqueza, por muito que se disfarce de poder.»
Levou a mão ao peito.

«A consciência de quem despertou por inteiro já não anda dividida entre o medo, o desejo, o orgulho e a dúvida. É límpida como a superfície da água quando o vento não sopra. Nessa água pode espelhar-se o céu. E, quando o céu se reflete num homem sem se desfigurar, pode acontecer por obra dele aquilo a que chamais milagre.»
Pedro interveio:

«Então não é a força do homem que faz o milagre?»

«Não», disse Jesus. «O milagre dá-se onde o homem deixa de ser um obstáculo. Onde a sua consciência, livre da turvação de tudo quanto deseja para si, se abre ao que o Pai quer.»
Olhou para a figueira.

«Ontem mostrei-vos também o contrário.»

Tomé ergueu os olhos.

«A fome nasceu em mim, mas nesse instante não me limitei a contemplá-la. Por um momento, fui eu mesmo aquela fome. E, quando um homem se torna a sua fome, o seu medo ou a sua ira, a sua consciência estreita-se. Só vê o que lhe falta.»

«Mas tu apercebeste-te disso», disse João.

«Só depois de pronunciar a palavra.»

A resposta de Jesus foi simples.

«Despertar não significa que o vento deixe de soprar. Significa que o homem reconhece cada vez mais cedo o que o vento faz no seu íntimo. Por vezes, reconhece-o antes de agir. Por vezes, enquanto age. E por vezes só pela árvore que deixa seca atrás de si.»

Tomé assentiu devagar.

«Foi por isso que nos disseste que perdoássemos ao rezar?»

«Sim. Um homem pode pedir com fé, mas, se o seu íntimo transborda de ira, a sua fé unir-se-á à ira. Pode pedir justiça quando, no fundo, tem sede de vingança. Pode falar da verdade quando, no fundo, quer humilhar o outro.»

Jesus percorreu os discípulos com o olhar.

«Por isso não basta não ter dúvidas. Também Judas pode estar convicto. Também um homem violento pode agir sem hesitar. A unidade não é um bem em si quando tudo num homem se une no ódio.»

Ao ouvir aquelas palavras, Judas ficou um pouco mais tenso.

«A verdadeira fé é mais do que a força da convicção», prosseguiu Jesus. «É a união do homem com o Pai. Quanto mais a vossa vontade se aproximar da sua, menos pedireis coisas que só a vós aproveitem.»

Tomé perguntou:

«Como distinguiremos a vontade do Pai do nosso próprio desejo?»

Jesus apontou-lhe para o peito.

«Primeiro, confessando o que tu próprio desejas. Sem enfeites. Sem palavras piedosas.»

«E depois?»

«Pergunta a ti mesmo a quem o teu pedido há de trazer vida.»

Jesus pegou numa folha seca.

«Os bons pedidos geram vida, por mais difíceis que sejam. Os maus pedidos só geram uma prova da força de quem os faz. Quando pedes para dar de comer, curar, perdoar e levar o fardo do teu próximo, o teu pedido assemelha-se ao Pai. Quando pedes para causar espanto, vencer, possuir ou fugir ao caminho que te foi dado, então já não pedes a Deus, pões-no à prova.»
Tomé disse:

«E quando não temos a certeza?»

«Então esperai.»

Jesus olhou para a árvore seca e, ao longe, para os montes verdes que se erguiam atrás dela.

«Por vezes, esperar é uma forma mais pura de fé do que agir. Quem não souber se a sua vontade serve a vida não se apresse a investi-la de poder. Deixe-a primeiro ficar de pé diante do Pai.»
Pedro contemplava os ramos secos.

«Se ontem tivesses esperado, a árvore estaria viva.»

«Sim», disse Jesus.

Não havia na sua voz qualquer intuito de se defender.

Pedro não soube o que responder.

Passado um momento, Tomé voltou a falar:

«Podes trazê-la de volta à vida?»

Todos se voltaram para Jesus.

Jesus pousou a palma da mão no tronco. Fechou os olhos.

Ficou assim muito tempo.

Os discípulos esperavam para ver se a seiva voltava a correr pelos ramos, se as folhas secas se endireitavam e se da casca dura rompia algum rebento verde.
Nada aconteceu.

Jesus abriu os olhos.

«Podia pedir ao Pai que lhe restituísse a vida», disse. «Mas nem sequer a reparação deve servir-me para provar que posso apagar o meu erro.»
Tomé franziu o sobrolho.

«Porque não há de voltar a viver, se foi pela tua palavra que morreu?»

«Talvez venha a viver», respondeu Jesus. «Talvez um dia lhe nasça das raízes um novo rebento. Mas, se agora a ressuscitasse só para vos ocultar a consequência daquele instante meu, voltaria a usar o poder em meu proveito.»
Passou os dedos pela casca fendida.

«Nem toda a culpa se repara apagando-lhe as consequências. Por vezes, a consequência tem de ficar à vista para que se torne verdade.»
Tomé olhou para ele.

«Então esta árvore vai carregar o teu erro?»

«E o que com ele aprendi», disse Jesus. «E talvez um dia o que vós aprendestes também.»

Fez uma pausa.

«Qual de nós não desejaria arrancar cada árvore seca que lhe recorda quem já foi? Mas uma árvore que fica pode proteger muitas outras da mesma palavra.»
Pedro soltou um longo suspiro.

«Custa ouvir-te falar assim.»

«Porque quereis que aquele a quem seguis esteja longe da vossa fraqueza», disse Jesus. «Julgais que só vos pode salvar quem nunca sentiu o que vós sentis. Mas como vos guiaria através da tentação alguém que não conhecesse a sua voz?»
«E então como havemos de saber se devemos seguir-te?», perguntou Judas.

Jesus fitou-o serenamente.

«Não me sigais por julgardes que nunca tropeço. Segui-me onde, mesmo depois de tropeçar, não volto as costas à verdade.»
Judas desviou o olhar.

Tomé continuava a contemplar a árvore.

«Disseste que quem quer o figo sem a flor quer a dádiva sem o caminho.»

«Sim.»

«E quem amaldiçoa a árvore por não ter encontrado nela um figo?»

Jesus olhou na direção de Jerusalém.

«Quer que o mundo seja castigado pelo que a ele próprio falta.»

A respiração de Tomé estremeceu.

Jesus prosseguiu:

«É isso que fazem os reis. É isso que fazem os governantes. É isso que os pais fazem aos filhos e os senhores aos seus servos. Têm fome de poder, de respeito ou de segurança, e depois castigam o mundo por lhes não ter saciado a fome.»
Apontou para a figueira.

«Por isso, guardai esta árvore na memória. Como sinal do templo sem fruto e também como sinal do perigo que há num homem cuja palavra tem poder.»
João perguntou:

«Então é melhor não ter poder?»

«Não», respondeu Jesus. «Sem poder, não seríeis capazes de erguer quem caiu, proteger uma criança ou construir uma casa. O poder não é um mal. O poder revela o que está dentro do homem.»
«Como o fogo?», disse João.

«Como o fogo. Nas mãos de quem ama, aquece. Nas mãos de quem tem medo, queima.»

Tomé disse:

«E quanto maior o fogo, mais limpas há que ter as mãos.»

Jesus assentiu.

«Quanto maior o poder, menos pode um homem permitir-se dar ao menor dos seus enfados o nome de justiça.»

Por um momento só se ouviu o vento nas folhas secas.

Depois Jesus pôs-se de novo a caminho.

Os discípulos seguiram-no, mas caminhavam mais devagar do que antes. A figueira ficou para trás, à beira do caminho, como um sinal que não se deixava encerrar facilmente num único sentido.
Era a imagem de um templo cheio de ritos e vazio de misericórdia.

Era a imagem do homem que por fora se cobre de verdura, mas nada dá a quem tem fome.

Era a prova do poder da palavra.

Era também a consequência de um instante em que a fome falara mais alto do que a harmonia com tudo o que existe.

Pedro pensava na fé capaz de mover um monte.

Mas, pela primeira vez, perguntava-se também se todo o monte que um homem é capaz de mover deve ser movido.

João pensava na superfície da consciência, em que o céu se podia espelhar. Compreendera, porém, que mesmo na água mais límpida pode cair uma pedra que desfaça por um instante a imagem.
Judas pensava no poder. O que o ocupava não era o seu peso, mas a possibilidade de o mundo, afinal, obedecer à vontade de um homem que não duvida.
Tomé pensava no figo que não pudera nascer porque o seu caminho não chegara a cumprir-se.

E depois também na árvore que morrera porque, por um breve instante, quem sobre ela pronunciara a palavra se desviara da harmonia do seu caminho.
Jesus seguia à frente deles, rumo a Jerusalém.

A fome já passara, mas ia com ele a lembrança viva da árvore seca. Não a pôs de parte como se fosse um erro que ficasse mal na história de um justo. Levava-a consigo como um aviso silencioso.
Quanto mais se aproximavam da cidade, mais nítidos se desenhavam no horizonte os muros do templo.

Também eles estavam cobertos de folhas.

De orações, sacrifícios, vestes, incenso, leis e promessas.

E, no entanto, à sua sombra continuava a haver quem tivesse fome.

Sobre todas as camadas do tempo adensava-se já a sombra da cruz.

Nenhum dos discípulos compreendia ainda que em breve estariam a olhar para outra árvore. Para um madeiro seco erguido entre o céu e a terra. Nele veriam o homem de quem esperavam os frutos do reino, e, diante dos seus olhos, só haveria sangue, dor e morte.
Julgariam que todas as promessas tinham secado.

Ficariam à espera de ver se ele usaria o seu poder em proveito próprio.

Se ordenaria aos cravos que se soltassem.

Se ordenaria ao madeiro que se partisse.

Se ordenaria ao céu que destruísse os que escarneciam dele.

E ele voltaria a ter fome.

Teria sede.

Estaria cansado e abandonado.

Mas dessa vez não deixaria que a dor lhe reduzisse o mundo inteiro ao seu próprio sofrimento.

Não pediria que a existência se curvasse ao seu medo.

Não lançaria maldição sobre os que lhe tiravam a vida.

Havia de lhes perdoar.

Só então Tomé compreenderia que a verdadeira grandeza do seu mestre não consistia em ter sido capaz de secar uma árvore.
Consistia em ele próprio ter ficado suspenso de uma árvore e, podendo amaldiçoar o mundo inteiro, não o ter feito.

Só então compreenderiam que as camadas mais profundas da realidade se movem pela vontade silenciosa de quem permanece em harmonia com o Pai mesmo em plena dor, e não pelo estrondo do poder.
Só então compreenderiam que nem sempre o maior milagre se manifesta como um fruto no ramo no dia em que um homem tem fome.
Por vezes manifesta-se como uma palavra de perdão no dia em que um homem teria o direito de amaldiçoar.

Por vezes só depois da morte da árvore.

Por vezes só quando da madeira seca brota vida para o mundo inteiro.

11. Elarion: Mareia Lioren

Mareia Lioren aprendera a ter medo em silêncio.

Não por ser fraca. Muitas vezes, os fracos dão voz ao medo na esperança de que alguém os salve. Mareia tinha medo em silêncio porque durante muito tempo acreditara que lhe cabia a ela, e só a ela, salvar a própria dignidade.

Ao princípio, Arien nunca lhe batera.

Ao princípio, era atencioso.

A atenção é perigosa quando se faz passar por amor e, na verdade, anda a sondar limites.

Lembrava-se do que ela dizia. Reparava quando estava cansada. Sabia de que sítios da cidade ela não gostava, o que bebia enquanto trabalhava, que pessoas achava vazias e em quem confiava. A princípio, ao lado dele, Mareia sentiu que alguém a via. Mais tarde, que alguém a vigiava. A passagem de uma coisa à outra deu-se devagar, como a mudança da luz antes de uma tempestade.

«É só por me preocupar contigo», dizia ele, quando lhe perguntava com quem estivera.

«Só não quero que se aproveitem de ti», dizia, quando punha em causa os amigos dela.

«Eu sei bem como as pessoas pensam», dizia, quando a queria convencer de que era ingénua a julgar os outros.

Mareia era uma aureliana de uma linhagem antiga, embora não das mais ilustres. A família Lioren era mais conhecida pelos seus curadores, arquivistas e professores do que pelos seus políticos. Em criança tinham-lhe ensinado que a sensibilidade não é o contrário da coragem. Demorou a compreender que, para Arien, a sensibilidade dela era um ponto onde podia exercer pressão, longe de ser um dom.

Anos antes de conhecer Arien, Mareia trabalhara num projeto para facultar dados de saúde anonimizados à investigação de doenças hereditárias. Acreditava que a partilha podia abreviar a espera por um tratamento. Um sistema regional de seguros cruzou, contudo, aqueles dados aparentemente anónimos com moradas e identificou várias famílias. Os prémios de seguro subiram-lhes antes sequer de se confirmar que estavam doentes.

Mareia ajudara as famílias a recuperar as condições iniciais e testemunhara na auditoria ao projeto. Continuou a defender a investigação. Desde então, porém, passou a procurar em cada pedido quem poderia servir-se dos resultados, durante quanto tempo os

conservaria e quem teria conhecimento de que consultara os dados. Essa prudência acompanhá-la-ia em todas as discussões futuras sobre a transparência.

O incidente ocorreu no apartamento dele, sobranceiro ao bairro financeiro de Nitra.

Lá fora chovia. Cá em baixo, no vidro molhado das ruas, refratavam-se as luzes dos módulos autónomos. Mareia chegara tarde porque a reunião sobre os arquivos de saúde se prolongara. Arien estava à janela. Nem se voltou.

«Estiveste com ele?»

Não precisava de dizer o nome.

Jesair Davion surgira entre os dois antes de a própria Mareia saber que ele lhe tocara na vida. Entrara nela, primeiro, como uma serenidade junto da qual ela começara a distinguir melhor o seu próprio desassossego.

«Estive numa reunião», disse ela.

«Não foi isso que te perguntei.»

«Então faz uma pergunta melhor.»

Arien voltou-se.

O que trazia no rosto não era ira no sentido habitual. Era a expressão de quem se sente ofendido. Como se a independência de Mareia fosse uma falha num sistema que lhe devia pertencer a ele, em vez de um direito dela.

«Sabes o que fazem os homens como Davion?», perguntou. «Entram numa sala e toda a gente se porta como se estivesse a ouvir uma antiga profecia.»

«Jesair não tem culpa disso.»

«Jesair», repetiu Arien.

Pronunciou o nome suavemente. E foi isso que o tornou pior.

«Tens medo dele», disse Mareia.

Por um instante, fez-se entre eles um silêncio absoluto.

Então ele veio até junto dela. Depressa. Demasiado depressa. Agarrou-lhe o pulso.

«Não tenho medo de ninguém.»

Apertou.

O bastante para lhe mostrar que era capaz de lhe partir um osso, sem chegar a fazê-lo.

Mareia olhou-o nos olhos.

«Larga-me.»

«Primeiro dizes-me a verdade.»

«A verdade é que neste momento tenho medo de ti.»

Os dedos dele afrouxaram apenas uma fração.

Aquelas palavras não o chamaram a si. Ofenderam-no.

«Agora sou um agressor, é isso?»

«És um homem que me está a segurar contra a minha vontade.»

Foi então que ele lhe bateu.

Mareia continuou de pé. Nada se partiu naquela sala e ninguém, à primeira vista, se teria apercebido do que acontecera. Na face ficou-lhe o calor da mão aberta dele. Por um instante, faltou-lhe o ar.

Arien empalideceu de imediato.

«Mareia...»

Ela levantou a mão.

Não para o deter com a força. Para deter a história que ele se preparava para contar.

Que não fora de propósito.

Que ela o provocara.

Que o assustara.

Que aquilo era amor, só que demasiado forte.

«Não», disse ela.

Foi a palavra mais baixa que se ouviu naquela sala.

E a mais forte.

Foi-se embora nessa mesma noite.

Não levou tudo. Só o que era capaz de carregar num saco e numa alma que por fim deixara de pedir desculpa por ter medo.

As semanas que se seguiram tiveram um vazio estranho. Arien escreveu-lhe, depois calou-se, depois mandou-lhe recados por conhecidos de ambos. Uma vez apareceu à porta do edifício onde ela trabalhava. Mareia não apresentou queixa. Não foi por compaixão. Foi antes porque não queria que a primeira história que se contasse em público sobre a sua liberdade tivesse por protagonista aquele homem.

Depois veio o debate em Nitra.

E Jesair.

Não como salvador. Mareia detestava a ideia de que uma mulher precisasse de ser salva por um homem para poder deixar outro. Ela partira sozinha.

Jesair era outra coisa.

Era a testemunha de um mundo em que, ao lado dele, não precisava de se fazer mais pequena.

Depois do debate sobre o RBI, saíram juntos da sala para o pátio interior do Conselho da União. Ao cair da noite, Nitra murmurava. Um módulo de transporte passou-lhes por cima, tão silencioso que se ouvia a água a correr no canal de pedra.

«Hoje disse uma frase que não lhe vão perdoar», disse Mareia.

«Qual?»

«Que é preciso proteger a privacidade das pessoas, mas não a invisibilidade do poder.»

Jesair encostou-se ao parapeito.

«Acha que me enganei?»

«Não. Só receio que alguns se sirvam da sua frase para abrir também os arquivos de saúde.»

«Não foi isso que eu disse.»

«Eu sei. Amanhã há de explicá-lo à comissão que já me enviou três pedidos.»

Jesair olhou para as notificações na sua interface. Tinham-lhe chegado a ele também.

«De manhã?»

«Às oito. Venha munido de paciência.»

Mareia ajeitou a manga sobre o pulso. «Também conheço quem chame preocupação a toda e qualquer intromissão na vida dos outros.»

Jesair não fez nenhuma pergunta. Foi algo que ela logo notou nele. A maioria das pessoas teria perguntado o que acontecera. Umas por interesse genuíno, outras por curiosidade, outras ainda para poderem tomar posição. Jesair soube calar-se de maneira a deixar que a história dela continuasse a pertencer-lhe.

«Arien Korveth», disse ela por fim.

Jesair assentiu.

«Vi-o hoje na sala.»

«Estava a olhar para si.»

«Eu sei.»

«E não como quem olha para um adversário.»

«Eu sei.»

Mareia olhou para ele.

«Isso não o inquieta?»

«Inquieta. Só tento não deixar que a inquietação mande em mim.»

Aquela frase ficou com ela.

Mais tarde, percorreram juntos a parte antiga de Nitra. Não tinham combinado fazê-lo. Simplesmente, nenhum dos dois mudou de rumo. Falaram dos arquivos, das crianças de Auriola, da possibilidade de mudar o mundo sem o tornar mais cruel pelo caminho.

Ao despedirem-se, aconteceu uma coisa de nada.

Mareia quis estender-lhe a mão, mas, no último instante, tocou-lhe com três dedos na face interna do pulso. Não foi intencional. Foi antes um gesto que se adiantou ao pensamento.

Por um momento, ambos se calaram.

«Desculpe», disse ela.

«Porquê?»

«Não sei.»

Jesair olhou para o sítio onde ela lhe tocara.

«Que estranho», disse em voz baixa.

«O quê?»

Por um momento, pareceu procurar as palavras.

«Senti que estava a recordar-me de alguma coisa. Mas não sei de quê.»

Mareia não respondeu.

Também ela o sentira.

Fora uma sensação ténue e indistinta, como um eco numa sala onde nunca entrara.

Depois de se despedirem, Mareia seguiu sozinha pelas ruas iluminadas de Nitra e, pela primeira vez em muito tempo, não sentiu que a solidão fosse um castigo.

Mais tarde, naquela noite, Arien enviou-lhe uma única mensagem.

As decisões pessoais nunca ficam pela esfera pessoal.

Mareia ficou muito tempo a olhar para ela.

Depois decidiu guardá-la.

Não sabia porquê.

Talvez porque certas ameaças comecem por parecer uma frase que ainda não se pode provar.

12. Terra: Jesus no monte

Jesus levou consigo Pedro, João e Tiago e subiu com eles ao monte para orar. Era já tarde quando seguiam pelo trilho pedregoso, pois o Sol declinava a ocidente e as sombras alongavam-se pela encosta. Os discípulos seguiam atrás dele em silêncio, sem saber por que razão os trouxera àquele lugar, e o temor roçava-os como um vento frio.

Ao chegarem a um lugar solitário, muito acima das terras em redor, Jesus afastou-se alguns passos e ergueu os olhos ao céu. Não falava em voz alta, mas os seus lábios moviam-se e parecia conversar com alguém oculto aos olhos. Pedro, João e Tiago ficaram de pé atrás dele, até que o cansaço da caminhada e o silêncio da noite os venceram. Sentaram-se no chão e as pálpebras pesaram-lhes.

E enquanto Jesus permanecia em oração, aconteceu diante deles algo que excedia o entendimento humano. O semblante de Jesus transfigurou-se e as suas vestes resplandeceram de uma brancura que nenhum tecelão na terra conhece. Não era a brancura do linho ou da túnica de lã, mas uma luz que parecia nascer de dentro. O rosto brilhava-lhe como se atrás dele se tivesse aberto o Sol e, no entanto, aquela luz não queimou os olhos dos que despertaram.

Pedro acordou de sobressalto, como quem ouviu uma voz em sonhos. João abriu os olhos e ficou sem fôlego. Tiago firmou as palmas no chão e fitou o que tinha diante de si, pois ao lado de Jesus estavam dois homens. Não eram como os peregrinos das aldeias nem como os anciãos dos pátios do templo. Envolvia-os a glória e os seus rostos eram graves, como se conhecessem o princípio e o fim de muitas eras.

Conversavam com Jesus. Falavam baixo, mas aos discípulos parecia que a um tempo compreendiam e não compreendiam o que diziam. Falavam do caminho que haveria de cumprir-se em Jerusalém, do sangue que seria derramado, do medo dos homens, do poder dos sacerdotes e da hora em que o Filho do Homem se entregaria nas mãos daqueles que não compreendem a luz.

Pedro olhava-os a tremer e no seu coração misturavam-se o júbilo e o medo. E, quando viu que aqueles dois pareciam preparar-se para partir, disse a Jesus:

«Mestre, é bom estarmos aqui. Façamos três tendas, uma para ti, outra para Moisés e outra para Elias.»

Não sabia, porém, o que dizia. Pois, quando um homem vê coisas para as quais não está preparado, a língua adianta-se-lhe ao entendimento.

Formou-se então uma nuvem sobre eles. Não subiu de baixo como o nevoeiro do vale, nem o vento a trouxe do mar. Desceu do alto, silenciosa e luminosa, e envolveu-os. Os discípulos entraram na sua sombra e apoderou-se deles um grande medo. Pois dentro da nuvem havia luz e nessa luz havia uma presença perante a qual o coração do homem se torna pequeno.

E da nuvem fez-se ouvir uma voz:

«Este é o meu Filho, o meu eleito. Escutai-o.»

Quando a voz se extinguiu, a nuvem abriu-se. A luz recolheu-se como a água que regressa às profundezas e Jesus achou-se sozinho diante deles. As suas vestes voltavam a ser as de um homem e o rosto trazia o cansaço da carne, mas nos olhos restava-lhe um reflexo de distâncias que os discípulos desconheciam.

Por muito tempo nenhum deles falou. Desciam do monte e as pedras rangiam-lhes debaixo dos pés na escuridão. Pedro voltou-se várias vezes, como se esperasse ver de novo os dois homens no alto do monte, mas já só viu o céu estrelado.

Por fim, tomou coragem e aproximou-se de Jesus.

«Senhor», disse em voz baixa, «aqueles dois que falavam contigo... eram Elias e Moisés?»

Jesus olhou para ele. Não respondeu logo. Deu ainda alguns passos, como se pesasse cada palavra para que ela não trouxesse consigo mais do que Pedro pudesse suportar.

«É um pouco mais complicado, Simão», disse por fim.

Pedro franziu o sobrolho.

«Mais complicado como, Senhor? Nós vimo-los. E sabíamos que eram eles.»

Jesus parou. As estrelas brilhavam sobre eles e a noite estava límpida. Apontou para o céu.

«Quando uma criança vê uma lamparina, julga que a luz habita o barro da vasilha. Quando um homem vê uma estrela, julga que é apenas um ponto na abóbada do céu. Mas o Pai criou mais do que o homem é capaz de nomear.»

Pedro levantou os olhos.

«Falas de anjos?»

«Falo também dos que chamaríeis anjos», disse Jesus. «Mas nem tudo o que vem do alto tem asas.»

Pedro não compreendia. João e Tiago chegaram-se mais perto, pois sentiam que Jesus falava de coisas que nunca antes lhes revelara.

Jesus prosseguiu:

«Vedes aquelas luzes? Julgais que só vos foram dadas para assinalar os dias e os anos. Mas junto de muitas delas há mundos que o Pai não deixou desertos. Há lugares onde os rios correm sob outro sol, onde as plantas erguem as folhas para outra luz e onde seres semelhantes ao homem procuram a verdade como vós a procurais.»

Pedro empalideceu.

«Homens?», perguntou.

«Homens», respondeu Jesus, «embora nem todos sejam como vós. Em alguns, o saber vem de mais longe. Alguns conheceram os segredos da natureza antes de os vossos pais edificarem as primeiras cidades. Sabem curar feridas que vos parecem incuráveis. Sabem falar à distância sem palavras. Sabem atravessar espaços que julgais intransponíveis. E quando um homem assim age no meio de vós, chamais-lhe milagre.»

Tiago estremeceu.

«Então um milagre não é um milagre?»

Jesus voltou-se para ele com um leve sorriso.

«Para a criança, também a semente de que nasce a árvore é um milagre. Para o sábio, é a lei da vida. Será por isso menor a glória do Pai? Não. Pois a lei que o homem conhece continua a ser a lei de Deus. E o mistério que o homem desvenda continua a ser um mistério que lhe foi permitido desvendar.»

Pedro ficou calado. As palavras acerca de outros mundos assustavam-no mais do que a nuvem no monte.

«E aqueles dois?», tornou a perguntar. «Se não eram Moisés e Elias como nós julgávamos, quem eram?»

Jesus contemplou o vale, onde ao longe tremeluzia o lume das aldeias.

«Eram aquilo que podíeis compreender», disse. «E ao mesmo tempo eram mais do que isso. Vieram sob nomes que o vosso coração conhece, pois, se viessem sem véu, cairíeis de rosto por terra e nada compreenderíeis.»

«Diz-nos a verdade», insistiu Pedro.

Jesus olhou-o com ternura, mas também com firmeza.

«Se hoje te dissesse toda a verdade, Simão, não a compreenderias. Farias dela um ídolo ou um medo. E nem uma coisa nem outra é fé.»

Pedro baixou a cabeça.

Jesus retomou o caminho e eles seguiram atrás dele.

Ao fim de algum tempo disse:

«Há entre os mundos quem vele pela humanidade. Não para vos tirar a liberdade, mas para que a chama não sufoque antes de aprender a arder. Seguem os vossos passos, guardam fronteiras que ainda não deveis transpor e por vezes tocam na história quando ela está prestes a tomar um mau rumo.»

João perguntou:

«E tu conhece-los, Senhor?»

Jesus respondeu:

«Conheço-os. E eles conhecem-me a mim.»

Havia naquelas palavras qualquer coisa a que os discípulos não sabiam dar nome. Não soavam ao discurso de um mestre sobre os profetas, mas à lembrança de alguém que viera de mais longe do que os caminhos dos homens alcançam.

Pedro voltou a olhar para o céu. As estrelas já não lhe pareciam pequenas luzes pregadas na abóbada celeste. Pareciam-lhe portas. E por trás de cada uma delas podia haver um mundo que lhe devolvesse o olhar.

«Porque nos mostraste isto?», perguntou.

Jesus deteve-se à beira do trilho. A noite estava silenciosa.

«Porque virá a hora em que vereis a minha fraqueza», disse. «Ver-me-eis amarrado. Ver-me-eis espancado e abandonado. Vereis os homens escarnecer daquilo que não compreendem. Lembrai-vos então deste monte. Lembrai-vos de que a luz pode esconder-se num corpo e de que o corpo não a destrói.»

Ninguém respondeu.

Mais abaixo, começou a romper a manhã. A primeira claridade tocou as pedras e a paisagem retomou a feição que conheciam. Mas dentro de Pedro já nada era inteiramente como dantes. Caminhava ao lado de João e de Tiago, mas em pensamento continuava lá no alto, na nuvem, debaixo das estrelas, diante dos homens que eram Moisés e Elias e, contudo, eram algo maior.

E Jesus ordenou-lhes que não contassem nada a ninguém.

Pois nem toda a verdade pode ser dada aos homens de uma só vez. Algumas verdades têm de esperar que se alargue dentro do homem o vaso capaz de as conter.

13. Elarion: Arien Korveth

Arien Korveth não nascera mau.

Seria demasiado simples. E as explicações simples são a graça que a história concede a quem não quer responder por verdades complexas.
Ao nascer, era apenas um filho.

E de todas as pessoas do mundo, a que mais amava era a mãe.

Era nela que morava a sua primeira lembrança de segurança.

Quando, em pequeno, caiu e esfolou um joelho, não foi a correr ao módulo médico, embora este estivesse pendurado na parede, a poucos metros. Foi a correr para ela. Quando lhe deram a primeira nota má na escola, escondeu-a do pai durante duas horas e depois mostrou-lha a ela. Quando se zangou com um miúdo da vizinhança, chegou a casa cheio de justa indignação e a mãe deixou-o falar até que, pouco a pouco, caiu da história tudo o que ele próprio lhe acrescentara.
A mãe tinha o dom raro de não o corrigir demasiado cedo.

Sentava-se ao pé dele.

Ouvia.

E só quando ele deitava cá para fora todas as palavras com que nos defendemos da nossa própria culpa é que, por vezes, ela lhe pedia:
«Agora conta-me como foi de verdade.»

Arien quase sempre lhe contava.

Com ela podia falhar sem que o fracasso se transformasse de imediato numa sentença sobre o seu valor. Podia estar zangado sem ser má pessoa. Podia chorar sem que ela lhe explicasse que chorar não resolvia nada.
O pai era diferente.

Gostava de Arien. Disso o rapaz nunca duvidou seriamente. Só que o amor dele tinha a forma de regras.

O pai acreditava na precisão. Acreditava que um acordo só tinha valor se continuasse a valer quando se tornava incómodo. Que a palavra dada que depois se podia abrandar ao sabor das circunstâncias era uma proposta, não uma promessa.

Trabalhava com regimes jurídicos e regulação monetária. Passava os dias a decidir o que acontecia quando uma das partes cumpria uma condição e a outra não, quando nascia um direito, quando cessava uma obrigação e o que queria dizer, exatamente, a expressão «*a tempo*».

Também trazia para casa essa maneira de pensar.

Quando Arien tinha nove anos, ficou obcecado por um velho quebra-cabeças mecânico.

O cubo de Rubik.

Em Elarion havia jogos capazes de criar mundos inteiros para quem jogava, de simular guerras, cidades ou planetas distantes. Mas durante semanas Arien passou horas sentado, debruçado sobre um pequeno cubo colorido, porque o intrigava que num objeto tão simples se escondesse uma ordem.

O pai reparou nisso.

«Se o resolveres sem ajuda», disse-lhe uma noite, «levo-te ao jardim zoológico de Sarena.»

Arien levantou a cabeça.

Nunca tinha ido ao jardim zoológico. A mãe mostrara-lhe gravações: animais de três continentes, enormes tanques de água, pavilhões de animais noturnos e uma floresta antiga que deixavam crescer sob uma cúpula, quase sem intervenção.

«É a sério?»

«Se o resolveres.»

«Todo?»

O pai sorriu levemente.

«Se quisesse dizer metade, teria dito metade.»

Nos dias seguintes, Arien treinou até lhe doerem os dedos.

Primeiro decorou os movimentos. Depois compreendeu que não bastava memorizar a sequência. Precisava de saber por que razão as peças mudavam de lugar. Porque é que um movimento certo numa face desfazia a ordem na outra e porque era preciso sacrificá-la por algum tempo para mais tarde tudo voltar ao seu lugar.

O cubo fascinava-o.

Era um pequeno mundo onde o caos não era real.

Era só quem o tinha nas mãos que ainda não conhecia os movimentos.

Dois dias antes do passeio, resolveu-o pela primeira vez.

Depois uma segunda vez.

Na véspera da partida, já conseguia repetir os movimentos quase sem pensar.

A mãe afagou-lhe o cabelo.

«Então amanhã vais ver os animais.»

Arien sorriu.

«Se resolver o cubo.»

A mãe olhou por um instante na direção do pai.

«Mas tu já sabes resolvê-lo.»

Na altura, Arien não percebeu por que razão ela dissera aquilo.

Percebeu no dia seguinte.

Estavam à entrada do jardim zoológico.

Por detrás das altas paredes transparentes via as copas das árvores. De lá vinham vozes de animais que só conhecia das gravações. Havia pessoas a passar pelos portões de entrada com crianças pela mão e Arien já não conseguia estar quieto.

O pai entregou-lhe o cubo.

«Vá.»

Arien riu-se.

«Agora?»

«O combinado foi que o resolverias.»

«Mas resolvi-o ontem.»

«E hoje é que estamos à porta do jardim zoológico.»

A mãe olhou para o pai.

«Tem mesmo de o fazer agora?»

«Se sabe, não há problema.»

Arien pegou no cubo.

A princípio foi tudo fácil. A primeira camada. A segunda. Os cantos. As arestas.

Depois deu por si a pensar que o pai estava a vê-lo.

Passou por trás deles uma família com duas crianças. O portão abriu-se, deixando ver por instantes um caminho largo que entrava pelas árvores.

Arien apressou-se.

E cometeu um erro.

Pequeno.

No último passo, rodou uma das faces no sentido errado.

Quando deu por isso, ficou imóvel.

O cubo estava quase pronto. Cinco faces pareciam certas. Na última restavam alguns quadrados fora do lugar.

«Espera», disse. «Faço outra vez.»

O pai viu as horas.

«Não.»

Arien julgou que ele estava a brincar.

«O quê?»

«Não o resolveste.»

«Mas eu sei resolvê-lo.»

«Agora não o resolveste.»

«Só me enganei no fim.»

«Sim.»

Arien olhou para o portão de entrada.

Depois para o pai.

«Então eu corrijo.»

«Não foi combinado que podias corrigir até conseguires.»

A mãe meteu-se entre os dois.

«Sabes bem que ele é capaz. Ainda ontem nos mostrou.»

O pai respondeu-lhe calmamente.

«Então também hoje devia ter prestado atenção.»

Os olhos de Arien começaram a arder.

«Por favor.»

O pai abanou a cabeça.

«Se um acordo deixa de valer assim que alguém se entristece com as consequências, é porque nunca houve acordo nenhum.»
Voltou-se para o módulo de transporte.

Arien não se mexeu.

Do outro lado do portão, as crianças iam e vinham. Ouviu-se algures ao longe a voz grave de um animal grande e um grupo de visitantes correu para o miradouro.
Eles estavam ali.

A umas dezenas de metros dele.

Bastava passar o portão.

A mãe ficou ao pé de Arien. O pai já esperava junto do módulo.

O rapaz segurava nas mãos o cubo quase resolvido e as lágrimas corriam-lhe pelas faces.

«Odeio-o», disse.

A mãe ajoelhou-se ao pé dele.

«Não.»

«Odeio.»

«Agora, sim.»

Arien olhou para ela através das lágrimas.

A mãe pegou no cubo.

«O teu pai às vezes confunde a precisão com a justiça.»

Arien nunca esqueceu aquela frase.

«Se uma regra é válida, não é justa?»

«Nem sempre.»

«Então para que servem as regras?»

A mãe procurou por um momento uma resposta.

«Para nos ajudarem a decidir quando não sabemos o que fazer. Não para nos dispensarem de sentir.»

Depois devolveu-lhe o cubo.

«E mais uma coisa.»

«O quê?»

«Por não teres feito uma coisa na perfeição, não quer dizer que tenhas falhado por inteiro.»

Naquele momento Arien assentiu.

Mas o que nele ficou gravado mais fundo foi outra coisa.

Um portão diante do qual se pode ficar parado mesmo com o destino ao alcance da mão.

Uma condição que um único movimento errado basta para deixar por cumprir.

E um mundo a que pouco importa ter faltado tão pouco.

Alguns anos mais tarde viveu uma crueldade que mudaria profundamente a sua maneira de ver o mundo.

Nesse dia estava sozinho com a mãe.

Voltavam de visitar a irmã dela quando, numa das camadas de circulação, falhou a sincronização. Três módulos autónomos entraram quase ao mesmo tempo no mesmo corredor.
O primeiro sistema evitou a colisão.

O segundo não.

Mais tarde, Arien não se lembraria do embate como um som.

Lembrava-se da luz.

Branca.

Brutal.

E depois o mundo deitado de lado.

O campo de segurança amparara-o. Tinha o lábio rasgado, o ombro contundido e sangue na testa, mas conseguia mexer-se.
A mãe não.

Parte da estrutura do módulo prendia-lhe a metade inferior do corpo. Estava consciente. A respiração era curta e superficial.
Arien rastejou até junto dela.

«Mãe.»

Ela olhou para ele.

E mesmo então sorriu.

Seria isso o que mais o atormentaria depois.

Não a dor no rosto dela.

Aquele sorriso.

Como se mesmo no módulo destroçado, no meio do fumo, dos alarmes e do sangue, ela continuasse a ser o seu porto de abrigo.

«Estou aqui», disse.

O socorro não tardou.

Elarion dispunha de sistemas capazes de responder a uma catástrofe nas vias de circulação antes que alguém tivesse tempo de perceber que acontecera. Sobre o local do acidente surgiram módulos de socorro, drones médicos circulavam entre os feridos e por cima de cada corpo acendeu-se uma indicação do seu estado, atualizada a cada instante.
Arien só tinha olhos para a mãe.

Um socorrista ajoelhou-se junto dela.

Outro voltou-se para os destroços do módulo ao lado.

De lá retiraram uma criança.

Um rapaz mais ou menos da idade de Arien.

Tinha a roupa rasgada, sangue no rosto e um braço torcido sob o corpo num ângulo impossível.

Quando o rapaz abriu os olhos, Arien viu o círculo de ouro.

Nítido.

Quase luminoso.

O sistema médico acrescentou imediatamente os novos dados.

Um dos socorristas olhou para a projeção.

«Perfil regenerativo aureliano.»

O outro assentiu.

Seguiram-se algumas frases que Arien, na altura, não compreendeu por inteiro.

Probabilidade de sobrevivência.

Janela de intervenção.

Hemorragia interna maciça.

Resposta regenerativa.

Um único transporte de cuidados intensivos disponível.

Outro módulo a caminho.

Demasiado tarde.

«Primeiro a criança», disse o chefe da equipa.

Arien levantou a cabeça.

«Não.»

Ninguém o ouviu.

«Não!»

Os socorristas já estavam a levar o rapaz.

Arien agarrou um deles pela roupa.

«A minha mãe!»

O homem voltou-se para ele.

«Vem outro módulo a caminho.»

«Levem-na a ela!»

«Temos de decidir com base...»

«Ela vai morrer!»

O socorrista fechou os olhos por um instante.

Talvez tenha sido então que Arien viu pela primeira vez que, mesmo ao seguir o procedimento certo, uma pessoa pode saber que está a fazer algo terrível.

«Estamos a tentar salvá-los aos dois.»

Arien voltou-se para a mãe.

Ela devia ter ouvido a conversa toda.

«Levem o rapaz», sussurrou.

Arien olhou para ela, incrédulo.

«Não.»

«Arien.»

«Não.»

Ela estendeu a mão para ele.

Os dedos tremiam-lhe.

Ele agarrou-os.

«Mãe, diz-lhes.»

«Olha para mim.»

«Diz-lhes que te levem a ti.»

«Arien.»

Na voz dela permanecia a mesma serenidade que ele conhecia desde pequeno.

A serenidade da cozinha.

A serenidade dos serões.

A serenidade daquela a quem recorria sempre que o mundo se tornava grande de mais.

«O rapaz pode ser salvo», disse ela.

«E a ti também.»

Ela não respondeu.

Atrás de Arien fecharam-se as portas do módulo médico.

Um instante antes, ainda tornou a ver o rosto do rapaz desconhecido.

E os seus olhos.

O círculo de ouro desapareceu atrás da parede opaca.

O transporte que viria buscar a mãe chegou alguns minutos depois.

O relatório indicaria ao certo quantos.

Durante anos, Arien soube de cor aquele número.

A mãe morreu a caminho do hospital.

Mais tarde, os médicos explicaram que, mesmo que a tivessem transportado primeiro, a sua sobrevivência não estava garantida. A estrutura do módulo rasgara-lhe os grandes vasos da bacia. Os drones de emergência só conseguiam abrandar a hemorragia. Para fechar a lesão, era preciso um módulo especializado. O tratamento regenerativo exigia uma circulação estável e horas de que ela já não dispunha. Os socorristas tinham decidido de acordo com o protocolo. A idade, o tipo de lesões e o perfil regenerativo aureliano davam ao rapaz do módulo ao lado uma probabilidade muito superior de sobreviver a uma intervenção intensiva.

O rapaz sobreviveu.

A mãe de Arien não.

O círculo de ouro, só por si, não determinara a decisão.

Era apenas o sinal visível de um dos fatores que o sistema tinha em conta.

Para Arien, porém, isso não fazia diferença.

As crianças não guardam de um trauma a memória de um relatório técnico.

Guardam uma imagem.

Arien lembrava-se da mãe estendida entre os destroços.

Das portas do módulo de socorro.

E dos olhos dourados de uma criança a fecharem-se do outro lado.

Foi assim que nasceu em Arien o ódio aos aurelianos.

Não tinha argumentos.

Não tinha história.

Não tinha teoria política.

Tinha uma cor.

O ouro.

Depois do funeral, o pai pediu o registo integral do acidente.

Estudou a telemetria, os tempos de resposta, o protocolo de triagem, as decisões dos socorristas e os modelos de previsão.

Arien esperava que encontrasse o culpado.

Precisava de um.

Alguém tinha de ter cometido um erro.

Alguém tinha de responder por aquilo.

Ao fim de alguns dias, o pai fechou o último relatório.

«Procederam corretamente», disse.

Arien ficou a olhar para ele.

«A mãe morreu.»

O pai baixou os olhos.

«Eu sei.»

«Então como podem ter procedido corretamente?»

O pai ficou muito tempo calado.

Tinha o rosto hirto de uma maneira que Arien tomou por frieza. Só muito mais tarde compreenderia que certas pessoas parecem inteiras por fora sem que isso signifique que não sintam dor. Desfazem-se por dentro, onde ninguém as vê.
«Nem todas as decisões certas acabam bem», disse o pai.

Arien sentiu repulsa por aquela frase.

«Então de que serve ser certa?»

O pai não respondeu.

E, pela primeira vez, Arien tomou consciência de algo que nunca mais o abandonaria por completo.

Um sistema pode fazer tudo segundo as regras e, mesmo assim, uma pessoa morrer.

Não é preciso que alguém minta.

Não é preciso que alguém infrinja a lei.

Não é preciso que alguém tenha más intenções.

E o resultado pode ser uma sepultura.

A partir desse dia, passou a estudar os mecanismos de outra maneira.

Antes, interessavam-lhe porque lhe dava gosto compreender as coisas.

Agora precisava de os dominar.

Se o mundo lhe pudera levar a mãe por via de uma decisão a que não se podia chamar errada, então não bastava ser boa pessoa.
Não bastava ter razão.

Nem sequer bastava suplicar.

Era preciso compreender por que critérios decidia o mundo.

E quem não quisesse ficar do lado daqueles que o sistema deixava à espera tinha de estar onde se faziam as regras, antes sequer de se começar a decidir.
Em criança, aprendeu assim duas coisas.

A primeira: quem governa o mundo é quem compreende os mecanismos, e não quem tem razão.

A segunda: se não vês o mecanismo, pertences aos que ele governa.

Nascera num estado veyrano ocidental, numa família de administradores, juristas e estrategas monetários. Depois da morte da mãe, a casa continuou igual e no entanto desaparecera dela o lugar onde podia refugiar-se.
O pai continuava lá.

As regras também.

Os jantares prosseguiram.

À mesa falava-se dos movimentos dos mercados, dos acordos de coligação, das lacunas da regulamentação e de que estado ainda acreditava na independência do seu banco central.
De sentimentos quase nunca se falava.

Arien adaptou-se.

Era excecionalmente inteligente. A sua inteligência tinha a precisão de um instrumento cirúrgico. Sabia dissecar um problema camada a camada, encontrar-lhe o ponto fraco, calcular quem cederia, quem se deixaria persuadir, quem poderia comprar e quem poderia contornar.
As escolas veyranas viam nele um talento.

Os consórcios financeiros, um investimento.

Os políticos, um homem útil.

Ele próprio via-se como alguém capaz de olhar para lá da cortina.

Na adolescência, voltou ao registo do acidente da mãe.

Não uma vez.

Muitas.

Primeiro procurou um erro dos socorristas.

Depois, um erro do algoritmo.

Mais tarde tentou descobrir quem aprovara o protocolo e com que dados fora construído.

Não encontrou uma conspiração.

Isso irritou-o mais do que se tivesse encontrado uma.

O rapaz fora salvo porque, segundo a avaliação do sistema, tinha mais hipóteses de sobreviver. O perfil biológico aureliano era só uma variável entre muitas.
No entanto, Arien começou a reparar nos aurelianos por toda a parte.

Nas transmissões de cerimónias.

Nos arquivos das famílias.

Nas escolas mais antigas.

Nas histórias de pessoas cujos corpos se regeneravam mais depressa.

Nas lendas sobre linhagens que outrora, dizia-se, sabiam curar pelo toque.

O círculo de ouro era apresentado como património cultural.

Arien via nele uma vantagem recebida à nascença.

No início da carreira, Arien apresentou aos responsáveis pelos transportes uma proposta que previa módulos de cuidados intensivos de reserva para acidentes com várias vítimas. Longe de ser um gesto grandioso, assentava em cálculos que ele fizera sobre o tempo de chegada, a distribuição dos módulos e o custo de os manter em reserva. Quando lhe disseram que na maior parte dos dias aquela capacidade ficaria por utilizar, pousou diante deles o relatório do acidente da mãe e pediu-lhes que incluíssem nas contas os minutos de espera.

A proposta foi aprovada. Dois anos mais tarde, recebeu o relato de uma colisão em que dois módulos de cuidados intensivos tinham chegado ao mesmo tempo e os dois feridos graves tinham sobrevivido. Um deles era um rapaz aureliano. Arien guardou o relato. Nessa altura, ainda acreditava que uma regra mais justa podia proteger uma pessoa independentemente da cor dos seus olhos.

Mesmo assim, ao assistir a uma celebração pública aureliana, ocorreu-lhe uma frase de que ainda sentia alguma vergonha:

Também me levaram a minha mãe.

Não era verdade.

A sua inteligência sabia-o.

Mas a sua dor não era analista.

Um homem pode passar anos a saber que o seu ódio assenta numa imprecisão e, ainda assim, erguer sobre ela uma casa inteira. Basta-lhe encontrar, mais tarde, argumentos suficientes para dar à velha ferida o nome de convicção.

Arien encontrou-os.

E depois conheceu Mareia.

Ela não se parecia com a mãe dele.

Nem no feitio, nem na maneira de viver, nem na forma de pensar. Arien teria achado rudimentar uma comparação dessas.
Contudo, ao lado dela, pela primeira vez em muitos anos, sentiu algo que conhecia da infância.

A possibilidade de, por instantes, deixar de se justificar perante o mundo.

Mareia era sensível, mas não se deixava dominar. Bondosa, mas firme. Quando discordava dele, não era para levar a melhor. Era porque não conseguia trair a exatidão do que via.
Ao princípio, ele admirava-a por isso.

Perto dela, voltava por momentos a ser o homem que durante anos escondera atrás de mecanismos.

Depois teve medo.

Pois aquilo de que um homem precisa, também pode perdê-lo.

E Arien já conhecera um lugar a que regressava sempre que alguma coisa lhe doía, até que um dia o mundo lho tirara.
Começou então a fazer o que fazia com tudo o que não queria perder.

Tentava compreendê-lo.

Depois prevê-lo.

Depois controlá-lo.

Fixava o que Mareia dizia. Com quem se encontrava. A que horas chegava a casa. Em quem confiava. Quem a influenciava. O que a fazia mudar de opinião.
Dizia a si mesmo que era atenção.

Mais tarde, preocupação.

Por fim, um direito.

E, quando se tornou evidente que não se podia garantir a posse de uma pessoa como se garantia um fluxo financeiro, começou a sentir raiva.

Mareia não se deixava encaixar no sistema dele.

Não se deixava possuir.

E, quando ele percebeu que não podia possuí-la, começou a odiar precisamente o que outrora amara nela.

Depois de ela partir, o apartamento ficou arrumado de mais.

Não partira nada. Não gritara. Não fizera dele, em público, um monstro de cuja imagem ele pudesse defender-se.

Fora-se com um não dito em voz baixa.

Nos primeiros dias, disse a si mesmo que ela voltaria.

Depois, que alguém a influenciara.

Depois, no seu pensamento, surgiu Jesair Davion.

E com ele, a cor de outrora.

O ouro.

Era estranho como dois acontecimentos separados por décadas se podiam tocar tão facilmente dentro de uma pessoa.

Um rapaz desconhecido que levavam do local de um acidente.

Um homem de pé ao lado de Mareia.

Ambos aurelianos.

Ambos com o círculo de ouro nos olhos.

A razão sabia que entre eles não havia relação de causa e efeito.

A ferida não precisava dela.

Arien começou a dizer a si mesmo que Mareia nunca poderia ter pertencido de verdade ao seu mundo. Que ao fim e ao cabo os aurelianos escolhiam sempre os seus, mesmo quando falavam de universalidade, de igualdade e de uma civilização inteira.
A seu ver, no momento decisivo, voltavam sempre ao círculo.

Ao círculo de ouro.

Arien já odiava aquele sinal muito antes de o admitir.

De todas as linhagens, a pior para ele era a dos Davion.

Um mito de que as pessoas instruídas se riam, sem nunca o largarem de todo. A cura pelo toque. A antevisão das desgraças. A natureza que escuta. Velhos contos de fadas para uma civilização com inteligência artificial biológica, sensores quânticos e cidades noutro planeta.
E, no entanto, bastava Jesair Davion levantar-se na sala do Conselho da União e dizer uma frase para todos se calarem.
Mais tarde, Arien voltou a ver a gravação do debate de Nitra.

Deteve a imagem no rosto de Jesair.

«É preciso proteger a privacidade das pessoas. A invisibilidade do poder, não.»

Jesair mantinha-se sereno. Não precisava de triunfar nem de fazer teatro. Era precisamente isso que inquietava Arien.

Um político ambicioso pode comprar-se.

Um demagogo pode desmascarar-se.

Muito mais difícil de dominar é um homem que não deseja o poder e que, no entanto, o recebe da confiança dos outros.

Arien ampliou a imagem dos olhos dele.

Por um instante, revelou-se neles o círculo de ouro.

E o mundo à sua volta desapareceu.

Por uma fração de segundo voltou a sentir o cheiro a material queimado do módulo acidentado.

Ouviu o socorrista:

Perfil regenerativo aureliano.

Viu a mão da mãe.

A porta do módulo médico.

Os olhos dourados do rapaz.

Depois estava de novo em Nitra.

Diante da imagem de Jesair Davion.

O estômago de Arien contraiu-se de repulsa.

«Não», disse à sala vazia.

Ainda não sabia ao certo a que se opunha.

A Jesair.

A Mareia.

Aos aurelianos.

Ao sistema que um dia decidira sem ódio e, ainda assim, lhe levara a mãe.

Talvez também à sua própria humilhação.

Todas estas coisas já estavam tão próximas umas das outras, dentro dele, que começava a não as distinguir.

Foi precisamente então que se acendeu um aviso na sua superfície de trabalho.

A mensagem chegou por um canal de comunicação privado, usado por gestores de fundos de alto nível, conselheiros políticos e pessoas que não queriam que as suas conversas constassem dos arquivos correntes.
Não vinha indicado o remetente.

A mensagem continha um lugar, uma hora e uma única frase:

O senhor Thorne gostaria de conversar consigo sobre as consequências da intervenção de hoje.

Arien leu-a duas vezes.

Kael Thorne não exercia qualquer cargo oficial à altura da sua influência. Não chefiava um governo nem um banco central. O seu nome, porém, surgia nos meios da gestão de patrimónios, dos fundos de investimento, da comunicação social, das fundações e das campanhas políticas.
Falava-se dele como de um conselheiro.

Quem sabia mais não lhe dava título algum.

Arien não apagou a mensagem.

Primeiro voltou a ouvir o discurso de Jesair.

Desta vez não olhou para Jesair.

Localizou Kael na imagem.

E reparou então num breve instante em que Kael não estava a olhar para o orador.

Estava a olhar para ele.

Arien aceitou o convite.

Encontraram-se na noite seguinte, muito acima de Nitra, numa sala que pertencia oficialmente a uma fundação de apoio à cooperação económica entre estados.
Kael já estava à sua espera.

«Senhor Korveth.»

«Senhor Thorne.»

«Já há algum tempo que conheço o seu nome.»

«Devo ficar lisonjeado?»

«Deve ficar de sobreaviso.»

Kael abriu a gravação da conferência e deteve-a em Jesair.

«Quando amadurecer o tempo da obra comum, o valor já não poderá caminhar na sombra», leu. «O que serve a todos tem de estar à vista de todos.»

Arien esperava troça.

Em vez disso, viu no rosto de Kael algo bastante mais interessante.

Medo.

Kael Thorne tinha medo daquela ideia.

Para ele, a transparência não era uma questão moral. Era uma ameaça à sua existência. Se os fluxos financeiros de Elarion pudessem ser reunidos num único mapa, revelariam muito mais do que a evasão fiscal.

Revelariam partidos políticos financiados pelas mesmas fontes.

Órgãos de comunicação que em público se odiavam e que, nos bastidores, pertenciam ao mesmo dinheiro.

Fundações.

Bancos.

Fundos.

E a casa Thorne.

«Por enquanto, Davion não tem uma organização», disse Kael. «Não tem partido, nem aparelho, nem lei.»

«Então porque tem medo dele?»

«Porque as pessoas compreendem o que ele diz.»

Kael desligou a imagem.

«As ideias complicadas podem sepultar-se em comissões. As simples espalham-se por si.»

Arien recostou-se.

«Convidou-me para me dizer que tem medo de um aureliano?»

«Convidei-o porque o senhor não tem medo dele.»

«Não.»

Kael guardou silêncio por um momento.

«O senhor odeia-o.»

Arien sentiu os músculos do pescoço contraírem-se.

«Não me conhece o suficiente.»

«Vi como olhava para ele.»

«Um olhar não é prova.»

«Não procuro provas. Procuro um motivo.»

Arien levantou-se.

Kael não tentou detê-lo.

«Não foi por causa de Mareia Lioren que veio até aqui», disse.

Arien ficou de pé, imóvel.

«Foi só por causa dela que o seu velho ódio reaprendeu a falar.»

Desta vez, Arien voltou-se bruscamente.

Kael nem sonhava até que ponto acertara.

Não sabia do acidente.

Nem da mãe.

Nem do rapaz.

Nem dos olhos dourados por detrás das portas que se fechavam.

Mas homens como Kael não precisavam de conhecer a origem de uma ferida. Bastava-lhes descobrir que ela existia.

«O que quer de mim?», perguntou Arien.

«Por enquanto, nada.»

«Então não precisava de me ter chamado.»

«Quero oferecer-lhe apoio.»

Arien sentou-se devagar.

«Para quê?»

Kael abriu um quadro das estruturas financeiras e de investigação.

«Trabalha com consórcios. Compreende as transições entre jurisdições, moedas e regimes jurídicos. Elaborou quadros normativos para a biossegurança.»

«Todos legais.»

«Claro.»

Kael pronunciou a palavra com tanta serenidade que ela perdeu o sentido.

«As casas e fundações com que colaboro procuram pessoas capazes de analisar os riscos que a civilização corre a longo prazo. Económicos. Políticos. Sociais. Genéticos.»
Arien olhou para ele.

«Aurelianos?»

Kael não respondeu logo.

«Aurelianos também, se os considera um risco.»

Naquele momento não se desvendou um plano.

Abriu-se uma porta.

Kael oferecia-lhe acesso a financiamento, a sociedades de advogados, a fundações e a centros de investigação. A pessoas capazes de fazer uma pergunta cujo verdadeiro alcance ficava soterrado sob a linguagem dos especialistas.
«E o que quer em troca?»

«Informações. Que rumo leva a ideia de Jesair. Quem a apoia. E que possibilidades há de travar o seu crescimento antes que uma palavra de ordem moral se transforme num programa político.»
«Quer desacreditá-lo?»

«Se for possível.»

«E se não for?»

Kael fitou-o.

«Nesse caso precisaremos de uma análise mais precisa.»

Não precisava de dizer mais.

Depois do encontro, Arien começou a ler sobre a hereditariedade aureliana.

A princípio disse a si mesmo que era curiosidade profissional.

Descobriu as regras singulares da transmissão genética. Soube dos filhos varões que herdavam do pai aureliano o perfil característico. Das linhagens mistas. Dos padrões de marcadores. Das características fisiológicas associadas ao círculo de ouro.
Biologia.

Apenas biologia.

Tal e qual como no relatório sobre a morte da mãe.

Quanto mais lia, mais se aproximavam dentro dele duas partes da sua vida que até então mantivera separadas.

A criança que perdera a mãe.

E o homem que precisava de explicar o mundo sem admitir que era ainda aquela criança que o governava.

Começou a tomar notas.

Autoridade moral sem mandato eleitoral.

Continuidade da linhagem como capital político.

Davion: símbolo que se recusa a ser símbolo e é por isso mais eficaz.

A transparência como instrumento da influência moral aureliana.

A última frase era falsa.

A transparência não era aureliana. Jesair apresentava-a como um sistema comum, para todos.

Mas Arien já não partia da realidade.

Partia do resultado a que precisava de chegar.

E um homem inteligente que começa por escolher a conclusão é por vezes mais perigoso do que um tolo.

Pois o tolo não sabe abrir um caminho perfeito até ao erro.

Arien sabia.

Quanto mais escrevia, menos se apercebia de que não estava a escrever sobre os aurelianos.

Estava a escrever sobre o rapaz à porta do jardim zoológico.

Sobre o portão que não se abrira porque ele não satisfizera a condição.

Sobre a mãe entre os destroços.

Sobre o módulo médico que se abrira para outra pessoa.

Sobre Mareia, que fechara a porta atrás de si.

Havia portas a mais na sua vida.

E Arien decidiu que nunca mais seria ele a ficar à espera diante delas.

Uma noite, Mareia respondeu-lhe a uma das mensagens antigas.

Arien, não vou voltar. O que aconteceu não foi um desencontro entre nós. Ultrapassaste um limite. Desejo que um dia sejas capaz de o admitir.

Leu a mensagem muitas vezes.

O que mais o enfurecia era a última frase.

Precisamente por ser verdade.

Três dias depois, viu a gravação de um debate público em Auriola. Jesair falava sobre os arquivos. Mareia estava sentada entre os ouvintes.

Quando Jesair acabou de falar, os seus olhares encontraram-se por um instante.

Nada ali podia servir de prova.

E, no entanto, Arien viu ali tudo.

Deteve a imagem.

Jesair.

Mareia.

O círculo de ouro.

E algures, lá no fundo, debaixo de todos aqueles anos de estudo, influência e domínio de si, um rapazinho de nove anos continuava a segurar nas mãos um cubo quase resolvido.

Abriu na sua superfície de trabalho a lista das fundações de investigação.

Junto de algumas acendera-se uma nova autorização.

Acesso alargado aprovado pela administração do fundo.

Kael cumprira o prometido.

Arien podia submeter propostas de projetos estratégicos e dispor de aconselhamento jurídico e financeiro. Tinha agora influência sobre programas de vários estados, cujas ligações poucos conheciam.

Por enquanto, nada daquilo constituía crime.

A investigação em biossegurança era necessária.

A análise genética das populações podia salvar vidas.

A modelação de riscos sistémicos fazia parte da gestão responsável de uma civilização.

Cada instrumento tinha uma utilização legítima.

A questão decisiva era quem os poria um dia lado a lado.

Arien conhecia bem o mundo em que um grande projeto podia avançar sem que ninguém visse o seu verdadeiro alcance. Sabia até que ponto as instituições eram capazes de servir um interesse que desconheciam, sem que ninguém julgasse estar a infringir a lei.
Ficou muito tempo a contemplar as possibilidades que se lhe abriam.

Um homem não se torna culpado só no momento do primeiro ato.

Por vezes, a fronteira é transposta muito antes.

No instante em que alguém encara a possibilidade de destruir o outro e, em vez de se perguntar «*teria o direito?*», se pergunta «*como poderia fazê-lo?*».
Arien ainda não encomendara nada.

Não contactara nenhum laboratório.

Não tinha um plano concreto.

Tinha, porém, um patrono.

Acesso.

E a certeza de que haveria quem se dispusesse a trabalhar para ele sem suspeitar do que ajudava a criar.
À noite, saiu para o terraço.

Lá em baixo, Nitra brilhava. Sobre a cidade passavam naves a caminho do anel orbital e, mais além, de Thaeron.
O mundo era exato.

Interligado.

Governado.

Arien lembrou-se do pai.

Procederam corretamente.

Da mãe.

As regras não devem dispensar-nos de sentir.

Durante décadas, as duas frases tinham ficado frente a frente na sua memória.

No fim, escolheu a do pai.

Não por lhe ter perdoado.

Porque aquela lhe servia.

Se os homens decidiam segundo mecanismos, bastava dominar os mecanismos.

Às instituições bastava-lhes a convicção de terem obedecido às suas regras.
E, quando a culpa pertencia a muitos, cada um podia sentir que não era inteiramente sua.

Arien olhou para a cidade.

«Não existem decisões pessoais», disse baixinho.

Gostou da frase.

Soava a filosofia.

Na verdade, dentro dela continuava a chorar uma criança diante de um portão fechado.

Na superfície de trabalho, atrás dele, esperava-o uma mensagem dos serviços da casa Thorne.

O apoio financeiro e jurídico está assegurado. Apresente o primeiro esboço do projeto.

Arien voltou para dentro.

O ódio, quando amadurece, deixa de gritar.

Começa a organizar.

Kael abrira-lhe a primeira porta.

E Elarion, grande civilização sob um grande sol, ainda lhe oferecia corredores a mais do outro lado.

14. Terra: O princípio de uma nova geração

A noite começava a cair sobre a terra e Jerusalém ficava para trás como uma ferida que ainda não tivera tempo de fechar. Os discípulos estavam sentados em casa, de portas fechadas. Nenhum deles falava em voz alta. Cada qual trazia em si uma vergonha diferente: Pedro, a de o ter negado; Tomé, a da sua incredulidade; os restantes, a da fuga, do silêncio e do medo.

Foi então que o ar da sala mudou.

Não se ouviram passos nem o ranger da porta. De súbito, estava ali, de pé entre eles.

Jesus.

Jesus estava ali entre eles, vivo e sereno, demasiado real para ser lembrança, sombra ou visão nascida do desespero. No seu rosto a dor já não tinha a última palavra.

«A paz esteja convosco», disse.

Ninguém se mexeu. Uns recuaram, outros caíram de joelhos. Pedro cobriu o rosto com as mãos. João desatou a chorar sem um som. Tomé olhava como se, num só instante, se lhe tivesse desmoronado o mundo inteiro que edificara sobre a dúvida.

Jesus levantou as mãos. Nos pulsos trazia as marcas dos cravos. Depois afastou a túnica e mostrou o lado de onde ainda poucos dias antes tinham corrido sangue e água.

«Sou eu», disse em voz baixa. «Não é num sonho que tocais. Não é numa esperança vã que tocais. Tocais naquilo que a morte não conseguiu reter.»

Tomé aproximou-se como quem tem medo do que vai descobrir. Quis tocar na ferida, mas a mão ficou-lhe suspensa no ar. Toda a sua certeza obstinada se quebrou.

«Meu Senhor», sussurrou, «e meu Deus.»

Jesus olhou para ele sem censura.

«Acreditaste porque viste. Mas virão outros que não verão e, contudo, arderá neles o mesmo fogo.»

Depois sentou-se no meio deles, como se regressasse de uma breve viagem em vez de ter vindo do reino da morte. Pediu-lhes de comer. Deram-lhe um pedaço de peixe assado e um pouco de pão. Comeu diante deles, devagar, com naturalidade, e era essa naturalidade que incutia mais temor do que um milagre. Pois um espírito não come. Um sonho não parte o pão. Uma lembrança não olha ninguém nos olhos.

Quando acabou de comer, começou a falar-lhes das Escrituras. De Moisés, dos profetas, das palavras que tinham ouvido a vida inteira e que só agora se abriam diante deles como portas. Disse-lhes que o Filho do Homem tivera de descer até onde os homens mais temem olhar, para lhes mostrar que nem ali Deus perdera o seu domínio sobre o mundo.

«Julgastes que a cruz era o fim», disse. «Mas a cruz foi o lugar onde o poder dos homens se esgotou até à última gota. Ali, onde o homem mostrou o que era capaz de fazer a Deus, Deus mostrou o que era capaz de fazer ao homem: perdoar-lhe.»

Mais tarde, partiram para norte, para junto das águas onde ele os chamara pela primeira vez. O mar de Tiberíades estava sereno e a noite pousava sobre ele como um véu escuro. Pedro disse que ia pescar e os outros foram com ele. Lançaram as redes a noite inteira, mas nada apanharam.

Ao romper da manhã estava um homem na margem.

«Filhos», chamou, «tendes alguma coisa para comer?»

«Não temos», responderam.

«Lançai a rede à direita da barca.»

Assim fizeram. A rede encheu-se tão de repente que não tiveram força para a puxar. João empalideceu e olhou para Pedro.

«É o Senhor.»

Pedro atirou-se à água sem pensar. Avançou para a margem, como se a cada passo quisesse recuar até antes daquela noite em que três vezes dissera que não o conhecia.

Na margem já ardia uma fogueira. Sobre as brasas havia peixe e pão. Jesus estava de pé junto das chamas, com o rosto iluminado pela luz da manhã. Maria Madalena encontrava-se perto dele. Estava calada, mas o seu silêncio era diferente do dos outros. Nele não havia vergonha nem medo. Havia antes um saber tranquilo, como se desde o princípio soubesse que a morte não seria o lugar onde a sua história chegaria ao fim.

Comeram juntos. Ninguém se atreveu a perguntar-lhe: «Quem és?» Pois todos sabiam.

Depois de comerem, Jesus voltou-se para Pedro.

«Simão, filho de João», disse, «amas-me mais do que estes?»

Pedro baixou os olhos.

«Senhor, tu sabes que te quero bem.»

Jesus assentiu.

«Apascenta os meus cordeiros.»

O lume crepitou. Pedro ergueu os olhos, mas Jesus perguntou-lhe de novo:

«Simão, filho de João, amas-me?»

A voz de Pedro tremeu.

«Sim, Senhor. Tu sabes que te quero bem.»

«Apascenta as minhas ovelhas.»

Pela terceira vez, Jesus perguntou:

«Simão, filho de João, queres-me bem?»

Então doeu a Pedro tudo o que nele ainda fingia estar sarado. As três perguntas caíam dentro das três negações. As três respostas erguiam-se de três feridas.
«Senhor», disse Pedro, «tu sabes tudo. Tu sabes que te quero bem.»

Jesus fitou-o, longa e gravemente.

«Apascenta as minhas ovelhas.»

E foi então que Pedro compreendeu que perdoar não é esquecer. É confiar uma missão a alguém que já conhece a própria fraqueza.

Depois Jesus levou-os a um monte. Estavam ali os onze, Maria Madalena e alguns outros que os tinham seguido desde a Galileia até Jerusalém. A seus pés estendia-se uma terra que por muito tempo ainda permaneceria dividida entre impérios, sacerdotes, mercadores, espadas e medo. Por cima deles abria-se o céu, como que a recordar-lhes que o mundo não estava encerrado nas suas crueldades, sem lhes oferecer uma fuga.
Jesus disse:

«Foi-me dado um poder que os homens não me puderam tirar, pois não foram eles que mo deram. Ide, pois, e ensinai as nações. Não pela espada. Nem pelo medo. Nem pelo desejo de reinar. Ensinai-as a ver. Ensinai-as a amar a verdade mais do que as suas próprias vantagens. Ensinai-as a perdoar, sem servirem a mentira. Batizai-as para uma vida em que o homem já não pertence só a si mesmo.»
Alguns caíram de joelhos. Alguns choravam. E alguns ainda duvidavam, pois, mesmo diante de um milagre, o coração humano continua a ser um coração humano.
Jesus aproximou-se deles.

«Já não estarei convosco como até aqui», disse. «Mas estarei convosco todos os dias, em cada um que desperte do sono do seu próprio medo. Estarei na consciência que se

reconhece a si mesma. Estarei em todo aquele que compreender que o Reino de Deus não vem como um palácio saído das nuvens, mas como uma luz dentro do homem.»
Depois voltou-se para Maria Madalena.

Havia naquele gesto mais do que a atenção de um mestre à sua discípula. Havia algo mais antigo, mais fundo, mais silencioso. Como dois rios que, após um longo caminho, se reencontram no mesmo leito. Maria aproximou-se e por um instante as suas mãos tocaram-se. Pedro viu. João também. Ninguém disse nada.
Jesus olhou uma última vez para Pedro.

«Tu fica com o rebanho», disse-lhe. «Hás de mantê-los unidos quando se dispersarem. Hás de lhes recordar o pão, o lume e o mar. Hás de lhes dizer que ressuscitei.»
Pedro quis objetar, mas Jesus deteve-o com o olhar.

«E tu», disse, voltando-se para João, «levas contigo a palavra. Guarda o que viste, mas guarda ainda mais o que compreendeste.»
Depois disse a todos:

«Nem tudo o que começa em Deus tem de estar diante dos olhos do mundo. Há obras que crescem em segredo. Há sementes que têm de cair longe dos templos, longe dos tronos, longe daqueles que as quereriam possuir.»
Maria Madalena estava ao lado dele e o vento movia-lhe os cabelos. Não havia surpresa no seu rosto. Havia antes o assentimento de quem já conhecia o caminho.

«Virá um tempo», continuou Jesus, «em que nascerão pessoas que levarão consigo a minha consciência como uma chama, em vez de empunharem o meu nome como um estandarte. Não governarão o mundo a partir de palácios. Hão de mudá-lo porque verão mais longe do que os outros. Nascerão entre os povos, em épocas diferentes, em corpos de gente comum. E sempre que o mundo se aproximar do abismo, alguns deles se lembrarão.»
Os discípulos não compreenderam tudo. Talvez nem pudessem. As palavras que ouviram eram maiores do que as suas vidas.
Uma nuvem luminosa moveu-se no céu. Mais do que um carro destinado a levá-lo diante dos seus olhos, parecia um véu que se destinava a ocultar-lhes o caminho que ainda não lhes era dado conhecer. Jesus levantou as mãos e abençoou-os.
«Sede minhas testemunhas», disse. «Até aos confins da terra.»

Depois recuou para dentro da luz.

Uns viram a nuvem escondê-lo dos seus olhos. Outros jurariam que o viram subir. Outros ainda, João sobretudo, nunca na vida chegaram a saber ao certo se naquela hora o céu se abrira por cima deles ou dentro deles.
Quando a luz desapareceu, ficaram de pé no monte, a olhar para o vazio.

Dois homens vestidos de branco surgiram junto deles como uma resposta silenciosa à pergunta que ninguém ousava fazer.
«Porque estais a olhar para o céu?», disse um deles. «Aquele que partiu não se perdeu. Apenas tomou um caminho que ainda não sabeis seguir.»
Pedro voltou-se para os outros. Tinha lágrimas no rosto, mas também uma firmeza que antes não possuía.

«Vamos», disse. «Temos de apascentar as suas ovelhas.»

E longe dali, onde o caminho desaparecia entre os rochedos e a luz da manhã, duas figuras caminhavam lado a lado. Um homem e uma mulher. Não como quem foge do mundo, mas como quem leva em silêncio o seu futuro, para que um dia o mundo o encontre dentro de si.
Atrás deles ficavam Jerusalém, a cruz, o sepulcro vazio, o lume na margem e o rebanho que fora confiado a Pedro.
À sua frente estendia-se um caminho sobre o qual ainda não era tempo de escrever livros.

E, contudo, ao longo dele havia um dia de nascer uma nova geração de seres humanos, sem mais força no corpo, sem mais riqueza em bens, mas com maior clareza de consciência. Pessoas que haveriam de se lembrar sem saber de onde lhes vinha a lembrança. Pessoas que nos momentos decisivos da história sentiriam dentro de si uma voz discreta:
Desperta.

Pois o reino não começa num trono.

Começa no homem que toma consciência de estar consciente e daí tira as devidas consequências.

Parte II — Um crime repartido

15. 30 moedas

O dinheiro não tem intenções.

Não sabe odiar, invejar ou desejar vingança. Não sabe se compra pão, um remédio, o voto de um político ou uma morte futura. Conhece apenas a direção, o valor e a conta onde se detém por instantes.
Quem lhe dá uma intenção é o ser humano.

E há muito que o ser humano aprendeu a separar o dinheiro do próprio nome.

Kael Thorne recebeu Arien na sala onde se tinham encontrado pela primeira vez. Muito acima de Nitra, por detrás de uma parede de vidro escuro. A cidade luzia a seus pés como uma imensa rede de nervos. As linhas de tráfego deslizavam entre as torres, o rio refletia as luzes e, ao longe, o anel orbital erguia-se acima do horizonte.
Não havia nada sobre a mesa que os separava.

Kael pousou a palma da mão no tampo.

Surgiu um mapa de Elarion.

Quarenta Estados.

Trinta moedas em circulação.

Centenas de bancos.

Milhares de fundos, fundações, sociedades gestoras, escritórios de advogados e registos de propriedade que apenas se conheciam uns aos outros na estrita medida em que a lei os obrigava.
«O que vê aqui?», perguntou Kael.

Arien fitou o mapa.

«Fragmentação.»

«Um político diria diversidade.»

«Um banqueiro diria oportunidade.»

Kael esboçou um sorriso.

«Foi por isso que o convidei.»

Tocou numa das regiões do norte. Apareceu a moeda da Aliança do Norte. Abriu depois a imagem de um Estado do arquipélago meridional. Therinith. Ali, a privacidade de quem possuía fortuna valia mais do que a intimidade de um doente.
Uma linha desenhou-se entre eles.

Kael mostrou-lhe a história de um pagamento. Visto de cada um daqueles lugares, parecia contar uma história diferente. Quanto mais Arien procurava o homem que estava por detrás do dinheiro, mais se afastava dele.
O mesmo dinheiro.

Três identidades perante a lei.

Quatro finalidades.

Nem um nome.

«A União garante que os seus dados estão certos», disse Kael. «Em Therinith dir-lhe-ão o mesmo. E, de facto, estão todos certos.»
«E ninguém vê o todo.»

«O todo é um conceito perigoso. Os políticos não gostam dele.»

Com um gesto, Kael fez aparecer outros fluxos. Eram centenas. Uns dirigiam-se a empresas de transportes, outros a órgãos de comunicação, fundações políticas, centros de investigação e seguradoras.
Uma das linhas ia dar à Faixa de Kars, onde dois Estados se guerreavam havia três anos pelo acesso a jazidas de recursos energéticos.
«Fornece-lhes armas», disse Arien.

Kael não se mexeu.

«Uma sociedade em que um fundo gerido pela minha casa tem uma participação minoritária fornece equipamento de defesa a uma das partes.»
«E à outra?»

«Empréstimos para a reconstrução das cidades atingidas.»

Arien olhou para ele.

«A reconstrução ainda não começou.»

«É precisamente por isso que as condições são favoráveis.»

Kael fechou a camada que mostrava a guerra. Fê-lo sem vergonha, mas também sem orgulho. Como quem muda um documento de um lado da mesa para o outro.
«Não lhe conto isto para o impressionar», disse. «Quero que compreenda este mundo. O poder pode estar diante dos nossos olhos e, ainda assim, parecer perfeitamente aceitável.»
«E o que espera de mim?»

«Que lhe dê forma.»

«Para quê?»

«Isso cabe-lhe a si decidir.»

Arien voltou-se para a cidade.

Desde o primeiro encontro que procurava perceber o que queria, afinal. Voltava sempre a Jesair, a Mareia, ao círculo de ouro, mas era incapaz de dizer essas coisas assim, diante de Kael. Pareceriam mesquinhas. Pessoais. Ridículas.
Queria que Mareia soubesse que tinha deixado um homem cuja grandeza ela era incapaz de compreender.

Queria que Jesair deixasse de se erguer diante das multidões como a resposta moral a uma pergunta que ainda ninguém soubera formular.
Queria que os aurelianos deixassem de olhar para o mundo através da velha história que lhes reservava um lugar à parte no curso dos séculos.
Mas queria, acima de tudo, que alguma coisa se quebrasse.

Não tudo.

Apenas o bastante para que as pessoas deixassem de acreditar que Jesair Davion lhes podia mostrar um caminho por onde se andasse em segurança.
«Biossegurança», disse Arien.

Kael ficou imóvel.

«Continue.»

«Os três ramos de Elarion são biologicamente diferentes. A medicina toma isso em conta, mas, na política, fala-se do assunto com cautela. Demasiada cautela. Ninguém sabe o que aconteceria se uma doença atingisse um dos ramos com muito mais força do que os outros.»
«Quer estudar esse risco?»

Arien voltou-se.

«Quero saber até que ponto a nossa civilização está preparada.»

Kael sorriu.

Não porque acreditasse nele.

Porque lhe agradara a escolha das palavras.

«Está a falar de investigação.»

«Estou a falar do que sabemos.»

«E do que ignoramos.»

«E do que está ao nosso alcance.»

«Com a bênção dos políticos?»

«Com a de quem acredita estar a fazer o que é justo.»

Kael recostou-se na cadeira.

«E em que acreditarão todos eles?»

Arien demorou mais um segundo do que o necessário a responder.

«Não lhes direi em que acredito eu.»

No mapa de Elarion continuavam a brilhar trinta moedas.

Cada qual tinha o seu valor, as suas regras, a sua história e as suas fronteiras. Entre elas, o dinheiro mudava tantas vezes de figura que em cada câmbio parecia perder um pouco do passado.

Kael ampliou o mapa.

«O que pretende custará mais do que imagina», disse. «E poucos quererão ouvir o verdadeiro nome do que pagam.»

«Falamos de muita gente?»

«Depende de quantas perguntas quiser fazer.»

«E de quem é o dinheiro, no fim de contas?»

«De pessoas cujos nomes dificilmente virá a conhecer.»

«Quem responderá por tudo isto?»

«Ninguém.»

Arien olhou para ele.

Kael prosseguiu:

«É o senhor quem sabe o que deseja. Os outros terão cada qual uma ideia do que fazem, e talvez até durmam bem. Um dia poderá vir alguém perguntar-lhes porquê. Dificilmente encontrará dois que deem a mesma resposta.»

«E se procurarem uma resposta só?»

«Boa sorte a quem tentar.»

Arien voltou a olhar para as trinta moedas.

«De quantas estamos a falar?»

Kael encolheu os ombros.

«Das suficientes para que ninguém se sinta responsável.»

O dinheiro não tinha intenções.

Mas naquela noite deram-lhe um rumo.

E esse rumo levava-o a uma ferida que ainda não tinha nome.

16. Um orçamento para a ferida

Durante três dias Arien trabalhou sem sair de casa.

Deixou as cortinas abertas. Diante dele, Nitra passava da manhã à tarde, da tarde à noite, e da noite à luz fria que regressava. Sobre a mesa só se acumulavam copos vazios. Tudo o resto existia em camadas, por cima da superfície de trabalho.
Primeiro escreveu um título:

Programa Planetário de Resiliência Biológica.

Ficou tanto tempo a olhar para ele que acabou por o apagar.

Demasiado vasto.

Demasiado coeso.

Demasiado visível.

Em lugar do título, ficaram perguntas.

Que sabia Elarion dos seus três ramos?

Que herança trazia cada um deles?

Que podia um médico reconhecer a tempo?

Quem guardava a memória dos vivos?

Que aconteceria à sociedade se uns sofressem mais do que outros?

Que promessas poderiam as máquinas cumprir?

Cada pergunta era legítima.

Algumas eram mesmo urgentes.

Arien releu-as.

A seguir tentou imaginar quem lhes responderia.

Havia quem vivesse de contar.

Quem fizesse projeções.

Quem ponderasse o certo e o errado.

Quem pedisse mais tempo às máquinas.

Quem pensasse nos doentes.

Quem sonhasse prolongar a vida.

Quem soubesse o que a lei consentia.

Quem tivesse de acudir numa crise.

Quem velasse pela herança dos antepassados.

Quem soubesse falar ao público.

Quem mantivesse a civilização de pé.

Nenhuma daquelas páginas confessava o que ele pretendia delas.

Isso só existia na sua cabeça.

Ao quarto dia veio um homem da casa Thorne. O nome não teria dito nada a Arien. Apresentou-se simplesmente como coordenador financeiro.
Era mais novo do que Arien esperava. Tinha um rosto tão banal que aquela banalidade parecia uma habilitação profissional.

«O senhor Thorne pede uma primeira estimativa», disse.

Arien mostrou-lhe o seu trabalho.

O coordenador leu sem lhe pedir explicações. A biologia não lhe interessava. Só o preço e a possibilidade de alguém estar disposto a pagá-lo.
«É disto que espera uma resposta?», perguntou, detendo-se num ponto.

«É.»

«Conheço quem se interesse.»

«Duvido que se interessem pelo mesmo que eu.»

«Para eles, terá outro significado.»

Arien franziu o sobrolho.

«Preciso de um resultado que me sirva.»

«Terá o seu resultado. Deixe aos outros o cuidado de explicar para que serve.»
Deteve-se mais adiante.

«Eis outra promessa que alguém pagaria para ver cumprida.»

«Porque haveria de pagar?»

«Porque tem medo do que uma epidemia lhe custaria.»

«Interessa-me a doença, não o dinheiro.»

«Cada um tem os seus interesses.»

O coordenador passou ao ponto seguinte.

«Aqui pede muito.»

«É para a BIO-IA.»

«Thaeron.»

«Porquê?»

«Porque lá há quem nos queira ouvir.»
Arien via os seus pensamentos transformarem-se em rubricas de contabilidade.

Uma coisa que dias antes só existia como um vago desejo de fazer mal a Jesair ganhava verbas, prazos e formas jurídicas.
A ferida ganhava um orçamento.

O orçamento desconhecia a rubrica do ódio.

A vingança não tinha uma linha que fosse só sua.

Havia serviços, auditorias, licenças, bolsas de investigação e aluguer de capacidade de cálculo.

Podia ler-se o documento de uma ponta à outra sem lá encontrar nada de que um homem se tivesse de envergonhar.

«Qual será o montante total?», perguntou Arien.

O coordenador indicou-lhe um número.

Era maior do que esperava.

«Isso há de dar nas vistas.»

«A quem estiver a olhar.»

«Alguém poderá fazer perguntas.»

«E o que levaria alguém a fazer perguntas agora?»

«E se vier a haver motivo?»

«Nessa altura será tarde.»

O coordenador disse-o tranquilamente, sem malícia. Como se descrevesse um desfasamento temporal entre dois sistemas.
Arien virou-lhe as costas.

Numa camada ao lado ainda guardava a última mensagem de Mareia.

As decisões pessoais nunca ficam pela esfera pessoal.

Escrevera-lhe aquela frase como uma ameaça, mas nos últimos dias começara a parecer-lhe uma lei. Mareia tomara uma decisão pessoal. Partira. Escolhera uma vida sem ele.
Jesair tomara uma decisão pessoal. Erguera-se naquela sala e dera voz a uma ideia.

Kael tomara uma decisão pessoal. Abrira as portas do dinheiro.

E agora Arien tomava a sua.

Cada decisão tocava a vida de outros.

Só o alcance variava.

«O senhor Thorne tem mais uma pergunta», disse o coordenador.

«Qual?»

«Que resultado consideraria aceitável?»

Arien virou-se devagar para ele.

«Da investigação?»

«Do projeto.»

Pela primeira vez sentiu-se hesitar.

Imaginou Jesair doente. Não morto. Apenas fraco. Despojado daquela certeza tranquila que atraía os outros. Imaginou os aurelianos obrigados a pedir proteção aos Estados. Imaginou um público que deixaria de fazer perguntas sobre transparência e passaria a recear as diferenças biológicas.
Imaginou Mareia a compreender que Jesair não era intocável.

«Uma prova de vulnerabilidade», respondeu.

O coordenador esperou.

«De quem?»

«Dos aurelianos.»

«E de Jesair Davion?»

Arien calou-se.

Bastou.

O coordenador fechou o documento.

«Dentro de dez dias terá uma primeira proposta.»

Quando ele saiu, a casa ficou em silêncio.

Arien abriu um arquivo de medicina dos aurelianos. Naquelas páginas não encontrou um único rosto. Encontrou apenas uma descrição do círculo de ouro.
Leu sobre ele como quem lê acerca de uma propriedade biológica.

Leu acerca do círculo de ouro destituído do seu sentido de sinal.

O texto não mencionava a luz da alma.

Restava apenas um conjunto de características mensuráveis.

Isso tranquilizou-o.

É mais fácil decidirmo-nos a ferir um símbolo quando primeiro o reduzimos a um dado.

17. As fundações de proteção

A primeira fundação fora criada dezassete anos antes.

Chamava-se Fundação para a Proteção das Gerações Futuras e apoiava investigações que procuravam impedir a transmissão de doenças hereditárias às crianças.
O público conhecia-a pelas histórias das famílias a quem ajudara a pagar tratamentos.

Os seus representantes iam a escolas, a hospitais e a debates políticos. Todos os anos publicava um relatório cheio de fotografias de crianças, médicos e investigadores.
Em parte alguma dele figurava o nome de Kael Thorne.

A bem dizer, ninguém era dono da fundação. Havia estatutos, administradores e auditores, havia papéis que atestavam a correção de tudo quanto ali se fazia. Arien podia lê-los de uma ponta à outra sem descobrir a quem se devia a última palavra.
No fim não havia um nome.

Havia o direito de decidir.

Kael não precisava de ser dono da fundação. Bastava que quem dispunha do dinheiro soubesse a quem era impensável deixar um telefonema por atender.
A segunda fundação protegia os serviços de saúde contra futuras pandemias.

A terceira apoiava o desenvolvimento seguro da inteligência artificial.

A quarta dedicava-se às questões éticas dos dados genéticos.

A quinta ajudava as regiões atingidas pela guerra na Faixa de Kars.

Todas tinham um bom nome.

O poder gosta de se vestir de palavras a que é difícil fazer objeções.

Proteção.

Segurança.

Futuro.

Crianças.

Paz.

Ninguém cria uma Fundação para a Influência Invisível.

Sentada na Camada, Nerai Sael olhava para um pagamento demasiado pequeno para constituir um caso sério e demasiado estranho para o dar por encerrado.

Tinha origem num dos estabelecimentos da Vesta.

Indiretamente.

Ao examinar as contas, reparara em três pagamentos ligados à Vesta e a fundações de proteção da saúde. Todos eram legais. Fosse pelos montantes ou pelas datas, havia neles uma semelhança que a intrigava.

«Achas que um restaurante financia investigação genética?», perguntou Taren Voss.

«Não acho nada.»

«Essa costuma ser a tua opinião.»

Nerai ampliou a cronologia.

«Não é só este pagamento. Olha para os outros estabelecimentos.»

Taren sentou-se ao lado dela.

Quando os dois olharam para o conjunto, Nerai voltou a sentir que havia ali uma coincidência a mais.

«A Vesta apoia muitas boas causas», disse Taren.

«A Vesta não apoia nada diretamente», disse Nerai. «As doações vêm de empresas que vivem dos estabelecimentos dela.»

«Isso já dá uma frase menos feliz para o relatório público.»

«E porque é que estes pedidos de apoio à investigação me fazem sempre voltar à Vesta?»

«Planeamento fiscal.»

«Talvez.»

«Reputação.»

«Talvez.»

«Alguém na Vesta tem um peso na consciência.»

Nerai olhou para ele.

«Até agora essa é a explicação menos provável.»

Taren abriu os registos das fundações.

Todas estavam em situação legal.

Em cada processo havia declarações e contas aprovadas. Lidas todas juntas, deixavam muitas das perguntas de Nerai por responder.

«Podemos pedir a lista dos projetos», disse Taren.

«Mas não teremos todos os documentos.»

«Não.»

«Nem todas as respostas.»

«Não.»

«Nem os nomes de todos os doadores.»

«Depende do Estado.»

Nerai recostou-se na cadeira.

«Então que vamos nós ver, afinal?»

«O que a lei nos deixa ver.»

«Vamos saber o nome da fundação, o bem que diz querer fazer e quanto dinheiro gastou. Continuarei sem saber de quem foi a decisão e a quem se destinava.»

Taren ficou calado por uns instantes.

«Continuamos sem motivos para suspeitar de um crime.»

«Eu sei.»

«Também é possível que o dinheiro da Vesta tenha origem legítima.»

«Eu sei.»

«E as fundações podem estar a fazer exatamente o que dizem.»

«Também sei isso.»

Taren olhou para ela com um leve sorriso.

«Então porque tens esse ar de quem já quer prender alguém?»

«Porque tudo isto pode ser inocente e, mesmo assim, alguém o dispôs desta maneira.»

Na superfície de trabalho surgiu a resposta de um banco. Recusava o pedido de Nerai. Para lhe mostrar o que ela procurava, precisaria de fundamentos mais sólidos.

Nerai leu duas vezes a mensagem.

Precisavam de ver para saber se havia motivos para suspeitar.

E precisavam de motivos para suspeitar para que os deixassem ver.

Taren apontou para um dos projetos apoiados pela fundação.

«Olha.»

A bolsa fora atribuída a um centro de investigação de Auriola. Estudavam ali a capacidade de regeneração dos aurelianos.

«Pode ser investigação sobre a longevidade», disse ele.

«Pode.»

«É do que toda a gente fala agora.»

A medicina estava à beira de uma descoberta decisiva. Já havia tratamentos experimentais que conseguiam retardar consideravelmente o envelhecimento, regenerar órgãos danificados e prolongar a vida. Qualquer estudo da regeneração nos aurelianos podia ser um passo legítimo no caminho para uma vida sem termo natural.

Mas Nerai ainda desconhecia a outra pergunta.

«Assinala todos os projetos de biologia», disse.

«Com que fundamento?»

«Com base na origem do financiamento.»

«Não é a mesma.»

«No papel.»

«Nerai.»

«Assinala-os só. Não estamos a abrir uma investigação. Estamos a ver se há alguma coisa que se repete.»

Taren fez-lhe a vontade.

Diante deles surgiram nove projetos.

Um prometia dar tempo aos doentes.

Outro, restituir-lhes a saúde.

Outro, compreender a vida.

Outro, guardar a memória da medicina.

Outro, preparar os médicos para o pior.

Outro, proteger as máquinas de que dependiam.

Outro, encontrar palavras numa crise.

Outro, avaliar o preço do sofrimento.

Outro ainda, distinguir o que era justo do que era possível.

Tomados um a um, não tinham relação entre si.

Juntos pareciam pedaços de uma pergunta que ainda ninguém fizera em voz alta.

Nerai abriu o processo da Vesta e acrescentou uma nota:

Possível ligação entre investigações apoiadas por fundações aparentemente independentes. Finalidade comum por determinar.

O sistema pedia-lhe uma avaliação do risco.

Por determinar.

Confirmou.

«Sabes o que acho estranho?», disse Taren.

«Há muita coisa estranha.»

«A fundação que ajuda a Faixa de Kars e a fundação de biossegurança têm o mesmo administrador.»

Nerai abriu o registo.

Era verdade.

Uma das fundações financiava hospitais de campanha e prestava auxílio a refugiados.

A outra apoiava estudos de saúde pública.

Em ambas se lia o nome do mesmo fundo de Therinith.

«E o fundo?», perguntou.

Taren consultou o registo.

«A identidade do proprietário está protegida.»

Nerai olhou para o emaranhado de linhas.

De um lado, a guerra.

Do outro, a investigação biológica.

Pelo meio, dinheiro sem nome.

Naquele momento estava longe de saber que tinha diante dos olhos dois trechos do discurso que um dia faria perante a Convenção.

Via apenas fundações.

E todas elas diziam proteger alguma coisa.

18. A BIO-IA sem ódio

A inteligência artificial biológica não tinha rosto.

Nos velhos filmes, davam aos robôs olhos, uma voz e uma maneira de andar parecida com a dos homens. As pessoas precisavam de ver na inteligência uma criatura para poderem confiar nela ou temê-la.
Os sistemas reais já dispensavam esse teatro.

A BIO-IA a que Arien tivera acesso existia em centros de cálculo em Thaeron. Não tinha um único núcleo, não habitava um lugar só. Trazia em si a memória de gerações de médicos e a medida de incontáveis vidas.
Era capaz de encontrar em pouco tempo relações que uma equipa levaria anos a descobrir.

Servia para desenvolver tratamentos.

Para regenerar órgãos.

Para antever riscos hereditários.

Para proteger as gerações futuras.

Não era má.

O que havia nela de mais perigoso era precisamente isso.

Perante a BIO-IA, ninguém declarara a verdadeira intenção de Arien.
Havia perguntas que nasciam da esperança.

Havia investigadores para quem o importante era devolver a um doente um pouco do tempo que a vida lhe tirara.
Havia quem se inquietasse com o futuro.

Havia quem se interrogasse sobre a fronteira moral de tanto conhecimento.
A BIO-IA respondia a quem a interrogava.

Ignorava que Arien esperava por aquelas respostas.

Sentado diante da superfície de trabalho, era ele quem lhes dava um sentido.

Primeiro chegavam conclusões gerais. Diferenças estatísticas, modelos populacionais, incertezas e advertências contra erros de interpretação.
Depois Arien começou a entrever relações mais profundas.

A máquina falava dos aurelianos e do círculo de ouro. Nada do que dizia significava fraqueza. A maioria dos aurelianos era saudável e, sob certos aspetos, até mais resistente do que os outros ramos.

Mas toda a vantagem tinha os seus limites.

A Arien só esses limites interessavam.

Arien lia os resultados sem se mexer.

A máquina não lhe oferecia uma arma.

Era ele quem procurava naquelas páginas um lugar onde pudesse ferir.

Cada resposta trazia advertências.

Os dados referem-se a populações.

O modelo apresenta um elevado grau de incerteza.

Os resultados não podem ser utilizados para fins discriminatórios.

Qualquer aplicação prática exige uma avaliação ética e jurídica prévia.

Arien não apagava as advertências.

Simplesmente, lia-as com outros olhos.

Mais tarde entrou em contacto com a responsável por uma das equipas de investigação. A imagem dela surgiu por cima da mesa. Era uma selenita de meia-idade, com o rosto sereno de quem passara a maior parte da vida a lidar com a doença e aprendera a não proclamar certezas cedo demais.

«As suas perguntas abrangem cada vez mais coisas», disse ela.

«O projeto evolui.»

«Começámos por querer curar pessoas.»

«E é isso que queremos.»

«Mesmo quando fala de epidemias?»

«Os doentes que hoje tratamos também enfrentarão as doenças de amanhã.»

A cientista anuiu, mas não parecia convencida.

«Afinal, quem encomendou o trabalho?»

«A Fundação para a Proteção das Gerações Futuras.»

«Essa é que dá o dinheiro. Quem vai utilizar os resultados?»

«As autoridades de saúde.»

«Quais?»

«As que deles precisarem.»

«Isso não é uma resposta.»

Arien olhou para ela.

«Fazemos investigação preventiva à escala planetária. Os resultados serão divulgados depois do parecer jurídico.»

«Porque sinto então que falta aqui alguma coisa?»

«Porque ainda não conhece a história toda.»

Isso era verdade.

A cientista calou-se.

«A BIO-IA recusou-nos parte do trabalho», disse por fim.

«Porquê?»

«Considerou-o demasiado sensível.»

«Em que sentido?»

«Poderia pôr pessoas em perigo, precisamente aquelas que temos obrigação de proteger.»

«E como se protegem pessoas se nada se sabe do perigo que correm?»

«Talvez. Mas o sistema não conhece as suas intenções.»

Arien quase sorriu.

«Então que julgue o trabalho e não o homem.»

«Não se julga um sem perguntar pelo outro.»

«E que propõe que se faça?»

A cientista ficou hirta.

«Perdão?»

«Disse-lhe o que precisamos de compreender. São vidas que estão em causa. Tenciona dizer-me que ficamos por aqui?»

«E quem responderá pelas consequências?»

Arien não lhe respondeu diretamente.

«Não lhe cabe proteger Elarion de riscos futuros?»

«Cabe.»

«Como tenciona protegê-lo de uma coisa que se recusa a compreender?»

A cientista baixou os olhos para os seus dados.

Era uma pergunta que os cientistas detestavam. Lembrava-lhes que era sempre possível acusar a prudência de cobardia e a curiosidade de irresponsabilidade.

«Vamos precisar de um novo parecer ético», disse.

«A fundação tratará disso.»

«De um parecer independente.»

«Claro.»

A ligação terminou.

Dois dias depois, o gabinete de ética emitiu um parecer. Fixava limites claros ao trabalho e exigia que quaisquer novas decisões fossem submetidas a apreciação.

Arien leu o documento.

Era rigoroso.

Era severo.

E de nada valia contra um homem que não tencionava pedir novo parecer.

A BIO-IA não conhecia o ódio.

Não tinha motivo para fazer mal aos aurelianos.

Não sabia quem era Jesair nem por que sentia Arien aquele aperto no peito ao ouvir o seu nome.

Limitava-se a responder a perguntas.

O ódio não entrara nos seus cálculos.

Entrara na escolha das perguntas.

19. Laboratórios sem mapa

O primeiro laboratório ficava na costa de Améniа. Ali se estudava a regeneração dos tecidos.

O segundo ficava num Estado do norte, onde havia uma das melhores universidades de medicina de Elarion. Procurava compreender por que razão as pessoas adoecem de maneira diferente.

O terceiro ficava no anel orbital. O seu trabalho destinava-se às cidades fechadas de Thaeron.

O quarto situava-se no próprio Thaeron, entre máquinas de cálculo.

O quinto, em rigor, não era um laboratório. Era uma empresa de analistas de seguros que estudava os custos das crises de saúde.

O sexto ocupava-se do que a lei permitia em tempos de epidemia.

Nenhuma daquelas equipas estava a preparar uma pandemia.

Pelo menos a julgar pelos documentos que cada uma tinha diante de si.

Em Améniа, os cientistas julgavam estar a ajudar pessoas a recuperar a saúde. Nem por um momento lhes ocorreu que alguém pudesse desejar outra coisa.

No laboratório do norte também acreditavam na utilidade do que faziam. Ignoravam o significado que o seu trabalho teria para um estranho.

A equipa do anel orbital julgava estar a proteger os habitantes de Thaeron de doenças desconhecidas.

Os analistas de seguros calculavam quantas camas seriam precisas, que fábricas parariam e quanto custaria o isolamento de uma região. Não viam doentes.

Os juristas preparavam um estudo geral sobre os poderes dos Estados em situação de emergência sanitária.

Cada um conhecia o seu pedaço.

Ninguém tinha um mapa.

Arien tinha-o.

Na sua superfície de trabalho, as coisas adquiriam outros contornos. Ainda nada estava definido. Havia possibilidades, limites e zonas de incerteza.

Alguns resultados contradiziam-se.

Outros eram imprecisos.

Alguns laboratórios recusavam-se a prosseguir sem mais esclarecimentos. Outros pediam tempo.

Arien começava a impacientar-se.

Kael, não.

«A investigação tem o seu ritmo», disse-lhe num dos seus encontros.

«Preciso de resultados, não de ritmo.»

«Precisa de saber se está disposto a responder por esses resultados.»

Kael abriu as contas. Desde o último encontro, os nomes na lista já eram o dobro.

«É uma complicação desnecessária», disse Arien.

«Cada desejo tem o seu preço.»

«Há gente que pode falar.»

«E quem lhe diz que alguém a vai escutar?»

Kael mostrou-lhe as receitas regulares de uma das fundações. Ao olhar para os números, Arien reconheceu a sombra da Vesta.

«Porquê a Vesta?», perguntou.

«Porque ali ninguém faz as perguntas que está prestes a fazer.»

«De onde vem o dinheiro?»

Kael olhou para ele.

«Precisa de saber?»

Arien ficou calado por um instante.

«Não.»

«Então não pergunte.»

Noutra região do mapa apareceu um fluxo vindo da Faixa de Kars.

«E isto?»

«Lucro.»

«De guerra.»

«Do comércio.»

«Os fornecedores vendem tecnologia a um governo reconhecido pelos acordos internacionais.»

«E depois a fundação trata os feridos que essa tecnologia fez.»

Kael recostou-se.

«O mundo gosta de equilíbrio.»

Arien sentiu repulsa por ele.

Não uma repulsa moral. Mais pessoal do que isso. Kael falava do sofrimento sem o menor estremecimento, como se as pessoas fossem apenas mais uma variável. Arien ainda precisava de explicar a si próprio por que fazia aquilo. Precisava de Jesair, de Mareia, dos aurelianos, de uma velha injustiça e da sua própria humilhação.

Kael não precisava de nada.

Bastava-lhe o mecanismo.

«Quando termina o projeto?», perguntou Kael.

«Ainda não temos resposta.»

«Quero saber quando acaba o financiamento.»

«Quando souber se é possível que a crise fique dentro dos limites que imaginei.»

O olhar de Kael mudou.

«Dos limites.»

«Sim.»

«De um território?»

«De um povo.»

Kael permaneceu calado.

Arien prosseguiu:

«Não se trata de destruir a civilização. Quero uma crise que baste para mostrar que os aurelianos não são seres de exceção. Que a sua herança biológica tem um preço. Que Jesair não consegue salvar a sua própria gente.»

«E os outros ramos?»

«Deverão ser poupados.»

«Deverão?»

Arien franziu o sobrolho.

«Serão.»

Kael olhou para o mapa dos laboratórios.

«A natureza custa a acatar objetivos políticos.»

«É para isso que temos a BIO-IA.»

«Uma máquina pode calcular uma probabilidade. Não pode fechar o mundo em torno da sua intenção.»

Arien inclinou-se para a frente.

«O senhor queria travar Jesair.»

«Queria travar a ideia dele.»

«Sem Jesair, essa ideia não terá voz.»

«Os mártires costumam ter mais voz do que os vivos.»

Arien levantou-se.

«Não será um mártir. Será o homem que prometia luz e nem o seu próprio ramo soube proteger.»

Kael estudou-lhe o rosto.

«Continua a fazer isto por causa dele.»

«Faço-o pelo equilíbrio de Elarion.»

«Claro.»

A palavra soou-lhe a insulto.

Arien saiu sem se despedir.

Nessa noite terminou uma nova série de simulações num dos laboratórios. A responsável pela equipa leu os resultados e classificou-os como inconclusivos. Recomendou que se prosseguisse a investigação sob vigilância mais apertada.

A fundação recebeu o relatório.

O relatório mudou de mãos.

Houve quem tivesse de lhe resumir as conclusões.

A Arien chegaram tabelas.

A advertência ficou em anexo.

Ninguém mentira.

Ninguém alterara os resultados.

A verdade limitara-se a passar de mão em mão até ficar reduzida precisamente àquilo que o homem na ponta final precisava de ver.

Os laboratórios continuaram a trabalhar.

Cada qual sob a sua própria luz.

Entre eles havia escuridão.

E nessa escuridão havia um só homem com um mapa na mão.

20. A suspeita de Mareia

O primeiro pedido passou despercebido a Mareia Lioren.

Dizia respeito a dados anónimos de medicina aureliana. O projeto de investigação estava devidamente aprovado, tinha parecer ético favorável e era financiado por uma fundação conhecida.

Passavam centenas de pedidos semelhantes pelos arquivos de saúde.

A medicina mudava mais depressa do que as leis que a regulavam. Os investigadores procuravam travar o envelhecimento, regenerar órgãos lesados e prolongar a vida para lá do que as gerações anteriores tinham sequer imaginado.

Nesse domínio, os registos das linhagens aurelianas tinham um valor extraordinário.

Havia famílias entre as quais as pessoas recuperavam de doenças com um vigor invulgar. Noutras, certas doenças eram raras. As histórias de família remontavam a centenas de anos e tinham uma precisão que faltava às bases de dados médicas correntes.

Mareia aprovou o primeiro pedido.

Recebeu o segundo nove dias depois.

Vinha de outro Estado e dizia respeito a novos tratamentos de longevidade.

Também esse trazia toda a documentação exigida.

O terceiro pedido ocupava-se da proteção dos dados.

O quarto, do que sucedia aos doentes numa crise.

O quinto era um estudo jurídico. Não solicitava registos clínicos, apenas um esclarecimento sobre as disposições aplicáveis numa emergência.

Mareia provavelmente não teria visto naqueles pedidos um conjunto se, no quinto, não tivesse encontrado uma formulação invulgar que se lembrava de ter lido no primeiro.

Continuidade dos traços de família na história clínica ao longo das gerações.

Não havia ali erro científico.

Nem a expressão era extraordinária.

O que a intrigava era que a empregassem duas organizações que, no papel, nada tinham em comum.

Mareia abriu os pedidos anteriores.

A formulação aparecia em três deles.

Sempre num ponto diferente.

Uma vez na descrição dos dados.

Outra, na fundamentação jurídica.

Outra ainda, num anexo técnico.

Era como reconhecer a mesma voz no meio de conversas que se julgavam independentes.

Passou as horas seguintes a comparar os metadados. O conteúdo das análises estava protegido, e ela não tinha autorização para o consultar. Via apenas quem fazia o pedido, a categoria dos dados, a entidade que emitira o parecer e a finalidade declarada.

Todos aqueles projetos acabavam por tocar, de uma forma ou de outra, a saúde dos aurelianos.

Mareia traçou um mapa para si.

Não era um mapa financeiro, como o de Nerai.

Era biológico.

Numa ponta estavam os arquivos das famílias.

Na outra, uma crise sanitária hipotética.

Pelo meio, perguntas que se aproximavam sem chegarem a tocar-se em parte alguma.

«Outra vez a trabalhar até tarde.»

A voz de Jesair soou atrás dela.

Mareia sobressaltou-se. Não o ouvira entrar.

Estava à porta do pequeno gabinete do arquivo. Vestia roupa simples e escura e trazia nas mãos duas chávenas com uma bebida quente.

«Por onde entraste?»

«Pela porta.»

«Na zona reservada do arquivo.»

«Entrei no átrio. Daí para dentro foste tu que me deixaste entrar.»

Mareia olhou para a mesa. Estivera tão concentrada que não dera pelo aviso.

Jesair estendeu-lhe uma chávena.

«Diz a Nerai que, quando te esqueces de comer, é preciso trazer-te qualquer coisa que ao menos finja que é comida.»

«Vocês falam de mim?»

«Só quando se trata da segurança do planeta.»

Mareia sorriu de leve, mas logo ficou séria.

Jesair olhou para as camadas suspensas sobre a mesa.

«O que se passa?»

«Não sei.»

«Pareces a Nerai.»

«Talvez seja de família.»

Ele sentou-se diante dela.

Nas últimas semanas, a presença de Jesair tornara-se habitual em reuniões sobre saúde e questões de cidadania. O discurso de Nitra continuava a correr mundo. Convidavam-no para debates, universidades e assembleias públicas. Já havia quem visse nele o chefe de um movimento que ainda não tinha nome.
Ele recusava esse papel.

E quanto mais o recusava, mais as pessoas confiavam nele.

«Mostra-me», disse.

Mareia explicou-lhe os pedidos, um por um. Jesair ouviu-a sem interromper.

«Podem estar relacionados?», perguntou.

«Tudo pode estar relacionado se passarmos tempo suficiente a olhar.»

«Isso não é uma resposta.»

«Podem. Mas não sei como.»

«Quem os encomendou é a mesma pessoa?»

«Não.»

«A fundação é a mesma?»

«Não.»

«O laboratório é o mesmo?»

«Não.»

«Então que têm em comum?»

Mareia apontou para as áreas de investigação.

«O rumo.»

Jesair esperou.

«Imagina que alguém anda à procura de uma resposta», continuou ela. «Vejo uma porção de pessoas a trabalhar. Cada uma delas acredita que está a fazer bem aos doentes. Mas quem me garante que o homem que espera a resposta quer o mesmo que elas?»
«O que ganharia com isso?»

«Depende da pergunta que só ele conhece.»

Jesair ficou a olhar para o mapa.

«Achas que alguém procura um ponto fraco nos aurelianos?»

Mareia não respondeu logo.

«Acho que há demasiada gente a receber dinheiro para estudar coisas de que se poderia fazer esse uso.»
«Dinheiro de quem?»

«Isso não consigo ver.»

Mareia fechou parte dos dados e olhou para ele.

Na luz suave do gabinete, o círculo de ouro nos seus olhos mal se via. Só um traço muito fino que escaparia a um olhar desatento.
Arien odiava-o.

O pensamento assaltou-a de repente.

Mareia recordou-lhe o rosto em casa, a mão que lhe apertara o pulso, a maneira como pronunciara o nome de Jesair.
Depois lembrou-se da mensagem.

As decisões pessoais nunca ficam pela esfera pessoal.

«Mareia?»

«Arien.»

Jesair não se mexeu.

«O que tem ele?»

«Não sei.»

«Achas que foi ele?»

«Não tenho razões para achar isso.»

«Mas pensaste nele.»

«Sim.»

Jesair ficou calado por instantes.

«Porque trabalha no meio financeiro?»

«Porque vê mecanismos quando olha para pessoas. E porque, quando deixei de lhe ouvir a raiva na voz, comecei a ter mais medo dele.»

Jesair pousou a chávena na mesa.

«Devíamos contar à Nerai.»

«Sem provas?»

«Não se trata de fazer uma acusação.»

«Conheço a minha irmã. Mostra-lhe uma pergunta sem provas e ela vai à procura de provas.»

«Julgo que é o trabalho dela.»

Mareia olhou para ele.

«E se eu estiver enganada?»

«Então não encontrará nada.»

«Uma investigação nunca acaba inteiramente em nada. Perde-se sempre alguma confiança.»

Jesair anuiu.

«Então não lhe fales do Arien. Mostra-lhe os projetos.»

Mareia tornou a olhar para o mapa.

«E se forem todos inocentes?»

«Nesse caso verificamos e encerramos o processo. Sem nomes de doentes.»

«Não quero transformar os registos clínicos em provas ao dispor de toda a gente», disse Mareia.

«Estamos de acordo. Envia à Nerai só o que é público.»

«Mas a tua frase já tem vida própria. As pessoas servem-se dela para justificar coisas que nunca quiseste dizer.»

«Eu sei.»

«Há quem queira publicar até os registos de saúde dos políticos. E quem diga que a privacidade é o refúgio dos culpados.»

Jesair baixou a cabeça.

«Talvez não tenha traçado essa linha com clareza suficiente.»

«Traçaste. As pessoas é que só ouvem a parte de que precisam.»

Por instantes ficaram em silêncio.

Depois Mareia fechou todas as camadas menos a da lista de projetos.

«Mando-lhe só os títulos dos projetos, os requerentes e as fontes de financiamento que são públicas.»

«E a pergunta.»

«Que pergunta?»

Jesair olhou para o lugar onde estivera o mapa.

«Quem paga para que coisas hoje separadas se venham um dia a encontrar?»

Mareia preparou a mensagem.

Destinatária: Nerai Sael.

Assunto: Possível ligação entre pedidos de investigação.

Escreveu:

Isto não prova que alguém tenha agido mal. Preciso, no entanto, de saber se há uma origem comum para o dinheiro destes projetos, ou se há alguém com poder de decisão em mais do que um deles. Separadamente, fazem sentido. Juntos, fazem uma pergunta que não quero pronunciar antes de saber quem a fez.

Anexou a lista.

Antes de enviar, hesitou.

Jesair não lhe tocou. Não lhe disse o que fazer.

Ficou ali, só isso.

Mareia enviou a mensagem.

No edifício da Camada, acendeu-se uma notificação junto do nome de Nerai.

A milhares de quilómetros dali, um laboratório concluía uma análise. Alguém ia receber o resultado.

Em Thaeron chegava ao fim um cálculo de que ninguém sabia dizer a quem mais aproveitaria.

Em Therinith, o administrador de um fundo aprovou outro pagamento.

Num dos estabelecimentos da Vesta, a contabilidade registou mais um dia de receitas.

E Arien Korveth estava sentado sozinho em casa, a ver aproximarem-se linhas que em mais nenhum lugar compunham um mapa.

Ainda não havia doença.

A doença ainda não tivera a sua primeira febre.

Ainda ninguém fechara uma cidade nem uma família fora obrigada a deixar um ente querido por detrás da parede transparente de um isolamento hospitalar.

Por enquanto só havia dinheiro.

Perguntas.

Dados.

Cálculos.

E muitas pessoas inocentes, cada uma das quais fizera uma pequena parte do trabalho sem conhecer a frase de que um dia passaria a fazer parte.

A catástrofe ainda não tinha corpo.

Mas já tinha contabilidade.

21. O teste da cegueira

Nerai abriu a mensagem de Mareia sete minutos depois de a receber.

Ainda estava na Camada. Quase toda a gente já saíra. Nos corredores só restavam os analistas do turno da noite, os sistemas de segurança e as pessoas incapazes de explicar por que razão determinada pergunta não as deixava ir para casa.
Nerai era das últimas.

Leu a mensagem uma vez.

Depois outra.

À terceira leitura retirou o nome de Mareia e deixou diante de si apenas a lista dos projetos.

Investigação sobre a regeneração.

Estudos clínicos.

Histórias familiares.

Proteção dos dados de saúde.

Os serviços de saúde perante uma epidemia.

A lei em situações de emergência.

Cada entrada tinha o seu requerente, a sua finalidade e o seu financiamento. Nenhuma dava motivo para suspeitas. Algumas das questões eram até das mais importantes que a medicina moderna enfrentava.
Nerai abriu as camadas financeiras.

Nos documentos figuravam nomes diferentes. Mas, por detrás desses nomes, quem decidia? Nerai não conseguia apurá-lo em caso algum.

Cada lacuna tinha a sua explicação perante a lei. A superfície de cálculo podia pô-las lado a lado, mas não tinha licença para preencher o que faltava com suposições.
Nerai reuniu as camadas disponíveis.

Na mesa apareceu um mapa.

Não parecia o mapa de um crime.

Parecia vidro estilhaçado.

«Ainda cá estás?»

Taren Voss estava à porta, com o casaco atirado para cima do ombro.

«Já não», disse Nerai. «Acabei de ir para casa.»

Taren entrou.

«E é assim que vais?»

«Silêncio.»

Ele olhou para o mapa.

«O que procuramos?»

«Não sei.»

«Excelente. A minha categoria preferida.»

Nerai enviou-lhe a lista de Mareia, sem o texto que a acompanhava.

Taren sentou-se e leu devagar cada entrada.

«Tudo investigação médica.»

«Nem tudo.»

«Está bem. Investigação médica, estudos jurídicos e modelos de crise.»

«O que os liga?»

«Os aurelianos.»

«Mais concretamente.»

Taren pensou.

«A herança dos aurelianos.»

«Ainda mais concretamente.»

Por instantes houve silêncio.

Depois apontou para a cronologia.

«Não se trata só de quem são. Também se trata de como o mundo reagiria.»

Nerai anuiu.

«Alguém quer saber mais do que quem são os aurelianos. Quer saber também o que a nossa civilização faria por eles se adoecessem.»

Taren recostou-se.

«Pode ser investigação para os proteger.»

«Pode.»

«Pode ter que ver com os tratamentos de longevidade.»

«Pode.»

«Pode ser preparação para uma epidemia natural.»

«Pode.»

«E também pode ser aquilo que não quiseste dizer.»

Nerai olhou para ele.

Taren apontou para a última frase de Mareia.

«A pergunta que ela não quer dizer em voz alta.»

Nerai fechou a mensagem.

«Não temos o direito de partir da pior explicação.»

«Mas temos o direito de a averiguar.»

«Só se tivermos dados.»

«E temos?»

Nerai olhou para os pontos escuros do mapa.

«Temos dados que mostram que não vemos os dados.»

A Camada podia comparar movimentos financeiros entre Estados, mas não tinha o direito de abrir contas a seu bel-prazer. Tinha de justificar os seus atos perante a lei de cada país.

Uma pergunta podia assim desfazer-se em vinte pedidos.

Cada pedido precisava da sua fundamentação.

E fundamentação era precisamente o que Nerai ainda não tinha.

«Vê se quem decide é a mesma pessoa», disse.

Taren mandou comparar os nomes dos administradores, dos consultores externos, dos auditores e dos gestores de fundos.

O sistema encontrou milhares de ligações.

Algumas eram significativas.

A maioria, não.

Os mesmos auditores trabalhavam para centenas de fundações. Os mesmos escritórios de advogados representavam metade dos fundos internacionais. Os gestores tinham assento em vários conselhos porque essa era precisamente a sua profissão.

Quantos mais dados abriam, mais ligações descobriam.

E quantas mais ligações descobriam, mais difícil se tornava distinguir as que significavam alguma coisa.

«É este o problema da Camada», disse Taren. «Quando olhas para um planeta inteiro, só há uns quantos contratos a separar qualquer pessoa de qualquer outra.»

«Por isso é que não procuramos uma ligação.»

«Então o quê?»

«Um rumo.»

Nerai mudou a apresentação dos dados.

Retirou os nomes das empresas.

Retirou os títulos dos projetos.

Retirou os Estados.

Restou aquilo por que alguém estava disposto a pagar.

O passado das famílias.

O saber das máquinas.

O trabalho de um laboratório.

A promessa de um sinal.

A vida de um hospital.

O alcance das leis numa emergência.

O medo de uns quando a doença atingia os outros.

Taren deixou-se de gracejos.

«Visto assim, parece pior.»

«Visto assim, parece diferente.»

«Se soubéssemos que é uma só pessoa que paga isto...»

«Não sabemos.»

«Se soubéssemos que alguém reúne os resultados...»

«Não sabemos.»

«Se soubéssemos que uso vai fazer deles...»

«Não sabemos.»

Nerai fechou os olhos.

Ouviu na memória as palavras de Jesair na conferência.

Não se pode calcular às cegas a parte de cada um.

Nessa altura, ele falava do RBI.

Do valor.

Da justiça.

Agora tinha diante de si outra coisa que a sociedade tentava calcular às cegas.

O perigo.

«Vamos pedir que nos revelem com urgência os nomes dos verdadeiros proprietários», disse Taren.

«Com que fundamento?»

«A coincidência dos projetos.»

«Uma coincidência não é crime.»

«O risco de uso indevido de dados genéticos.»

«Não provámos que tenha havido uso indevido.»

«Então o que fazemos?»

Nerai não respondeu.

A três fusos horários dali, Arien Korveth estava sentado diante de um relatório com um título tão desinteressante que a maioria das pessoas nem o abriria.

Análise da coordenação entre instituições de saúde perante riscos que afetam desigualmente a população.

Redigira-o uma empresa de Xanos especializada em gestão de crises. Os seus analistas nunca tinham visto os resultados dos estudos biológicos nem os arquivos das famílias aurelianas. Trabalhavam com uma hipótese.

Uma doença desconhecida.

Vários Estados.

Um povo atingido com particular dureza.

Diferentes tradições de privacidade.

Diferentes sistemas de saúde.

Diferentes culturas políticas.

Queriam saber se Elarion seria capaz de compreender o que se estava a passar.

Os analistas encaravam o seu trabalho como um serviço público.

Queriam encontrar as falhas antes que uma doença verdadeira as encontrasse.

A conclusão era incómoda.

As máquinas de diagnóstico reconheceriam sinais inquietantes.

Nos hospitais, os médicos veriam os seus doentes.

Nos arquivos, os guardiães veriam famílias que lhes tinham confiado a sua história.
Os Estados hesitariam sobre o que dizer.

Uns por causa dos doentes.

Outros por causa da sua reputação.

Os políticos pesariam as palavras antes de nomear o povo atingido.
À luz das antigas disputas sobre discriminação, compreendia-se aquela cautela.

Ainda assim, na situação imaginada pelos analistas, haveria gente à espera.

Arien deixou os olhos correr pelas previsões.

Uma primeira dúvida.

Uma primeira voz.

Uma inquietação partilhada.

Um nome pronunciado diante de todos.

Entre o início e o fim havia um intervalo.

Tempo perdido.

Tempo que a ninguém seria dado recuperar.

Arien recostou-se.

Cada elemento do sistema fazia precisamente aquilo para que fora criado.

A inteligência artificial reconhecia padrões e os médicos protegiam os doentes.

As leis protegiam a privacidade.

A falha só surgia quando tudo funcionava em conjunto.

A máquina reconhecia padrões.

O médico protegia o doente.

O arquivo protegia a família.

O funcionário protegia a legalidade.

O político protegia a sociedade do pânico.

E de todas essas proteções nascia um tempo em que ninguém se atrevia a dizer a verdade por inteiro.

À margem do relatório, os analistas deixavam uma advertência:

A desigualdade na incidência da doença não pode, sem confirmação adicional, ser interpretada como prova de uma relação de causalidade com a identidade hereditária. A identificação precipitada de um grupo populacional pode levar à estigmatização, à violência ou à recusa de cuidados de saúde.

Arien deteve-se naquela frase.

Era moralmente justa.

E útil.

Kael apareceu sem avisar.

Entrou no apartamento de Arien como se lhe pertencesse o espaço e também o tempo de quem ali vivia.

Arien não fechou o relatório.

Kael leu o título.

«Um estudo sobre a reação das instituições?»

«Uma auditoria de segurança.»

«Claro.»

Kael percorreu os resultados.

A expressão do seu rosto não se alterou, mas lia mais devagar do que era costume.

«Os serviços de saúde vão dar por isso», disse.

«Vão.»

«Cedo.»

«As máquinas, sim.»

«Nesse caso, o seu plano não funciona.»

Arien apontou para outra passagem.

«Dar por uma coisa e agir são coisas diferentes.»

Kael fixou os olhos na cronologia.

«Então não está a pôr a doença à prova.»

«Não.»

«Está a pôr à prova a coragem das instituições para dizer o que veem.»

Arien sorriu levemente.

«Ponho à prova as suas regras.»

«As regras nasceram dos fracassos do passado.»

«E serão a causa do próximo.»

Kael virou-se para ele.

«Tenha cuidado. Não tome as falhas do sistema por uma justificação para as suas intenções.»

«Foi o senhor quem me ensinou que o sistema não tem intenções.»

«O sistema não. O senhor tem.»

Arien fechou o relatório.

«Porque veio?»

Kael ficou a olhar para ele por um instante.

«As fundações receberam perguntas da Camada.»

Os dedos de Arien imobilizaram-se sobre a mesa.

«Que perguntas?»

«Para já, gerais. A quem pertence o dinheiro. Quem decide. Se há alguma ligação.»

«Nerai.»

«Provavelmente.»

«Sabe alguma coisa?»

«Sabe que não vê.»

Arien levantou-se.

«Isso não basta.»

«Às vezes começa-se a ver quando se toma consciência da própria cegueira.»

«Pode travá-la?»

«Posso fazê-la esperar. Mas, se tentasse calar-lhe as perguntas, estaria a confessar que me assustam.»

Arien foi até à janela.

Nitra estendia-se a seus pés. Milhares de luzes, milhões de pessoas, sistemas que mediam o tráfego, a energia, a produção, o tempo, a saúde e a segurança.
Uma civilização que via quase tudo.

E ignorava que alguém media quanto tempo levaria a compreender a sua própria morte.

«Mareia», disse Arien.

Kael não respondeu.

«Deve ter sido ela a começar.»

«Porquê?»

«Conhece os arquivos das famílias.»

«Também o conhece a si.»

Arien voltou-se bruscamente para ele.

Kael prosseguiu com serenidade:

«Às vezes, quem conhece um homem violento adivinha-lhe as intenções antes de um analista.»

«Não sou um homem violento.»

Kael olhou para ele.

Não havia desprezo naquele olhar.

Era pior assim.

«Não sou», repetiu Arien.

«Nesse caso não o incomodará que alguém examine as suas decisões.»

«As minhas decisões estão protegidas.»

«É precisamente com isso que conta.»

Kael saiu.

Arien ficou diante da janela.

A análise voltou a abrir-se na superfície de trabalho.

Uma demora.

Era o que a civilização perderia entre o momento de ver e o momento de se permitir dizer o que via.

Entretanto, na Camada, Nerai enviava os primeiros pedidos.

Para Therinith.

Para Xanos.

Para dois Estados de Aménia.

Para a administração dos centros de cálculo de Thaeron.

Redigira-os com o cuidado de quem sabe que o direito assume uma voz diferente em cada Estado.

As primeiras respostas chegaram nessa mesma noite.

O projeto cumpre a legislação local.

Não há obrigação de divulgar o nome do proprietário.

A relação comercial está protegida por lei.

Os cálculos não contêm dados que permitam identificar diretamente qualquer pessoa.

Não foi demonstrado risco iminente.

Taren lia-as uma a uma.

«Têm todos razão.»

«Sim», disse Nerai.

«E, no entanto, tu não acreditas.»

Nerai olhou para o mapa biológico de Mareia e para o seu próprio mapa financeiro.

Estavam lado a lado.

Não podiam fundir-se inteiramente, porque entre eles se erguiam leis que protegiam a saúde, a propriedade, a investigação, o comércio e a privacidade.

Cada lei protegia alguma coisa que merecia ser protegida.

Nerai fez a si própria, pela primeira vez, a pergunta que anos mais tarde repetiria diante de todo o planeta:

O que acontece quando todas as nossas proteções se conjugam para dar abrigo àquele de quem nos deviam proteger?

Ainda era cedo para uma resposta.

Mas Arien já a sabia.

Ganha-se tempo.

Pouco.

O bastante.

22. Exceções

Toda a lei tem uma fronteira.

E em quase todas as fronteiras há uma porta.

Às vezes dá pelo nome de interesse público urgente.

Às vezes, necessidade de investigação.

Às vezes, proteção da vida.

Às vezes, segurança do Estado.

Não se abrem portas para que por elas entrem criminosos. Abrem-se porque nenhuma lei consegue prever todas as circunstâncias em que o seu cumprimento estrito faria mais mal do que bem.
Quando arde um hospital, o socorrista não vai pedir a cada doente que autorize a transferência dos seus dados clínicos.

Quando ameaça uma epidemia, os laboratórios podem comunicar entre si com a urgência que um trabalho de rotina dispensaria.
Quando um sistema vital avaria em Thaeron, os técnicos recebem os meios de que precisam para salvar vidas.
A exceção era a forma que a lei tinha de admitir que a vida é mais complexa do que a regra.

Kael Thorne sabia que as portas tinham ainda outra propriedade.

Podiam abrir-se dos dois lados.

Num escritório de advogados nos arredores a sul de Nitra trabalhavam nove especialistas. Ignoravam que trabalhavam para Kael. Oficialmente, contratara-os a Fundação para a Resiliência da Saúde Planetária. Deviam preparar um enquadramento geral para a cooperação entre centros de investigação numa futura crise biológica.
Havia trabalho para todos.

Uns pensavam nas famílias.

Outros, nas distâncias entre os mundos.

Outros, na responsabilidade dos laboratórios.

Outros ainda, nos direitos de quem criava tecnologia médica.

E havia quem pensasse nos Estados chamados a proteger as regiões em perigo.

Nada disso era ilegal.

Pelo contrário.

A experiência das epidemias antigas fizera crescer a procura de estudos assim. Elarion dispunha de tecnologias sem conta, mas os seus sistemas jurídicos ainda datavam de um tempo em que as doenças se propagavam mais devagar do que as decisões dos governos.
À frente da equipa de juristas estava Ilyra Senn.

Era selenita e dedicara a vida ao direito da saúde. Perdera o pai, ainda nova, durante uma epidemia regional em que dois hospitais se tinham recusado a partilhar informações por não conseguirem chegar a acordo quanto à base legal para o fazer.
Acreditava que uma má lei podia matar tão seguramente como uma doença.

Foi por isso que aceitou o trabalho.

«A nossa missão», disse à equipa na primeira reunião, «é impedir que, numa crise, quarenta Estados andem a trocar formulários enquanto as pessoas morrem.»
Ninguém na sala podia discordar.

Ao fim de algumas semanas, tinham definido um regime de exceções temporárias.

O acesso aos dados ficaria limitado a uma finalidade específica.

Cada utilização ficaria registada.

Os dados só poderiam ser cruzados dentro dos limites da autorização.

Os resultados seriam anonimizados.

As exceções caducariam no termo do projeto.

Ilyra acrescentou mais uma condição.

Teria de haver uma autoridade capaz de avaliar o sentido do trabalho no seu conjunto e de assumir a responsabilidade por essa avaliação.
Inseriu a cláusula na proposta e enviou-a a quem encomendara o estudo.

Dois dias depois recebeu o documento de volta.

A cláusula já não dizia o que Ilyra escrevera.

Na nova redação, era impossível saber se alguém se comprometeria a responder pelo resultado.
Ilyra pôs as duas frases lado a lado.

A diferença era pequena.

Na sua versão, havia uma promessa.

Na outra, não sabia ao certo o que lhe prometiam.

E Ilyra sabia o que uma palavra tão pequena podia custar.

«Quem alterou esta passagem?», perguntou.

O administrador abriu o histórico do documento.

«Um consultor externo da fundação.»

«Nome?»

«Protegido pelo contrato.»

«É jurista?»

«Consultor de investimento internacional.»

Ilyra recostou-se.

«Não estou a ver o que tem o investimento a dizer sobre exceções em matéria de saúde.»

«Diz que a formulação original não protege suficientemente a independência da investigação.»

Era um argumento razoável.

Ilyra conhecia bem o preço de uma fiscalização mal concebida. Podia atrasar tratamentos e lançar a suspeita sobre cientistas que procuravam curar doentes.

Ilyra rejeitou a alteração.

A fundação devolveu-lha com outra justificação.

Ilyra voltou a recusá-la.

À terceira vez comunicaram-lhe que a passagem em litígio ficaria para uma fase posterior.

O resto do regime foi aprovado.

A salvaguarda não fora suprimida.

Apenas adiada.

No edifício da Camada, Nerai recebeu a resposta do primeiro fundo.

Recusavam-lhe o nome que pedira. A seu ver, não demonstrara que precisasse dele para apreciar o caso.

De outro Estado responderam que a ligação entre os projetos financiados era demasiado vaga.

De Thaeron vieram garantias de respeito pelo anonimato e a confissão de que ninguém sabia dizer-lhe a quem tinham aproveitado os resultados.

«Como pode um centro não conhecer o seu cliente?», perguntou Mareia.

A sua imagem pairava sobre a mesa de Nerai. Estava em casa, mas atrás dela ainda se viam abertas as camadas dos arquivos das famílias. Também ela voltara a passar a noite a trabalhar.

«Conhece a pessoa com quem falou», respondeu Nerai.

«E essa pessoa?»

«Diz que cumpriu uma encomenda.»

«E de quem era?»

«De uma fundação.»

«E a fundação?»

«Tem um conselho de administração.»

«Nerai.»

«Não sei.»

Mareia baixou os olhos.

«Então continuamos onde estávamos.»

«Não. Sabemos que em pelo menos quatro projetos há a mesma maneira de escrever. Vimos nomes que já tínhamos visto quando examinámos a Vesta. E sabemos que há trabalho feito em Thaeron.»

«E sabemos que pode haver uma explicação inocente para tudo.»

«Sim.»

«E o nome de Arien?»

Nerai fez uma pausa.

«Em parte nenhuma.»

Mareia anuiu, mas não lhe passou pelo rosto qualquer sinal de alívio.

«Diz-me exatamente o que te faz pensar nele», pediu Nerai.

«Já to escrevi.»

«Escreveste que ele conhece as pessoas como quem conhece mecanismos.»

«E conhece.»

«Isso não basta.»

«Eu sei.»

«Preciso de coisas concretas.»

Mareia levantou-se e aproximou-se da janela. Atrás dela via-se Nitra de noite e o rio dividido pelas luzes das pontes.

«Quando estávamos juntos, queria saber tudo. Onde eu estava. Com quem estava. Porque dissera alguma coisa. Porque me calara. Não queria a informação por si mesma. Queria que não existisse nada que não coubesse no quadro que ele fizera de mim.»

Nerai ficou calada.

«Quando me fui embora, começou por me suplicar», continuou Mareia. «Depois veio a raiva. Depois acusou-me. E, por fim, parou.»

«Deixou de te procurar?»

«Não. Deixou de falar como quem quer de volta uma coisa que perdeu.»

«E como falava?»

Mareia voltou-se.

«Como um homem que decidiu que um dia eu havia de compreender.»

Nerai anotou a frase.

«Falou de Jesair?»

«Sim.»

«Ameaçou-o?»

«Não diretamente.»

«Mareia.»

«Disse que homens como Jesair fingem que as decisões que tomam pertencem a todos e deixam que sejam os outros a arcar com as consequências. Disse que um dia se veria o preço de os aurelianos serem tão especiais.»

Taren, sentado fora do campo da imagem, levantou a cabeça.

Com um olhar, Nerai pediu-lhe que ficasse calado.

«Porque não me contaste isso mais cedo?», perguntou.

«Porque não queria que cada suspeita de uma mulher acerca do homem de quem se separou desse lugar a uma investigação. E porque tinha medo de estar a ver nos projetos dos outros uma coisa que era só o meu medo.»
«O medo não é uma prova», disse Nerai.

Mareia anuiu.

«Mas pode indicar um rumo.»

«Sim.»

Nerai pronunciou aquela palavra com cautela.

No seu trabalho havia duas maneiras de se enganar.

Uma era suspeitar de alguém que nada fizera.

A outra era rejeitar uma suspeita só porque nascia de uma experiência pessoal que não se deixava reduzir a uma tabela.
A análise devia protegê-los dos preconceitos.

Mas não devia fingir que a experiência humana da violência era destituída de valor enquanto a violência não aparecesse nas contas.
«Não vou abrir uma investigação ao Arien», disse Nerai. «Pelo menos para já.»

Mareia apertou os lábios.

«Mas vou mandar avaliar o risco dos projetos no seu conjunto. Sem o nome dele.»

«E se o sistema não te mostrar nada?»

«Nesse caso continuarei a saber apenas o que sei agora.»

«Que não vês.»

«Sim.»

Terminada a ligação, Taren chegou-se mais perto.

«Achas que foi ele.»

«Acho que a Mareia tem razões concretas para ter medo dele.»

«Isso não é uma resposta.»

«Porque não tenho resposta.»

Nerai preparou um pedido de avaliação temporária das ligações de risco.

Pedia autorização para confrontar informações financeiras, os objetivos das investigações e a informação pública sobre o acesso aos arquivos aurelianos.

O pedido não abrangia os dados clínicos propriamente ditos.

Os resultados dos estudos biológicos continuariam protegidos.

Nerai só queria saber quem pagara pelas perguntas e quem tivera o direito de reunir as respostas.

Enviou o pedido ao conselho superior.

A resposta chegou de manhã.

Fundamentação jurídica insuficiente.

Os projetos em apreço pertencem a jurisdições diferentes e não existem provas de que prossigam uma finalidade comum.
Nerai releu a frase várias vezes.

Não existem provas de que prossigam uma finalidade comum.

Mas como poderia demonstrar que a finalidade era comum se lhe recusavam o direito de olhar para os projetos em conjunto?

«Um círculo», disse Taren.

«Não.»

Nerai levantou-se.

«Um círculo, pelo menos, tem um centro. Isto é um sistema que finge que não há centro.»

Entretanto, no escritório de advogados, Ilyra Senn assinou a versão final do regime.

Não estava satisfeita.

No parecer que o acompanhava escreveu:

O perigo mais grave é uma lei garantir a cada interveniente que cumpriu o seu dever e não haver, no fim, quem responda pelas consequências que recaem sobre todos.
O parecer ficou arquivado.

A fundação recebeu-o.

O regime jurídico foi aprovado.

Abriram-se as exceções.

Cada qual por uma boa razão.

Havia quem precisasse de respostas.

Havia quem trabalhasse longe de casa.
Havia quem tivesse razões para ser discreto.

Havia quem só pudesse responder pelo seu próprio trabalho.

Havia quem se preparasse para uma futura emergência sanitária.

Nenhuma daquelas exceções, por si, abrira caminho à catástrofe.

Só mais tarde se percebeu o que, juntas, tinham deixado acontecer.

Uma porta.

Atrás dela, outra porta.

E outra ainda.

E, no fim, um homem cujo nome não estava inscrito em nenhuma das chaves.

23. O último pagamento

O último pagamento foi o mais pequeno.

O último pagamento tinha um destino bem mais prosaico.

Não se destinava a um laboratório, a um centro de cálculo ou a um administrador de dados genéticos.

Não pagava investigação biológica, estudos jurídicos ou sensores médicos.

Era uma despesa administrativa.

O montante era inferior às receitas de um dia num estabelecimento da Vesta de certa dimensão.

Partira de uma empresa registada em Saranstan.

O recibo vinha do anel orbital.

A finalidade era legítima.

Alguém se preparava para uma futura emergência de saúde.

Era o género de despesa que qualquer hospital, seguradora, Estado ou fundação podia autorizar, para não faltar auxílio aos doentes quando viesse a crise.
Não tinha nada de extraordinário.

Exceto que, sem ele, a última peça do mapa de Arien ficaria por ligar.

O coordenador financeiro da casa Thorne enviou-lhe a confirmação.

Todos os compromissos contratuais estão em vigor.

Arien leu a mensagem e fechou-a.

Estava no apartamento onde em tempos vivera com Mareia.

Depois de ela partir, mandara retirar quase tudo o que fora ela a escolher. Não de uma vez. Primeiro, as plantas. Depois, o quadro junto à janela. Depois, a mesa baixa em que ele estava sempre a bater, embora Mareia insistisse em que o problema não estava na mesa, mas em ele ser incapaz de olhar por onde andava.
Restara uma taça.

Era banal, azul-escura, com um rebordo irregular. Mareia comprara-a num mercado no bairro antigo de Nitra. Dizia que gostava dela porque tinha uma imperfeição que não procurava esconder.

Arien nunca a usara.

Deixara-a ali como prova de que podia viver ao lado de uma coisa que lhe lembrasse Mareia.

Na verdade, provava o contrário.

Acendeu-se um aviso na parede.

Mareia Lioren solicita um encontro pessoal.

Arien ficou muito tempo a olhar para o aviso.

Depois sorriu.

Abriu a mensagem.

Preciso de falar contigo sobre projetos de investigação que dizem respeito aos aurelianos. Proponho o jardim público da margem norte. Amanhã, depois do pôr do sol.
Não havia nela uma súplica.

Nem medo.

Arien tornou a ler a mensagem.

Sempre admirara a sua maneira de escrever frases sem um único ponto fraco. Como se pousasse diante de si cada palavra, a examinasse por todos os lados e só então deixasse que outra pessoa a visse.
Aceitou.

No dia seguinte, o jardim da margem norte estava quase deserto.

Ali cresciam árvores trazidas de todas as regiões de Elarion. Umas precisavam de um solo artificialmente corrigido, outras de um grau exato de humidade ou de abrigo contra o inverno local. O jardim provava que uma civilização podia criar um espaço comum até para seres que na natureza jamais cresceriam lado a lado.
Mareia esperava junto ao lago.

Enquanto Arien se aproximava, ela observou-lhe as mãos.

Não as trazia cerradas.

Não tinha pressa.

Trazia no rosto a expressão que ela mais temia. A serenidade de quem já não precisa de forçar coisa alguma no presente porque acredita que o tempo trabalha a seu favor.
«Mareia.»

«Arien.»

Parou a alguns passos dela.

«Não esperava que algum dia voltasses a pedir para te encontrares comigo.»

«Nem eu.»

«Jesair sabe que estás aqui?»

Mareia sentiu o corpo ficar tenso.

Não de repente.

Da maneira antiga.

Com a memória da pele.

«Não vim falar de Jesair.»

«Claro.»

«Os arquivos de saúde têm recebido pedidos de investigadores interessados nos aurelianos e no que lhes aconteceria se uma epidemia os atingisse com especial violência.»
Arien franziu ligeiramente o sobrolho.

«E então?»

«Parte dessas investigações é financiada por fundações ligadas a organizações financeiras em que trabalhaste.»

«Trabalhei em centenas de organizações.»

«Precisamente.»

«Isso é uma acusação?»

«Uma pergunta.»

«Então faz a pergunta.»

Mareia olhou-o nos olhos.

«Estás a financiar investigação sobre as linhagens aurelianas?»

«Não.»

Respondeu depressa demais.

Não como alguém apanhado de surpresa.

Como alguém que já fizera a si próprio aquela pergunta.

«E indiretamente?»

«Não sei o que financiam todos os fundos para os quais trabalhei na vida.»

«Tens poder de decisão em alguma das fundações de proteção?»

«Não.»

Era verdade.

Mareia percebeu-o.

E foi precisamente por isso que não cedeu.

«Podes influenciar as pessoas que o têm?»

Arien sorriu.

«Que curiosa categoria jurídica.»

«Não estou a perguntar pela lei.»

«Então o que queres perguntar?»

«Por ti.»

O sorriso desapareceu-lhe do rosto.

«Finalmente.»

«Não vim para voltar ao que se passou entre nós.»

«Não. Vieste ver se me tornei mau o suficiente para que agora, olhando para trás, a tua partida pareça inevitável.»

«Tornou-se inevitável no dia em que me bateste.»

Arien desviou o olhar.

«Reduzes sempre tudo a um momento.»

«Não. Tu é que procuras sempre diluí-lo em tudo o que veio antes e depois.»

«Porque um homem não se resume a um momento.»

«Mas há momentos que mostram quem ele é.»

O vento atravessou o jardim. As folhas das árvores de vários continentes agitaram-se ao mesmo tempo, cada uma com um som diferente.

Arien chegou-se mais perto.

Mareia não recuou, mas, sem dar por isso, levou a mão para junto do comunicador pessoal.

Ele reparou.

«Ainda tens medo de mim.»

«Tenho.»

A resposta atingiu-o.

Esperava resistência.

Esperava uma acusação.

Talvez até desprezo.

A verdade assim, simplesmente, não.

«E mesmo assim vieste sozinha.»

«Não estou sozinha.»

Arien olhou em volta.

«Jesair?»

«Não.»

Mareia apontou para o jardim, os sistemas de segurança pública e as pessoas ao longe.

«O mundo.»

Arien soltou uma risada breve.

«É precisamente isso que não suporto em vocês os dois.»

«O quê?»

«Essa certeza de que o mundo está do vosso lado.»

«O mundo não está do lado de ninguém.»

«Mas comportam-se como se bastasse estarem à vista para estarem protegidos.»

«Devia bastar.»

«Nem tudo o que está à vista é compreensível para as pessoas.»

«Por isso é que te pergunto.»

A voz de Arien endureceu.

«Perguntas tarde.»

Mareia não se mexeu.

«Tarde para quê?»

«Para saber se as decisões pessoais ficam pela esfera pessoal.»

«Já me escreveste essa frase.»

«E continuas sem a compreender.»

«Então explica-ma.»

Arien fitou-a.

Não havia arrependimento nos seus olhos.

Havia a necessidade de que ela visse enfim o mundo como ele o via.

«Foste-te embora», disse. «Escolheste Jesair. E depois começaram ambos a dizer que o valor não pode caminhar na sombra, que tudo o que é grande deve estar à vista, que homens como eu têm de mostrar as mãos.»

«Jesair não falou de ti.»

«Não precisava.»

«E que tem isso que ver com a investigação sobre os aurelianos?»

Arien ficou calado.

«O que andas a fazer?», perguntou Mareia.

«Nada que os vossos sistemas não permitam.»

«Isso não é uma resposta.»

«É a única de que precisas.»

«Arien.»

«Passaram a vida a olhar para esse vosso círculo de ouro e a ver nele a prova de que são especiais.»

«Eu nunca vi nele nada disso.»

«Não precisaste. Outros viram por ti.»

«Quem?»

«As pessoas que esperam por Jesair como se nele voltasse uma verdade antiga. As pessoas que acham que a vossa linhagem tem o direito de dizer ao planeta inteiro como há de viver.»

«Jesair recusa-se a aceitar que façam dele um mito.»

«Precisamente por isso o amam ainda mais.»

Mareia sentiu frio.

Não havia nada de concreto no que ele dissera.

Apenas a sensação de que ele vinha demasiado bem preparado.

Demasiadas frases que soavam ao fim de uma conversa que ela nem sequer sabia ter começado.

«O que vai acontecer?», perguntou.

Por um instante Arien perdeu o domínio de si.

«Quando as vossas casas começarem a fechar, uma após outra, talvez compreendas finalmente que não existem decisões pessoais.»

O silêncio que se seguiu foi absoluto.

Mareia ouvia a água.

O vento.

A própria respiração.

O deslize de Arien.

«Porque haveriam de fechar?», perguntou.

O rosto de Arien mudou.

Quase nada.

Mas ela conhecia-o.

«Estou a falar em termos gerais.»

«Não.»

«De consequências para a sociedade.»

«Disseste as vossas casas.»

«As casas políticas aurelianas. As instituições das famílias.»

«Uma após outra.»

«É uma maneira de dizer.»

«Não é a tua.»

Arien chegou-se ainda mais perto.

«Tem cuidado, Mareia.»

Desta vez ela recuou.

Não por fraqueza.

Para repor a distância entre os dois.

«Isso é uma ameaça?»

«Um aviso.»

«Contra quê?»

Arien abriu a boca.

Depois fechou-a.

Por instantes, ela reconheceu-lhe no rosto o homem de outros tempos. O homem que não suportava perder o domínio absoluto sobre a imagem que ela fazia dele. O homem que queria recolher uma frase de volta ao seu interior ao perceber que ela se tornara visível.
«Contra as consequências do mundo que andam a construir», disse por fim.

Mareia ficou ainda um momento a olhá-lo.

«Não sei o que andas a fazer», disse. «Mas sei que já não tens medo do futuro. Falas dele como se o conhecesses.»
Virou costas.

«Mareia.»

Ela deteve-se, mas não se voltou.

«Jesair não te vai proteger de tudo.»

«Nunca disse que protegeria.»

«Quando chegar o momento em que nem à própria gente for capaz de valer, lembra-te de que to disse.»
Mareia prosseguiu.

Não correu.

Só quando passou por detrás do primeiro grupo de árvores e Arien já não a podia ver é que as mãos lhe começaram a tremer.

Abriu uma ligação com Nerai.

Não esperou que a irmã falasse.

«Tinhas razão», disse Nerai em jeito de saudação. «Não devias ter ido sozinha.»

«Disse que as casas aurelianas iam começar a fechar.»

Do outro lado fez-se silêncio.

«As palavras exatas.»

«O que disse ele, exatamente?»

Mareia repetiu a frase.

Depois a outra.

Jesair não te vai proteger de tudo.

Quando nem à própria gente for capaz de valer.

Nerai anotou-as.

«Temos uma gravação?»

«Não. A segurança pública deteta situações de risco, não grava conversas particulares a menos que haja violência.»

«Tocou-te?»

«Não.»

«Ameaçou-te?»

«Disse que me estava a avisar.»

«Isso não basta para o prender.»

«Não quero que o prendas.»

«Então que queres?»

Mareia deteve-se debaixo de uma árvore do arquipélago do sul. As folhas largas retinham a luz e por baixo delas era quase noite.

«Que encontres o dinheiro.»

Nerai terminou a ligação e abriu imediatamente todas as respostas que a Camada recebera.

Taren veio ter à mesa dela.

«O que se passou?»

«Precisamos de uma medida urgente.»

«Para quê?»

«Para suspender os projetos até se apurar se têm uma finalidade comum.»

«Com base nas palavras de um homem?»

«Nas palavras de um homem que pode ter uma relação oculta com o financiamento.»

«Pode.»

«Sim.»

Taren leu a mensagem de Mareia.

«O conselho superior não aprovará uma coisa dessas.»

«Nesse caso vamos à autoridade de saúde.»

«Que nos dirá que não temos indícios de risco biológico.»

«A comissão de ética.»

«Dirá que os projetos foram aprovados.»

«O Ministério Público interestatal.»

«Dirá que não sabemos qual é o crime.»

Nerai olhou para ele.

«Então a quem é que se leva uma catástrofe antes de ela se tornar um crime?»

Taren não respondeu.

Nerai preparou uma participação urgente.

Juntou-lhe o mapa dos projetos.

As ligações financeiras.

O depoimento de Mareia.

A análise do possível risco conjunto.

Enviou-a ao conselho superior, à autoridade de saúde e ao organismo de proteção dos direitos genéticos.

Pedia a suspensão temporária de novos acessos aos dados aurelianos e o congelamento das verbas ainda por desembolsar.

O sistema recebeu a participação.

Atribuiu-lhe caráter urgente.

A apreciação preliminar seria feita no prazo de setenta e duas horas.

Entretanto, no anel orbital, era recebido o último pagamento.

O sistema verificou a moeda.

Calculou o câmbio.

Consultou os seus registos.

Cumpriu as formalidades habituais.

Não encontrou motivo para recusar a operação.

O pagamento levou onze segundos.

Todos os compromissos contratuais estão em vigor.

Arien recebeu a confirmação pouco depois de regressar do jardim.

Estava diante da taça azul-escura que Mareia um dia trouxera para o apartamento dele.

Com um gesto, atirou-a da mesa abaixo.

Caiu no chão.

Não se partiu.

Ressaltou, deu uma volta e ficou deitada de lado.

Arien olhava para ela cada vez mais furioso.

Até a imperfeição dela sobrevivera ao golpe.

Abriu uma ligação com Kael sem esperar convite.

Kael apareceu por cima da superfície de trabalho.

«Mareia sabe.»

«Sabe o quê?»

«Sabe que se prepara alguma coisa.»

«Não é a mesma coisa.»

«Foi à Camada.»

«Isso sabemos nós.»

«Estive com ela.»

O rosto de Kael continuou sereno.

«Porquê?»

«Queria respostas.»

«E o senhor deu-lhas?»

«Não.»

«O que lhe disse?»

Arien calou-se.

Kael repetiu a pergunta.

Desta vez mais devagar.

Arien repetiu-lhe a frase acerca das casas que começariam a fechar.

Kael nem se mexeu.

«É um idiota.»

«Ela não pode provar nada.»

«A prova não é a única maneira de uma pessoa saber alguma coisa.»

«O projeto está pronto.»

«Isso não é uma resposta.»

«O último pagamento foi aceite.»

Kael ficou a olhar para ele.

«Ponha termo a isso.»

Arien ficou hirto.

«Como?»

«Suspenda tudo o que resta. Deixe passar algum tempo.»

«Não podemos.»

«Podemos perder dinheiro.»

«Há coisas a que já não se pode pôr termo sem mostrar a toda a gente o que fizemos.»

Kael fechou os olhos.

Pela primeira vez desde que Arien o conhecia, pareceu cansado.

«Que dimensão autorizou?»

«Não autorizei dimensão nenhuma.»

«Não brinque comigo.»

«Os modelos têm limites.»

«Que limites?»

«O objetivo é uma crise.»

«Quantas pessoas?»

«Não se pode dizer com exatidão.»

Kael aproximou-se da imagem.

«Quantas?»

Arien não respondeu.

Naquele silêncio, Kael compreendeu mais do que teria desejado.

Fora ele a abrir as portas do dinheiro.

Fora ele a pôr à disposição as fundações.

Fora ele a ensinar Arien que era possível condenar pessoas sem que ninguém quisesse responder pelo mal feito.

Convencera-se de que preparavam uma crise que anularia a força política de Jesair e travaria a transparência antes de ela passar a lei.
Ajudara de olhos abertos um homem que odiava.

Recusara-se apenas a admitir até onde pode ir o ódio quando lhe dão um orçamento, máquinas e tempo.
«Ponha termo a isso», repetiu.

«Não.»

«Não foi um pedido.»

«Já não é só o senhor que tem o mapa.»

O rosto de Kael endureceu.

«Sem os meus homens não teria nada.»

«Os seus homens já fizeram o que tinham a fazer.»

Kael compreendeu uma última coisa.

Arien já não precisava dele.

A ligação terminou.

No edifício da Camada brilhava a participação urgente de Nerai.

Aguardava apreciação jurídica.

Ao lado dela, sobre a mesa, estava o mapa do dinheiro, com uma quantidade de pequenos pagamentos, cada um deles explicável em separado.
Nerai sabia que, se estivesse enganada, podia prejudicar a investigação, as instituições e pessoas inocentes.

Se tivesse razão, setenta e duas horas talvez fossem tempo de mais.

Não sabia o que ia acontecer.

Não sabia onde.

Não sabia como.

Sabia apenas que o homem que um dia apertara o pulso de Mareia falara de casas aurelianas fechadas quando ainda ninguém tinha motivo para as fechar.
E em algum lugar da contabilidade do planeta acabava de entrar o último pagamento.

24. A primeira febre

O menino chamava-se Elan.

Tinha seis anos e o círculo de ouro só lhe aparecia quando chorava ou se concentrava muito.

A mãe dizia tê-lo visto pela primeira vez pouco depois de ele nascer. Os médicos tinham-lhe dito que era impossível, porque nas crianças o sinal aureliano costumava manifestar-se mais tarde.
Mas ela tinha a certeza.

As mães têm certezas até nas coisas que não podem provar-se.

Viviam numa cidade pequena, nos confins de Auriola. Não era uma casa de linhagem ilustre nem um lugar que atraísse quem andava em busca de vestígios das velhas lendas aurelianas. Era uma casa vulgar, com uma cozinha luminosa, um pequeno jardim e uma parede onde Elan desenhava naves de transporte, por mais vezes que os pais lho proibissem.
Naquela manhã não quis levantar-se.

A mãe encontrou-o enroscado debaixo dos cobertores.

«Elan.»

O menino abriu os olhos.

O círculo de ouro estava vivo.

Não era a linha fina e delicada de costume.

Resplandecia num traço contínuo em volta da pupila.

«Tenho frio», disse.

Tinha a pele a arder.

O sistema de saúde doméstico fez uma avaliação inicial. Temperatura elevada. Pulso acelerado. Ligeiras alterações nos indicadores de inflamação.
A recomendação era tranquila.

Hidratação.

Repouso.

Repetir a avaliação daí a duas horas.

Havia na região várias doenças sazonais comuns. Elan não apresentava sintomas que fizessem de imediato suspeitar de algo grave.
Mesmo assim a mãe telefonou à médica da terra.

«Tem o círculo tão vivo», disse-lhe.

A médica sorriu.

«Às vezes acontece com a febre.»

«Assim não.»

«Nem todas as febres se parecem.»

«Ele é aureliano.»

«Eu sei.»

«Não pode haver alguma ligação?»

A médica hesitou por um momento.

«Com quê?»

A mãe não soube responder.

Não tinha o nome de uma doença.

Não tinha outros casos.

Tinha apenas um filho que conhecia melhor do que a si própria.

A médica pediu um exame mais completo.

Duas horas depois Elan estava mais fraco.

O sistema de saúde elevou o nível de vigilância.

Ao fim de quatro horas recomendou que fosse transportado para o hospital.

O módulo de emergência chegou em silêncio. Os dois profissionais de saúde traziam fatos de proteção, embora não suspeitassem de um contágio desconhecido. Usavam aquele equipamento com qualquer doente que tivesse febre de origem indeterminada.
A mãe de Elan foi com ele.

O pai ficou à porta, a ver o módulo afastar-se.

Na parede do quarto de Elan ficaram as naves desenhadas a azul.

No hospital atribuíram a Elan um número de identificação.

AUR-N-77104.

As primeiras letras não significavam aureliano.

Eram o código da região e do hospital.

Foi uma daquelas pequenas ironias em que as pessoas só mais tarde repariam, ao olhar para trás.

A IA médica comparou o estado dele com milhões de casos anteriores.

Não encontrou uma correspondência exata.

Era uma coisa banal.

O corpo humano produzia variações quase infinitas e, na sua maioria, nada tinham que ver com uma doença nova.
O sistema criou uma categoria provisória:

Reação inflamatória aguda inespecífica.

Enviou o caso para a vigilância regional.

Não como sinal de alarme.

Como um dado.

A cento e oitenta quilómetros dali, nessa mesma manhã, uma mulher idosa acordou com febre.

Era aureliana.

Vivia só.

O sistema de saúde de sua casa considerou que se tratava de uma infeção banal e recomendou repouso.

Em Nitra, um rapaz deu entrada no hospital com uma fraqueza súbita e intensa. Tinha mãe de ascendência mista e pai aureliano. O círculo de ouro raramente se lhe via.
Passou despercebido à equipa médica.

Em Sarur adoeceram duas irmãs.

Noutro Estado, um homem que voltava de uma viagem de trabalho.

Os casos não tinham em comum um lugar.

Não tinham em comum um hospital.

Não tinham em comum um médico.

Para cada sistema eram casos separados.

A IA médica conhecia-lhes os sintomas.

Os arquivos familiares conheciam-lhes a ascendência.

Os sistemas de transporte conheciam-lhes as deslocações.

Os bancos conheciam os pagamentos dos projetos que se tinham interessado pela ascendência aureliana.

Mas ninguém tinha o direito de dispor todos esses dados lado a lado.

Ainda não.

Na Camada, Nerai estava sentada diante da sua participação urgente.

Tinham decorrido dez horas desde que a enviara.

Um dos três organismos pedira esclarecimentos.

O segundo acusara a receção.

O terceiro anunciara que convocaria uma comissão.

Taren pousou na mesa duas chávenas de bebida.

«Vai dormir.»

«Não.»

«Já estão a tratar da tua participação.»

«Tratar não é decidir.»

«E por ficares aí sentada não apressas os prazos legais.»

«Por isso é que estão errados.»

«Ou talvez te pareçam errados por protegerem as pessoas de ti.»

Nerai olhou para ele.

Taren sentou-se.

«De um funcionário convencido de que se passa alguma coisa e que, por isso, quer abrir todas as contas.»

«Eu não quero abrir todas as contas.»

«Sei disso. Mas a lei não pode partir do princípio de que todos os que vierem a ocupar o teu lugar serão como tu.»

Nerai pegou na chávena.

«Precisamente por isso tem de poder ver-se quem consulta os dados.»

«Agora falas como o Jesair.»

«Falo como quem está aqui há dez horas à espera que várias instituições decidam se me deixam saber quem paga para descobrir se um terço da população tem um ponto fraco.»
Taren abriu os relatórios bancários mais recentes.

«Temos uma nova transação.»

Nerai levantou os olhos.

«Está ligada às fundações?»

«Talvez.»

«Taren.»

«Uma empresa cujo nome vimos no processo da Vesta fez um pequeno pagamento no anel orbital.»
«A que título?»

«Uma despesa de saúde.»

«De que projeto?»

«Informação comercial protegida.»

Nerai abriu a cronologia.

O pagamento fora aceite pouco antes do encontro entre Mareia e Arien.

«Pode ser simplesmente gente a preparar-se para o futuro», disse Taren.

«Pode.»

«As fundações dedicam-se à segurança sanitária.»

«Eu sei.»

«E depois das últimas epidemias toda a gente quer estar preparada.»

«Eu sei.»

«Então porque estás a olhar para isso dessa maneira?»

Nerai alargou o mapa.

O que se sabia.

O que a máquina dissera.

O trabalho de todos aqueles homens e mulheres.

O que a lei permitia.

O medo do que poderia acontecer.

E, agora, aquele último pagamento.

«Porque agora vejo o rumo de uma ponta à outra.»

Taren ficou calado.

«Não temos doença nenhuma», disse por fim.

«Não.»

«Não temos um alerta sanitário.»

«Não.»

«Não temos prova de que estas coisas estejam relacionadas.»

«Não.»

«Então não temos nada a que pôr termo.»

Nerai fitou o mapa.

«Temos uma sucessão de atos que noutro sistema teriam dado sinal de alarme.»

«Em que sistema?»

«Num que ainda não existe.»

A ligação com Mareia abriu-se sem aviso.

A imagem dela tremia, como se caminhasse.

«Nerai.»

«O que se passa?»

«Os arquivos das famílias receberam um pedido urgente.»

«De quem?»

«De um hospital de Auriola. Uma criança com uma febre desconhecida.»

Taren inclinou-se para a imagem.

«Uma criança?»

«Por enquanto.»

«Porque estão a pedir os dados da família?»

«Tem o círculo de ouro invulgarmente nítido e alterações que os médicos não conseguem classificar.»

Nerai sentiu que os seus pensamentos se imobilizavam todos ao mesmo tempo.

«Isso pode ter que ver com qualquer coisa», disse Taren.

Mareia anuiu.

«Eu sei.»

«Nas crianças aurelianas, os sinais acentuam-se com a febre.»

«Eu sei.»

Nerai viu as horas.

«Quando começou?»

Mareia disse-lho.

Poucas horas depois do último pagamento.

A proximidade no tempo nada provava.

Nerai sabia-o.

A cada hora faziam-se em Elarion milhares de milhões de pagamentos e adoeciam milhares de pessoas. Sobreponham-se dois mapas suficientemente grandes e encontrar-se-ão sempre acontecimentos muito próximos um do outro.

«Pede ao hospital que comunique o caso à vigilância interestatal», disse.

«Já o comunicou à regional.»

«À interestatal.»

«O sistema não permite que se faça isso com um doente só.»

«Então que o arquivo das famílias peça uma exceção.»

Mareia olhou para ela.

«Não há fundamento legal para divulgar fora da região a que linhagem pertence o doente.»

A frase ficou entre as duas.

Nerai pensou em todas as exceções que nos últimos meses tinham permitido que projetos anónimos se debruçassem sobre a história das famílias aurelianas.

Agora que uma criança aureliana estava num hospital com uma febre desconhecida, a lei resguardava a sua ascendência do sistema que poderia procurar outros casos.

A proteção era justa.

Uma criança não era um dado público.

A sua linhagem não era propriedade do Estado.

A sua doença não devia ser motivo para vigiar todo um ramo.

E, no entanto, Nerai sentia que alguém antes delas já contemplara aquela mesma fronteira.

«Faz o pedido», disse. «Eu junto-lhe a análise financeira.»

«Uma análise financeira não tem nada que ver com o doente.»

«É precisamente isso que não sabemos.»

«Nerai, se relacionarmos um financiamento suspeito com a doença de uma criança aureliana sem termos provas, podemos lançar o pânico.»

«E se não os relacionarmos?»

Mareia não respondeu.

No hospital de Auriola, Elan dormia.

A mãe estava sentada junto à parede transparente do quarto. Os médicos ainda não a tinham separado do filho, mas tinham-lhe pedido que permanecesse na zona protegida.

Elan acordou.

«Mãe.»

Ela encostou a palma da mão à parede.

«Estou aqui.»

«Vem cá para dentro.»

«Daqui a bocadinho.»

«Tenho frio.»

«Eu sei.»

«Porque não posso ir para casa?»

A mãe sorriu como sorriem os pais quando querem mostrar a um filho uma certeza que eles próprios não sentem.

«Só têm de descobrir o que tens.»

Elan olhou para a própria mão.

«É por eu ser dourado?»

A mãe suspendeu a respiração.

«Não.»

«Na escola disseram que às vezes o círculo está doente.»

«Quem disse isso?»

«Alguém.»

«O círculo não é uma doença.»

«Então porque brilha tanto?»

Ela não sabia.

Encostou também a outra mão à parede.

«Porque o teu corpo está a lutar.»

«E vai ganhar?»

«Vai.»

Respondeu sem hesitar.

As mães têm certezas até nas coisas que ainda estão por decidir.

Entretanto, a IA médica regional recebeu um quarto caso.

Depois um quinto.

Cidades diferentes.

Idades diferentes.

Alterações semelhantes.

O sistema detetou uma associação estatística fraca.

Possível característica hereditária comum.

Mas o aviso não foi divulgado como alerta público.

Antes de mais, era preciso excluir enviesamentos geográficos, ambientais e de diagnóstico.

Na sequência de antigas situações de discriminação, era proibido identificar um ramo genético como fator de risco com base apenas numa amostra reduzida.
Por isso, o sistema pediu mais dados.

Um hospital forneceu-lhos.

Outro aguardava o consentimento do doente.

Um terceiro usava um formato de dados diferente.

Um quarto regia-se por outra lei acerca da partilha de informação médica além-fronteiras.
A máquina via um contorno.

A lei não lhe permitia traçar a linha.

Já a noite ia avançada quando Jesair recebeu uma mensagem de Auriola.

Conhecia a família de Elan. Sem grande intimidade, mas o suficiente para se lembrar do menino que um dia, numa reunião das famílias, lhe perguntara se quem tinha um círculo de ouro nos olhos via coisas melhores do que quem tinha olhos vulgares.
Jesair respondera-lhe então que os olhos não veem segundo a sua cor, mas segundo a coragem de quem olha.

Agora estava à janela da casa dos Davion, a ouvir a mãe de Elan.

«Não me deixam chegar ao pé dele», disse ela.

«Está em isolamento?»

«Para já, só por precaução.»

«E o que dizem os médicos?»

«Que não sabem.»

Havia na voz dela uma coisa que Jesair conhecia.

Não o pânico.

O lugar em que se está imediatamente antes.

«Eu vou», disse.

«Não.»

A resposta saiu-lhe brusca.

«És aureliano.»

Jesair calou-se.

«Desculpa», disse ela. «É só que... se for alguma coisa... não sabemos.»

«Compreendo.»

«O Elan perguntou por ti.»

«Diz-lhe que estou ao pé dele.»

«Mas não estás.»

Jesair tocou no vidro da janela.

Lá fora, Auriola jazia nas trevas. As casas antigas, os vales, os arquivos das famílias e os caminhos por onde tinham andado gerações de pessoas com o círculo de ouro.
«Às vezes podemos estar ao pé de alguém mesmo do lugar onde estamos», disse.

Terminada a ligação, ficou sozinho.

Por um instante, formou-se-lhe uma imagem diante dos olhos.

Desta vez não viu o hospital nem Elan.

Abriu-se diante dele um longo corredor dividido por paredes transparentes.

Por detrás de cada uma estava alguém deitado.

Por detrás de cada uma estava alguém deitado.

Sobre as camas brilhavam círculos de ouro.

Aos milhares.

Depois aos milhões.

A imagem desvaneceu-se.

Jesair agarrou-se ao caixilho da janela.

«Não», disse para o vazio.

Não sabia a quem respondia.

Na Camada acendeu-se um aviso de saúde.

Não era público.

Era preliminar.

O sistema regional registara uma concentração invulgar de casos com possível ligação a uma característica hereditária. Era necessária confirmação.

Nerai não o viu.

O organismo financeiro não tinha acesso a avisos de saúde preliminares.

Mareia viu apenas parte dele.

O arquivo das famílias recebeu um pedido de confirmação de possíveis laços de parentesco entre os doentes.

Os hospitais viam os seus próprios doentes.

Cada sistema recebeu o seu pedaço.

Na superfície de trabalho de Nerai brilhava o mapa financeiro do que se preparara.

Na de Mareia, o mapa biológico das perguntas.

Na rede de saúde, o mapa dos primeiros doentes.

Entre eles erguiam-se leis, jurisdições, autorizações e boas razões para que ninguém pudesse ver tudo.

De manhã, Elan continuava com febre.

O número de casos por esclarecer subira para sete.

À tarde, para doze.

Antes do ocaso do Sol de Elarion, adoeceu a primeira criança noutro Estado.

No sistema ficou registada como um caso isolado.

Para a família tinha um nome.

Para a História, ainda nenhum.

Mais tarde, as pessoas procurariam o instante em que começara o Terço.

Apontariam para a primeira declaração pública.

Para o encerramento de Auriola.

Para o dia em que a rede de saúde pronunciou o nome dos aurelianos.

Para a primeira cidade por detrás de uma parede transparente.

Mas as catástrofes não começam no dia em que a sociedade lhes dá um nome.

Começam antes.

Numa pergunta cujo verdadeiro peso só muito mais tarde conhecerão os inocentes.

Num pagamento que cada banco avaliou corretamente.

Numa exceção criada para proteger a vida.

Numa máquina que vê um padrão mas não tem o direito de cruzar os dados.

Num homem que é o único a conhecer o mapa.

E na febre de uma criança a que ninguém atribui ainda a importância de um acontecimento da História.

Elan abriu os olhos.

Neles, o círculo de ouro brilhava com mais intensidade do que antes.

Do outro lado da parede transparente estava a mãe.

Encostou-lhe três dedos.

O menino levantou a mão e fez o mesmo do outro lado.

Entre a pele de um e a do outro ficou o vidro.

A primeira parede.

Ainda não havia uma primeira casa fechada.

Mas já se fechara o primeiro quarto.

Parte III — A peste do Círculo de Ouro

25. As casas de Auriola

Ao amanhecer, já eram vinte e três.

Vinte e três pessoas com uma febre que os sistemas de saúde não sabiam ao certo como classificar.

Vinte e uma eram aurelianas.

Uma tinha pai aureliano, mas o círculo de ouro nunca se lhe chegara a distinguir com clareza.

Da última, uma mulher, o arquivo das linhagens nada sabia. Nascera fora de Auriola e nunca tornara pública a sua ascendência.
Em cada hospital, os casos tinham rostos diferentes.

Num deles estava uma criança.

Noutro, uma velha.

Num terceiro, dois irmãos.

Num quarto, um homem que poucos dias antes trabalhara no anel orbital.

Os sistemas de saúde não estabeleciam relações entre eles pelo nome, pela raça ou pela linhagem. Relacionavam-nos pelos sintomas, pelo meio, pelo momento e pelos fatores de risco conhecidos. A ascendência contava-se entre os dados mais sensíveis de Elarion e só se podia recorrer a ela quando houvesse um motivo clínico inequívoco.
Ainda ninguém confirmara a existência desse motivo.

Por isso o sistema não podia dá-lo por adquirido.

No hospital de Auriola, Elan deixou de falar.

Não dormia. Tinha os olhos abertos, seguia a luz no teto, mas só respondia às perguntas com os dedos. Um queria dizer sim. Dois, não.
A mãe estava de pé atrás da divisória transparente.

«Estás a ouvir-me?»

Um dedo.

«Dói-te alguma coisa?»

Dois.

«Tens frio?»

Um.

À medida que os valores se alteravam, os profissionais de saúde ajustavam o tratamento. O sistema avaliava cada intervenção, comparava-a com milhões de casos, e um médico verificava-a.

Ninguém agia às cegas.

E, no entanto, ninguém sabia contra o que estava a agir.

Elan levantou a mão.

Encostou três dedos à divisória.

A mãe fez o mesmo.

Entre os dois havia vidro, ar e uma norma que a impedia de entrar.

«Estou aqui», disse ela.

O rapaz fechou os olhos.

Nesse dia começaram a fechar-se as primeiras casas.

Não por ordem do Estado.

Ao princípio, de livre vontade.

As antigas casas das linhagens aurelianas tinham os seus próprios protocolos sanitários. Alguns remontavam ao tempo em que as doenças se propagavam mais devagar e se acreditava que as muralhas de uma casa podiam resguardar do mundo a pureza da estirpe. Nos tempos modernos, tinham um uso sobretudo simbólico.

Agora os velhos portões fechavam-se de verdade.

As famílias deixaram de mandar as crianças à escola.

Os trabalhadores ficaram em casa.

Os sistemas domésticos mediam a temperatura, os parâmetros sanguíneos e as alterações do círculo de ouro.

Nas redes públicas surgiram os primeiros registos de olhos.

Fotografias de íris.

Linhas douradas ampliadas.

As pessoas comparavam-nas, procuravam diferenças e assinalavam os pontos onde o círculo parecia mais largo, mais brilhante ou descontínuo.
Os profissionais de saúde repetiam que a aparência dos olhos não permitia um diagnóstico seguro.

Ninguém lhes dava ouvidos.

O medo ama os sinais que se podem ver.

Mareia chegou a Auriola antes do meio-dia.

Jesair esperava-a à porta da casa dos Davion. Não levava fato de proteção, apenas uma máscara simples, de cor clara, como exigiam as normas locais.
«Não devias ter vindo», disse ela.

«Moro aqui.»

«Sabes o que quero dizer.»

Jesair olhou para as casas fechadas no vale.

«Se me vou embora precisamente agora, então esta casa nunca foi minha.»

«Não é da casa que estou a falar.»

«Eu sei.»

«É de ti.»

«Também sou aureliano.»

«Por isso mesmo.»

Mareia aproximou-se dele.

«Se isto atinge a nossa linhagem, corres mais perigo do que qualquer um de nós. Descendes da mais antiga casa de que há memória. Não sabemos ao certo o que isso significa.»
«Talvez nada.»

«Ou talvez tudo.»

Jesair fitou-a serenamente.

«A Nerai pediu-te que me convencesses?»

«A Nerai disse que, se eu não te convencer, vai ter de vir cá buscar-te à força.»

«Gostava de ver.»

«Eu não.»

O sorriso apagou-se-lhe do rosto.

Mareia voltou-se para Auriola.

«O Arien já falava de casas a fechar quando ainda não conhecíamos um único caso.»

«Eu sei.»

«Se ele tem alguma coisa a ver com isto...»

«Temos suspeitas.»

«Eu tenho mais do que suspeitas.»

«Tu conhece-lo.»

«É pouco?»

«Não. Mas não bastou para fazer parar o mundo.»

Mareia baixou os olhos.

Jesair tocou-lhe na mão.

«A culpa não é tua.»

«Eu vi para onde ele caminhava.»

«E disseste-o.»

«Tarde.»

«Antes da primeira febre.»

«Não foi cedo o bastante.»

Jesair sabia que de nada serviria contrariá-la. Não porque ela tivesse razão, mas porque, neste caso, a culpa não escolhia segundo a verdade. Escolhia segundo a proximidade.
Mareia fora quem estivera mais perto de Arien.

Por isso sentia que lhe cabia ter visto mais longe.

Abriram a casa dos Davion para servir de centro de coordenação.

Não de hospital.

Não havia ali equipamento nem médicos capazes de tratar a nova doença. Havia espaço, nós de comunicações, fontes próprias de energia e velhas salas subterrâneas que podiam ser isoladas do resto da casa.
Jesair recusou a proposta do conselho de família de reservar a casa aos membros das linhagens mais antigas.

«Se abrirmos os portões apenas a quem tem o nome certo», disse ele, «não merecemos nenhum dos nomes que figuram nas nossas paredes.»

Começaram a chegar famílias que não tinham para onde ir.

Nem todas estavam doentes.

Algumas tinham apenas medo.

Uma mãe com dois filhos, a quem os vizinhos tinham pedido que saísse do bloco onde todos moravam.

Um velho a quem tinham cancelado o transporte para o hospital porque, noutro Estado, já não aceitavam doentes de Auriola.

Uma rapariga nos últimos meses de gravidez. O seu companheiro era selenita. Segundo os exames genéticos, a criança que trazia no ventre era um rapaz.

Um rapaz aureliano.

Sentou-se na velha biblioteca dos Davion, com as duas mãos pousadas na barriga.

«A vida inteira quis ter um filho», disse a Mareia. «Agora sinto que lhe passei uma sentença.»

«Deste-lhe a vida.»

«E uma marca.»

«Uma marca não é uma doença.»

«Vai dizê-lo aos que vão ter medo de olhar para ele.»

Mareia sentou-se à sua frente.

«Ainda não sabemos o que se passa.»

«É por isso mesmo que tenho medo.»

A mulher ficou a olhar para os retratos dos Davion.

«Achas que alguma vez imaginaram que um dia o círculo deles havia de significar a morte?»

«Não.»

«Então para que servia?»

Mareia olhou para os círculos de ouro pintados nos olhos daquela gente de outrora.

«Talvez não servisse para nada.»

A mulher olhou para ela, surpreendida.

«Nem tudo tem de servir para alguma coisa», prosseguiu Mareia. «Nem tudo o que herdamos é uma mensagem. Às vezes é só uma parte do corpo. Um pedaço do nosso caminho.»

«E se o caminho nos trouxe até aqui?»

Mareia não soube responder.

Nerai chegou já noite dentro.

O módulo de proteção só a deixou entrar em Auriola depois de três verificações. Era selenita, mas a mãe era aureliana e, com tão poucos dados, o sistema não sabia avaliar com segurança se a ascendência mista representava um risco.

«Pelos vistos, já me acham aureliana o bastante para me mandarem verificar», disse ao entrar em casa dos Davion.

«Em criança terias ficado contente», observou Jesair.

«Em criança era parva.»

«Em criança querias pertencer a alguém.»

«Muitas vezes vai dar ao mesmo.»

Abraçaram-se por um breve instante.

Nerai abriu logo as camadas de trabalho.

«Temos setenta e oito casos confirmados. Mais de duzentos à espera de classificação. A maioria em Auriola, mas nem todos.»

«Quantos aurelianos?», perguntou Mareia.

«Ao certo, não sabemos.»

«Como é possível não sabermos?»

«Nem toda a gente torna pública a sua ascendência. Nem todos os Estados recolhem essa informação da mesma maneira. Há hospitais que não a podem fornecer sem o consentimento do doente.»

«E o sistema ainda não declarou que existe uma ligação genética?»

«O sistema regional assinalou-a como possibilidade.»

«E o interestatal?»

«Não tem dados confirmados suficientes.»

Mareia soltou um riso de indignação.

«De quantos precisa?»

«Depende da qualidade, não apenas da quantidade.»

«As pessoas ardem em febre e as máquinas avaliam a qualidade.»

«As máquinas fazem o que lhes pedimos», disse Nerai. «Não queríamos que, ao fim de dez casos, declarassem toda uma raça um risco para a saúde.»

«Agora são quase oitenta.»

«E daqui a umas horas podem ser oitocentos.»

Fez-se silêncio na sala.

Jesair olhou para a irmã.

«É o que pensas?»

«Penso que isto, seja lá o que for, não começou hoje.»

Nerai mostrou um mapa.

Os primeiros casos conhecidos ficavam longe uns dos outros.

Alguns estavam ligados por interfaces de transporte.

Outros por laços de sangue.

Outros ainda, por nada que se visse.

«Já chegou a outros sítios», disse ela. «Nós é que ainda não o admitimos.»

Numa parede lateral da casa dos Davion, abriu-se o noticiário local. «As autoridades confirmam setenta e oito casos de uma febre desconhecida», anunciou a apresentadora. «Os profissionais de saúde desmentem que baste olhar para o círculo de ouro para detetar a infeção.»

Numa breve reportagem, uma mãe, diante da escola fechada, perguntava por que havia de deixar o filho em casa se ele não tinha sintomas. Outro pai apontava para a porta de uma casa aureliana e exigia que a pusessem sob guarda.

Jesair baixou o som. «Ambos têm medo pelos filhos», disse. Nerai não respondeu. No mapa dela já havia mais localidades do que as que a apresentadora nomeara.

Nesse instante chegou uma mensagem do hospital.

O estado de Elan agravara-se.

Jesair levantou-se.

«Vou lá.»

«Não», disseram Mareia e Nerai ao mesmo tempo.

Ele olhou para as duas.

«A mãe dele está sozinha.»

«Estão lá os profissionais de saúde», disse Nerai.

«Não é a mesma coisa.»

«Se adoeceres, não ajudas ninguém.»

«E se ficar aqui?»

«Podes falar com as pessoas. Organizar a ajuda. Convencê-las a cumprir as medidas.»

«Querem, portanto, que eu seja uma voz, mas não um homem.»

«Quero que continues vivo.»

Jesair olhou para o mapa de Auriola.

Depois para os portões fechados da sua casa.

«Toda a vida ouvi contar o que os meus antepassados teriam sido capazes de fazer. Curavam com um toque. Entravam nas casas onde os outros tinham medo de entrar. Ficavam junto dos doentes.»

«E talvez tenha sido por isso que morreram todos», disse Nerai.

Jesair ergueu os olhos para ela.

Não havia crueldade naquelas palavras.

Apenas o medo de uma irmã que ainda não queria contá-lo entre os números.

«Não tens de provar que és um Davion», disse ela.

«Não quero provar nada.»

«Então fica.»

Jesair sentou-se.

No hospital, a mãe de Elan encostou três dedos ao vidro.

Desta vez, o rapaz já não levantou a mão.

Até à meia-noite fecharam-se mais quarenta e três casas aurelianas.

Ao amanhecer, eram mais de mil.

Ao princípio, fechavam-se por vontade própria.

Dentro de dias começariam outros a fechá-las.

26. Sistemas que não veem o todo

Saira Oren sabia como falavam as máquinas.

Não com palavras.

Com permissões.

Cada sistema de informação só podia dizer o que a lei lhe permitia. Aquilo que guardava era menos importante do que aquilo que estava autorizado a transmitir.

Saira era arquiteta de redes de dados interestatais. Concebia interfaces entre hospitais, seguradoras, registos de saúde e centros de investigação. Trabalhara toda a vida para que os dados pudessem passar de instituição em instituição sem fazer de cada pessoa um objeto do domínio público.

Acreditava nos limites.

Acreditava na separação de poderes.

Acreditava que nenhum sistema devia saber tudo acerca de uma pessoa.

Foi por isso que Nerai a chamou.

Encontraram-se no centro de crise da União.

Nas paredes brilhavam cinco mapas.

O mapa dos doentes.

O mapa dos laços de sangue.

O mapa da capacidade dos hospitais.

O mapa dos fluxos de transportes.

O mapa do financiamento suspeito.

Nenhum estava completo.

E não se podiam sobrepor por inteiro dois deles sem autorização.

Saira examinou-os demoradamente.

«Queres que os ligue», disse.

«Quero saber se é possível ligá-los.»

«Tecnicamente, sim.»

«E legalmente?»

«Não.»

«Nem em situação de emergência?»

«Ainda não foi declarada emergência sanitária em todo o planeta. A União pode cruzar os seus próprios dados, mas não os registos dos outros. Os arquivos de linhagem têm um regime de proteção próprio. Os dados financeiros têm outro.»

Nerai apontou para o mapa da saúde.

«Só preciso de verificar se os doentes vêm dos mesmos ramos familiares que alguém quis estudar nesses projetos de investigação.»

«Só?»

«Não quero os nomes deles.»

«Mesmo sem nomes, uma correspondência já nos diz alguma coisa acerca deles.»

«E o que nos diz acerca da pessoa que pagou a investigação?»

«A camada financeira não lhe conhece a identidade.»

«Precisamente.»

Saira aproximou-se dos mapas.

«Posso criar uma ponte temporária. Cada sistema geraria um identificador anónimo e só compararíamos as correspondências.»

«Então fá-lo.»

«Não tenho autorização.»

«Quem tem?»

«Toda a gente.»

Nerai franziu a testa.

«Isso não é resposta.»

«Pelo contrário. É uma resposta muito exata. Precisamos do acordo da autoridade de supervisão sanitária, dos arquivos de linhagem, do conselho interestatal, de pelo menos doze Estados e da entidade que gere os dados extraplanetários. Para incluir o financiamento, precisamos também de autorização judicial.»

«Quanto tempo?»

«Em regime normal, vários meses.»

«E em regime de emergência?»

«Se todos estiverem de acordo, algumas horas.»

«Então vamos pô-los em contacto.»

Saira olhou para ela.

«Os sistemas ou as pessoas?»

«Uns e outras.»

A reunião de crise começou dezasseis minutos depois.

De um lado estavam os representantes das autoridades de saúde.

Do outro, os responsáveis pelos arquivos de linhagem.

Mais adiante, juristas, supervisores bancários, representantes dos Estados e defensores dos direitos civis.

Cada um conhecia uma parte diferente do problema.

E cada um temia uma catástrofe diferente.

Os profissionais de saúde temiam a epidemia.

Os conselhos de linhagem, a discriminação.

Os Estados, a perda de controlo.

Os juristas, o precedente.

Os defensores dos direitos, um sistema que um dia pudesse cruzar tudo o que se sabia sobre cada pessoa.

«Pedimos apenas um cruzamento temporário de dados», disse Saira. «Sem nomes. Sem divulgar dados individuais. Precisamos de apurar se existe uma correspondência estatística entre os doentes e as características genéticas estudadas em projetos de investigação recentes.»

«Quem terá acesso ao resultado?», perguntou o representante de Therinith.

«A equipa de saúde que acompanha a crise.»

«E a Camada?»

Nerai respondeu:

«Os analistas financeiros saberão apenas se os projetos que estamos a investigar estão relacionados com o risco atual.»

«Portanto, vão usar dados de saúde numa investigação financeira.»

«Vamos usar a confirmação de que existe um risco para podermos descobrir quem o financiou.»

«É um precedente perigoso.»

«O precedente perigoso já está deitado nas camas dos hospitais.»

Daren Voltr estava ali como representante do Conselho Monetário da Aliança do Norte. Não tinha competência direta sobre os dados de saúde, mas nas crises interestatais representava um grupo de Estados cujos sistemas financeiros e seguradores teriam de suportar parte dos custos.

«Nerai», disse, «compreendo a urgência. Mas um sistema que cruze genética, saúde e dinheiro é precisamente aquilo contra que os adversários de Jesair nos avisaram.»

«Jesair propôs que se tornasse visível o poder, não que se tornassem públicos os perfis de saúde.»

«Todos os sistemas centralizados começam por dizer que só querem ver o poder.»

«Então não criemos um sistema centralizado.»

«O que propõem, nesse caso?»

Saira respondeu:

«Uma troca temporária de provas entre nós separados. Os dados ficam onde estão. Cada registo responde apenas com um sim, um não ou um valor estatístico. Cada consulta fica registada. Mais tarde, o doente pode ver que os seus dados fizeram parte da verificação de emergência.»

«E pode opor-se?», perguntou a representante dos direitos civis.

«Não retroativamente.»

«Então o consentimento dele não vale nada.»

«Se ficarmos à espera do consentimento individual de todas as pessoas que estão inconscientes, não vamos apurar nada.»

«É precisamente assim que começa um regime de exceção que nunca mais acaba.»

Nerai sentia a cólera crescer.

Não contra aquelas pessoas em particular.

Cada uma exprimia um receio razoável.

Era isso o pior.

Se fossem estúpidas, talvez se deixassem convencer.

Se fossem corruptas, poderiam ser desmascaradas.

Mas defendiam valores reais.

A privacidade.

Os direitos.

A soberania.

A confiança.

E, enquanto defendiam cada qual o seu, a doença passava entre eles.

«Proponham salvaguardas», disse Nerai. «Uma recusa não chega.»

«Que salvaguardas?», perguntou Voltr.

«Todas as instituições envolvidas poderão ver todas as consultas. Cada utilização dos dados ficará registada. Os resultados serão examinados quando a crise passar. Quem ultrapassar os fins previstos responderá pessoalmente por isso.»

«Continua a não proteger o indivíduo do Estado.»

«É verdade. Mas o Estado, quando olhar, também ficará à vista.»

Voltr calou-se.

Lembrava-se daquela ideia do discurso de Jesair.

Quem fiscaliza fica à vista de quem é fiscalizado.

Não respondia a tudo.

Ainda assim, era melhor do que um acesso secreto.

A reunião prosseguiu.

Entretanto, os casos passaram de mil.

A IA de saúde da União já considerava altamente provável uma ligação hereditária. A conclusão, porém, só era válida para os dados da União. Em dois outros Estados, os resultados eram semelhantes. Em três, ainda não havia doentes confirmados em número suficiente.

Cada sistema sabia uma parte.

Nenhum podia dizer a frase inteira.

Saira abriu o esquema da arquitetura técnica.

«As máquinas não são cegas», disse. «Têm os olhos vendados. E, para cada venda que lhes puseram, houve alguém com uma boa razão.»

«Podemos tirar-lhas por um instante?», perguntou Voltr.

«Podemos abrir uma fresta.»

«E quem decide a largura dessa fresta?»

«Os senhores.»

Nerai abanou a cabeça.

«Não. As regras. Não as pessoas que estão nesta sala.»

«Alguém terá de escrever as regras.»

«E todos terão de poder ver quem as escreveu.»

Ao fim de cinco horas, aprovaram uma ponte que permitia cruzar os dados dentro de certos limites.

Doze Estados aderiram de imediato.

Nove impuseram condições.

Quatro recusaram.

Os restantes pediram novo parecer jurídico.

Os arquivos de linhagem só consentiram na comparação de dados agregados.

O mapa financeiro não podia ser ligado diretamente.

Nerai seria informada apenas sobre a existência de uma correspondência entre as características genéticas estudadas nos projetos em investigação e as que se observavam nos doentes.

A ponte entrou em funcionamento.

Começou a enviar perguntas.

A ponte não recebia nomes.

Os perfis de saúde completos continuavam protegidos.

Só se transmitiam provas matemáticas de correspondência.

Os primeiros resultados chegaram nove minutos depois.

A ligação hereditária era forte.

A segunda resposta confirmou que alguns projetos de investigação se tinham debruçado precisamente sobre características hereditárias particularmente frequentes entre os doentes.

A terceira mostrou que algumas das características analisadas eram comuns a linhagens aurelianas até então consideradas distantes.

Nerai chamou o mapa financeiro.

As instituições.

Os estudos.

Os lugares.

As decisões.

As perguntas em aberto.

O dinheiro.

Agora tinha o primeiro indício que ligava tudo aquilo à doença.

Nenhuma prova de crime.

A prova de um rumo.

«Enviem isto ao Ministério Público», disse ela.

«Com que classificação?», perguntou Taren.

«Risco sistémico iminente.»

«Continuamos sem saber quem foi.»

«Sabemos o que se comprou.»

«Não é a mesma coisa.»

«Não. Mas as compras já existiam antes dos corpos.»

No outro extremo de Nitra, Kael Thorne acompanhava os mesmos boletins de saúde que o resto da população.

Não só esses.

Tinha acesso a estimativas privadas de seguradoras e consórcios económicos. Eram mais exatas do que as declarações políticas, porque o dinheiro se preparava para a catástrofe antes que aos Estados fosse permitido dar-lhe um nome.

Previam centenas de milhares de casos dentro de poucos dias.

Talvez milhões.

Kael ligou a Arien.

Desta vez não apareceu imagem.

Só a voz.

«Temos de disponibilizar todos os resultados da investigação», disse Kael.

«Porquê?»

«Porque podem ajudar quem está a tratar dos doentes.»

«Não tenho aqui esses resultados.»

«Então arranje-os.»

«Não os tenho todos.»

Kael fechou os olhos.

«Foi o senhor quem os quis.»

«Não fui só eu.»

«Não se esconda atrás daquilo que criou.»

«Há coisas a que já nem eu tenho acesso.»

«Portanto, criou uma ameaça que nem sequer o próprio criador compreende.»

Arien ficou muito tempo calado.

«Não era para morrerem todos», disse por fim.

Kael abriu os olhos.

«Quem é que não era para morrer?»

«Os resultados deviam ter sido mais precisos.»

Na beira da mesa, os dedos fizeram um movimento de que se lembravam desde a infância. Cinco faces do cubo pareciam certas. Na última, restavam alguns quadrados fora do lugar. À porta do jardim zoológico, suplicara que o deixassem recomeçar. Agora olhava para o mapa dos hospitais. Nenhuma jogada poderia já trazer os mortos de volta a casa.

«Por quantos esperava?»

«Os suficientes.»

«Isso não é um número.»

«Antes, os números não lhe teriam interessado.»

Kael levantou-se.

«Antes, o senhor garantia-me que seria uma crise limitada.»

«O senhor queria que Elarion tivesse medo do mundo de Jesair.»

«Queria impedi-lo.»

«Isto vai impedi-lo.»

Kael olhou para o mapa dos hospitais.

«Não. Isto vai fazer dele aquilo que o senhor temia.»

Arien desligou.

No mapa da saúde acendiam-se mais pontos.

Os sistemas começavam já a ligá-los.

Tarde.

Mas, pela primeira vez, em conjunto.

27. O nome que tinham medo de pronunciar

Elarion conhecia o poder de dar um nome.

Um nome podia proteger uma pessoa.

Podia dar-lhe direitos, uma comunidade, uma história e um lugar na sociedade.

Um nome também podia servir de alvo.

Algumas gerações antes, dois Estados tinham recorrido aos dados de ascendência para atribuir empregos e seguros de saúde. Considerava-se que os aurelianos eram doentes mais dispendiosos, em virtude de certas particularidades hereditárias. Recusavam-se selenitas nas forças de segurança por uma suposta sensibilidade excessiva. Os veyranos gozavam de preferência na administração e nas instituições financeiras, pois dizia-se que possuíam um talento natural para a organização.

Mais tarde, essas regras foram abolidas.

Ficou a desconfiança.

Por isso, os responsáveis pela saúde receavam dizer a palavra aureliano antes de a ligação estar estabelecida para lá de qualquer dúvida.

Quando o Conselho Planetário de Saúde se reuniu, o número de casos confirmados ultrapassava os duzentos mil.

Quase todos os doentes eram aurelianos ou pessoas com ascendência aureliana comprovada.

«A relação estatística é clara», disse a epidemiologista-chefe da União. «O mecanismo causal, não.»

«O público não distingue estatística de causa», objetou o representante de Vokorwyn. «Se dissermos que esta é uma doença aureliana, as pessoas passarão a ver em cada aureliano uma fonte de contágio.»

«Se não o dissermos», respondeu Mareia, «não saberão quem corre perigo.»

«Todos correm perigo.»

«Não o mesmo.»

«Não sabemos se os aurelianos transmitem a doença com maior frequência.»

«Nem sequer estamos a dizer que a transmitem.»

«Não será isso que o público vai ouvir.»

Sentada ao lado de Saira, Nerai acompanhava duas discussões ao mesmo tempo.

Numa sala, falava-se das palavras certas.

Nos hospitais, entretanto, decidia-se quem teria direito a uma cama.

«Proponho uma formulação», disse Daren Voltr. «Doença desconhecida com incidência desproporcionada numa população de ascendência comum.»
Mareia olhou para ele.

«É uma maneira de dizer aureliano sem dizer a palavra.»

«É uma formulação rigorosa.»

«Não. É uma formulação cómoda.»

«Mareia, as palavras podem matar.»

«E a sua ausência também.»

A presidente do conselho levantou a mão.

«Temos de distinguir duas questões. Quem é que a doença atinge e quem é que a pode transmitir.»

«O público não saberá distingui-las», repetiu o representante de Vokorwyn.

«Então temos de o ensinar», disse Nerai.

«Em pleno pânico?»

«Quando, senão agora? Quando os aurelianos já estiverem fechados em casa?»

«Algumas casas fecharam por vontade própria.»

«Porque os Estados se calaram.»

Daren Voltr voltou-se para ela.

«E o que propões?»

«Que se diga a verdade por inteiro. Que a doença atinge sobretudo aurelianos. Que, até ao momento, nada prova que o simples facto de alguém ser aureliano torne mais provável que transmita a doença. Que a discriminação leva os doentes a hesitarem em apresentar-se, o que aumenta o risco para todos.»
«E se amanhã se descobrir outra coisa?»

«Amanhã diremos o que se descobriu.»

«Não se pode mudar a confiança das pessoas todos os dias.»

«O que mais se aproxima da verdade muda, por vezes, de hora a hora.»

O conselho não chegou a acordo.

Publicou uma declaração onde a palavra aureliano não figurava.

Falava de um risco sanitário de distribuição desigual na população, da necessidade de testes voluntários e de uma limitação temporária da circulação nas zonas com elevado número de casos.

O público completou por si o sentido do que leu.

Nas redes começou a propagar-se o nome de peste do Círculo de Ouro.

Ninguém sabia quem fora o primeiro a usá-lo.

Talvez um jornalista.

Talvez um pai assustado.

Talvez alguém que já antes odiasse os aurelianos e só esperasse por uma palavra que soasse a razão.

O nome espalhou-se mais depressa do que as recomendações oficiais.

Em Sarur, o condutor de um módulo de transporte recusou a entrada a uma família aureliana.

«Não é nada de pessoal», disse.

O pai mostrou um comprovativo de teste negativo.

«Temos autorização.»

«Tenho filhos em casa.»

«Eu também.»

«Por isso mesmo devia compreender.»

A família ficou na plataforma.

Os outros passageiros calaram-se.

Um tomou a sua defesa.

Era veyrano.

«Ou os deixa entrar, ou saímos todos.»

Não saíram todos.

Saíram três.

Noutra cidade, um grupo reuniu-se diante de uma casa aureliana, exigindo que fosse encerrada. Quando os moradores apagaram as luzes, a multidão rompeu em aplausos.

No bairro selenita de Nitra, abriram um centro comunitário às famílias que tinham ficado sem casa.

No portão de entrada não havia insígnia de linhagem alguma.

Só uma frase:

A doença faz vítimas. O medo fabrica-as.

No hospital de Auriola, a jovem deu à luz um rapaz.

O bebé era saudável.

Quando abriu os olhos, não se via círculo de ouro algum.

A mãe suspirou de alívio.

Depois teve vergonha daquele alívio.

«Sou horrível», disse a Mareia, que falava com ela através do ecrã.

«Não és.»

«Rezei para que ele não tivesse o círculo.»

«Rezaste para que vivesse.»

«É a mesma coisa?»

Mareia não respondeu.

O bebé mexeu-se e, sob a luz forte, apareceu uma fina linha dourada em redor da pupila.

A mãe desatou a chorar.

Não por gostar menos dele.

Por saber que, desde o primeiro instante, o mundo veria nele uma interrogação.

Em Nitra, Nerai reuniu-se com a direção da Camada.

O seu pedido para que se revelasse de imediato a cadeia de proprietários por trás dos projetos voltou a ser parcialmente indeferido.
O risco sanitário iminente permitira congelar algumas contas.

Não permitia identificar automaticamente os proprietários finais em todos os Estados.

«Temos a confirmação de que estudaram as mesmas características genéticas a que a doença está ligada», disse Nerai.
«Temos uma correlação», corrigiu o jurista.

«E quem pagou pela correlação?»

«É o que estamos a averiguar.»

«E quanto tempo vai demorar?»

«Therinith tem trinta dias para responder.»

Nerai riu-se.

Não havia ali alegria nenhuma.

«Daqui a trinta dias talvez já não haja a quem responder.»

«Não podemos revogar a lei sempre que surge uma ameaça.»

«Não peço que revoguem a lei. Peço que a lei seja capaz de agir antes dos coveiros.»

«Se abrirmos agora todos os fundos protegidos, estaremos a criar um precedente.»

«Talvez precisemos de um precedente.»

«É fácil dizer essas coisas numa crise.»

Nerai inclinou-se para ele.

«E quando acha o senhor que devemos expor as falhas do sistema? Em tempo de paz, quando ninguém se interessa por elas?»

À noite, o conselho de saúde voltou a reunir-se.

O número de casos ultrapassara os dois milhões.

Desta vez chegou também um relatório de Thaeron.

Três trabalhadores de uma das cúpulas fechadas apresentavam os mesmos sintomas.

Dois eram aurelianos.

O terceiro tinha pai aureliano.

A presidente do conselho abriu a declaração preparada para a ocasião.

Continuava a faltar-lhe uma palavra.

Mareia levantou-se.

«Se têm medo de dizer quem é que a doença está a matar, não nos estão a proteger da discriminação. Estão a proteger-se a si próprios da responsabilidade.»

«Isso não é justo», disse Voltr.

«Também não é justo que as mães recebam a verdade de desconhecidos, nas redes, enquanto os Estados falam de distribuição desigual na população.»

«Um nome pode desencadear a violência.»

«A violência já começou.»

«Pode agravá-la.»

«O silêncio torna-a cega.»

Jesair entrou na reunião a partir da casa dos Davion.

Até então não falara.

«Digam o nome», pediu.

Todos se voltaram para a sua imagem.

«Jesair», começou a presidente, «temos de ponderar...»

«Sou aureliano. Mareia é aureliana. As pessoas que estão nos hospitais são aurelianas. Não nos protegem transformando-nos numa descrição.»

«E se a sociedade começar a olhar para vós como uma ameaça?»

«Então digam claramente que somos pessoas ameaçadas e que não somos uma ameaça.»

Daren Voltr fitou Jesair.

«E se não bastar?»

«Muitas vezes, a verdade não basta. A mentira, menos ainda.»

O conselho alterou a declaração.

Pouco antes da meia-noite, a mais alta responsável pela saúde em Elarion apareceu em todos os canais públicos.

Limitou-se a descrever a doença, sem lhe dar um nome.

Depois pronunciou o nome das pessoas.

«Os dados de que dispomos mostram que esta doença desconhecida atinge de forma desproporcionada os aurelianos e as pessoas que partilham com eles determinados traços hereditários.»

Seguiu-se uma explicação.

Sobre a transmissão.

Sobre o que ainda era incerto.

Sobre a proibição de discriminar.

Sobre a urgência dos testes e da proteção.

A maioria das pessoas, porém, reteve a primeira frase.

Nos ecrãs de todo o planeta apareceram olhos dourados.

O mundo pronunciara, por fim, o nome das vítimas.

E, ao mesmo tempo, pusera-lhes uma marca.

28. O Círculo de Ouro por trás do vidro

O vidro tornou-se a matéria da pandemia.

Estava nos hospitais.

Nas fronteiras entre bairros.

Nas interfaces de transporte.

Entre os filhos e os pais.

Entre os doentes e quem os queria ajudar.

Era transparente e, no entanto, separava.

Era essa a sua função.

Nas velhas fotografias dos primeiros dias viam-se rostos colados às paredes dos quartos de isolamento. Mãos de ambos os lados. Bocas que se moviam sem se tocarem. Círculos de ouro nos olhos, avivados pelo reflexo da luz do hospital no vidro.
A marca que outrora só de vez em quando se deixava ver revelava-se cada vez mais, com a febre.

Os médicos não sabiam se era um sintoma da doença ou apenas uma reação do corpo.

Ao público não interessava a diferença.

Começaram a aparecer leitores de íris à entrada das lojas.

Oficialmente, mediam a temperatura e os principais indicadores de saúde.

Alguns estabelecimentos privados alteraram-nos para que assinalassem traços aurelianos.

Era ilegal.

Os proprietários diziam estar a proteger os clientes.

Num Estado, o governo proibiu esses sistemas.

Noutro, autorizou-os a título temporário.

Num terceiro, fingiu desconhecer-lhes a existência.

Quarenta Estados.

Quarenta respostas a um só medo.

Em Auriola, Elan pôde falar com Jesair pelo canal do hospital.

O rosto do rapaz era mais pequeno do que Jesair recordava. A febre roubara-lhe as bochechas cheias de criança. Tinha os olhos abertos e o círculo de ouro brilhava neles com tal fulgor que parecia irreal.

«Lembras-te de mim?», perguntou Jesair.

Elan mexeu-se.

Um dedo.

«A tua mãe está aí contigo.»

O rapaz olhou em direção ao vidro.

«Ela disse-me que perguntaste pelo círculo.»

Os lábios de Elan moveram-se.

A voz mal se ouvia.

«Vê?»

Jesair aproximou-se mais.

«O quê?»

«Se vê melhor.»

Jesair lembrou-se daquela conversa que tinham tido havia tanto tempo.

«Não», disse. «O círculo, não.»

Elan esperou.

«O que uma pessoa vê depende da coragem que tem para olhar.»

O rapaz fechou os olhos.

«Eu não quero.»

«O que é que não queres ver?»

«A mãe a chorar.»

Jesair não soube responder.

A mãe de Elan estava do outro lado do vidro, a tapar a boca com a mão.

«Podes ter medo», disse Jesair. «Não tens de ser valente o tempo todo.»

«Tu tens medo?»

«Tenho.»

«De quê?»

Jesair olhou para a mãe do rapaz.

Para os dados clínicos.

Para o seu próprio reflexo no ecrã.

«De não conseguir ajudar.»

Elan ficou calado por um instante.

«Então somos iguais.»

Jesair sorriu ao de leve.

«Somos.»

Os profissionais de saúde interromperam a ligação.

Elan precisava de outra intervenção.

Jesair ficou sentado diante do ecrã vazio.

Tinha as mãos pousadas na mesa.

Mãos dos Davion.

Mãos que, diziam os textos antigos, tinham feito baixar febres.

Agora nem numa criança conseguiam tocar.

Mareia trouxe-lhe uma tigela de sopa quente. Jesair não deu por ela.

«Come. Estás aqui desde manhã.»

«O Elan perguntou-me se eu o ajudava.»

«E o que lhe disseste?»

«Que ficava em linha com ele.»

«E ficaste.»

«Isso não lhe vai curar os pulmões.»

«Não. Mas a mãe disse-me que depois disso ele já deixou que o preparassem para a intervenção.»

Jesair pegou na colher. Tremia-lhe tanto na mão que tornou a pousá-la.

«Irrita-me que esperem um milagre de um Davion», disse. «Hoje, por um instante, também eu fiquei à espera de um.»

Mareia sentou-se ao lado dele. «Vou ter com a mãe. Tu vê se comes ao menos um bocadinho.»

Elan morreu antes de romper o dia.

A mãe não estava fisicamente ao lado dele.

Deixaram-na, porém, ficar junto do vidro.

Quando os aparelhos se calaram, ficou muito tempo ainda com três dedos encostados ao vidro.

Jesair soube da morte dele poucos minutos depois.

Não fez qualquer declaração pública.

Não falou da primeira criança que conhecera pessoalmente.

Saiu apenas para o jardim dos Davion e ficou ali até nascer o Sol de Elarion.

Nesse dia morreram mais oito mil pessoas.

Elan era a única de quem Jesair sabia o nome.

É uma das coisas mais cruéis das grandes catástrofes.

Os números crescem.

A dor é sempre concreta.

Uma cama.

Uma mãe.

Uma mão no vidro.

Nas redes públicas apareceu a imagem de uma menina aureliana por trás da parede transparente de um centro de quarentena. Devia ter uns dez anos. Tinham-lhe cortado o cabelo para facilitar o trabalho da equipa de saúde e via-se-lhe nitidamente o círculo nos olhos.

Do outro lado estava um profissional de saúde selenita.

A menina pousou a palma da mão no vidro.

Ele encostou a sua pelo outro lado.

A fotografia deu a volta ao planeta.

Para uns era um símbolo de compaixão.

Para outros, prova de que se deviam manter os aurelianos à parte.

A mesma imagem podia alimentar o amor ou o ódio.

Dependia do que cada um trazia consigo antes de olhar para ela.

Arien Korveth viu a fotografia.

Ampliou os olhos da menina.

O círculo de ouro.

Mareia tinha a mesma marca quando se zangava, quando sentia medo ou se concentrava tão profundamente que deixava de dar pelo que a rodeava.

Por uma fração de segundo, tornou a ver diante dos olhos o módulo de transporte destroçado. A luz branca. Os dedos da mãe na palma da sua mão. A voz do socorrista: perfil regenerativo aureliano.

As portas da ambulância tinham-se fechado com o filho de outra pessoa lá dentro. Durante todos aqueles anos, Arien lembrara-se de que lado da porta ficara.

Na fotografia, havia agora outra criança do lado de lá do vidro. Tinha o mesmo círculo nos olhos. Arien tentou recordar o rosto do rapaz que nesse dia tinham levado. Em vez dele, só conseguia ver uma menina assustada.

Disse para consigo que não conhecia aquela criança.

Que nenhuma imagem isolada podia toldar um desígnio de toda uma civilização.

Que toda a grande mudança tinha um preço.

Depois fechou a fotografia.

Minutos mais tarde, tornou a abri-la.

A menina ainda vivia.

Era pior assim.

Os mortos já não olhavam.

Kael veio em pessoa.

Arien não o deixou entrar, mas Kael conservava ainda os direitos de acesso que em tempos parecera inútil revogar.

A porta abriu-se.

«Os arquivos da investigação têm de ser entregues ao conselho de saúde», disse.

«Já lhe respondi.»

«Agora não lhe estou a falar do seu plano. Estou a falar de um tratamento.»

«Não posso dar-lhe os resultados que procura.»

«Alguém tem de saber recuperá-los.»

«A BIO-IA.»

«Onde está?»

«Já não está ao meu alcance.»

«Onde está o modelo, Arien?»

Arien olhou para ele.

«Não tenho o que me está a pedir.»

Kael ficou imóvel.

«Nem a si próprio deixou maneira de lá chegar.»

«Era mais seguro.»

«Para quem?»

Arien não respondeu.

«Quis que ninguém percebesse o que estava a fazer», prosseguiu Kael. «E agora nem o senhor percebe.»

«Vejo o resultado.»

«Vê corpos.»

Kael apontou para o mapa público da saúde.

«Isto não é uma crise controlada.»

«Nunca afirmei que não haveria vítimas.»

«Não se limita aos aurelianos.»

Arien ficou hirto.

«Mortes indiretas. Hospitais sobrecarregados. Falta de medicamentos. Vias de transporte encerradas. Pessoas de todas as linhagens.»

«Isso vai passar.»

«E os aurelianos não?»

«Eles são o cerne do problema.»

Kael aproximou-se.

«Não. O cerne do problema está aqui à minha frente.»

Arien estreitou os olhos.

«O senhor ajudou-me a começar.»

«Sim.»

«Deu-me o seu apoio.»

«Sim.»

«Os seus homens ajudaram-me a continuar.»

«Sim.»

Kael proferiu cada confissão com serenidade.

Sem se defender.

«E por isso sei o que fiz.»

«O que mudou?»

«A escala.»

Arien sorriu com amargura.

«Para o senhor, a moral é então uma simples questão de números.»

«Não. Os números só lhe tiraram a possibilidade de continuar a mentir a si próprio, a dizer que o que está a fazer é política.»

Arien voltou-se para a fotografia da menina por trás do vidro.

«Jesair vai fazer disto um novo mito.»

«Talvez.»

«As pessoas vão voltar-se para ele.»

«Já se voltam.»

«Está a ver?»

Kael olhou para ele com uma expressão que parecia de pena.

«Todo este tempo teve medo de que Jesair parecesse um profeta. Por isso lhe criou um apocalipse.»

Foi-se embora.

Arien ficou só.

No ecrã, a menina tocava no vidro.

Ele não sabia se ela sobrevivera.

Não queria saber.

Em Auriola, Jesair só voltou para casa ao cair da noite.

À soleira da porta esperava-o a mãe de Elan.

Não podia aproximar-se dele. Estava em isolamento domiciliário.

Ficaram a vários metros de distância um do outro.

«Ele falou contigo», disse ela.

«Sim.»

«Estava com medo.»

«Estava.»

«Disseste-lhe a verdade?»

«Tentei.»

A mulher assentiu.

«Então fizeste mais do que todos nós.»

Jesair baixou a cabeça.

«Não.»

«Não me tires isso.»

Ele levantou os olhos.

«Preciso de acreditar que ele não partiu sozinho», disse ela.

Jesair lembrou-se de uma frase do livro da família.

Não partas sozinho.

Elan estava do lado de lá do vidro.

A mãe, por trás de outro vidro.

Ele, num ecrã.

E, no entanto, naquele último instante, nascera entre eles algo que parede alguma conseguia inteiramente separar.

«Não partiu sozinho», disse Jesair.

Desta vez não sabia se estava a dizer a verdade.

Sabia apenas que tinha de a dizer.

29. A voz de Jesair e a Ponte para o Elar Único

Quando a língua comum falha, as pessoas começam a procurar uma voz.

Quando a língua comum falha, as pessoas não procuram necessariamente a voz mais sábia.

Nem a mais rigorosa.

Procuram uma voz que, por um instante, lhes tire a sensação de que o mundo se desfaz em instruções contraditórias.

As autoridades de saúde falavam de isolamento.

Os políticos, de estabilidade.

Os bancos, de liquidez.

Os conselhos de linhagem, da proteção dos aurelianos.

As forças de segurança, de ordem.

Cada qual falava a língua própria da sua instituição.

Ninguém falava a língua do medo inteiro.

Jesair não queria falar.

Depois da morte de Elan, recusou três aparições públicas. Dizia que não tinha o direito de fazer um discurso da morte de uma criança. Não queria pôr-se diante das câmaras enquanto a mãe de Elan ainda via a palma da mão do filho encostada ao vidro. Não queria fazer da dor alheia uma fonte de autoridade para si.

Mareia encontrou-o no antigo salão da família.

Estava sentado debaixo do retrato de Aser Davion, de quem se dizia nos livros que, durante uma febre de outros tempos, andara de casa em casa. Uns diziam que curava. Outros, que simplesmente ficava com os doentes quando todos os demais já tinham medo de lhes tocar.

«As pessoas precisam de saber o que fazer», disse Mareia.

«Para isso há médicos.»

«Parte da população já não acredita nos médicos.»

«E tenho eu de acreditar neles em vez dessas pessoas?»

«Tens de lhes dizer que podem confiar neles.»

Jesair levantou-se.

«Porquê eu?»

«Porque, quando os políticos dizem "fiquem em casa", as pessoas ouvem uma ordem. Quando os banqueiros dizem "mantenham a calma", ouvem alguém a proteger os mercados. Se fores tu a dizê-lo, talvez ouçam um homem.»

«Foi precisamente contra isso que lutei toda a vida.»

«Contra o quê?»

«Contra fazerem de mim aquilo que não sou.»

«Então diz-lhes o que és.»

Jesair olhou para ela.

«E o que sou eu?»

«Um aureliano assustado que não sabe salvar ninguém com um toque.»

Apesar de tudo, sorriu.

«Não me parece um começo muito animador.»

«É a verdade.»

Não foi numa sala de reuniões que Jesair fez a sua primeira intervenção pública.

Estava no jardim da casa dos Davion.

Atrás de si não havia bandeiras, emblemas de Estados nem insígnias de linhagem. Só árvores, muros antigos e o vale onde mais casas iam fechando.

«Chamo-me Jesair Davion», começou. «Sou aureliano. E tenho medo.»

Em menos de uma hora, aquela frase correu o planeta.

Não por ser grandiosa.

Por dar licença para a dizer.

Milhões de pessoas tinham medo e, havia semanas, só ouviam vozes que fingiam que o medo era uma falha técnica na comunicação. Jesair foi a primeira figura conhecida a não o explicar, a não o tentar eliminar nem disfarçar.

Admitiu que o sentia.

«Tenho medo pelos que estão nos hospitais. Pelas famílias que ficaram separadas. Pelas crianças que olham para os próprios olhos e perguntam se nasceram condenadas. Tenho medo também daqueles que, no seu medo, começam a ver nos vizinhos uma doença.»

Fez uma pausa.

«Não somos uma doença. Também não somos uma marca. Somos pessoas.»

Via-se-lhe nos olhos o círculo de ouro.

Não o escondia.

«Cumpram as medidas de saúde. Não vão onde não devem ir. Protejam-se e protejam os outros. Mas não confundam proteção com humilhação. Pode ser preciso isolar um doente. Rejeitar alguém por ter nascido quem nasceu é cobardia.»

Alguns responsáveis pela saúde receavam que as palavras de Jesair enfraquecessem a disciplina.

Aconteceu outra coisa.

Depois da sua intervenção, aumentou o número de aurelianos que comunicavam voluntariamente os seus sintomas.

Menos gente fugiu das zonas isoladas.

Mais famílias aceitaram transferir os seus doentes para os hospitais, porque pela primeira vez tinham ouvido dizer que aceitar uma medida de proteção não tinha de significar aceitar uma culpa.

Em algumas cidades, a violência diminuiu.

Não em todas.

Não há voz que consiga deter o medo em cada pessoa.

Mas, por um instante, o medo mudou de rumo.

Jesair passou a dirigir-se regularmente à população.

Nunca chamou discursos àquelas intervenções.

Conversava com as pessoas.

Com uma mãe que perdera três filhos.

Com um médico veyrano que a sua comunidade acusara de ajudar os aurelianos em prejuízo dos outros.

Com uma funcionária selenita dos serviços funerários que deixara de contar os nomes porque já não tinha forças para continuar.

Com um velho aureliano para quem a pandemia era um castigo por se terem abandonado as velhas tradições.

«E castiga também as crianças?», perguntou-lhe Jesair.

O velho não respondeu.

«Se não sabemos explicar o sofrimento sem fazer de Deus um assassino de crianças, talvez não devamos explicá-lo.»

As pessoas começaram a guardar as palavras de Jesair, a transcrevê-las, a passá-las de mão em mão.

Quanto mais ele recusava tornar-se um mito, mais se tornava um.

Arien tivera razão pelo menos numa coisa.

A crise reforçara a autoridade moral de Jesair.

Enganara-se, porém, no motivo.

As pessoas não o seguiam por causa da sua linhagem.

Seguiam-no porque falava do medo sem se servir dele.

Com a sua voz ia-se espalhando também uma ideia que ele enunciara tempos antes, em Nitra.

O valor não pode caminhar na sombra.

Na altura parecera uma abstração.

Era uma frase de um fórum público, debatida por economistas, juristas e banqueiros. Para a maioria dos habitantes de Elarion valia menos do que o preço do pão, a renda da casa ou o saldo da conta.

A pandemia deu-lhe corpo.

As reservas dos hospitais começaram a esgotar-se.

Não por falta de capacidade de produção em Elarion. As fábricas automatizadas conseguiam aumentar a produção rapidamente. As unidades de Thaeron podiam trabalhar sem parar e os corredores de mercadorias continuavam operacionais.

O problema estava em fazer chegar os produtos a quem deles precisava.

Na parede do centro de crise passava o noticiário local. Veículos autónomos carregados de ventiladores estavam parados na fronteira. No hospital do outro lado já se distribuíam os últimos aparelhos disponíveis.

«Os aparelhos foram fabricados ontem», disse a repórter. «O sistema de transportes conhece o trajeto. O nó de compensação, porém, recusa-se a confirmar o pagamento.»

Sob a imagem, lia-se o motivo: COBERTURA DO RISCO CAMBIAL POR ACORDAR.

O fornecedor temia que, se a moeda caísse, nem sequer recebesse o que pagara pelo material. O Estado recusava-se a assumir todo o risco. Ambos os sistemas fizeram as contas num instante, mas cada um esperava que a outra parte se comprometesse.

«Quando é que os veículos poderão seguir?», perguntou a repórter à diretora do hospital.

«Quando alguém assinar um papel a assumir a diferença no preço», respondeu a mulher. «Eu só posso assinar a receção dos aparelhos.»

Saira baixou o som. No mapa da crise via mercadoria pronta, corredores livres e uma decisão que nenhum sistema de compensação tinha competência para tomar. De nada valia a rapidez das máquinas.

A população começou a fazer perguntas.

Porque estão os aparelhos parados na fronteira quando o hospital do outro lado já não tem nenhum disponível?

Quem paga pelas horas que se perdem à espera de uma decisão?

A frase de Jesair aparecia por baixo das notícias de remessas retidas, comissões inexplicadas e armazéns vazios.

O valor não pode caminhar na sombra.

As pessoas iam-lhe mudando as palavras.

Se o dinheiro faz parar um medicamento, temos de ver onde parou o dinheiro.

Formaram-se grupos de discussão, iniciativas cívicas e redes informais de profissionais de saúde, programadores e economistas. Uns exigiam a divulgação de todos os pagamentos públicos. Outros propunham registos abertos dos beneficiários efetivos das empresas. Outros ainda defendiam que cada cidadão tinha o direito de ver quem consultara os seus dados financeiros e quando o fizera.

Nerai reconhecia naquelas propostas as suas próprias palavras.

Já não circulavam em seu nome.

Nem em nome de Jesair.

Tinham-se repartido pelas pessoas e começavam a viver por si.

A ideia de transparência conquistava adeptos, e não porque os habitantes de Elarion se tivessem tornado subitamente mais virtuosos.

Conquistava-os porque a falta de transparência começava a doer.

Por essa altura, a empresa Ponte já existia havia alguns anos.

Antes da pandemia, pouca gente ouvira falar dela.

Lera Vain fundara-a com dois programadores de sistemas de pagamento, uma antiga analista bancária, um especialista em registos criptográficos e uma jurista que trabalhara nas regras de compensação transfronteiriça.
De início, não pretendiam criar uma moeda nova.

Queriam simplificar os pagamentos entre os Estados de Elarion e entre Elarion e Thaeron.

Um pagamento transfronteiriço comum passava por vários bancos. Cada um conhecia apenas o seu troço. O utilizador via o montante que enviara e, por vezes, nem sequer sabia ao certo quanto acabaria por chegar ao destinatário.
A Ponte serviria de camada de tradução.

Qualquer pessoa poderia ver o custo final antes de confirmar o pagamento.

Veria a taxa de câmbio.

A comissão.

O prazo de entrega.

E quanto chegaria ao destinatário.

Ainda antes da pandemia, porém, o projeto começara a mudar por influência dos debates públicos sobre transparência.
Lera acompanhara a intervenção de Jesair em Nitra. Mais tarde, tinha lido um comentário de Nerai Sael defendendo que o poder financeiro devia ser visível, mas que devia ser igualmente visível quem quer que o fiscalizasse.
A equipa da Ponte foi reformulando todo o sistema.

Cada pagamento deixaria um registo indelével.

Não um registo público de todas as compras pessoais.

Isso destruiria a privacidade dos cidadãos.

O que se tornaria público seriam as regras do sistema, as reservas da empresa, os grandes fluxos, as relações de propriedade e as transações de tal dimensão que conferissem poder sobre a sociedade.
Os pagamentos privados continuariam privados.

Mas, por cada consulta dos seus dados, o utilizador veria quem os abrira, com que autorização e em que momento.
Se um banco retivesse um pagamento, teria de indicar o motivo.

Se um sistema automatizado o sinalizasse, a regra aplicada teria de ser conhecida.

Se alguém obtivesse uma dispensa de divulgação, o sistema registaria quem a concedera e até quando era válida.

Nenhum governo controlaria sozinho toda a rede.

O protocolo era aberto.

Os registos eram validados por vários nós independentes, operados por bancos, universidades, associações cívicas e entidades de auditoria de diversos Estados.
A Ponte tinha o seu próprio conselho fiscal, mas não podia alterar retroativamente o histórico dos pagamentos nem apagar o registo de uma decisão sua.
Lera explicava a ideia em termos simples:

«Não queremos construir um olho que veja toda a gente e permaneça invisível.»

Os investidores respondiam-lhe que as pessoas não queriam filosofia.

Queriam comodidade.

Os bancos sustentavam que a divulgação de reservas, comissões e relações de propriedade prejudicaria o segredo comercial.
Os reguladores advertiam que uma empresa privada não podia apresentar-se como se fosse a infraestrutura financeira do planeta.
Por isso a Ponte permaneceu pequena durante muito tempo.

Usavam-na empresas tecnológicas, alguns comerciantes em Thaeron e grupos de pessoas que enviavam dinheiro regularmente de um Estado para outro.
O sistema funcionava, mas não tinha por que crescer.

Depois veio a pandemia.

Os primeiros novos utilizadores não foram os governos nem os grandes hospitais.

Foram os voluntários.

Um grupo de cidadãos angariava fundos para comprar filtros de proteção para os hospitais nas zonas aurelianas em isolamento. Os donativos chegavam de sete Estados em seis moedas.

Pelos meios habituais, teriam de manter várias contas, fazer sucessivos câmbios e aguardar a confirmação dos bancos intermediários.
Através da Ponte podiam receber todos os pagamentos num único saldo.

O sistema exprimia-o em elares.

De início, o elar não era uma moeda autónoma.

Era uma unidade da rede Ponte, assente num cabaz de composição pública que reunia energia, matérias-primas e as principais moedas de Elarion. O seu valor não variava por decisão isolada de um Estado ou de um banco central.
Por cada elar, a Ponte mantinha reservas em moedas existentes e em ativos líquidos de curto prazo.

A composição das reservas era pública.

Qualquer pessoa podia verificar se os elares em circulação tinham a cobertura correspondente.

O voluntário via cem elares.

O doador podia pagar na moeda local.

O fabricante dos filtros podia receber na sua moeda ou ficar com os elares.

Para o utilizador era um só pagamento.

Por trás dele continuavam a encontrar-se vários sistemas financeiros, mas já não era a pessoa junto à caixa que arcava com a complexidade de todos eles.
A primeira angariação de fundos encerrou ao fim de poucas horas.

Cada doador podia ver quantos elares tinham entrado.

Via o montante total.

Via a encomenda dos filtros.

Via o fabricante, o preço, a comissão e a confirmação da entrega.

Não via os nomes dos doentes nem os pequenos donativos pessoais dos outros.

O que se via era o caminho do dinheiro de todos.

A notícia da angariação espalhou-se.

Outra organização usou a Ponte para comprar medicamentos em Thaeron.

Depois, um grupo de médicos usou-a para arranjar alojamento aos profissionais de saúde que vinham de fora.

Mais tarde, um pequeno hospital que não conseguia pagar ao fornecedor na moeda exigida.

Ao princípio, a Ponte entrava onde os sistemas habituais falhavam.

Não porque as pessoas confiassem mais nela do que nos bancos.

Porque mostrava o que os bancos não mostravam.

Quanto custa um pagamento.

Por onde passa.

Quando chega.

Quanto recebe o destinatário.

E, se for retido, quem o fez parar.

Quando uma remessa de fatos de proteção se atrasou, o registo aberto revelou que o pagamento não fora retido pelo vendedor nem pela transportadora. Retivera-o um banco intermediário, que exigia um comprovativo adicional da origem do dinheiro.
O banco não podia alegar que o problema surgira noutro lado.

A sua decisão tinha um nome, uma hora e um motivo.

Ao cabo de uma hora, o banco completou a documentação.

O pagamento seguiu.

Noutra compra, descobriu-se que o fornecedor aumentara o preço mesmo antes da confirmação da encomenda. Alegou uma alteração na taxa de câmbio da sua moeda.
O registo da Ponte mostrava que a taxa mal se alterara.

O fornecedor repôs o preço inicial.

Não por se ter tornado mais honesto.

Porque era possível verificar a sua explicação.

Pouco a pouco, começaram a aderir à rede organizações maiores.

Primeiro, fundos de solidariedade.

Depois, redes hospitalares regionais.

Depois, fabricantes que não queriam gerir contas em dezenas de moedas.

Para o comerciante, era vantajoso poder indicar um preço único em elares e decidir se queria recebê-lo em elares ou em moeda local.
Para o hospital, era vantajoso poder comparar os preços dos fornecedores sem ter de fazer constantemente contas ao câmbio.

Para os doadores, era importante ver para onde fora o dinheiro de todos.

Para os gestores hospitalares, era incómodo que as suas decisões ficassem registadas.

Mas era precisamente isso que fortalecia a confiança dos outros.

Alguns Estados tentaram proibir a Ponte.

Alegaram que uma empresa privada não podia criar uma unidade que começava a fazer concorrência à moeda do Estado.

A proibição, contudo, esbarrou num problema prático.

A Ponte não pedia aos Estados que abdicassem das suas moedas.

O comerciante podia continuar a receber na moeda do seu país.

Os impostos continuavam a pagar-se segundo as leis locais.

Os bancos continuavam a participar na compensação dos pagamentos.

A Ponte limitava-se a permitir que os utilizadores guardassem e transferissem valor numa unidade comum, mostrando abertamente o que lhe acontecia.

Quando um Estado bloqueou a rede, os hospitais advertiram que compravam através dela parte dos fornecimentos vindos de fora.

As organizações de voluntários publicaram uma comparação.

Uma transferência comum demorava dois dias e perdia quatro por cento do seu valor.

Um pagamento pela Ponte chegava em poucos segundos e o custo total era conhecido de antemão.

Três dias depois, a proibição foi alterada para permitir, a título temporário, as transações na área da saúde.

Surgiram exceções semelhantes noutros lugares.

Não foram adotadas como uma reforma monetária.

Foram adotadas como medidas de emergência.

Uma exceção permitiu aos hospitais aceitar elares.

Outra autorizou as seguradoras a pagar pela Ponte atos médicos prestados noutros Estados.

Outra ainda permitiu aos fundos públicos divulgar na rede a distribuição da ajuda.

Ninguém decidiu que o elar seria a moeda do planeta.

As decisões tomavam-se, na prática, caso a caso.

Cada uma removia um obstáculo.

Jesair só falou da Ponte pela primeira vez quando já milhões de pessoas a usavam.

Não queria que o seu nome servisse de publicidade a uma empresa privada. Ao mesmo tempo, via que o sistema punha em prática muito daquilo que defendera em Nitra.
«Não sei se uma só empresa deve ser a resposta para o problema de um planeta inteiro», disse numa das suas intervenções. «Todo o poder precisa de um contrapeso, mesmo aquele que se declara transparente.»
Olhou então diretamente para a câmara.

«Mas reparem no motivo que leva as pessoas a usar a Ponte. Não é por ansiarem por mais um banco. Usam-na porque veem o preço, as regras, as comissões e as decisões. Quando alguém lhes retém um pagamento, já não fica só silêncio no seu rasto.»
Calou-se por um instante.

«Quando temos saúde, deixamos o valor caminhar na sombra e chamamos-lhe comodidade. Agora que cada aparelho significa um sopro de vida e cada remessa significa tempo, queremos ver onde parou o valor. Talvez devêssemos tê-lo querido sempre.»
O número de utilizadores da Ponte cresceu outra vez.

Mas não apenas por causa das palavras de Jesair.

O sistema já tinha as suas próprias provas.

Remessas que tinham chegado mais cedo.

Angariações em que o dinheiro não se perdera pelo caminho.

Hospitais que podiam comprar numa única unidade.

Fornecedores que tinham recebido sem esperar vários dias pelo pagamento.

Quando as cantinas dos hospitais começaram a usar a Ponte, os seus fornecedores de alimentos juntaram-se-lhes.

Quando os fornecedores aderiram, os seus empregados começaram a aceitar elares.

Quando os profissionais de saúde passaram a receber parte dos suplementos de emergência em elares, começaram a perguntar onde podiam gastá-los.
As lojas próximas dos hospitais foram as primeiras a aceitá-los.

Depois, as transportadoras.

As hospedarias.

As farmácias.

Um pequeno comerciante já não precisava de ter uma conta em cada moeda. Bastava-lhe uma ligação à Ponte. Podia indicar o preço em moeda local e em elares e o sistema liquidava-lhe automaticamente a receita na moeda que escolhesse.
De início, a maioria dos comerciantes mandava converter de imediato os elares.

Mais tarde, começou a guardar uma parte.

Sabiam que os usariam na próxima compra fora do país.

O elar deixava, assim, de simplesmente atravessar o sistema.

Começava a circular dentro dele.

As pessoas podiam continuar a poupar na moeda local.

Podiam receber o salário nela.

Podiam pagar impostos com ela.

Mas, para viajar para outro Estado, já não precisavam de trocar dinheiro.

Abriam a Ponte.

Viam o mesmo saldo.

Pagavam em elares.

O comerciante recebia elares ou a sua moeda nacional.

Pagava-se da mesma maneira em Nitra, em Sarur e sob as cúpulas de Thaeron.

A lei ainda não fazia do elar a moeda única de Elarion.

Os Estados não o emitiam.

Os bancos centrais não o geriam.

Muitos governos continuavam a designá-lo simplesmente como a unidade de pagamento de uma rede privada.

Para quem estava à caixa, porém, a distinção ia perdendo importância.

Um preço.

Um saldo.

Um pagamento.

E, ao contrário do que sucedia nos sistemas antigos, era possível conhecer as regras segundo as quais o dinheiro passava das mãos de uma pessoa para as de outra.
A Ponte crescia também porque não se fazia passar por perfeita.

Os fundadores tornaram pública a estrutura de propriedade da empresa.

Os nomes dos investidores.

A dimensão das suas participações.

Os contratos com os bancos.

A composição das reservas que davam cobertura ao elar.

As remunerações dos dirigentes.

E cada alteração às regras de cálculo das comissões e do valor do cabaz de reserva.

Quando um fundo cujo beneficiário efetivo era desconhecido tentou entrar na rede, a Ponte recusou-lhe a adesão.

O fundo moveu-lhe uma ação por discriminação.

A Ponte publicou o fundamento da decisão.

Não recusara o fundo por ser rico.

Recusara-o por não ser possível saber quem ganhava poder por seu intermédio.

O planeta inteiro acompanhou a disputa.

Para muita gente, foi o primeiro exemplo concreto da diferença entre privacidade e poder oculto.

Uma pessoa comum podia pagar um medicamento sem que o mundo inteiro soubesse o seu nome.

Mas um fundo que comprasse hospitais não podia esconder o dono por trás de catorze empresas.

As ideias de Jesair e de Nerai deixaram assim de ser apenas palavras escritas.

Tomaram a forma de um sistema.

Cada consulta deixava rasto.

Cada grande poder financeiro tinha um proprietário que respondia por ele em última instância.

Cada exceção tinha um autor e um prazo de validade.

Os pequenos pagamentos pessoais continuavam privados.

Os grandes fluxos que influíam na vida dos outros ficavam à vista.

As regras eram abertas.

O operador da rede não podia fiscalizar os outros sem ser ele próprio fiscalizado.

As pessoas iam-se habituando a essa visibilidade.

Primeiro, no que dizia respeito à pandemia.

Depois, na alimentação.

Na energia.

Nos transportes.

Nas angariações de fundos.

Nas compras entre Elarion e Thaeron.

Pouco a pouco, começaram a perguntar por que razão os velhos bancos não seguiam regras semelhantes.

Porque conseguia o Estado mostrar cada rendimento de um cidadão, mas não o beneficiário último de um contrato público.

Porque conseguia a Ponte divulgar todos os dias as suas reservas, enquanto os bancos centrais só davam a conhecer certas decisões meses depois.
Porque sabiam de antemão o valor total da comissão num pagamento em elares, enquanto numa transferência tradicional parte dos custos só se revelava quando o dinheiro chegava ao destinatário.
A transparência já não era apenas uma exigência moral.

Tornara-se uma experiência ao alcance de qualquer utilizador.

Kael Thorne acompanhava o crescimento da Ponte do seu escritório, onde todas as janelas estavam reguladas para o modo opaco.
A Vesta ainda não aparecera no sistema.

Os antigos fluxos financeiros continuavam ocultos em bancos, fundos e Estados que protegiam os proprietários. A Ponte só via o valor que passava pela sua rede.
Mas as pessoas começavam a habituar-se a algo que, para Kael, era mais perigoso do que uma investigação.

A comparar.

Quem alguma vez vira a comissão por inteiro começava a perguntar-se por que não a via noutros lugares.

Quem alguma vez conhecera o beneficiário efetivo começava a desconfiar das empresas que o ocultavam.

Quem alguma vez pagara com a mesma unidade em todos os Estados começava a perguntar-se para que precisava de trinta moedas.
Era possível atrasar uma investigação.

Era possível soterrar as comissões em trabalho.

Era possível ocupar os tribunais com contestações.

Era possível convencer os políticos a esperar.

Mas não era tão fácil desfazer um hábito.

Se a Ponte tivesse continuado a ser apenas uma ferramenta de profissionais de saúde e voluntários, talvez desaparecesse depois da pandemia.

Mas já não o era.

Usavam-na as famílias.

Os comerciantes.

Os fabricantes.

As transportadoras.

Os trabalhadores de Thaeron.

Pessoas que nunca tinham lido o discurso de Jesair e que não conheciam o nome de Nerai Sael.

Não usavam o elar por ele representar uma filosofia de transparência.

Usavam-no porque funcionava.

Só mais tarde se davam conta de que funcionava precisamente por tornar visível muito daquilo que os velhos sistemas escondiam.
Kael compreendeu que Arien não se limitara a desencadear uma catástrofe.

Criara as condições para que a ideia de Jesair se tornasse um instrumento de uso diário.

Mostrara às pessoas o preço da escuridão.

E obrigara-as a experimentar um sistema que, em tempos mais serenos, teriam rejeitado por demasiado ousado, demasiado aberto ou demasiado perigoso para a velha ordem.
Por vezes, um homem procura destruir o futuro e, ao fazê-lo, remove tudo o que até então o impedia de nascer.

30. O Terço

Primeiro contaram-se os casos.

Depois as camas.

Depois os sistemas de oxigénio, as reservas de medicamentos, os quartos de isolamento vagos e as pessoas que ainda conseguiam trabalhar.
Por fim restaram os mortos.

Enquanto foram poucos, davam-se números exatos.

Setecentos e quarenta e dois.

Onze mil novecentos e oito.

Dois milhões e quatrocentos mil.

Na cabeça de quem o ouvia, cada número ainda conseguia passar por uma contagem de pessoas.

Depois vieram as dezenas de milhões.

As centenas de milhões.

E dos corpos fez-se uma curva.

Sobe.

Desce.

Acelera.

Desloca-se para norte.

Chegou a Vasýria.

Vai atingir Thaeron.

A mente humana não consegue suportar mil milhões de mortes, uma por uma.

Teria de imaginar mil milhões de camas.

Mil milhões de últimos suspiros.

Mil milhões de portas atrás das quais ficou alguém à espera de quem já não virá.

Mil milhões de copos deixados a meio à cabeceira.

Mil milhões de frases que deviam ter continuado de manhã.

Por isso fez das mortes um número.

E do número uma linha.

De Auriola, a pandemia alastrou a todos os Estados de Elarion.

Não da mesma maneira em toda a parte.

As regiões que deixaram os sistemas de saúde partilhar dados ganharam alguns dias. Os médicos sabiam onde ainda havia reservas. Podiam ver os resultados dos tratamentos em hospitais do outro lado do planeta. Os algoritmos comparavam a evolução da doença em milhões de pessoas sem lhes conhecer os nomes.

A pouco e pouco, os médicos compreenderam também por que razão os cálculos não bastavam. Em muitos doentes, a doença desencadeava uma reação de defesa violenta que lesava os vasos sanguíneos e voltava a atingir os órgãos mal se conseguia estabilizá-los. Entre o primeiro sinal de alarme e a falência circulatória irreversível, por vezes não passavam mais do que umas horas. As terapias regenerativas exigiam um doente estável e vários dias. Os dados partilhados ganharam tempo para alguns. A ninguém puderam devolver o tempo já perdido.

Vários Estados fecharam o acesso aos dados.

Falavam de soberania.

De proteção dos cidadãos.

Do perigo de, passada a pandemia, a infraestrutura de emergência ficar nas mãos da União.

Alguns desses receios tinham fundamento.

Mas à doença pouco importava a razão jurídica por que alguém lhe fechava o acesso aos dados.

Nesses países, moveu-se às escuras por mais uns dias.

E uns dias eram, durante o Terço, toda uma era.

Em Thaeron, os primeiros casos surgiram nas cúpulas abastecidas a partir da órbita.

Os administradores encerraram imediatamente os corredores de transporte.

Só que Thaeron era um mundo cuja existência dependia de um acordo permanente entre o homem e a máquina.

As cúpulas precisavam de água.

De matérias-primas biológicas.

De peças sobresselentes.

De células de energia.

De filtros.

De misturas químicas.

Cada via que fechavam à doença era também uma via por onde lhes chegava alguma coisa indispensável à vida.
Em Elarion, uma aldeia podia esquecer-se do Estado e sobreviver durante alguns dias.

Em Thaeron, nem de uma bomba de água se podia esquecer.

Por isso o elar de emergência foi ali adotado mais depressa do que no planeta de origem.

Cada remessa tinha um registo público.

Cada decisão, um autor.

Cada recusa, um motivo.

Ao princípio, os administradores das cúpulas protestaram. Alegavam que o sistema expunha reservas estratégicas.

Depois descobriu-se que um dos administradores desviara água para um setor residencial privado, onde viviam a sua família e pessoas ligadas ao seu conselho.
Qualquer pessoa podia ver o registo.

Os protestos perderam força.

Entretanto, em Elarion não era só a rede de saúde que começava a ruir.

Desagregava-se também a velha maneira de medir o valor.

Não num único grande colapso.

Em milhares de pequenas falhas.

As moedas dos Estados com uma elevada percentagem de aurelianos perdiam valor a um ritmo vertiginoso. Os mercados contavam os futuros mortos antes dos hospitais. Anteviam quebras na produção e nas receitas fiscais, défices orçamentais e um aumento dos custos.
Uma moeda mais fraca encarecia os medicamentos importados.

Os medicamentos mais caros aumentavam a dívida do Estado.

A dívida maior enfraquecia a moeda.

Quanto mais pessoas morriam, mais dinheiro era preciso para as salvar.

E quanto mais dinheiro era preciso, menos ele valia.

A camada aberta de emergência ia revelando quem recusara uma remessa, quem alterara o preço, quem podia libertar uma reserva para cobrir a diferença cambial. As pessoas viam a consequência de cada decisão no hospital que aguardava a entrega. As divergências não desapareceram, mas deixaram de se esconder por trás de uma indicação anónima sobre o estado do pagamento.

A visibilidade não podia fabricar um remédio que ninguém ainda descobrira.

Não trazia de volta os profissionais de saúde.

Não criava oxigénio num depósito vazio.

Não transformava as pessoas em seres desprovidos de ganância, medo e egoísmo.

Mas tirava-lhes uma frase atrás da qual, durante séculos, se tinham escondido indivíduos, empresas e governos.

Não sabíamos.

Ao fim do primeiro mês, o elar deixou de se usar apenas na compra de equipamento médico.

Pagou-se primeiro com ele a energia dos hospitais.

Depois os alimentos para as regiões isoladas.

Depois o transporte dos trabalhadores.

Depois as matérias-primas biológicas.

Os conselhos monetários protestaram.

Daren Voltr tomou a palavra na assembleia conjunta.

Estava mais pálido do que semanas antes. Também a sua família já tinha os seus mortos.

«Estamos a fazer uma moeda de um instrumento de compensação de emergência», disse. «Sem banco central. Sem mandato. Sem acordo sobre a estabilidade regional. Fazemo-lo em pleno medo, quando as pessoas aprovam quase tudo o que traga a palavra salvação.»

Nerai estava sentada em frente dele.

«É por isso que todas as regras estão à vista.»

Voltr abanou a cabeça.

«A visibilidade não confere legitimidade.»

«Não», respondeu ela. «Mas, se não virmos quem muda as regras, nem sequer podemos avaliar essa legitimidade.»

«Uma unidade de valor comum pode destruir as regiões mais frágeis.»

Nerai abriu três registos.

Três remessas.

Três pagamentos retidos na conversão de moeda.

«As unidades de valor fragmentadas já hoje as estão a destruir.»

«Isso é retórica.»

Nerai passou os dados para o ecrã de todos.

«Isto são contas.»

Voltr contemplou-as por muito tempo.

As suas objeções não desapareceram.

Nem deviam desaparecer.

Nerai compreendia que um mundo em que bastasse o argumento certo para calar toda a oposição seria tão perigoso como aquele que queria mudar.
«Quem vai dirigir o elar depois da pandemia?», perguntou Voltr.

Nerai demorou um pouco a responder.

«Talvez ninguém.»

«Isso de ninguém não existe.»

A frase fê-la parar.

Era verdade.

Por trás de cada sistema havia sempre alguém.

Ou um grupo de pessoas.

Ou uma regra que alguém escrevera um dia.

«Então temos de o construir de tal maneira», disse ela, «que não possa pertencer a uma só pessoa.»

Saira abriu a proposta.

Nós distribuídos pelos Estados.

Cálculo público do valor.

Histórico completo de todas as alterações.

Nenhum ajuste secreto à taxa de câmbio.

Acessos rastreáveis.

Separação de competências.

Escrutínio público das decisões dos conselhos monetários.

Um modelo de emergência.

Imperfeito.

A nascer entre os mortos.

E, no entanto, nos seus alicerces começava a despontar algo que Elarion nunca conhecera.

Um valor que não tinha de andar às escuras.

E um poder que começava a habituar-se à sensação incómoda de estar à vista de alguém.

Entretanto, Jesair continuava a falar às pessoas.

Mareia viu-lhe o cansaço antes de ele próprio o admitir.

Depois de uma das emissões, ficou de pé diante do ecrã apagado.

Não se mexia.

«Jesair?»

Virou-se para ela como quem regressa de muito longe.

«O que foi?»

«É o que eu te pergunto.»

«Só estou cansado.»

«Tens de descansar.»

«Eu descanso.»

«Quando?»

Sorriu.

«Entre catástrofes.»

Mareia não sorriu.

Lá fora chovia.

A chuva escorria pelas janelas altas da casa dos Davion e as luzes do vale, refratadas nas gotas, alongavam-se em fios finos e compridos.

«Vem comigo para Nitra.»

Jesair olhou lá para fora.

«E as pessoas daqui?»

«Continuarão a poder falar contigo.»

«O Elan também podia.»

Mareia calou-se.

Jesair baixou imediatamente os olhos.

«Desculpa.»

«Não tens de pedir desculpa.»

«Não devia ter dito aquilo.»

«Mas é o que pensas.»

Ele assentiu.

«Uma pessoa e a sua imagem são coisas diferentes.»

«E se estar presente te matar?»

Desta vez demorou muito a responder.

«Então talvez tenha escolhido mal.»

Mareia fitou-o.

«Já não terás a quem dizer isso.»

Aproximou-se dele.

«Não te peço que deixes de ajudar. Só te peço que não julgues que amar as pessoas te obriga a morrer por elas.»

Jesair ficou calado.

«O que queres então de mim?»

«Que fiques.»

«Onde?»

Mareia olhou-o nos olhos.

«Comigo.»

Naquele instante o mundo encolheu.

Sem conselhos políticos.

Sem linhagens.

Sem pandemia.

Sem um planeta à espera da próxima frase de um homem de quem, pouco a pouco, se ia apropriando como símbolo.

Havia só uma mulher que já uma vez se afastara de um homem capaz de transformar o amor em posse.

E que agora não queria perder outro por ele ter transformado o amor num dever para com todos.

Jesair pousou a mão no pulso dela.

«Estou aqui.»

Mareia segurou-o com três dedos.

Por um instante, ambos ficaram calados.

O gesto surgiu naturalmente.

E, no entanto, com demasiada naturalidade.

Uma dor estranha atravessou Jesair.

Nenhuma imagem.

Nenhuma palavra.

Apenas a sensação de algo que devia estar na sua memória e não estava.

Três dedos.

Uma outra luz.

Pó.

A mão de uma mulher.

E saudade de alguém que ele nunca perdera nesta vida.

Mareia largou-o.

«O que foi?»

«Não sei.»

Desta vez era verdade.

Tinha-se lembrado de uma coisa que ainda não vivera.

Nessa noite, surgiu uma nova previsão no centro de crise.

A princípio, Saira recusou-se a torná-la pública.

Os dados estavam incompletos.

Alguns Estados continuavam a comunicar os casos com atraso. Das regiões onde os serviços de saúde tinham colapsado quase não chegavam números dignos de confiança. Voltaram a fazer correr o modelo.

E depois outra vez.

Mudaram os dados de entrada.

A mortalidade prevista.

A capacidade dos hospitais.

O tempo necessário para desenvolver um tratamento.

Todos os caminhos convergiam para o mesmo número.

Nerai ficou a olhar para ele.

33,1 %.

«Quem é que já viu isto?»

«A equipa de análise.»

«E a direção política?»

Saira hesitou.

«Recebeu um intervalo mais amplo.»

«Porquê?»

«Porque a incerteza é enorme.»

«O resultado pode ser mais baixo?»

«Sim.»

«E mais alto?»

Saira não respondeu.

O resultado do cálculo brilhava no ecrã.

Cerca de três mil milhões de vítimas no total.

Quase toda a linhagem aureliana.

Centenas de milhões de pessoas das restantes linhagens.

«Temos de tornar isto público», disse Nerai.

«Se dissermos um terço, vamos provocar o pânico.»

«Se não o dissermos, os Estados vão preparar-se para um décimo.»

«É uma previsão.»

«Então digamos que é uma previsão.»

A palavra apareceu pela primeira vez num documento interno.

O Terço.

O documento veio a público nessa mesma noite.

Nunca se chegou a saber a quem fora entregue.

Ao amanhecer, todo o planeta conhecia a palavra.

Nerai soube da fuga de informação pelo título que passava num canal noturno: UM TERÇO DOS HABITANTES PODE MORRER. A apresentadora mostrou o intervalo de incerteza e não apenas a curva mais alta. «É uma previsão do número total de vítimas», repetiu. «Não significa que estas pessoas já tenham morrido.»

Na imagem seguinte, o governador de um Estado pedia calma. Uma médica de Auriola respondeu-lhe que para haver calma também era preciso haver abastecimento e dados abertos. Sob as imagens passavam mensagens de pessoas à procura dos familiares.

Nerai ficou diante do ecrã até a apresentadora mudar de assunto. Era assim que de um cálculo interno se fazia uma frase que as famílias teriam de pronunciar à mesa do jantar.

Não se dizia a palavra como quem enuncia o nome de uma doença.

Era o nome do futuro.

Se o Terço chegar.

Antes do Terço.

Depois do Terço.

Como se de antemão já existisse uma fronteira a separar os que haviam de continuar daqueles de quem só se poderia falar no pretérito.

Nalgumas cidades eclodiram tumultos.

As pessoas arrombavam armazéns.

Levantavam tudo o que tinham nas contas.

Fugiam das cidades sem saber para onde.

Noutros lugares formavam-se filas de voluntários.

Os velhos cediam os aparelhos de oxigénio aos mais novos.

Os donos dos hotéis abriam os quartos aos profissionais de saúde.

Famílias que havia anos não se falavam telefonavam umas às outras.

Uns fechavam as portas.

Outros abriam-nas pela primeira vez.

Uma catástrofe não revela um único e verdadeiro rosto do ser humano.

Revela os muitos rostos que até então puderam dormir tranquilamente dentro dele.

Ao fim do segundo mês, o número de mortos ultrapassou os mil milhões.

Ao fim do terceiro, os dois mil milhões.

As cidades aurelianas esvaziavam-se.

Casas senhoriais que tinham sobrevivido a guerras, incêndios e à queda de Estados ficavam sem herdeiros.

Numa família, morreram todos os homens.

O arquivo acompanhava aquela linhagem havia mais de mil anos.

A funcionária introduziu os dados do último homem.

O sistema preencheu automaticamente o campo de estado:

Linhagem extinta.

A mulher ficou a olhar para aquelas duas palavras.

Durante semanas processara relatórios sobre milhões de mortos.

Não chorara.

Chorou diante de um campo de formulário.

Jesair dirigiu-se ao planeta pela última vez no dia em que a febre lhe apareceu.

Mareia estava fora do enquadramento.

Já antes da emissão o achara pálido.

Jesair olhou para a câmara.

«Quando os mortos se multiplicam, começamos a torná-los mais pequenos dentro de nós. É uma defesa. De outra maneira, não o suportaríamos.»

Calou-se por um instante.

«Mas ninguém se torna mais pequeno por ser um entre mil milhões.»

Por um momento, apoiou-se na mesa.

Mareia deu um passo em frente.

Com um olhar, Jesair deu-lhe a entender que estava bem.

«Cada pessoa que morreu era o centro de um pequeno mundo. Tinha um nome. Tinha um lugar aonde voltava. Tinha uma maneira sua de rir. Alguém conhecia o som dos seus

passos. Alguém sabia que parte da comida deixava no prato. Alguém esperava ouvir-lhe a voz.»

Milhões de pessoas se calaram diante dos ecrãs.

«Erguemos uma civilização capaz de construir um segundo mundo. Desviámos rios. Criámos florestas sob um céu que não era o nosso. Ensinámos as máquinas a reconhecer a doença antes dos médicos.»

Respirou fundo.

Doeu-lhe.

«E não fomos capazes de ver a intenção que atravessava as nossas próprias contas.»

Ao ouvir aquela frase, Nerai ergueu a cabeça.

«Um dia perguntaremos quem fez isto. Temos de o perguntar.»

Jesair fez uma pausa.

«Mas, se a resposta se limitar ao nome de um homem, nada teremos compreendido. Um homem pode trazer o ódio. Pode trazer um plano. Pode trazer o mal.»

Olhou diretamente para a câmara.

«Mas é a civilização que lhe dá um caminho. Ou que não lho dá.»

Nerai guardou aquela frase na memória.

Um ano depois, haveria de a pronunciar perante a Convenção.

Naquele instante ainda não imaginava que ouvia algumas das últimas palavras públicas do irmão.

Mal a transmissão terminou, Mareia aproximou-se dele.

«Estás a escaldar.»

«Está calor aqui.»

«Não está.»

Pousou-lhe a mão na testa.

Jesair fechou os olhos.

«Há quanto tempo?»

«Desde manhã.»

Mareia olhou para ele, incrédula.

«E não disseste nada?»

«Pensei que fosse cansaço.»

Ela abriu o canal de saúde.

Jesair segurou-lhe a mão.

«Espera.»

«Pelo quê?»

«Só um momento.»

«Jesair, já não temos um momento.»

Pela primeira vez, ouvia-se medo na sua voz.

Não o medo que sentia por Elarion.

O medo de uma mulher por uma única pessoa.

Jesair abriu os olhos.

O círculo de ouro brilhava mais.

Mareia viu-o.

E percebeu pelo olhar de Jesair que também ele o vira.

«Nerai», disse para o canal. «Precisamos de isolamento em casa dos Davion.»

Do outro lado, silêncio.

«O Jesair?»

Mareia não respondeu.

Não precisava.

«Vou já para aí.»

«Não», disse Jesair.

Nerai ouviu-o.

«Não te atrevas a dizer-me que não.»

«Talvez não corras perigo.»

«A minha mãe era aureliana.»

«É por isso mesmo que não sabemos nada.»

«Eu vou.»

«Nerai.»

A sua voz estava mais fraca.

«Fica onde ainda podes fazer alguma coisa.»

«És meu irmão.»

Jesair sorriu por um instante.

«Por isso mesmo.»

Nerai desligou.

Já ia a correr.

Mareia ajudou Jesair a chegar à zona de isolamento da casa.

«Tu ficas cá fora», disse ele.

«Não.»

«Mareia.»

Bastou-lhe um olhar.

Jesair percebeu que não valia a pena insistir.

«Não partirás sozinho», disse ela.

Jesair estremeceu.

Desta vez, não foi da febre.

Aquela frase.

Conhecia-a.

Como se tivesse percorrido uma distância imensa para chegar até ele.

Atravessado um lugar onde nunca estivera.

Uma vida que nunca vivera.

A porta do quarto de isolamento fechou-se.

Entre os dois ficou o vidro.

Mareia encostou três dedos à parede transparente.

Jesair ergueu a palma da mão.

Antes que ele lhe tocasse do outro lado, Mareia sentiu frio.

Depois, fraqueza.

Amparou-se à parede.

«Mareia?»

Abanou a cabeça.

Quis dizer que não era nada.

Em vez disso, os joelhos cederam-lhe.

O sistema de saúde registou a temperatura elevada de uma segunda pessoa.

Poucos minutos depois, já estava deitada no quarto de isolamento contíguo.

Era proibido abrir a porta entre ambos.

Duas camas.

Dois círculos de ouro.

Uma parede transparente.

Nerai chegou à barreira que fechava o acesso a Auriola trinta e sete minutos depois.

O sistema recusou-lhe a entrada.

Mostrou as suas credenciais.

Telefonou a pessoas cujos nomes noutras ocasiões abriam todas as portas da Camada.

Nada adiantou.

À sua frente erguia-se uma barreira sanitária.

Do outro lado, o irmão estava a morrer.

Por cima da estrada brilhava o número de mortos.

2 999 999 997.

O número mudou.

2 999 999 998.

Nerai olhava para o ecrã sem respirar.

2 999 999 999.

Depois:

3 000 000 000.

No mesmo segundo, em todo o planeta, atualizou-se o número que todos partilhavam.

Um terço de Elarion estava morto.

Nerai recebeu uma chamada da casa dos Davion.

Na imagem viu Jesair.

Mareia.

E o vidro entre ambos.

A catástrofe ganhara um nome.

O Terço tinha chegado.

Mas ainda não terminara.

31. Por trás do vidro

Jesair morreu ao quarto dia.

O sistema de saúde registou o instante com precisão.

A hora.

A pulsação.

A oxigenação do sangue.

A temperatura.

A última atividade elétrica do coração.

Registou tudo o que era possível medir.

O essencial, não.

Os microfones dos quartos de isolamento não escutavam continuamente. Era uma velha norma destinada a proteger a dignidade dos doentes. Um médico podia abrir uma ligação. O sistema podia emitir um alerta perante uma alteração dos sinais vitais. Mas ninguém tinha o direito de fazer das últimas horas de um ser humano um registo público.
Por isso ninguém soube o que Jesair dissera a Mareia.

Mais tarde, Nerai voltou muitas vezes a ver as imagens.

Sem som.

Jesair já não conseguia ficar de pé.

Nem sentado.

Estava deitado no chão junto ao vidro.

Do outro lado estava deitada Mareia.

Separavam-lhes os rostos alguns centímetros e um material capaz de deter um vírus, um toque e um último abraço.
Jesair moveu a mão.

Não tinha forças para mais.

Pousou a palma no chão.

Mareia ergueu três dedos.

Os lábios de Jesair moveram-se.

Uma frase curta.

Talvez duas palavras.

Ninguém as ouviu.

Mareia ouviu.

E sorriu.

Mais tarde, deram a esse sorriso muitas explicações.

Aceitação da morte.

Reconciliação.

Uma última expressão de amor.

Mas Nerai viu sempre nele algo de mais estranho.

Mareia não tinha o sorriso de quem se despede.

Por um único instante, pareceu uma mulher que reconhece alguém ao fim de um tempo imenso.

Como se por trás do rosto de Jesair despontasse outro.

Como se do outro lado do vidro houvesse por um instante um jardim longínquo em vez de um quarto de isolamento.

Outro céu.

Outra vida.

Uma recordação que não chegara a ter tempo de se tornar recordação.

Jesair fechou os olhos.

A sua mão ficou junto ao vidro.

Mareia ficou a olhar para ela.

Sete horas.

Depois começou a faltar-lhe o fôlego.

Uma inspiração.

Silêncio.

Uma inspiração.

Um silêncio mais longo.

E, por fim, só silêncio.

Sete horas depois do de Jesair, também o seu coração parou.

Nerai estava sentada no módulo de transporte diante da barreira de Auriola.

A quilómetros deles.

Saira estava sentada ao seu lado.

Não lhe tocou.

Não lhe disse que sentia muito.

Há frases tão pequenas que chegam a ser uma afronta.

Apareceu no ecrã um funcionário dos serviços de saúde.

«Precisamos de uma decisão sobre os restos mortais.»

Nerai olhou para ele.

O homem baixou os olhos.

«Perdoe-me. Sei que...»

«Não sabe.»

Silêncio.

«Que opções temos?»

«O protocolo de biossegurança recomenda a incineração imediata, sem transporte. Os conselhos de linhagem pedem que se conservem amostras biológicas. O público pede uma cerimónia.»

«O público?»

«A notícia veio cá para fora.»

Nerai abriu a rede.

Morreu Jesair Davion.

Pouco depois apareceu outra notícia:

Morreu Mareia Lioren.

Nerai ligou o som de um canal noticioso. O apresentador já pedia aos conselhos de linhagem que se pronunciassem sobre a morte de Jesair. Quanto a Mareia, a redação ainda não recebera confirmação da família. A profissional de saúde que estava em linha recusou-se a falar dos processos clínicos de ambos.

«A família ainda não teve tempo de decidir o que quer dizer», acrescentou. Nerai sabia o que o irmão teria respondido a uma pergunta sobre privacidade. Deixou que o canal continuasse a falar sem ela.

Depois vieram as fotografias.

Jesair no fórum de Nitra.

Jesair entre os doentes.

Jesair na última intervenção pública.

Mareia junto dos arquivos.

Mareia no jardim.

Mareia a segurar o pulso de Jesair com três dedos.

Os corpos ainda não tinham arrefecido e o mundo já começava a fazer deles uma história.

Chamavam-lhes mártires.

Os últimos aurelianos do velho mundo.

Uma prova.

Um sinal.

Outros serviam-se da morte de ambos contra tudo o que Jesair alguma vez dissera.

Se tinha um dom, porque não se salvou?

Se era excecional, porque não salvou Mareia?

Porque não salvou três mil milhões de pessoas?

Nerai desligou o ecrã.

«Cremamo-los aí mesmo.»

O funcionário assentiu.

«E as amostras?»

«Só o necessário para a investigação.»

«Os conselhos de linhagem pedem...»

«Relíquias, não.»

Falava baixo.

«Ninguém será dono dos seus corpos.»

Passado um instante, o funcionário assentiu.

«E a cerimónia?»

Pelo para-brisas do módulo, Nerai olhou na direção da casa dos Davion, embora dali não pudesse vê-la.

«Mais tarde.»

Mas esse mais tarde tardou muito em chegar.

As pessoas continuavam a morrer.

Os hospitais continuavam iluminados toda a noite.

Os módulos de transporte continuavam a levar corpos para lugares onde já ninguém os esperava.

A pandemia ceifou a vida a mais de três mil e cem milhões de pessoas.

Só então a curva começou a infletir.

Não se descobriu um remédio milagroso.

Houve dezenas de pequenas vitórias.

Maneiras mais eficazes de atenuar a reação do organismo.

Maior capacidade de reconhecer as horas críticas.

Novas combinações de substâncias.

Modelos de previsão.

Formas de proteger os mais vulneráveis.

Cada uma salvou uma parte dos doentes.

Juntas, detiveram a morte.

Quando o número de novos casos caiu pela primeira vez para metade, ninguém festejou.

Quando caiu para um décimo, não se abriram garrafas nas praças.

Quando o último grande hospital anunciou que voltava a ter camas vagas, a diretora fechou-se no gabinete depois do anúncio e chorou durante uma hora.

Elarion sobrevivera.

Foi o que se escreveu nas notícias.

Mas um planeta não tem coração a que se possa tomar o pulso.

Quem tinha de sobreviver eram as pessoas.

E, em cada três, faltava aproximadamente uma.

32. Os que vêm

Há mortes com as quais termina uma vida.

E há mortes com as quais termina apenas um nome.

Jesair morreu quando Elarion ainda não fazia ideia de tudo o que ele deixaria atrás de si.

O seu corpo era um entre os milhares de milhões de corpos que o Terço levara sem perguntar.

A sua voz deixou de se ouvir nas salas onde se discutiam a verdade, o valor e o poder.

Os seus braços não voltaram a abraçar ninguém.

Os seus olhos já não voltaram a abrir-se para a manhã.

Para Elarion, estava morto.

E era verdade.

Mas não era a verdade inteira.

O universo é mais antigo do que os nomes.

Mais antigo do que as fronteiras.

Mais antigo do que os povos.

Mais antigo do que os planetas que, na juventude, julgam a sua história o centro de tudo o que existe.

Havia muitos mundos.

Uns giravam em torno de estrelas azuis.

Outros viviam à luz vermelha de sóis antigos.

Nalguns, a vida escondia-se sob quilómetros de oceano e civilizações inteiras nunca tinham visto as estrelas.

Noutros erguiam-se cidades tão altas que os últimos andares conheciam um céu diferente do que conheciam as ruas lá em baixo.

Algumas civilizações nunca inventaram o dinheiro.

Outras sacrificaram-lhe quase tudo.

Todas, porém, chegaram um dia a um limite que não se podia transpor com uma máquina maior.

Nem com uma nave mais veloz.

Nem com uma nova fonte de energia.

Nem com mais uma biblioteca de saber.

Porque nem todos os problemas nascem de uma insuficiência de inteligência.

Alguns nascem daquilo que a inteligência ainda não foi capaz de compreender acerca de si própria.

E era então que, por vezes, nascia alguém.

Quase nunca um rei.

Podia nascer em casa de um artesão.

Ser a filha de um professor.

O filho de uma mulher de quem a história não guardou o nome.

Às vezes vinha ao mundo entre os pobres.

Outras, entre os sábios.

Um falava nas praças.

Outro passava anos quase em silêncio e deixava apenas umas frases.

Por vezes, as suas palavras mudavam o mundo ainda em vida de quem as dizia.

Outras vezes precisavam de séculos.

Mudavam os nomes.

Mudavam os rostos.

Mudavam as línguas.

Mudavam também as estrelas por cima deles.

A tarefa permanecia semelhante.

Levar o mundo a dar um passo.

Não até à meta.

Apenas mais adiante.

Nenhum ser humano podia salvar um planeta inteiro.

Se um homem bastasse para salvar o mundo sem que os outros tivessem de fazer uma escolha, esse não seria um mundo de seres livres.

Só podiam, portanto, apontar um rumo.

Enunciar um pensamento que nunca mais se conseguisse esquecer por completo.

Abrir uma porta.

E deixar aos outros a decisão de a atravessarem.

Num mundo era preciso dizer pela primeira vez que a fraqueza do outro não conferia ao mais forte o direito de o possuir.
Noutro, que o saber não tem dono.

Noutros ainda, povos inteiros trucidavam-se por terem imagens diferentes dos deuses e alguém lhes trazia a ideia de que um deus necessitado do ódio humano talvez fosse apenas o ódio humano vestido de palavras sagradas.
Em certos lugares, as pessoas precisavam de aprender a perdoar.

Noutros, a duvidar.

E, nalguns mundos, chegava a hora em que era preciso dizer que um poder escondido dos olhares acaba, mais cedo ou mais tarde, por se servir a si mesmo.
Elarion era um desses planetas.

Jesair não trouxera instruções para um mundo perfeito.

Dissera algumas frases no preciso instante em que Elarion era capaz de começar a ouvi-las.

Que o valor não pode caminhar na sombra.

Que o poder tem de suportar o olhar daqueles sobre quem se exerce.

Que a propriedade deixa também um rasto de responsabilidade.

Que não se pode separar inteiramente a riqueza de um homem do mundo que tornou possível essa riqueza.

Não eram mandamentos.

Eram sementes.

E as sementes não precisam de que aquele que as lançou à terra venha sentar-se debaixo da árvore.

Jesair, porém, não queria morrer.

O Terço não era o preço que o universo exigia pela sua mensagem.

Nem a morte de Mareia fazia parte de alguma equação perfeita.

Queria viver.

Queria envelhecer com ela.

Talvez acordar um dia na casa dos Davion e, pela primeira vez, não ter ninguém à porta à espera de uma resposta sua.
Talvez discutir com ela por uma insignificância.

Talvez esquecê-la poucas horas depois.

Talvez sentar-se à beira do jardim, até lhes envelhecerem as mãos.

Tudo isso lhe foi tirado.

A ideia não precisava da sua morte.

Mas, ao morrer, deixou-a nas mãos dos outros.

E com ela uma pergunta.

Tinham amado o homem?

Ou tinham também compreendido o que ele procurara dizer?

Se tudo dependia da presença de Jesair, tudo podia ter morrido com ele junto ao vidro.

Mas, se alguma coisa das suas palavras passara para os outros, o seu fôlego já não era condição para que elas vivessem.

A trinta anos-luz dali, um pequeno planeta azul girava em torno da sua estrela.

A sua história era mais jovem.

Os seus habitantes ainda não conheciam Elarion.

Nada sabiam da Ponte.

Da gente de Auriola.

De Nerai.

Do homem que pousara a mão no chão junto ao vidro transparente.

Um dia havia de nascer ali outro homem.

Haviam de lhe chamar Jesus.

Havia de caminhar por estradas de pó entre aldeias que, vistas do universo, mal se poderiam encontrar.
Havia de comer com pescadores.

De tocar nos doentes.

De falar com aqueles de quem os outros desviavam o rosto.

Havia de se encontrar com os poderosos e com os que quase nada tinham.

Sem exército.

Sem cargo.

Sem selo de Estado.

Com mãos que podiam partir o pão.

E, no entanto, havia de deixar algo que sobreviveria aos impérios.

Que a pessoa à tua frente tem valor mesmo quando nada tem para te oferecer.

Que a misericórdia pode valer mais do que o cumprimento cego da lei.

Que a grandeza pode consistir em servir.

Que um inimigo não tem de ser inimigo para sempre.

Durante séculos, os homens discutirão quem ele foi.

Erguer-lhe-ão templos.

Pintarão o seu rosto.

Cada povo lhe emprestará um pouco do seu.

Uns verão nele Deus.

Outros, um profeta.

Outros ainda, um mestre.

E haverá também quem, em seu nome, faça precisamente o contrário do que ele ensinou.

Porque as grandes ideias não atravessam a história em linha reta.

Uma geração enuncia-as.

A seguinte dobra-as às suas necessidades.

Outra redescobre-as.

E, séculos depois, aquilo que um dia soou ao sonho perigoso de um só homem pode tornar-se uma evidência para milhões.

É assim que os mundos avançam.

De degrau em degrau.

Entre alguns desses degraus surgem aqueles a quem mais tarde chamarão profetas.

Salvadores.

Sábios.

Reformadores.

Hereges.

Loucos.

O universo não precisava de um nome comum para eles.

Eram como mensageiros que não levam carta.

A carta eram eles.

Mas, para poderem pertencer ao mundo a que chegavam, tinham de esquecer por algum tempo.

Se conhecessem tudo, a sua vida não seria uma vida humana.

Seria uma visita.

Por isso sentiam dor.

Fome.

Medo.

Solidão.

Desejo.

Cólera.

Amor.

Dúvida.

Podiam falhar.

Podiam dizer algo de que mais tarde se arrependeriam.

Podiam desejar continuar vivos.

Porque ninguém pode falar aos seres de um mundo a partir do âmago da experiência deles se não se tornar, pelo menos por algum tempo, um deles.
E, quando a sua vida acabava, o corpo ficava para o planeta.

O nome, para a história.

As palavras, para as pessoas.

O que se escondia mais fundo seguia adiante.

O tempo entre essas vidas não se media por calendário.

Nenhum corpo aguardava a manhã seguinte.

Nenhum coração contava as suas batidas.

Num planeta podiam passar milhares de anos até que noutro amadurecesse o instante em que seria possível entrar.
Entretanto, nascia algures, muito longe, uma civilização.

Descobria o fogo.

Depois a escrita.

Dividia as terras.

Fazia leis.

Erguia templos.

Fabricava armas.

Inventava o dinheiro.

E, passado tempo suficiente, começava a acreditar que a maneira como organizara o mundo era a única maneira de o organizar.
Até se aproximar do seu próprio limite.

Então a viagem podia recomeçar.

Outra estrela.

Outro planeta.

Outro corpo.

Outro nome.

Nem a tarefa tinha de ser a mesma.

Um mundo que se afogava em vingança precisava de ouvir falar de perdão.

Um mundo que confundia obediência com bondade precisava de dúvida.

Uma civilização esmagada por um poder arbitrário precisava de proteger o indivíduo.

E um mundo cujos habitantes já tivessem esquecido que só sobreviviam graças aos outros talvez um dia precisasse de ser lembrado do seu dever para com o todo.
As palavras mudavam.

Havia algo de comum no rumo.

Do medo à compreensão.

Da violência à cooperação.

Do poder oculto à responsabilidade.

Da ilusão de estarmos separados ao reconhecimento de que nada do que vive nasce por si só.

Jesair era um deles.

Talvez outrora tivesse tido outro nome.

Talvez tivesse estado sob o céu de um planeta que há muito deixara de existir, a falar a seres cujos rostos nem um elarionense nem um habitante da Terra saberiam reconhecer como rostos.

Talvez ali tivesse dito uma frase inteiramente diferente.

Outra parte do mesmo caminho.

E talvez a sua viagem pelo pequeno planeta azul ainda estivesse para começar.

Noutro corpo.

Com um nome que já por vezes lhe voltava em clarões fugazes, embora ele não o compreendesse.

A alma não precisa de assinatura.

A história é que precisa.

E talvez algumas almas não atravessem os mundos sozinhas.

Há laços que sobrevivem até à perda do nome.

A princípio regressam apenas como uma estranha confiança num desconhecido.

Como uma tristeza sem memória.

Como um movimento da mão que se antecipa à razão.

Três dedos sobre um pulso.

Uma frase que se diz antes de se entender por que se disse.

Não partas sozinho.

O último sorriso de Mareia ficou em Nerai como uma pergunta.

Pela gravação, não se podia saber o que Jesair dissera.

Nem o que Mareia vira no último instante.

Ficou apenas a imagem de uma mulher que sorriu ao olhar para o homem que morria, como se dele se lembrasse ao cabo de um tempo imenso.

Quando o coração de Jesair deixou de bater, as estrelas não mudaram de órbita.

O céu não se abriu.

Nenhum sinal apareceu em Elarion.

O planeta prosseguiu na sua órbita.

As cidades contaram os seus mortos.

Nas casas ficaram os recipientes junto às janelas.

A roupa nos cabides.

Os livros a meio.

As camas de onde ninguém voltou a levantar-se pela manhã.

E, no entanto, alguma coisa se moveu.

Dentro das pessoas.

As palavras de Jesair começaram a espalhar-se sem ele.

Uns deturparam-nas.

Outros simplificaram-nas.

Outros ainda escolheram delas só o que lhes convinha.

Houve quem nelas descobrisse implicações que nem o próprio Jesair tivera tempo de levar até ao fim.

É esse o destino de toda a ideia que sobrevive ao seu autor.

Deixa de lhe pertencer.

No seu gabinete ficaram documentos.

Entre eles, a proposta da quota-parte dos vivos.

Notas nas margens.

Perguntas sem resposta.

Espaços em branco.

O mundo tinha de aprender a continuar a conversa com um homem cuja cadeira ficara vazia.

E, algures muito longe, girava outro planeta em torno de uma estrela que nenhum elarionense jamais vira.

Os seus oceanos tinham a cor de um metal escuro.

À noite, três luas passavam por cima deles.

Em terra firme nasciam as primeiras cidades.

Os seus habitantes tinham descoberto a escrita.

Começaram a comerciar.

Começaram a dividir a terra.

A pouco e pouco, dividiam-se entre os que possuem e os que obedecem.

Tinham milhares de anos pela frente.

A sua hora ainda não amadurecera.

O universo não tinha pressa.

Mas um dia nascerá entre eles uma criança.

Dar-lhe-ão um nome que nunca será pronunciado em Elarion.

Nem na Terra.

Há de rir.

Há de chorar.

Cometerá erros.

Talvez se apaixone.

Talvez tenha medo da morte.

E um dia dirá uma frase depois da qual o seu mundo nunca mais poderá ser inteiramente o que era.

Ninguém ali conhecerá Jesair.

Ninguém conhecerá Jesus.

Nem será preciso.

As grandes almas não atravessam o universo para salvar o seu nome.

Os nomes pertencem aos mundos.

Levam consigo apenas o rumo.

E quando, num lugar, a sua tarefa chega ao fim, elas não sobem.

Nem se vão embora.

Apenas seguem adiante.

Parte IV — Elarion sem o Terço

33. As mãos que faltavam

Quando a curva finalmente deixou de subir, Elarion, visto da órbita, parecia quase o mesmo de antes.

Os mares continuavam no seu lugar.

Os continentes não se tinham movido.

À noite, as cidades brilhavam.

Os corredores de transporte continuavam a traçar finas veias de luz sobre o planeta.

Thaeron seguia a sua órbita.

Quem olhasse para o planeta de muito longe talvez nem desse pela catástrofe.

Teria de se aproximar.

De uma mesa.

De uma cama.

De um posto de trabalho.

Porque, em cada três pessoas, faltava aproximadamente uma.

Primeiro, foi em casa que deram pela sua falta.

Metade da cama vazia.

Um copo que alguém deixara a meio.

Uma peça de roupa no lugar de onde ninguém mais a recolheu.

Uma mensagem que continuava assinalada como não entregue.

Os brinquedos de crianças a quem, durante dias, os pais não conseguiram dizer que já ninguém viria deitá-las.

Depois, os mortos começaram a fazer falta também ao mundo.

Num hospital da Aménia do Norte morreram dois dos três responsáveis pelas redes de oxigénio.

A rede, em si, funcionava.

Sabia produzir oxigénio.

Purificá-lo.

Distribuí-lo.

Prever o consumo.

Mas, para qualquer alteração substancial da capacidade, a lei exigia a confirmação de dois técnicos credenciados.

Um estava morto.

Outro jazia inconsciente.

O terceiro trabalhava havia quarenta horas sem dormir.

Cometeu um erro.

Em Sarur, os armazéns ainda tinham alimentos para vários meses.

Os veículos autónomos estavam alinhados em filas.

Conheciam o caminho.

Sabiam avaliar os cortes de estrada.

Eram capazes de encontrar um itinerário alternativo.

Mas não podiam alterar o destino de uma entrega sem autorização humana.

Quem devia autorizar a alteração estava morto.

E assim as máquinas, prontas a alimentar uma cidade, esperavam pela assinatura de quem já não tinha mão para assinar.

Numa das cúpulas de Thaeron morreu a única mulher que conhecia a fundo uma antiga remodelação do sistema de reciclagem de água.

Havia documentação.

Estava incompleta.

A inteligência encarregada da manutenção sabia que três válvulas se comportavam de maneira diferente da prevista no projeto.

Não sabia porquê.

A mulher sabia.

Havia anos que dizia para si mesma que um dia o poria por escrito.

Até então, explicava-o sempre a um colega.

O colega morrera uma semana antes dela.

O Terço não levou a Elarion apenas corpos.

Levou uma parte imensa da memória que nunca fora guardada nas máquinas.

A memória das mãos.

A memória dos gestos habituais.

A memória de quem chegava de manhã ao pé de uma máquina e, sem pensar, fazia três pequenos gestos, porque sabia havia vinte anos que, sem eles, alguma coisa havia de se avariar ao cair da noite.

A princípio, os vivos tentaram ocupar o lugar dos mortos.

Os médicos ajudavam nos armazéns.

Os professores distribuíam alimentos.

Os funcionários públicos limpavam módulos de saúde.

Os investigadores ajudavam nos serviços funerários.

Os engenheiros dormiam junto dos centros de distribuição de energia.

Cidades inteiras funcionavam num estado a que outrora se teria chamado de emergência.

Depois do Terço já não era claro o que significava a palavra emergência.

Não se podia pedir a pouco menos de seis mil milhões de pessoas, ainda em choque, que fizessem o trabalho de nove mil milhões enquanto enterravam aqueles que amavam.

O Conselho de Crise fez então aquilo que se discutia havia décadas, desde muito antes da pandemia.

Começou a dispensar as confirmações humanas obrigatórias.

Primeiro no abastecimento alimentar.

Depois no setor da energia.

Nos transportes.

Na produção de bens essenciais.

Na manutenção das cidades.

As inteligências artificiais receberam poderes para alterar planos de produção, transferir materiais e atribuir parte dos recursos disponíveis sem terem de esperar por uma pessoa a cada decisão.

O documento que o permitiu tinha um título que ocupava quase meia linha.

As pessoas chamavam-lhe simplesmente:

Licença para continuar.

Porque fora precisamente isso que as máquinas tinham recebido.

Licença para continuar onde faltava alguém.

Saira chefiava a equipa encarregada de interligar os vários sistemas.

Tinha diante de si um mapa da produção planetária.

Antes do Terço, um mapa daqueles não poderia ter existido.

Os Estados protegiam as suas reservas energéticas.

As empresas, a sua capacidade de produção.

Os distribuidores, os seus armazéns.

Cada qual guardava uma parte da realidade como segredo estratégico.

Depois do Terço, começaram a abrir os dados.

Não por terem visto a luz.

Porque, sem eles, o sistema não sabia a quem acudir.

«Há um excedente de preparados nutritivos no oeste de Vasýria», disse o analista.

«Onde nos fazem falta?»

«A nordeste. Três zonas hospitalares.»

«E o transporte?»

«Temos capacidade.»

«Então mande-os para lá.»

O analista ficou onde estava.

«Há um problema.»

Saira levantou os olhos.

«Qual?»

«O trajeto atravessa três Estados.»

«E depois?»

«Quatro moedas.»

Saira recostou-se.

«Três Estados. Quatro moedas.»

«A transportadora fatura através de Therinith.»

«Porquê?»

«Regime fiscal.»

Saira fechou os olhos por um instante.

«Pois claro.»

As quatro partes faturavam em quatro moedas. Os nós da rede podiam converter os montantes numa fração de segundo. O que impedia a liquidação eram as diferentes regras de cobertura e os limites da autorização do hospital.

Havia comida.

Havia veículos.

Havia estradas.

As pessoas passavam fome.

Previsão para a libertação da remessa: trinta horas.

«A Ponte», disse Saira.

O analista olhou para ela.

«O hospital não está autorizado a receber elares para as despesas correntes.»

«Tem uma derrogação para situações de crise.»

«Para material médico.»

Saira olhou para o registo.

«Na sua opinião, o que é a comida para quem morre sem ela?»

O analista não disse nada.

«Envie pela Ponte.»

«Quem autoriza a exceção?»

Saira olhou para a cadeira vazia à mesa.

Ainda há nove dias o seu adjunto se sentara ali.

«Eu.»

Cinco minutos depois, o pagamento estava feito.

O produtor via a encomenda.

A transportadora, o preço.

A seguradora, o risco.

O hospital, a hora prevista de entrega.

Toda a gente podia ver quanto se pagara e a quem.

Ninguém via os nomes dos doentes.

Os veículos autónomos puseram-se a caminho antes de o antigo sistema ter tido tempo de concluir a primeira operação de câmbio.

Multiplicavam-se os casos assim.

Aos poucos, a Ponte passava de instrumento de pagamento de emergência a sistema nervoso de uma economia automatizada.

As máquinas sabiam produzir.

Mas precisavam de saber o que fazia falta produzir.

Sabiam deslocar mercadorias.

Precisavam de saber onde faziam realmente falta.

Sabiam calcular o melhor trajeto.

Precisavam de saber se a encomenda existia e quem respondia por ela.

O fluxo do valor tornou-se uma das formas de as máquinas lerem o mundo humano.

E, quando esse fluxo se tornou visível, começaram a revelar-se coisas que até então tinham permanecido separadas.

Em plena escassez, um grossista deixou de libertar medicamentos.

Alegava que aguardava transporte.

A Ponte mostrava que os armazéns estavam prontos para expedir.

Alegava que os hospitais não ofereciam um preço suficiente.

O registo mostrava o contrário.

Entretanto, empresas ligadas ao grupo que o detinha compravam contratos que se valorizavam à medida que a crise se prolongava.

Outra conta financiava campanhas contra a libertação obrigatória das reservas.

Isoladamente, cada uma daquelas informações provava pouca coisa.

Juntas, contavam outra história.

As reservas foram libertadas.

A decisão tinha um autor.

E o autor sabia que a sua decisão ficaria registada.

Passados alguns meses, as fábricas automatizadas produziam quase tanto como antes do Terço.

Depois, mais.

As máquinas não adoeceram.

Os campos de energia não tiveram febre.

As linhas de montagem robotizadas não perderam os pais.

Grande parte da capacidade produtiva atravessara a pandemia intacta.

O que faltava, acima de tudo, era quem tomasse as decisões à sua volta.

Assinaturas.

Licenças.

Autorizações sucessivas para os mesmos dados em sistemas que, por razões legais, não os podiam partilhar.

Verificações cujo único propósito era confirmar que a verificação anterior fora feita por uma pessoa.

O Terço arrancara as pessoas com tal brutalidade que deixara a descoberto as partes da economia que de facto precisavam delas.

Quando os conselhos económicos divulgaram os primeiros números, a sociedade ficou abalada.

O número de trabalhadores caíra mais de um terço.

A produção recuara apenas alguns pontos percentuais.

Em alguns setores já ultrapassava os níveis anteriores.

Os números traziam consigo uma pergunta incómoda.

Se a sociedade era capaz de produzir quase a mesma quantidade de bens com muito menos trabalho humano, para que serviam, ao certo, todos aqueles empregos que até então julgara indispensáveis?

A resposta era incómoda.

Havia trabalho que não fora criado para produzir nada de que se precisasse.

Fora criado para dar a alguém o direito de receber dinheiro.

O velho sistema ligara os meios de subsistência a um lugar no processo produtivo.

Agora, a produção conseguia funcionar sem uma parte das pessoas.

Mas as pessoas não conseguiam viver sem rendimentos.

As empresas não pagavam salários aos mortos.

As famílias perdiam quem as sustentava.

Outros milhões deixaram o emprego para cuidar dos filhos, dos doentes e dos velhos.

Outros ainda foram substituídos pelos sistemas a que a pandemia abrira a porta.

A produção crescia.

Nas contas das famílias, o dinheiro minguava.

Saira levou a Nerai uma projeção à escala do planeta.

«Se não fizermos nada, daqui a três meses mais de metade das famílias dependerá de auxílio de emergência.»

Estavam sentadas no antigo gabinete de Jesair.

Havia uma semana que fora levantada a quarentena da casa dos Davion.

As máquinas tinham limpado a casa.

Deixaram os objetos onde estavam.

O copo de água junto ao lugar de Jesair.

O livro de Mareia à janela.

Duas poltronas voltadas para o jardim.

Nerai não lhes tocava.

«A quantas pessoas podemos arranjar trabalho?», perguntou.

«A todas.»

Nerai olhou para Saira.

«Trabalho útil.»

Saira baixou os olhos para a projeção.

«Não sei.»

«Uma estimativa.»

«A metade dos adultos. Talvez menos.»

«E se travarmos a automatização?»

«A mais.»

«E na próxima crise voltamos a ficar à espera das assinaturas?»

Saira calou-se.

«Então não vamos travá-la.»

Abriu outro documento.

Proposta de uma quota de base planetária, a título provisório.

Nerai não conhecia o nome.

A ideia, sim.

Lembrou-se de Nitra.

De uma conversa de antes do Terço.

Jesair dissera então que um subsídio é algo que o poder concede a uma pessoa, de cima para baixo.

Uma quota-parte é outra coisa.

Uma quota-parte significa que uma parcela do resultado comum pertence a cada pessoa pelo simples facto de fazer parte da civilização que o produz.

Na altura, parecera uma conversa sobre um futuro distante.

O futuro chegara sem bater à porta.

«Quem preparou isto?»

«A equipa económica da Ponte. Vários Estados. Os conselhos regionais.»

Nerai abriu o documento.

«Como tencionam pagá-la?»

Saira esboçou um sorriso sem alegria.

«Temos um problema.»

«Qual?»

«Trinta moedas.»

Nerai fechou os olhos.

Quase se riu.

Quase.

«É por isso que propõem o elar.»

Na primeira página do documento lia-se:

Ninguém pode perder o direito à vida só porque a sociedade deixou de precisar do seu trabalho.

Nerai leu a frase.

Depois voltou a lê-la.

Olhou para a poltrona vazia junto à janela.

«Jesair diria que não basta.»

«Porquê?»

«Porque não sabemos sobre que montante calcular a quota-parte.»

«A Ponte vê uma parcela cada vez maior da produção.»

«Uma parcela cada vez maior ainda não é o todo.»

«Não.»

Nerai olhou pela janela.

O jardim da casa dos Davion crescia ao abandono.

A erva já galgava os bordos dos caminhos.

As árvores estavam em flor.

Um ramo pendia demasiado baixo e ninguém o cortara.

A natureza não sabia que um terço do mundo morrera.

Continuava.

Talvez por isso mesmo Nerai não conseguisse odiá-la.

Fechou o documento.

«Nesse caso vamos ter de ver mais.»

Saira levantou os olhos.

«Mais produção?»

«Mais valor.»

Nerai ficou mais algum tempo a olhar para o jardim.

«Se queremos repartir esse valor de forma justa, temos de saber onde nasce, para onde vai e a quem pertence.»

Saira assentiu.

Nerai entregou-lhe o documento.

«Convoca o conselho económico.»

«Para quando?»

«Para agora.»

«Nerai, não dormiste.»

Nerai esboçou um sorriso débil.

«Dormi antes do Terço.»

Saira deteve-se à porta.

«O teu irmão não iria querer que desses cabo de ti.»

Nerai olhou para ela.

«O meu irmão também não queria três mil milhões de mortos.»

Saira saiu.

A porta fechou-se.

Nerai ficou só.

Ficou sentada durante muito tempo.

Depois levantou-se e aproximou-se da poltrona de Jesair.

Pela primeira vez desde o seu regresso à casa, tocou-lhe.

Pousou a mão no espaldar.

«As máquinas não os substituíram», disse para a sala vazia.

A voz tremeu-lhe.

«Só nos mostraram quantas coisas já sabiam fazer sem nós havia muito tempo.»

E foi então que por fim rompeu em lágrimas.

Não chorava por um terço do mundo.

Ninguém consegue chorar três mil milhões de pessoas de uma vez.

Chorava por um irmão.

Por uma mulher.

Por três dedos num pulso.

Por duas mãos que, nas últimas horas de vida, uns centímetros de vidro transparente haviam mantido separadas.

Lá fora, o sol de Elarion erguia-se sobre Auriola.

Iluminou os telhados das casas.

O jardim.

A poltrona vazia.

E o mundo, que continuava.

Porque, depois das catástrofes, o mundo continua sempre.

Resta apenas saber o que leva consigo.

34. A quota-parte dos vivos

A primeira quota de base não foi aprovada como uma nova ordem social.

Foi aprovada por noventa dias.

Era assim que começavam quase todas as grandes mudanças em Elarion.

A título provisório.

A título excecional.

Só até as coisas voltarem ao normal.

Mas a normalidade deixara de existir.

A proposta partia do custo de vida de cada região. Havia anos que todos os Estados, cidades e zonas habitadas calculavam o custo básico da habitação, da alimentação, da energia, dos transportes e dos cuidados de saúde.
Antes do Terço, esses dados serviam para definir prestações sociais, negociar salários e fixar rendimentos mínimos.
Agora passavam a servir de base para calcular a quota-parte.

Quem não tivesse outros rendimentos recebia o equivalente ao custo das necessidades básicas da sua região.

Para quem tivesse rendimentos próprios, a quota-parte não desaparecia à primeira moeda ganha. Ia diminuindo gradualmente e só deixava de ser paga quando o rendimento ultrapassava o dobro do custo de vida local.
O modelo tinha falhas.

As regiões discutiam os cálculos.

As cidades alegavam que a habitação era mais cara do que indicavam as estatísticas nacionais.

As zonas rurais objetavam que pagavam mais pelos transportes e pela energia.

As famílias pediam que se tivesse em conta o número de filhos.

As pessoas com deficiência lembravam que os custos médios não eram os custos delas.

Mas o sistema tinha uma característica que as antigas prestações não tinham.

Cada pessoa podia ver como fora calculada a sua quota-parte.

Via o índice regional, as regras, os rendimentos considerados, a fonte dos dados e a justificação exata do montante final.

Se alguém alterasse o cálculo, a alteração tinha um autor.

Se o sistema utilizasse um dado errado, a pessoa sabia de onde ele viera.

Se um funcionário consultasse documentos pessoais, o titular recebia um registo da consulta.

O primeiro pagamento planetário seria feito através da Ponte.

Foi então que se percebeu que ter trinta moedas era mais do que um símbolo de soberania.

Havia trinta maneiras diferentes de dizer de quanto precisa uma pessoa para viver.

Um Estado fixou a quota-parte na sua própria moeda e, dois dias depois, desvalorizou-a para diminuir o custo real para o orçamento.
Outro congelou a taxa de câmbio.

Um terceiro proibiu os cidadãos de ter elares fora dos bancos autorizados.

Um quarto anunciou que só pagaria o apoio a quem fizesse prova de residência no seu território nos últimos dois anos.
Mas, depois do Terço, milhões de pessoas tinham abandonado as suas casas.

Mudavam-se para junto de familiares.

Para onde havia casas vazias.

Onde havia trabalho.

Onde tinham quem cuidasse delas.

Uma família podia viver num Estado, receber uma pensão de outro, ter um apartamento num terceiro e comprar alimentos importados de um quarto.
As velhas moedas tinham sido criadas para mundos que faziam de conta que as suas fronteiras eram reais.

O Terço mostrara que nem o ar, nem a doença, nem os alimentos, nem a morte as conheciam.

Daren Voltr estava sentado em frente de Nerai na reunião do Conselho Monetário.

Tinham passado anos desde o fórum de Nitra.

Na altura, defendera perante Jesair a soberania monetária. Dissera que a moeda era o leme do Estado e que, para sobreviverem, as regiões mais frágeis precisavam de ter o seu próprio câmbio.

Agora tinha o rosto cansado.

Perdera a mulher e um dos filhos durante o Terço. Nunca falara disso em público. Nerai só o sabia por ter visto os nomes dos dois na lista das vítimas.

«Não se podem fazer pagamentos numa moeda comum, o elar, sem uma autoridade monetária comum», disse Voltr.

«A Ponte já os faz», respondeu Saira.

«A Ponte emite uma unidade de compensação com cobertura. Não emite a moeda de um Estado.»

«Para quem paga a renda com ela, a distinção é académica.»

Voltr olhou para ela.

«É precisamente com frases dessas que se provocam catástrofes monetárias.»

Nerai abriu o mapa do primeiro ensaio de pagamento.

«A catástrofe já cá está.»

No mapa surgiram os atrasos.

Os maiores não se verificavam nas regiões pobres.

Eram nas fronteiras entre sistemas monetários.

«Numa das regiões, as pessoas receberam a sua quota-parte com quatro dias de atraso», disse Nerai. «Sabíamos quanto havia a pagar e a quem. Mas estávamos à espera da conversão entre três moedas e da confirmação de dois bancos centrais.»

Voltr examinou os dados.

«E quem assume o risco cambial se pagarem tudo em elares?»

«Nenhum dos beneficiários.»

«Portanto, a Ponte.»

«As reservas são públicas.»

«As reservas não são infinitas.»

«A paciência das pessoas também não.»

Voltr recostou-se.

«Compreendo a urgência. Mas uma moeda comum cria um poder comum. Continuam a recusar-se a dar nome a essa parte.»
«Damos-lhe nome», disse Nerai. «É por isso que exigimos que esse poder seja visível.»

«Um poder visível continua a ser poder.»

«Sim.»

Voltr ergueu as sobrancelhas.

Esperava que ela se defendesse.

Nerai prosseguiu:

«A transparência não extingue o poder. Permite ver quem o exerce. Fica aquém da perfeição. Mas é mais do que a escuridão.»
Voltr olhou para o símbolo do elar.

«E os Estados que o rejeitarem?»

«Podem pagar a quota-parte na sua própria moeda.»

«Nesse caso, não será planetária.»

«As regras serão planetárias. O meio de pagamento continuará a ser local, a título provisório.»

«Provisório.»

Pronunciou a palavra com tamanha precisão que parecia já ouvir nela a história que estava por vir.

Apesar das divergências, o primeiro pagamento realizou-se.

Em Sarur vivia uma mulher chamada Elina Vass, com quatro filhos.

Antes do Terço, coordenava o abastecimento de uma rede de pequenos hospitais. O marido reparava módulos de transporte autónomos.
Ambos sobreviveram à doença.

O marido, porém, ficara com lesões pulmonares e precisava de cuidados prolongados. Elina deixou o trabalho para cuidar dele.
Entretanto, um sistema automatizado ocupou o seu posto.

Não houve maldade nisso.

Os hospitais não podiam esperar que ela voltasse.

Quando requereu o antigo apoio social, o Estado exigiu-lhe que provasse que estava desempregada, que procurava ativamente trabalho e que não prolongava a sua dependência recusando um posto que lhe tivesse sido proposto.
O sistema ofereceu-lhe trabalho noutra cidade.

Para o aceitar, teria de deixar o marido.

Por isso o sistema recusou-lhe o apoio.

Para receber a quota de base, não teve de provar que era útil.

O sistema apurou os seus rendimentos.

O custo de vida na região.

O número de filhos a cargo.

As necessidades de saúde do agregado.

Na sua conta entrou uma quantia em elares.

Elina abriu o cálculo.

Viu todos os dados utilizados.

Ao lado das necessidades de saúde do marido aparecia uma ligação para um registo protegido. Só quem precisava de conhecer o diagnóstico lhe tinha acesso. O sistema limitava-se a confirmar que os cuidados implicavam despesas acrescidas.
Elina pagou a renda.

O senhorio aceitava a moeda local. A Ponte fez a conversão automaticamente.

Pagou a energia.

Encomendou alimentos.

Ainda lhe sobrou parte da quota.

Pela primeira vez desde o início do Terço, não teve de decidir qual dos filhos ia comer menos.

Nessa noite, escreveu uma frase num debate público:

Não quero um subsídio por ter falhado. Quero a minha parte num mundo que continua a funcionar mesmo quando não posso trabalhar.
Em poucos dias, milhões de pessoas repetiram aquela frase.

Nem todos concordavam.

Os proprietários de empresas automatizadas diziam que a sociedade castigava a eficiência. Tinham investido em máquinas, tinham assumido o risco e agora esperavam deles que repartissem o fruto do investimento com aqueles a quem as máquinas tinham tirado o lugar.

Mas o argumento de Jesair voltava sempre à baila.

As máquinas não tinham surgido do nada.

Serviam-se de investigação financiada pelas gerações que as precederam.

De redes de energia construídas pelos Estados.

Dos dados de milhares de milhões de pessoas.

De infraestruturas de transporte.

De uma ordem jurídica.

De recursos extraplanetários que ninguém criara com as próprias mãos.

Até a maior empresa privada assentava num chão que não construíra sozinha.

Por isso, o Conselho Planetário instituiu uma taxa sobre a produção automatizada.

Não era calculada em função do número de robôs.

Isso levaria as empresas a esconder as máquinas ou a simular trabalho humano.

A taxa incidia sobre o valor criado com intervenção humana mínima e sobre a utilização das infraestruturas comuns.

O cálculo era complexo.

Por isso tinha de ser público.

Cada empresa via como o sistema chegara ao montante que lhe cabia pagar.

Cada cidadão via que parcela da quota de base provinha da produção automatizada, dos impostos, dos rendimentos do património comum e das reservas.

Foi a introdução da taxa que pôs a nu uma antiga fragilidade de Elarion.

Ninguém conseguia determinar com exatidão onde era gerado o lucro.

A fábrica ficava na União.

Era propriedade de uma empresa de Vasýria.

As patentes pertenciam a um fundo em Therinith.

Os serviços informáticos eram faturados por intermédio da jurisdição de Thaeron.

As taxas de licenciamento iam para uma ilha do sul.

No fim do ano, a empresa declarava que quase nada ganhara no Estado onde de facto produzia.

Era assim que funcionavam muitas das empresas mais prósperas.

O valor era criado na fábrica.

O lucro nascia no papel, num lugar onde mal havia trabalhadores, clientes ou máquinas.

Pequenos Estados insulares tinham construído economias inteiras em torno da transferência jurídica do valor.

Ofereciam impostos baixos.

Proteção aos proprietários.

Fundos resguardados do olhar público.

Regimes contabilísticos especiais.

Leis segundo as quais recusar uma informação era um serviço prestado ao cliente e não um entrave à cooperação.

Os grandes Estados respondiam com aumentos de impostos.

Precisavam de financiar hospitais, escolas, transportes, a reconstrução após o Terço e a quota de base.

Quanto mais altos os impostos, mais se ganhava em fugir-lhes.

Quanto mais dinheiro escapava, mais altas tinham de ser as taxas para quem ficava.

A espiral fiscal continuava a girar.

Os impostos eram altos porque muitos não os pagavam.

Muitos não os pagavam porque eram altos.

E quem os pagava estava cada vez mais convencido de que o castigavam por lhe faltar o poder de escapar.

A Ponte não podia reescrever as contas antigas.

Mas as novas transações em elares mostravam onde fora de facto criado o valor, que serviços tinham sido prestados e quem era o beneficiário final.

Ao efetuar um pagamento, já não era tão fácil separar o preço do caminho que o dinheiro percorria.

Cada transação de vulto remetia para a estrutura de propriedade, o fundamento contratual e o regime fiscal.

Nem tudo estava à vista de toda a gente.

Mas nada do que importava ficava inteiramente sem nome.

Ao fim de seis meses de vigência da quota de base provisória, verificou-se que o sistema planetário arrecadara mais receita com taxas mais baixas do que os antigos Estados com taxas mais altas.

Não que as pessoas tivessem passado, de repente, a gostar de impostos.

Havia menos sombras onde esconder a fuga ao fisco.

O Conselho Económico propôs prolongar a quota de base por mais um ano.

Daren Voltr votou a favor.

Depois da reunião, Nerai deteve-o no corredor.

«Pensei que fosse contra.»

«E sou.»

«Votou a favor.»

«Porque a alternativa é pior.»

«Parece o princípio de qualquer reforma.»

Voltr olhou para Nitra através da parede transparente.

A cidade continuava cheia de apartamentos vazios.

«Jesair tinha razão numa coisa», disse.

Nerai olhou para ele.

«Em quê?»

«Não se pode calcular uma quota-parte a partir de um valor que ninguém vê.»

«Só numa coisa?»

Voltr quase sorriu.

«Não dê tantas vitórias de uma vez aos mortos.»

Depois ficou sério.

«Mas continua a não ver a consequência.»

«Qual?»

«Um cálculo único. Uma estrutura fiscal única. Uma quota-parte única. Uma só moeda de compensação.»

«Sim.»

«Isso já não é auxílio.»

«Não.»

«São os alicerces de um Estado.»

Nerai olhou para o emblema da Ponte, projetado sobre o rio.

«Talvez.»

«E quem vai governar esse Estado?»

«É uma pergunta a que temos de responder antes que alguém responda por nós.»

Voltr afastou-se.

Nerai ficou à janela.

Surgiu-lhe um aviso no ecrã de trabalho.

O sistema de análise histórica concluíra a primeira reconstituição dos fluxos financeiros ligados ao Terço.

Abriu-a.

Na imagem apareceram milhares de pagamentos.

Fundações.

Laboratórios.

Despesas de investigação.

Compromissos de transporte.

Decisões administrativas.

Arquivos de famílias.

Avaliações de seguradoras.

Fundos políticos.

Tudo aquilo que, antes do Terço, ela tinha visto em separado.

Agora estava tudo no mesmo mapa.

No centro permanecia um espaço vazio.

Não por ali não haver nada.

Porque alguém se dera a muito trabalho para que ali não figurasse nenhum nome.

Nerai ampliou a imagem.

«Encontrámos o esqueleto», disse.

Taren, ao seu lado, ficou a olhar para a linha que ligava Vesta às fundações de investigação.

«E o corpo?»

«Esse ainda respira.»

35. O esqueleto financeiro da pandemia

A investigação do Terço não começou pela detenção de um suspeito.

Começou por salvaguardar os dados.

Nas primeiras semanas da pandemia desapareceram milhares de empresas. Umas, porque os seus donos tinham morrido. Outras, porque a sua atividade perdera a razão de ser. Outras ainda, porque quem as dirigia aproveitara o caos para desaparecer.
Fechavam-se arquivos contabilísticos.

Os bancos fundiam sistemas.

Os servidores eram limpos.

Encerravam-se instalações de investigação provisórias à medida que os contratos de arrendamento chegavam ao fim.

Em circunstâncias normais, os dados seriam conservados durante os prazos previstos em cada território.

Depois do Terço, porém, já não era claro quais os dados que eram documentos comerciais e quais os que constituíam prova do maior crime da história de Elarion.
Nerai conseguiu que se emitisse uma ordem planetária para preservar todos os registos de investigação biológica, os arquivos de linhagens, os documentos da logística de emergência e os das fundações que a Camada identificara.
Vinte e três Estados protestaram contra a ordem.

Alguns defendiam sinceramente os direitos dos seus cidadãos.

Outros defendiam os clientes.

Therinith declarou que uma investigação estrangeira não podia impor indiscriminadamente o congelamento dos registos patrimoniais e contabilísticos de pessoas sobre as quais não recaía qualquer suspeita concreta.
Nerai respondeu tornando pública a lista dos dados em falta.

Não o seu conteúdo.

Apenas o que devia existir e de repente deixara de existir.

Sete fundos tinham mudado de gestor no primeiro mês da pandemia.

Quatro fundações tinham encerrado contas.

Dois escritórios de advogados comunicaram danos nos seus arquivos.

A Vesta transferira parte do seu património para uma sociedade constituída três dias depois das primeiras notícias públicas sobre a doença.

Cada ato, isoladamente, admitia uma explicação inocente.

Juntos, pareciam uma fuga.

A pressão pública obrigou Therinith a ceder.

Restava, porém, um problema.

Os dados não estavam escritos na mesma língua.

Bancos e Estados descreviam os mesmos movimentos como donativos, empréstimos ou licenças. Com as novas autorizações judiciais, a Camada pôde comparar as datas, as assinaturas dos gestores e os identificadores originais, mesmo quando mudara a designação jurídica da transação.

Desta vez, porém, não eram só as pessoas que enfrentavam o problema.

Os sistemas de análise que, durante a reconstrução, tinham associado as existências à produção receberam uma nova incumbência.

Não procurar um culpado.

Procurar coincidências.

O mesmo gestor.

O mesmo ponto de comunicação.

A mesma sequência no tempo.

O mesmo padrão jurídico.

O mesmo benefício económico final.

Nerai recusou que a IA atribuísse às pessoas um grau de culpabilidade.

«A máquina pode mostrar que dois caminhos se cruzaram», disse à equipa. «Não pode decidir o que levou as pessoas a percorrê-los.»

«Sem uma avaliação de risco, vamos encontrar milhões de ligações», objetou um dos analistas.

«Pois que as encontremos.»

«Não haverá quem consiga examiná-las todas.»

«Então usem a máquina para ordenar as provas, em vez de classificar as pessoas.»

«A diferença é pequena.»

«Não para a pessoa a quem apontarem o dedo.»

O sistema trabalhava, pois, com acontecimentos.

Um pagamento.

Um contrato.

Uma mudança de proprietário.

A contratação de um serviço.

Uma autorização.

Uma consulta aos dados.

Só quando os acontecimentos se ligavam é que os investigadores examinavam as pessoas.

O primeiro indício sólido veio de onde ninguém esperava que viesse nada de decisivo.

De uma seguradora.

Antes do Terço, uma das fundações encomendara uma estimativa dos prejuízos financeiros de uma crise sanitária que atingiria algumas comunidades com particular dureza.
À seguradora, o caso tinha sido apresentado como hipotético.

Desconhecia que havia por detrás um verdadeiro projeto biológico.

Entregara o relatório através de um arquivo seguro. Ficara registado o dispositivo que abrira o ficheiro.
O dispositivo não estava registado em nome de uma pessoa.

Havia uma morada em Nitra associada ao aparelho, mas o nome que procuravam não figurava nos registos.

Encontraram o nome de uma sociedade.

Depois, papéis que os levavam a Therinith.

E a conhecida resposta de que a identidade do cliente estava protegida.

O antigo sistema ter-se-ia ficado por ali.

Na nova reconstituição cruzaram-se os dados do dispositivo com os consumos de energia, os acessos aos edifícios e os restantes documentos descarregados.
O mesmo dispositivo tinha aberto:

uma análise sobre as instituições de saúde,

um parecer jurídico sobre dados protegidos,

um relatório sobre a resposta à crise,

as conclusões de um estudo biológico,

e um documento intitulado «O teste da cegueira».

Todos os ficheiros convergiam numa só residência.

A residência pertencia a Arien Korveth.

Taren verificou o resultado três vezes.

«Isto ainda não prova que tenha sido ele a abri-los.»

«Não», disse Nerai.

«Outra pessoa podia ter usado o dispositivo.»

«Sim.»

«A residência tinha empregados.»

«Tinha.»

«E visitas.»

«Sim.»

Taren olhou para ela.

«Não podes ficar contente, ao menos uma vez?»

«Quando tivermos provas.»

A prova seguinte veio dos arquivos de linhagens.

Antes do Terço, Mareia registara o seu encontro com Arien. Não o conteúdo. Não tinha autorização para gravar às escondidas uma conversa particular.
Mas o sistema conservara a hora do encontro, a entrada de Mareia, a confirmação da visita por Arien e a consulta subsequente de dados de investigação protegidos.
Poucos minutos depois de Mareia sair, Arien abriu um documento confidencial sobre as linhagens aurelianas.
Uma hora mais tarde, contactou Kael Thorne.

No dia seguinte foi feito o último pagamento.

A sucessão dos factos, só por si, continuava a não provar a intenção.

Depois encontraram uma mensagem do laboratório.

Uma investigadora que participara no estudo biológico tivera dúvidas. Escrevera à pessoa que lhe entregara o trabalho.

Queria saber se os resultados viriam a ser utilizados de uma forma que pusesse em perigo uma população concreta.

A resposta fora breve:

As suas preocupações são infundadas. Prossiga com o trabalho autorizado.
A única assinatura da mensagem era o código do projeto.

A análise de estilo revelou semelhanças com as mensagens de Arien.

Nerai recusou-se a fazer dela a prova principal.

«Uma maneira parecida de escrever não é uma assinatura.»

Taren abriu os dados técnicos.

«Mas a chave usada no envio é.»

A chave fora criada na residência de Arien.

Nesse instante, o nome dele deixou de ser uma mera suspeita.

Nerai requereu um mandado de busca, a apreensão dos dispositivos e a restrição dos movimentos do suspeito.

O sistema judicial respondeu que o homem já não se encontrava na morada registada havia dois meses.

A residência de Arien estava vazia.

Não fora abandonada em pânico.

Fora limpa.

Os objetos pessoais tinham desaparecido.

As contas tinham sido transferidas.

As permissões de acesso, revogadas.

Numa das paredes via-se o retângulo mais claro que um quadro deixara ao ser retirado.

No armário restava apenas uma taça azul-escura.

Inteira.

Estava deitada de lado.

Nerai reconheceu-a das fotografias antigas de Mareia.

Era dela.

Pegou-lhe.

Tinha uma pequena esfoladela no bordo.

Mais nada.

Arien tentara destruí-la e nem disso fora capaz.

«Quando saiu ele daqui?», perguntou.

O investigador abriu os registos da casa.

«No primeiro mês da pandemia.»

«Para onde?»

«Um módulo privado seguiu para o anel orbital.»

«E depois?»

«Os registos deixam de nos dizer onde ele está.»

Nerai olhou para ele.

«As naves não desaparecem.»

«Não. Em Thaeron encontrámos outro nome associado à nave.»

«Quem?»

«Nos papéis só aparece um fundo de Therinith.»

Nerai quase achou graça, uma graça cansada.

Mesmo em fuga, Arien permanecera fiel ao velho mundo.

Julgara que o velho mundo lhe guardaria o segredo do seu paradeiro.

A Ponte ainda não tinha acesso aos registos dos antigos voos privados.

Mas os sistemas de energia e abastecimento de Thaeron já integravam o plano de reconstrução.

Todas as cúpulas declaravam os seus consumos de água, energia, oxigénio e alimentos.

O sistema de análise encontrou um local onde o consumo era, havia tempos, excessivo para o número de habitantes registados.
Uma cúpula privada nos confins da colónia do norte.

Oficialmente vazia.

Abastecida com regularidade.

Propriedade de mais um fundo.

Nerai olhava para o mapa.

«Peçam às autoridades de Thaeron que o detenham.»

Taren hesitou.

«A administração de Thaeron já respondeu.»

«Quando lhes fizemos o pedido?»

«Não fizemos. O sistema enviou-lhes um alerta automático ao identificar uma pessoa sujeita a restrições de circulação.»

«E então?»

«Dizem que não dispõem de fundamento legal suficiente para entrar numa cúpula privada.»

Devagar, Nerai pousou na mesa a taça de Mareia.

«Três mil milhões de mortos não são fundamento legal suficiente?»

«Dizem que temos provas financeiras e registos informáticos. Nenhuma prova direta de que Arien tenha criado ou libertado a ameaça biológica.»

«Temos o dispositivo dele. A chave dele. O dinheiro dele. A fuga dele.»

«Temos a estrutura.»

«Ele tinha a visão de conjunto.»

«Temos de o provar.»

Nerai olhou para o mapa da cúpula.

«Então deixem-no falar.»

As autoridades de Thaeron recusaram uma intervenção pública.

Duas horas depois, a Camada tornou pública parte do mapa de provas.

Sem dados pessoais de saúde.

Sem pormenores técnicos de biologia.

Mostrou só o necessário.

As fundações.

Os pagamentos.

As encomendas de investigação.

O dispositivo.

A residência de Arien.

A fuga.

E a cúpula privada cujo proprietário permanecia oculto.

O público pôs um nome naqueles factos mais depressa do que o tribunal.

Começaram a juntar-se pessoas diante da cúpula.

Não traziam armas.

Estavam de luto.

Traziam fotografias dos seus mortos.

Pousavam-nas à entrada.

Uma a uma.

A administração de Thaeron enviou forças de segurança para impedir que houvesse violência. Onde esperavam um ataque, encontraram silêncio.

Milhares de rostos pousados no chão de um planeta alheio.

Ao terceiro dia, o tribunal emitiu o mandado.

As forças de segurança entraram na cúpula.

Arien Korveth estava sentado à mesa.

Não fugira.

À sua frente, um ecrã transmitia imagens da multidão.

Olhava para as fotografias.

Quando lhe ordenaram que se levantasse, obedeceu.

«Está detido por suspeita de participação na preparação e no financiamento dos acontecimentos que conduziram ao Terço.»

Arien sorriu ao de leve.

«Não foi o dinheiro que causou o Terço.»

O comandante da unidade não respondeu.

Arien estendeu as mãos para que lhas prendessem.

«Foram as pessoas.»

«Caberá ao tribunal decidir.»

«Não», disse Arien. «O tribunal vai julgar-me a mim.»

Olhou uma última vez para as fotografias diante da cúpula.

«E assim todos os outros ficam de consciência limpa.»

36. O homem que tinha o mapa

Não levaram Arien para Nitra.

Seria perigoso.

Não para ele.

Para a cidade.

Dezenas de milhares de pessoas juntavam-se diante do edifício da Camada. Umas exigiam um julgamento público. Outras, a morte imediata. Houve quem apelasse à expulsão de todos os veyranos, ao encerramento das suas casas financeiras e ao confisco dos seus bens.

A emissão pública mostrava o rosto de Arien ao lado do número de vítimas. O apresentador falava da detenção e das provas de financiamento. Um convidado já exigia uma sentença, outro o encerramento de todas as fundações veyranas. Por baixo da imagem passavam os nomes das pessoas que continuavam desaparecidas.

Nerai viu alguns segundos da emissão. Mandou corrigir a hora da detenção e pediu às autoridades que tornassem público o que estava efetivamente comprovado. No ecrã, Arien já se tornava o rosto único de toda a catástrofe. Mas a investigação teria de continuar depois do interrogatório.

Nerai recusou-se a divulgar o local de detenção.

Arien sabia que a sua vida também dependia de o seu paradeiro continuar secreto.

O primeiro interrogatório decorreu através de uma ligação segura.

De um lado estava Arien, sentado numa sala branca sem janelas.

Do outro, Nerai, dois investigadores, um representante jurídico da Convenção e o advogado de defesa de Arien.

Nerai não queria assistir ao interrogatório.

Era irmã de uma das vítimas.

A sua presença podia pôr em causa a imparcialidade do processo.

Ao mesmo tempo, conhecia o mapa financeiro melhor do que ninguém.

Fora o próprio Arien a pedir que ela estivesse presente.

«Só falarei com ela», dissera.

«Não lhe cabe escolher quem o interroga», respondera o jurista.

«Então não falarei.»

Nerai aceitou.

Não que quisesse fazer-lhe a vontade.

Queria saber por que motivo a escolhera.

Quando se estabeleceu a ligação, Arien ficou muito tempo a olhar para ela.

«Parecem-se menos do que eu esperava.»

«Com quem?»

«Com Jesair.»

«Conhecia-o?»

«Não.»

«Matou-o.»

O advogado de Arien mexeu-se na cadeira.

«O meu constituinte...»

«Deixe-a falar», disse Arien.

Nerai pousou diante de si a taça azul-escura de Mareia.

Arien viu-a.

A expressão do seu rosto mudou.

Só por um instante.

«Encontrámo-la no seu apartamento.»

«Era de Mareia.»

«Eu sei.»

«Porque a trouxe?»

«Para que tenha para onde olhar quando mentir.»

O advogado voltou a intervir.

«Esta forma de conduzir um interrogatório...»

«Posso ir-me embora?», perguntou Arien.

«Não.»

«Nesse caso, pouco importa a forma.»

Nerai abriu o mapa das provas.

«Conhece estes projetos?»

«Alguns.»

«Financiou-os?»

«Diretamente, não.»

«Assegurou-lhes financiamento?»

«Não a todos.»

«A quais?»

Arien recostou-se.

«Faz a pergunta como se tivesse havido um só projeto.»

«Houve um só desígnio.»

«Um desígnio não é uma conta bancária.»

«E foi precisamente isso que escondeu.»

Arien olhou para o mapa.

«Cada um destes projetos era legal.»

«Isoladamente.»

«Não se avalia a legalidade de uma coisa pelo desenho que alguém lhe acrescenta mais tarde.»

«Nenhuma das instituições ouvidas fazia ideia do que significava, na vida de pessoas reais, o trabalho que tinha entre mãos.»

«É assim que se protegem projetos sensíveis.»

«Não. Era assim que o senhor se protegia de quem pudesse ver o todo.»

Arien não respondeu.

Nerai ampliou o esquema.

«Cada um via uma parte. O senhor tinha o mapa.»

Procederam corretamente.

A voz do pai voltou antes que pudesse preparar uma resposta. Em tempos odiara aquela frase. Agora tinha-a ali diante de si, desdobrada em contratos, derrogações e assinaturas.

«Acha que ter um mapa é crime?»

«Se indicar o caminho que leva a três mil milhões de cadáveres, sim.»

Arien baixou os olhos para a taça.

«Não planeei três mil milhões.»

«Quantos, então?»

O advogado inclinou-se para ele.

Arien ignorou-o.

«A crise devia pôr a nu a fragilidade da convicção dos aurelianos de que eram um povo excecional.»

«Quantos?»

«Não havia um número exato.»

«Uma família? Uma cidade? Um ramo de uma linhagem?»

«Queria alterar o equilíbrio.»

«Quantos mortos fazem um equilíbrio?»

Arien levantou os olhos.

«Faz-me a pergunta que os vossos estadistas fazem a cada guerra. Quantas vítimas são aceitáveis em nome de uma paz futura?»

«O senhor não começou uma guerra.»

«Não.»

«Na guerra, o inimigo ao menos sabe que lhe apontam uma arma.»

O rosto de Arien manteve-se sereno.

«Os aurelianos mudaram Elarion durante séculos sem que os outros tivessem votado no assunto.»

«Pelo simples facto de existirem?»

«Por aquilo que representavam.»

«Mareia deixou-o.»

O advogado inspirou bruscamente.

Arien ficou imóvel.

Nerai prosseguiu:

«Isto não foi uma guerra contra os aurelianos. Foi a ferida de um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertencia.»

«Não sabe nada da nossa relação.»

«Sei que ela disse que não.»

«Deixou-me por ele.»

«Ela não era um objeto que passasse das suas mãos para as de Jesair.»

«Ele deu-lhe uma história em que ela podia ser mais do que era.»

«E o senhor deu-lhe um mundo em que ela havia de morrer.»

Arien levantou-se.

O sistema de segurança ordenou-lhe imediatamente que se sentasse.

Nerai fitou-o.

«Sente-se.»

«Não vim falar de Mareia.»

«Por que quis então falar comigo?»

Arien ficou de pé.

Depois sentou-se devagar.

«Porque só a senhora sabe que eu não teria conseguido sozinho.»

Nerai não respondeu.

Arien apontou para o mapa.

«O vosso planeta imagina agora que encontrou um monstro. Um homem que, sozinho, enganou bancos, cientistas, laboratórios, governos e inteligências artificiais.»

«Ninguém diz que os tenha enganado.»

«Não?»

«A maioria não sabia em que estava a trabalhar.»

«E por que não sabia?»

Nerai calou-se.

«Porque não queria saber», disse Arien. «Cada um tinha a sua consciência sossegada. Os investigadores, os banqueiros, os benfeitores, os políticos. Para todos havia uma explicação que lhes bastava. Cada um via precisamente o que precisava de ver para poder continuar.»

«O senhor criou essa cegueira.»

«Não. Servi-me dela.»

«Com a ajuda de Kael Thorne.»

Pela primeira vez, Arien não respondeu de imediato.

«Kael abriu-me os caminhos do dinheiro», disse por fim.

«Sabia para quê?»

«Sabia o suficiente.»

«Sabia qual era o objetivo biológico?»

«Sabia que o objetivo era uma crise.»

«Sabia de que dimensão?»

«Não.»

«Porque o ajudou?»

Arien sorriu sem alegria.

«Porque Jesair propunha um mundo onde Kael não poderia continuar a existir como existira até aí.»

Nerai abriu a gravação do fórum de Nitra.

Jesair falava da necessidade de tornar visível o poder financeiro.

Dos proprietários efetivos.

Da obrigação de deixar rasto sempre que alguém consultasse dados.

Kael estava sentado na plateia.

«Queria impedir a transparência», disse Nerai.

«Queria adiá-la. Travá-la. Desacreditá-la. Queria um conflito que mostrasse que um mundo aberto é perigoso.»

«E o senhor deu-lhe o Terço.»

«Ele deu-me dinheiro.»

«Onde está?»

«Não sei.»

«Está a mentir.»

«Kael deixou de confiar em mim ainda antes da primeira febre.»

«Tentou travar o projeto.»

«Tarde de mais.»

«Porquê?»

Arien olhou para os rostos no mapa das provas.

«Porque percebeu que tinha aberto caminho a alguém que não se detinha onde ele se deteria.»

«E o senhor tinha limites?»

«Julgava que sim.»

Arien olhou para a taça azul-escura. No bordo, ainda lá estava a pequena esfoladela, que nem através do ecrã lhe passava despercebida.
Agora conta-me como foi de verdade.

A voz da mãe chegou-lhe com tamanha nitidez que teve de baixar os olhos. Era o que ela lhe perguntava em criança quando ele procurava esconder uma asneira atrás de uma explicação impecavelmente construída.
«Em criança, perdi a minha mãe num acidente de viação», disse. «Só havia um transporte com cuidados intensivos. A equipa de socorro levou uma criança de olhos aurelianos.»
O advogado voltou-se para ele, mas Arien prosseguiu.

«O meu pai pediu os registos todos. Disse-me que a equipa de socorro tinha procedido corretamente. A criança sobreviveu.»
«E a sua mãe?», perguntou Nerai.

«Morreu a caminho do hospital.»

Arien tocou na beira da mesa.

«Antes de levarem o rapaz, foi ela própria quem pediu que o levassem.»

Havia décadas que não dizia aquela frase em voz alta.

Nerai conhecia outro documento que trazia o nome dele. Abriu a antiga proposta de transportes de reserva e virou o registo para Arien. «Depois desse acidente, o senhor conseguiu que os socorristas não tivessem de escolher tantas vezes entre dois feridos.»
Arien olhava para o número de sobreviventes. «Nessa altura ainda acreditava que bastava mudar uma regra.»

Nerai fechou o registo. As pessoas que ele ajudara continuavam vivas. E ele continuava a responder pelas pessoas que figuravam no mapa das provas.

«O que queria mudar?», perguntou Nerai.

Não levantou a voz. Sob as suas palavras, porém, Arien voltou a ouvir a pergunta da mãe.

«Queria que ao menos uma vez o círculo de ouro não valesse a ninguém», disse. «Que Jesair perdesse. Que Mareia visse que se enganara a respeito dele. Que fosse outra pessoa a ficar à espera diante de uma porta que não se abre.»

O advogado pousou a palma da mão sobre a mesa. Arien não olhou para ele.

«Naquele dia, a equipa de socorro teve de decidir qual dos dois feridos ainda ia a tempo de salvar», disse Nerai. «O senhor pôs pessoas em perigo por causa da sua ascendência. Até crianças.»

Arien abriu a boca. Nenhuma das frases de que se servira durante anos lhe servia de resposta.

Via a mão da mãe e o rapaz do outro lado do vidro. Naquele dia tinham tentado salvar um filho alheio. Ao rapaz da fotografia, fora ele que o pusera em perigo.

Odiara durante tanto tempo aquele «Procederam corretamente» do pai que criara um sistema em que todos, menos ele, podiam dizer a frase. Ele sabia a que desfecho conduzia o trabalho dos outros.

Fez-se silêncio por um momento.

Nerai olhou para ele.

Não tinha diante de si um monstro dos contos.

Tinha diante de si um homem.

Era pior.

Um monstro está de fora da humanidade.

Um homem mostra o que pode nascer no seu seio.

«Onde está Kael?», repetiu.

«Em Thaeron.»

«Onde?»

«Se soubesse, entregava-lho.»

«Porquê?»

Arien recostou-se.

«Porque eu é que hei de carregar os nomes dos mortos. E ele há de continuar a falar de liberdade.»

O interrogatório prolongou-se por mais seis horas.

Arien admitiu ter reunido os projetos.

Não admitiu ter libertado a doença.

Afirmou que perdera o controlo sobre os últimos acontecimentos e que não sabia exatamente quando nem onde tudo começara.
Ainda assim, entregou aos investigadores códigos, nomes de intermediários e elementos da estrutura financeira.

Não por remorso.

Por necessidade de repartir a culpa.

Quando a ligação estava prestes a terminar, Arien olhou uma vez mais para Nerai.

«Que farão depois de me condenarem?»

«Havemos de continuar.»

«Em que direção?»

«Até chegarmos a quem lhe abriu caminho.»

«E depois?»

«Ao sistema que o ocultou.»

Arien sorriu ao de leve.

«Então, no fim, vão fazer precisamente o que Kael temia.»

«Não por causa dele.»

«Por causa de Jesair?»

Nerai olhou para a taça azul-escura.

«Por causa daqueles que já não podem ver o que aconteceu ao seu mundo.»

A ligação terminou.

Arien ficou só na sala branca.

Nerai abriu um novo documento.

Seria um relatório preliminar sobre as causas do Terço.

Na primeira linha escreveu:

De Arien Korveth partiu a intenção.

Depois deteve-se.

Na segunda:

Kael Thorne abriu-lhe caminhos financeiros e políticos.

Na terceira:

As instituições de Elarion fizeram com que ninguém, salvo os responsáveis pelo crime, visse todas as partes ao mesmo tempo.

Releu as frases.

Arien.

Kael.

O sistema.

Culpa individual.

Cumplicidade.

Cegueira de uma civilização.

Se omitisse as duas primeiras, os criminosos esconder-se-iam atrás da sociedade.

Se omitisse a terceira, a sociedade condenaria os criminosos e manteria as condições para que outros lhes seguissem o exemplo.

Nerai guardou o documento.

Deu-lhe o título:

Não foi só Arien.

37. Não foi só Arien

O relatório preliminar foi publicado no dia em que, pela primeira vez desde o Terço, Elarion registou mais nascimentos do que mortes.
Os meios de comunicação escolheram a confissão de Arien.

O público, o nome de Kael.

Os bancos, as falhas jurídicas.

Os Estados, as jurisdições alheias.

Cada qual encontrou no relatório a parte que apontava para outra pessoa.

Therinith declarou que não infringira lei alguma.

Era verdade.

Os seus registos tinham protegido os proprietários em estrita conformidade com as regras aprovadas.

Os bancos anunciaram que todos os pagamentos tinham passado pelos controlos.

Também era verdade.

A documentação parecia em ordem à luz da lei local.
As fundações afirmaram que desconheciam o objetivo último dos projetos que tinham financiado.

Na maioria dos casos, era verdade.

Os laboratórios declararam que se tinham debruçado sobre questões científicas legítimas.

Verdade.

Os juristas disseram que tinham analisado casos hipotéticos.

Verdade.

As seguradoras tinham avaliado riscos.

Verdade.

As transportadoras tinham feito reservas.

Verdade.

Os partidos políticos tinham aceitado donativos permitidos por lei.

Verdade.

Quase tudo era verdade.

E fora precisamente isso que tornara possível uma mentira tão grande.

Nerai tomou a palavra diante da comissão planetária de inquérito.

Atrás de si via-se o mapa do esqueleto financeiro do Terço.

«Não encontrámos um tesouro secreto», disse. «Nem um pagamento com uma nota a dizer que se destinava a financiar a catástrofe. Nem uma única instituição que conhecesse o plano inteiro.»

Apontou para as linhas que se ramificavam.

«Encontrámos algo mais perigoso. Um sistema em que cada um podia dizer a verdade acerca da sua pequena parte e, ao mesmo tempo, ajudar a construir a mentira do todo.»

Na sala estavam representantes dos quarenta Estados.

Atrás deles, as famílias enlutadas.

Na primeira fila sobravam alguns lugares vazios.

Deviam ter sido ocupados pelos representantes dos conselhos das linhagens aurelianas.

Em grande medida, já não restava quem os representasse.

«Arien Korveth responde pela intenção, pela coordenação e por se ter servido deliberadamente das instituições para levar o ataque a cabo», prosseguiu Nerai. «Kael Thorne criou a infraestrutura financeira e política que tornou o ataque possível. Outras pessoas tomaram decisões sabendo mais do que hoje admitem.»

Na imagem apareceram os fundos, os donativos aos partidos e as ligações da Vesta aos seus proprietários.

«Mas, se a nossa única conclusão for que houve gente má que se aproveitou de um bom sistema, então não aprendemos nada com o Terço.»

Um murmúrio de inquietação percorreu a sala.

«O sistema não era bom. Sofria de uma cegueira que se tornara um negócio.»

Ampliou as jurisdições insulares.

«Os Estados vendiam segredo. Os bancos vendiam a garantia de que cada coisa ficaria no seu compartimento. Os fundos vendiam o direito de ser dono sem dar o nome. A contabilidade vendia a possibilidade de fazer nascer o lucro longe de onde se criava o valor. As regras da política vendiam influência de origem invisível.»

O representante de Therinith pediu a palavra.

«Está a dizer que o direito à privacidade é um negócio ao serviço do crime.»

«Não», respondeu Nerai. «Digo que a proteção da privacidade se tornou um negócio ao serviço do poder.»

«Os nossos clientes não foram condenados.»

«Porque não sabíamos os seus nomes.»

«Isso não é prova de culpa.»

«Não. É a prova de que nem sequer éramos capazes de averiguar se havia culpa.»

«Todos os cidadãos têm o direito de proteger o seu património de um Estado estrangeiro.»

«E todos os cidadãos têm o direito de saber quem usa o seu património para financiar a política, a quem pertence o hospital que os trata ou quem paga a investigação que põe em risco a vida deles.»

O representante recostou-se.

«Quem vai traçar a fronteira?»

«É precisamente essa a questão que caberá à Convenção resolver.»

A palavra foi pronunciada em público pela primeira vez.

Uma Convenção de todo o planeta depois do Terço.

O âmbito da Convenção Planetária iria além de uma reunião extraordinária de governos.

Também não se limitaria a uma conferência económica.

Caber-lhe-ia examinar os próprios fundamentos da vida em Elarion.

A União deu o seu apoio à proposta.

Seguiu-se a maioria dos Estados selenitas.

E alguns dos conselhos aurelianos que ainda existiam.

Os governos veyranos dividiram-se.

Alguns apoiavam a reforma. Também gente sua morrera no Terço. Também eles tinham perdido famílias, cidades e futuro.

Outros diziam que a investigação se transformava num julgamento coletivo dos veyranos.

Em Thaeron surgiram os primeiros movimentos de oposição à transparência planetária.

Os seus dirigentes diziam:

O Terço não pode servir de pretexto para criar um governo único.

O crime de Arien não pode privar da sua intimidade milhares de milhões de inocentes.

A moeda comum pode tornar-se uma coleira.

Com o dinheiro à vista, bastará uma única interdição para o governo destruir qualquer opositor.

Grande parte destes argumentos tinha fundamento.

Era por isso mesmo que eram mais perigosos do que simples mentiras.

Entre os porta-vozes do novo movimento de Thaeron surgiu um homem cujo nome o público desconhecia.

Só dava a ouvir a voz.

Afirmava que Elarion precisava de duas vias para a sua civilização.

Uma aberta.

A outra livre.

Nerai ouviu o primeiro discurso.

Ao fim de três frases sabia quem falava.

Kael Thorne.

Mudara o tom de voz.

Falava mais devagar.

Usava outro nome.

Mas a maneira de separar o poder da responsabilidade era a mesma.

«Consegues provar que é ele?», perguntou Saira.

«Não.»

«E uma análise da voz?»

«Uma probabilidade não é uma prova.»

«Arien diz que ele está em Thaeron.»

«Arien diz muita coisa.»

«Devemos pedir que o detenham?»

Nerai fechou a transmissão.

«Primeiro temos de saber exatamente porquê.»

«Ajudou a financiar o Terço.»

«Temos provas do percurso do dinheiro. Sabemos que tentou travar a fase final. Falta-nos provar que tinha noção da escala.»

«Foi ele que abriu a porta.»

«Sim.»

«E agora fala de liberdade.»

«Mesmo um culpado pode levantar uma objeção verdadeira.»

Saira olhou para ela.

«Até pareces o Jesair a falar.»

«Não.»

Nerai reabriu a gravação.

«Ele tê-lo-ia dito melhor.»

A Convenção foi convocada para o dia em que se cumpria um ano sobre a hora em que o número de mortos atingira os três mil milhões.

Escolheu-se Nitra.

A mesma sala onde Jesair dissera, anos antes, que o valor não devia caminhar na sombra.

Diante do edifício ergueram um muro de nomes.

Não de todos.

Era impossível inscrever três mil milhões de nomes num único lugar.

Por isso, o muro mostrava, a cada dia, outra parte da lista.

Passariam anos até que voltassem a aparecer os mesmos nomes.

No dia da abertura da Convenção, brilhavam na sua superfície nomes de gente de Auriola.

Entre eles:

Jesair Davion.

Mareia Lioren.

Nerai chegou antes de o sol nascer.

Pousou a taça azul-escura diante do muro.

Não a deixou lá.

Passado um momento, tornou a pegar-lhe.

Há coisas que não pertencem aos memoriais.

Pertencem aos vivos, que ainda têm a sua história para acabar de contar.

38. A Convenção depois do Terço

Antes de entrar na sala, Nerai ouviu um excerto do noticiário da manhã. Uma mulher que, depois do Terço, abrira uma cozinha comunitária queria saber quem teria o poder de fiscalizar o dinheiro comum. O dono de uma pequena oficina receava que o novo sistema pudesse ver até os pagamentos dos seus clientes. Ambos tinham perdido entes queridos. Ainda assim, a proposta dividia-os.

«Hoje também se vai decidir onde passa a fronteira entre o poder público e a vida privada», disse a apresentadora. «Para muitos, essa fronteira continua por definir.»

Nerai desligou a emissão e entrou. A objeção do mecânico figurava também nos seus próprios apontamentos.

Na sala, um terço dos lugares ficou vazio.

Não era um cálculo exato a partir do número de delegados que tinham morrido.

Fora uma decisão dos organizadores.

De três em três filas, uma ficara interdita.

Os assentos não tinham nomes.

Apenas uma fina linha de luz.

Quando os delegados se sentaram, as filas vazias separavam os vivos como o Terço separara as famílias, as cidades e a própria história.

Ninguém podia olhar para o palco sem ver um lugar onde alguém faltava.

A Convenção não tinha um presidente único.

Dirigia-a um conselho de representantes dos Estados, das assembleias de cidadãos, das instituições especializadas, dos conselhos de linhagem e de Thaeron.

Também isso fora um compromisso.

Ninguém queria que a assembleia encarregada de limitar o poder fosse dirigida por uma só pessoa.

Nerai não tomava a palavra como política.

Não se candidatara a nenhum cargo.

Não representava nenhum Estado.

Apresentava-se perante a Convenção como responsável pelo inquérito às origens financeiras do Terço.

Por cima dela apareceu o seu nome.

Nerai Sael.

Autoridade Interestatal para a Integridade Financeira e os Riscos Sistémicos.

Declaração de interesses: integral.

Olhou para as filas vazias.

Depois começou.

«Há um ano demos um nome à catástrofe.»

Nas paredes apareceu um número.

Três mil cento e vinte e quatro milhões.

«Chamámos-lhe o Terço, porque a mente humana precisa de uma palavra só quando não pode carregar milhares de milhões de nomes.»
O número desapareceu.

No seu lugar surgiram rostos.

Crianças.

Mulheres.

Homens.

Dos três ramos.

«Hoje não vou falar do que perdemos. Nunca chegaríamos ao fim. Vou falar do que a morte deles nos revelou.»
Na imagem apareceu o esqueleto financeiro.

«A primeira razão por que precisamos de mudar o nosso dinheiro é a pandemia.»

Na sala, algumas pessoas mexeram-se nos lugares.

Algumas esperavam um discurso sobre a saúde.

Nerai prosseguiu:

«Não houve um pagamento único que financiasse o Terço. Se tivesse havido, alguém teria dado por ele. Houve dinheiro que atravessou o mundo das nossas trinta moedas. Houve instituições dispostas a recebê-lo. E houve responsáveis cujo nome ninguém conhecia.»

As várias partes do mapa foram-se iluminando.

«A inteligência artificial, os laboratórios, as seguradoras e as transportadoras conheciam o seu próprio trabalho. Quem estava nos bancos e nos governos também só via o que tinha à sua frente. Ninguém respondeu pela consequência.»

O mapa recompôs-se num todo.

«Um homem pode trazer o ódio. Mas é a civilização que lhe abre, ou lhe fecha, o caminho.»

Nerai fez uma pausa.

«Nós abrimos-lho.»

A sala estava em silêncio.

«Se não virmos o dinheiro antes do crime, só veremos os corpos depois.»

Na imagem apareceram as categorias que, segundo a nova proposta, ficariam sujeitas a supervisão sistémica automática.

Riscos biológicos e genéticos.

Capacidade computacional em grande escala.

Laboratórios estratégicos.

Dados de saúde.

Financiamento político.

Sistemas de armamento.

Infraestruturas críticas.

«Não peço um sistema que leia pensamentos», disse Nerai. «Não é capaz disso nem pode arrogar-se essa capacidade. Peço um sistema que dê pelo momento em que o dinheiro, a tecnologia, os dados, os laboratórios e o poder político começam, juntos, a desenhar os contornos de uma ameaça.»

O representante de um Estado veyrano pediu a palavra.

«E quem decide que contornos tem uma ameaça?»

«Haverá regras públicas.»

«Definidas por quem?»

«Por um conselho independente, instituído pela Convenção e sujeito a fiscalização cívica, técnica e judicial.»

«Mais uma instituição planetária, portanto.»

«Sim.»

«E se se enganar?»

«Será possível recorrer das suas decisões.»

«E se passar a ser um instrumento do governo?»

«Por isso mesmo é que não pode pertencer a um só governo.»

O homem continuou de pé.

«Isso é apenas transferir a centralização para um escalão mais alto.»

«Não», respondeu Nerai. «O que tem de estar centralizado é a visão de um problema comum. A decisão e a fiscalização têm de ser repartidas.»

«É uma contradição.»

«Não. Um mapa único não tem de ter um único dono.»

O homem sentou-se.

Nerai abriu a segunda parte.

«A segunda razão é a automatização.»

Nas paredes apareceram os dados da produção depois do Terço.

Número de trabalhadores.

Capacidade produtiva.

Consumo.

Decisões automatizadas.

«O Terço obrigou-nos a fazer em meses o que adiávamos havia décadas. As máquinas tomaram a seu cargo a produção, os transportes, a gestão da energia, a contabilidade, a manutenção e parte dos cuidados de saúde. Não por desejarmos um mundo sem trabalho. Porque faltavam pessoas.»

A curva da produção voltou a ultrapassar o nível anterior ao Terço.

«Depois descobrimos que a produção pode crescer mesmo quando o número de empregos não aumenta.»

Apareceu uma frase que Jesair pronunciara em Nitra:

O subsídio é aquilo que o poder dá do alto. A parte que cabe a cada um é aquilo que já lhe pertence pelo simples facto de integrar uma civilização.

Nerai ficou um momento a olhar para a frase.

«O rendimento básico incondicional não pode ser um prémio por já não fazermos falta. Também não pode ser uma graça do Estado a quem as máquinas tiraram o trabalho. Tem de ser a nossa quota-parte numa civilização construída com conhecimento, dados, infraestruturas e recursos que nenhum dos atuais proprietários criou sozinho.»

Ouviram-se na sala as primeiras manifestações de acordo.

«Para que essa parte seja justa, temos de saber que valor criam as máquinas, a quem pertence, onde nasce o lucro e para onde vai. Um RBI sem transparência é um subsídio que o poder pode calcular à medida das suas conveniências. Uma quota de base transparente é um direito cujo cálculo o cidadão pode verificar.»

Nerai abriu a terceira parte.

«A terceira razão é a corrupção.»

Nas paredes apareceram contratos públicos.

Módulos hospitalares adquiridos a preços inflacionados.

Contratos de transporte.

Projetos energéticos.

Subsídios a fundos cujos proprietários financiavam partidos políticos.

«Corrupção. Clientelismo. Compra de influência. Desvio de fundos públicos. Financiamento político oculto. Manobras patrimoniais. Paraísos fiscais. Bolsas que passavam por um bem público e serviam poderes privados. Transferências contabilísticas de moeda em moeda, de ilha em ilha, passando por fundações e entrepostos extraplanetários.»

Os exemplos iam-se ligando uns aos outros.

«Tudo isso prosperava no escuro. E habituámo-nos a tal ponto à escuridão que começámos a achá-la normal.»

Deixou de falar por um momento.

«O Terço mostrou o preço dessa normalidade.»

Levantou-se a representante de um dos Estados insulares.

«Segundo a sua proposta, todos os fluxos financeiros serão públicos?»

«Não.»

«Quem decide quais hão de ser públicos?»

«O alcance da influência que exercem é que o determinará.»

«Não é uma fronteira precisa.»

«A lei traçará a fronteira exata. Um pequeno pagamento pessoal continuará a ser privado. A propriedade de uma rede de hospitais, não.»

«E uma oferta?»

«Uma oferta pessoal de valor razoável continuará a ser privada. Um donativo a um partido político, não.»

«Um investimento?»

«Um investimento que não confira ao investidor um poder significativo sobre a vida dos outros não precisa de estar à vista de toda a gente. Mas quem o fiscaliza tem de poder saber que existe.»

«Portanto, o Estado vai saber tudo.»

«Não.»

«Quem saberá, então?»

«As diferentes camadas do sistema conhecerão partes diferentes. Ninguém poderá ver a vida inteira de uma pessoa sem fundamento legal. Cada ligação entre camadas deixará rasto.»

A mulher franziu o sobrolho.

«Foi precisamente assim que descreveu o sistema anterior ao Terço.»

«Não. Antes do Terço, as diferentes camadas protegiam os dados de tal maneira que não conseguíamos saber quem financiava uma catástrofe. O novo sistema tem de proteger as pessoas sem proteger o poder invisível.»

Nerai abriu a quarta parte.

«A quarta razão é o funcionamento dos Estados.»

Apareceram os défices orçamentais.

Em quase todos os últimos trinta anos, a maioria dos Estados de Elarion gastara mais do que arrecadara.

As dívidas cresciam mesmo em períodos de expansão económica.

Os políticos prometiam poupanças.

Depois aumentavam os impostos.

«Os nossos Estados não eram pobres», disse Nerai. «Saíam caros.»

Na imagem apareceram os preços de equipamentos médicos idênticos adquiridos por vários Estados.

As diferenças atingiam várias centenas por cento.

«A ineficiência escondia-se em orçamentos que os cidadãos não conseguiam comparar. Uma instituição pública dizia que pagara o preço de mercado. Só que no Estado vizinho o mercado vendia o mesmo artigo por metade.»
Apareceu uma rede de fornecedores ligados entre si.

«Quando todos os pagamentos públicos estão à vista, uma má decisão não fica enterrada num relatório final. É visível enquanto ainda há tempo de a travar.»
Um dos ministros da União objetou:

«O público pode interpretar mal aquisições complexas. O preço mais baixo nem sempre é o melhor.»

«Por isso é que têm de ser visíveis também a justificação, a qualidade e o resultado», respondeu Nerai. «Transparência não significa que cada cidadão decide a compra de cada válvula. Significa que um ministro não pode alegar que a válvula mais cara era melhor se, ao fim de um ano, ela se desfaz e o fornecedor financiava o partido do ministro.»
Ouviram-se risos nervosos na sala.

O ministro sentou-se.

«Tornar imediatamente visíveis as más medidas, cobrar a quase totalidade dos impostos e eliminar os conflitos de interesses ocultos pode transformar défices crónicos em excedentes. Não de um dia para o outro. Primeiro travamos as fugas. Depois, o desperdício. A seguir, baixamos os impostos. Só então virá o crescimento.»
Abriu a quinta parte.

«A quinta razão são os impostos.»

Na imagem apareceu a espiral fiscal.

Taxas mais altas.

Mais fuga ao fisco.

Uma base tributável mais estreita.

Novo aumento das taxas.

«Os grandes Estados aumentavam os impostos porque parte do valor era transferida para pequenos Estados onde não fora criada. Quanto mais altos eram os impostos, mais compensava fugir-lhes. Quanto mais pessoas lhes fugiam, mais pagavam as que ficavam.»
Apareceu um mapa dos paraísos fiscais insulares.

«Esses Estados não criaram a maior parte do valor que declaravam. Criaram um lugar jurídico onde o valor obtinha um imposto mais baixo e perdia o nome do dono.»
O representante de Therinith levantou-se.

«Os nossos serviços eram legais.»

«Sim.»

«Os clientes exerciam os direitos que os tratados lhes conferiam.»

«Sim.»

«Então chama-lhes culpados por se terem comportado de forma racional.»

«Não. Digo que criámos um sistema em que prejudicar a sociedade era uma escolha racional.»

O homem fez uma pausa.

«Quer acabar com a concorrência fiscal.»

«Quero acabar com a possibilidade de se alegar que um lucro foi gerado numa ilha onde não há máquinas, empregados nem clientes.»
«O capital irá para Thaeron.»

«Nesse caso, terá de ficar à vista a quem pertence, onde foi gerado e de que recursos se serve.»

«Thaeron não é obrigado a aceitar as suas regras.»

«Não.»

«E nesse caso?»

«Nesse caso, haverá dois espaços económicos. Um onde o grande poder deixa um rasto visível. E outro onde não o deixa.»
«As pessoas escolherão a liberdade.»

«Talvez.»

Nerai olhou para ele.

«Mas então já saberão o que estão a escolher.»

Abriu a sexta parte.

Por cima da Convenção apareceram os símbolos de trinta moedas.

«A sexta razão é a fragmentação monetária.»

Daren Voltr mexeu-se ligeiramente.

Nerai prosseguiu:

«Antes do Terço dizíamos que as trinta moedas permitiam aos Estados responder às condições locais. Era verdade. Mas também permitiam trinta maneiras de alterar o valor das poupanças, esconder o lucro, transferir dívidas e separar o preço de quem o paga.»

Apareceram os custos das conversões.

A cobertura do risco cambial.

Os atrasos.

As reservas de capital.

As contabilidades duplas e triplas.

«As empresas mantinham departamentos inteiros para proteger o comércio das moedas que deviam facilitá-lo. Numa transação internacional, uma pequena empresa pagava mais do que um grande consórcio por não ter acesso às mesmas taxas de câmbio nem aos mesmos instrumentos.»

Na imagem apareceu o elar.

«O elar nasceu da pandemia. Não nasceu de um projeto político. Nasceu da necessidade de comprar filtros, medicamentos e comida num momento em que os velhos sistemas não conseguiam transferir valor com a rapidez necessária.»

Nerai mostrou os dados públicos das reservas da Ponte.

«A sua vantagem não era só ser uma moeda comum. As pessoas viam o que lhe dava cobertura, as comissões, a taxa de câmbio, o percurso do pagamento e quem quer que o detivesse.»

Daren Voltr pediu a palavra.

«O elar continua a ter as antigas moedas por garantia.»

«Sim.»

«Se as abolirem, que garantia terá?»

«A produção, a receita fiscal, a capacidade energética e o património do sistema comum.»

«Ou seja, a confiança nas instituições planetárias.»

«Qualquer moeda assenta na confiança numa instituição.»

«A diferença é que hoje um cidadão pode prescindir de uma moeda e escolher outra.»

«A maioria dos cidadãos não tem património que possa transferir de uma moeda para outra. A liberdade de escolha monetária era sobretudo a liberdade de quem tinha meios bastantes para escapar às consequências das decisões do seu próprio Estado.»
Voltr levantou-se.

«E, ainda assim, era um contrapeso. Uma moeda única pode ser usada contra toda a gente no planeta ao mesmo tempo.»
«Sim.»

A resposta surpreendeu até o próprio Voltr.

Nerai prosseguiu:

«Uma moeda única pode ser o alicerce da prosperidade. Mas também da tirania mais perfeita que já criámos.»
Fez-se um silêncio absoluto na sala.

«Por isso não basta que o dinheiro do cidadão seja visível. O poder sobre o dinheiro tem de ser visível.»

Na imagem apareceu o esquema da supervisão.

Camada operacional.

Camada de fiscalização.

Camada judicial.

Auditoria cívica.

Cadeia pública de verificação.

«A entidade que gere a moeda não poderá decidir sozinha quem fiscaliza. A entidade fiscalizadora não poderá alterar os registos por sua conta. Um tribunal não poderá consultar dados sem que fique registado o fundamento legal. E nenhuma destas instituições poderá apagar o rasto dos seus atos.»
Voltr observava o esquema.

«E um criminoso?», perguntou. «Também ele saberá que foi fiscalizado?»

«Sim.»

«A tempo de esconder outras provas?»

«Saberá que a fiscalização teve lugar. Não terá necessariamente acesso, no mesmo instante, a todas as conclusões da investigação em curso. Mas o registo de acesso não poderá permanecer secreto para sempre nem ser apagado.»
«Nisso afasta-se da proposta de Jesair.»

«Não. Jesair disse que até um criminoso deve poder ver quem o observou. Não disse que uma investigação tem de anunciar antecipadamente cada passo que dá.»
Voltr continuou de pé.

«E quem impedirá o sistema de criar uma porta secreta que não deixe registo?»

«A sua arquitetura técnica.»

Nas paredes apareceu o fluxo de dados.

«Cada consulta de um dado protegido gera um registo assinado. Desse registo obtém-se uma impressão digital criptográfica. De poucos em poucos minutos, as impressões digitais de todas as alterações e consultas relevantes são enviadas para uma cadeia de verificação distribuída.»
«Uma blockchain», disse alguém nas últimas filas.

«Sim», respondeu Nerai. «Mas não substitui a verdade. Um hash não prova que o dado original era verdadeiro. Prova que ninguém o alterou depois às escondidas. A veracidade tem de ser assegurada pela assinatura da fonte, pela verificação cruzada e pela auditoria.»
Voltr voltou a sentar-se.

Nerai olhou para a Convenção.

«As tecnologias de vigilância continuarão a aperfeiçoar-se, seja o que for que aprovarmos hoje. Podemos fingir que as proibimos e deixar que sejam usadas em segredo. Ou podemos garantir que cada olho que observa o cidadão seja também ele visível.»
Apareceu uma última frase:

O direito de ver tem de trazer consigo o dever de ser visto.

Foi então que a ligação da Convenção sofreu uma interrupção.

Não toda ela.

Só uma das transmissões.

Nas paredes apareceu o emblema do movimento de Thaeron.

Depois, uma voz.

A voz de Kael.

«Descreve uma jaula de vidro», disse. «Todos verão as grades e a senhora chamar-lhe-á liberdade.»

Os sistemas de segurança tentaram cortar a transmissão.

Nerai ergueu a mão.

«Deixem-no falar.»

Ouviu-se um rumor de inquietação na sala.

Kael prosseguiu:

«Uma moeda. Uma estrutura fiscal. Um mapa financeiro. Uma inteligência planetária que decide o que constitui um risco. Diz que vai repartir o poder por conselhos, tribunais e auditores cívicos. Mas todos irão usar o mesmo sistema.»

Nerai olhou diretamente para a câmara.

«Kael Thorne.»

A voz calou-se por um instante.

Depois riu.

«Não tem provas.»

«Não.»

«E mesmo assim diz o meu nome em público.»

«Dei um nome à voz.»

«É assim que será o seu mundo transparente? Uma analista pronuncia um nome e a multidão trata do resto?»

«Não. Por isso não o condeno. Estou a fazer-lhe uma pergunta.»

«Que pergunta?»

«Quanto sabia?»

Na sala nem o mais leve movimento se ouvia.

Kael demorou um momento a responder.

«O bastante para saber hoje que devia ter feito mais para o impedir.»

«Isso não é resposta.»

«É a única que terá.»

«Ajudou Arien a encontrar os meios financeiros.»

«Ajudei muita gente a encontrar meios financeiros.»

«Por que o ajudou a ele?»

«Porque tinha medo do mundo que o seu irmão propunha.»

«E agora tem mais medo?»

«Agora tenho a prova de que tinha razão em ter medo.»

Nerai fitou a imagem vazia de onde vinha a voz.

«Considera o Terço um argumento contra a transparência?»

«Considero-o um argumento contra a concentração do poder. Arien serviu-se do saber científico, do dinheiro e das máquinas. A senhora quer reunir os três numa só camada planetária.»

«E pôr à vista as ligações entre eles.»

«Torná-las visíveis não impedirá o abuso.»

«Não.»

«O que o impedirá, então?»

«O facto de o abuso não ficar só entre as mãos de quem detém o sistema.»

Kael riu-se.

«Isso é fé.»

«É.»

A resposta percorreu a sala como um embate silencioso.

«Qualquer ordem social assenta na fé de que as pessoas respeitarão as regras pelo menos algumas vezes. A diferença está em saber se podem esconder a sua violação.»

«Nós, em Thaeron, não aceitaremos as vossas regras.»

«É um direito vosso.»

«Deixam-nos partir, então?»

«Desde que não financiem a violência, não levem património que não vos pertence nem escondam os rendimentos da nossa infraestrutura comum.»

«Liberdade condicional, portanto.»

«Toda a liberdade acaba onde começa a conta que outra pessoa terá de pagar.»

A voz de Kael calou-se.

Depois disse:

«Um dia os cidadãos terão mais medo do vosso sistema do que das pessoas de quem ele os devia proteger.»

«Talvez.»

«E então?»

«Então terão de ter o poder de o mudar.»

«No seio de uma moeda única?»

«No quadro de uma ordem constitucional pública.»

«Ou seja, num Estado único.»

Nerai calou-se.

Era por aquela frase que a Convenção esperava.

Uns com esperança.

Outros com medo.

«O que proponho hoje não é um Estado único», disse ela. «Proponho que todos possam ver os problemas que têm em comum e que o poder comum esteja sujeito ao controlo de todos.»

«É o começo de um Estado único.»

«Talvez.»

«Então diga-o.»

Nerai olhou para as quarenta delegações.

Para as filas vazias.

Para o lugar onde, em tempos, se sentara Jesair.

«Se um dia Elarion se tornar um só Estado, que não seja por alguém o ter conquistado. Nem por uma moeda ter vencido as outras. Que seja porque as pessoas compreenderam que as suas vidas têm entre si, há muito, mais em comum do que os seus governos.»

Kael não respondeu.

A ligação foi cortada.

Desta vez, foi ele próprio a terminá-la.

A Convenção prosseguiu os seus trabalhos por mais vinte e três dias.

Não aprovou tudo quanto Nerai propusera.

A quota de base foi confirmada, mas o seu montante continuaria a ser determinado pelo custo de vida regional.

A Ponte deixaria de ser uma empresa privada e passaria a pertencer a uma fundação pública planetária.

O elar tornou-se a unidade de compensação legal para os impostos interestatais, os pagamentos públicos, a quota de base e o comércio com Thaeron.

As antigas moedas não desapareceram.

Por enquanto.

A Convenção aprovou o princípio segundo o qual teria de ser visível o proprietário efetivo de cada sociedade, fundo ou fundação com influência económica ou política significativa.

Qualquer consulta de dados financeiros protegidos teria de deixar um rasto indelével.

Qualquer derrogação teria de ter um autor, um fundamento legal e um prazo de validade.

Qualquer regra automática de avaliação de risco teria de poder ser examinada publicamente.

A Convenção criou uma comissão constitucional planetária.

Não um governo.

Ainda não.

Quando Nerai saiu da última sessão, Daren Voltr esperava-a à porta.

«Ganhou», disse.

«Não.»

«O elar passou a ser uma unidade legal.»

«Uma entre várias.»

«A Ponte já não pertence a um grupo privado.»

«Era inevitável.»

«Uma estrutura fiscal planetária.»

«Com limites.»

Voltr olhou para ela.

«Sabe o que a torna mais perigosa?»

«Não.»

«Descreve cada passo como mais pequeno do que na verdade é.»

Nerai olhou para o muro de nomes diante do edifício.

«E o senhor descreve cada passo como se fosse o último.»

«Porque sei aonde eles vão dar.»

«Aonde?»

Voltr apontou para Nitra.

«À capital do planeta.»

Nerai deixou o olhar demorar-se no rio.

«Talvez um planeta precise de um lugar onde tenha de olhar para si mesmo.»

39. Um só elar

As antigas moedas não desapareceram por votação.

Foi o uso que lhes pôs fim.

Os primeiros a deixar de as aceitar foram os grandes fornecedores que operavam entre Estados.

Não por a Convenção as ter proibido.

O elar era mais simples.

Um preço.

Uma liquidação.

Uma comissão à vista.

Sem cobertura cambial.

Sem dois dias de espera.

Sem a dúvida de quanto valor se perderia entre quem pagava e quem recebia.

Depois começaram a pedir o elar os trabalhadores ao serviço de empresas presentes em vários Estados.

Não queriam ver o valor do salário mudar por decisão do governo de um país onde nem sequer viviam.

Os comerciantes afixavam os preços em duas moedas.

Mais tarde, já só em elares.

As moedas locais continuavam nas contas, nas leis e nos contratos antigos.

Na vida de todos os dias, porém, começavam a lembrar línguas em que ainda se escreviam os ritos, mas em que já ninguém pedia pão.

As duas últimas grandes moedas renunciaram ao câmbio próprio depois de uma crise económica que elas mesmas tinham provocado.

Os respetivos bancos centrais tinham tentado estimular as exportações mediante a desvalorização.

Mas as empresas compravam energia e matérias-primas em elares.

Os seus custos subiram.

Os cidadãos transferiram as poupanças.

O valor da moeda afundou-se.

Aquilo que outrora permitia ao Estado passar parte do problema para os seus cidadãos já não funcionava num mundo onde todos tinham acesso a uma medida comum de valor.
Sete anos depois do Terço, o elar era a única moeda com curso legal em Elarion.

Ninguém soube apontar um dia exato em que isso tivesse acontecido.

O último Estado aprovou uma lei.

O último banco mudou a sua contabilidade.

A última das velhas moedas ficou com uma taxa de conversão fixa.

E estava feito.

O crescimento económico que se seguiu surpreendeu até os defensores da reforma.

Não veio da moeda em si.

Veio dos obstáculos que com ela desapareceram.

Uma empresa já não tinha de manter trinta contabilidades.

Uma pequena firma podia vender para o outro lado do planeta sem um departamento cambial.

Os investidores comparavam os projetos pela rendibilidade real, sem se guiarem pela vantagem cambial.

Usavam-se os mesmos preços na contratação pública.

As autoridades fiscais viam a mesma base tributável.

O lucro era tributado onde se criava o valor.

As taxas foram descendo.

Primeiro para os rendimentos baixos e médios.

Depois para as empresas.

Os Estados descobriram que um imposto mais baixo, cobrado sobre quase tudo, rendia mais do que um imposto alto a que metade do grande capital se furtava.
Os paraísos fiscais tentaram sobreviver.

Ofereceram taxas ainda mais baixas.

Depois, isenção total.

Depois, registos secretos fora da rede planetária.

Mas uma sociedade cujo dono fosse desconhecido não podia receber grandes pagamentos em elares, concorrer a contratos públicos nem ser proprietária de infraestruturas estratégicas.

Continuava a ser possível guardar segredo.

Deixara de ser vantajoso.

Alguns Estados insulares entraram em colapso.

Outros mudaram.

Puseram os seus juristas, gestores e especialistas financeiros mais qualificados a auditar o novo sistema. Lugares que antes vendiam escuridão tornaram-se centros de verificação.

Havia nisso uma ironia que Nerai não via como castigo.

Ninguém tem de ser para sempre aquilo de que em tempos viveu.

Os défices orçamentais não desapareceram de imediato.

Depois do Terço era preciso reconstruir regiões inteiras.

Cuidar dos sobreviventes saía caro.

A quota de base aumentava.

As cidades reconvertiam as suas infraestruturas para um mundo com menos trabalho e mais automatização.

Mas os desvios diminuíam.

As redes de corrupção encolhiam.

Os projetos de preços inflacionados eram detetados antes da assinatura dos contratos.

A IA comparava preços, qualidade e relações de propriedade.

Não proibia decisões.

Dava o alerta.

Se um governo quisesse, apesar do alerta, escolher o fornecedor mais caro, podia fazê-lo.

Mas tinha de explicar porquê.

Publicamente.

Com o nome da pessoa responsável.

O sistema não eliminou a estupidez.

Tirou-lhe parte do abrigo que ela tinha na escuridão.

Ao fim de dez anos, a maioria dos Estados apresentava excedentes.

Não os havia todos os anos.

Não podiam ser garantidos em quaisquer circunstâncias.

Mas a velha ideia de que um Estado tem de estar permanentemente endividado desmoronara-se.

Parte dos excedentes era destinada à quota de base.

Parte, às reservas.

Parte, à aquisição de sistemas automatizados para o património comum.

As pessoas podiam trabalhar.

Abrir um negócio.

Criar.

Cuidar dos filhos.

Estudar.

Ajudar os outros.

Mas o seu direito a habitação, alimentos e cuidados básicos já não dependia de haver quem precisasse de lhes comprar o tempo.
A quota de base não resolveu tudo.

Houve quem perdesse o sentido da vida.

Outros fecharam-se num mundo de entretenimento produzido por máquinas.

Debatia-se se a sociedade devia sustentar quem nada lhe devolvia.

Nerai não tinha resposta simples para essas questões.

Jesair dissera, um dia, que o valor de uma pessoa não estava na falta que fazia a uma máquina.

Mas isso não queria dizer que uma pessoa não precisasse de fazer falta a outra.

As escolas deixaram, pois, de preparar as crianças apenas para uma profissão.

Ensinavam-nas a criar laços, a assumir responsabilidades, a decidir sobre o que é de todos e a distinguir o desejo da necessidade.
O trabalho não se tornou inútil.

Deixou de ser a única prova do direito a existir.

Também a guerra mudou.

De início, devagar.

O dinheiro transparente não era capaz de ler o ódio.

Não podia impedir que alguém desejasse dominar um território, castigar os vizinhos ou reavivar uma velha ofensa.

Mas conseguia detetar os preparativos.

As armas precisavam de fabricantes.

Os fabricantes, de materiais.

Os materiais, de energia.

Os exércitos, de provisões.

Os mercenários, de dinheiro.

Os corredores de transporte, de seguros.

A propaganda, de donos de meios de comunicação.

Uma grande guerra não se preparava apenas no coração.

Tinha de entrar na economia.

E aí deixava rasto.

Quando um Estado do sul começou a adquirir em segredo equipamento com possíveis fins militares, o sistema alertou os outros governos e os cidadãos desse mesmo Estado.

O governo alegou que se tratava de uma modernização civil.

O público podia ver as dimensões da encomenda, os fornecedores e as despesas conexas.

A oposição exigiu explicações.

Os Estados aliados ofereceram-se para fazer uma inspeção.

O projeto foi travado antes de existir uma frota.

Noutro caso, a transparência não impediu um conflito.

Duas regiões disputavam recursos hídricos e ambas deslocavam abertamente as suas forças de segurança.

O mundo via os preparativos.

Por isso mesmo ninguém pôde fingir que o ataque viera de surpresa.

O Conselho Planetário interveio mais cedo.

Não pela via da diplomacia secreta.

Numa negociação pública em que cada parte podia ver o preço de continuar.

O conflito terminou com um acordo.

Não que as pessoas tivessem passado a ser melhores.

A intenção furtiva perdera a sua vantagem.

Aos poucos, nasceu uma defesa comum.

Primeiro, a proteção do anel orbital.

Depois, a de Thaeron.

Mais tarde, o controlo das armas estratégicas.

Os Estados conservaram as suas forças de segurança, mas já não podiam travar uma guerra de grandes dimensões por conta própria sem recorrer à infraestrutura comum.
Depois da moeda, dos impostos e da defesa, veio o direito.

Uma empresa presente em todo o planeta não podia ficar sujeita a quarenta tribunais com decisões contraditórias.

Um cidadão não podia ter numa região o direito de ver como o Estado exercia o poder e perder esse direito noutra.

A quota de base não podia ser um direito comum sem um fundamento constitucional comum.

A comissão constitucional planetária trabalhou durante doze anos.

A primeira proposta foi rejeitada.

A segunda também.

A terceira distribuiu as competências entre o nível planetário, as regiões, os Estados e as cidades.

Um planeta.

Uma moeda.

Uma defesa.

Uma carta de direitos fundamentais.

Mas quarenta tradições jurídicas.

Dezenas de línguas.

Centenas de formas locais de governo.

Os Estados não deixaram de existir.

Deixaram de ser a última instância do poder.

No dia da aprovação da Constituição, os representantes reuniram-se em Nitra.

Alguns choraram.

Outros votaram contra.

Várias delegações veyranas abandonaram a sala antes de conhecido o resultado.

Grande parte dos seus apoiantes já vivia em Thaeron.

Rejeitavam o sistema financeiro comum.

Sustentavam que até um poder sujeito a controlos recíprocos acabaria por se transformar em tirania.

Construíram as suas próprias colónias, os seus bancos e os seus regimes jurídicos.

Elarion não os obrigou a regressar.

Mas nasceu entre os planetas uma fronteira que antes não existia.

Nasceu entre os planetas uma fronteira que não tinha origem na biologia.

Nem na divisão entre raças.

Era uma fronteira entre civilizações.

Em Elarion, o grande poder tinha o dever de deixar um rasto visível.

Numa parte de Thaeron, o segredo era tido como condição da liberdade.

O comércio entre os mundos continuou.

Com desconfiança.

Com regras.

Com uma pergunta ainda por responder.

Quanta privacidade pode uma sociedade preservar sem que nela volte a nascer um poder invisível?

Kael Thorne ficou em Thaeron.

Nunca chegou a ser condenado por sentença definitiva pelo seu papel no Terço.

As provas confirmaram que financiara as redes de Arien e que procurara travar as últimas fases. Não confirmaram quanto sabia no momento em que lhe abrira os primeiros caminhos.

Para uns era um criminoso que escapara à justiça.

Para outros, um homem que compreendera a tempo o perigo de um sistema único.

Aos seus próprios olhos continuava a ser um homem convencido de que um dia a história lhe daria razão.

Arien Korveth foi condenado.

O julgamento durou sete anos.

Depuseram centenas de cientistas, gestores, banqueiros, juristas e familiares das vítimas.

O tribunal rejeitou o argumento de que cada parte do projeto era legal.

Decidiu que quem conscientemente reúne partes legais num todo criminoso responde pelo todo.

Arien não foi executado.

Elarion não tinha pena de morte.

Passou o resto da vida num estabelecimento onde cada despesa, cada controlo e cada decisão ficavam registados, como acontecia com qualquer outro cidadão.

Também ele via quem consultara os seus dados.

Também ele podia contestar um acesso indevido.

Muitos achavam que era demasiada clemência.

Nerai não.

Um sistema que só defende os direitos dos inocentes não defende direitos.

Defende os que gozam de simpatia.

Vinte anos depois do Terço, Nerai estava diante do edifício da assembleia planetária.

Estava mais velha.

Tinha os cabelos prateados.

Continuava sem ter um círculo de ouro nos olhos.

Nitra mudara.

Por cima da cidade velha erguiam-se novas torres administrativas. Módulos silenciosos de transporte público navegavam no rio. As antigas sedes dos bancos centrais tinham-se tornado arquivos de história monetária.

Ali, as crianças aprendiam que Elarion tivera em tempos trinta moedas.

Muitas achavam aquilo incompreensível.

«Porquê?», perguntavam.

Os professores explicavam-lhes a soberania, o câmbio, a desvalorização, a concorrência fiscal e a proteção das economias locais.

As crianças escutavam com o mesmo espanto das gerações anteriores quando lhes falavam do tempo em que cada Estado usava unidades de peso ou de comprimento diferentes.

Nerai aproximou-se do muro de nomes.

Continuava a mostrar as vítimas do Terço.

Ao cabo de décadas, já tivera tempo de recomeçar a lista.

Hoje, Jesair não estava lá.

Nem Mareia.

Nerai pousou no chão a taça azul-escura.

Desta vez deixou-a ali.

Na sua interface pessoal apareceu um aviso.

O Arquivo Histórico Planetário consultara os registos do inquérito ao Terço.

Finalidade: preparação de uma exposição educativa.

Responsável: Laren Saor.

Âmbito da consulta: mapa das provas financeiras, sem dados pessoais protegidos.

Nerai olhou para o aviso.

No velho mundo, talvez nunca soubesse que alguém tinha consultado o processo que ela abrira.

No novo mundo, via o nome, a finalidade e o âmbito da consulta.

Podia contestar o acesso.

Não o fez.

Começava a anoitecer sobre Nitra.

No edifício da assembleia brilhava o emblema de Elarion.

No edifício da assembleia brilhava o novo emblema planetário.

Não aludia à União nem a nenhum dos antigos Estados.

Quarenta linhas convergiam num só círculo.

Os críticos diziam que o símbolo representava a absorção.

Os seus autores diziam que representava a união.

Nerai via nele as duas coisas.

Toda a união salva alguma coisa.

E põe termo a outra.

Elarion não se tornara um só Estado por os seus habitantes terem deixado de ser diferentes.

Tornara-se um só Estado porque, aos poucos, tinham deixado de fingir que uma decisão de peso tomada por um deles não afetava os outros.

O dinheiro de um homem podia financiar a investigação.

A investigação, um laboratório.

O laboratório, uma doença.

A doença, a morte por todo o planeta.

Mas o dinheiro também podia financiar tratamentos.

Máquinas.

A quota de base.

A reconstrução das cidades.

E um mundo onde o poder tinha de se dar a ver antes de pedir aos outros que nele confiassem.

A transparência não fez das pessoas seres bons.

Não eliminou a ira.

O orgulho.

O desejo de possuir.

O medo da perda.

Nem a capacidade de um homem se convencer de que a sua ferida é justiça.

Fez uma única coisa.

Tornou mais difícil ao grande poder mover-se sem projetar sombra.

Nerai pousou três dedos na superfície fria da taça.

Não sabia porquê.

O gesto surgiu naturalmente.

Naturalmente de mais.

Por um instante, sentiu como que o toque de uma memória que não lhe pertencia por inteiro.

Outro planeta.

Outro sol.

Um jardim.

Um homem e uma mulher que voltarão a encontrar-se, mesmo que então tenham outros nomes.

Depois a sensação desvaneceu-se.

Nerai voltou-se para a cidade.

Atrás dela ficava o muro dos mortos.

Diante dela, o mundo dos vivos.

Um planeta.

Um Estado.

Quarenta memórias.

E o valor, que já não poderia caminhar na sombra.

40. O peso do poder

A pedra pesava trinta e uma toneladas.

Tinham-na trazido de Thaeron havia duas semanas. Desde então, ali ficara, no meio do pavilhão de investigação de Arda. Os cientistas haviam escolhido um pedaço de rocha sem propriedades físicas invulgares. Queriam um objeto cujo material não pudesse explicar o resultado.

À volta da pedra erguiam-se três anéis metálicos.

Tinham cerca de cinco metros de diâmetro cada um, e a superfície de cada anel dividia-se em centenas de segmentos estreitos. Por entre os segmentos passavam condutores arrefecidos muito abaixo da temperatura ambiente. Do chão subiam até eles grossos feixes de cabos de alimentação.

Atrás da parede de segurança esperavam umas quarenta pessoas.

Físicos.

Técnicos.

Representantes das universidades.

O Conselho Planetário para os Riscos Tecnológicos.

Dois analistas militares.

E Nerai Sael.

Tinham passado muitos anos desde o Terço. Nerai já não dirigia as investigações quotidianas aos fluxos financeiros. O seu nome, porém, continuava ligado às regras que, depois da Convenção, tinham transformado pouco a pouco a Ponte, até então uma rede de pagamentos, numa das principais estruturas de informação da economia planetária.

Por isso a convidavam sempre que uma nova invenção levantava uma questão que os técnicos, sozinhos, não sabiam resolver.

Quem terá o direito de possuir isto?

Oran Sel, o responsável pela experiência, estava à consola de comando.

«Que carga regista o chão?»

«Trinta e uma vírgula quatro toneladas», respondeu a IA do laboratório.

«Alimentação?»

«Pronta.»

«Sincronização?»

«Desvio abaixo do limiar de medição.»

Oran voltou-se para as pessoas do outro lado do vidro.

«Vão assistir ao quarto ensaio. Os três primeiros decorreram apenas na presença da equipa do laboratório. Só divulgámos o resultado depois de duas equipas independentes o terem reproduzido.»
Voltou à consola.

«Ativa o campo a dez por cento.»

No ecrã surgiu a carga que o chão suportava.

Trinta e uma toneladas.

Trinta.

Vinte e oito.

Vinte e cinco.

A pedra nem se mexeu.

Com a potência a vinte por cento, a leitura era de dezassete toneladas.

A trinta por cento, nove.

No pavilhão reinava um silêncio absoluto.

Oran subiu a potência para quarenta por cento.

A leitura desceu abaixo de uma tonelada.

Depois, quase a zero.

A pedra desprendeu-se do chão.

Primeiro, uns milímetros.

Pouco depois, separavam-na do chão cinco centímetros.

Oran moveu o regulador.

Trinta e uma toneladas de rocha de Thaeron ergueram-se a um metro de altura.

Nerai sentiu os ombros contraírem-se. A razão dizia-lhe que o campo sustentava a pedra. O corpo via aquela massa de rocha suspensa e esperava a queda.
«Conseguem deslocá-la?», perguntou um membro do conselho.

Oran acenou que sim.

A pedra moveu-se devagar para a direita.

Depois voltou ao mesmo sítio.

Havia tanta serenidade naquele movimento que chegava a parecer absurdo. Um objeto que, ainda poucos anos antes, só teria sido possível deslocar com equipamento de transporte pesado atravessava agora o pavilhão ao passo de um homem.

Oran reduziu a potência.

A pedra baixou devagar.

Ao tocar no chão, fez ecoar pelo pavilhão um estrondo surdo.

«A massa manteve-se?», perguntou Nerai.

«Sim.»

«Então o que é que alteraram?»

Oran procurou por um instante as palavras.

«Dito da maneira mais simples, alterámos a ligação entre a matéria e o campo gravitacional local. A pedra manteve sempre a mesma inércia e a mesma estrutura interna. Mas, no momento de máxima intensidade do campo, a atração do solo sobre ela era quase nula.»

«Quase?»

«Ainda não conseguimos chegar exatamente a zero.»

Nerai voltou a olhar para a pedra.

«E hão de chegar?»

Oran sorriu.

«É para responder a perguntas dessas que fazemos ciência.»

A notícia da experiência deu a volta a Elarion em poucas horas.

Foram os transportes que mais atenções despertaram.

Os modelos energéticos calcularam de imediato quanto custaria colocar uma carga em órbita se fosse possível reduzir a sua ligação gravitacional durante a primeira fase do voo.

As empresas de construção começaram a desenhar estruturas que pudessem ser fabricadas no solo de uma só peça e depois erguidas para o lugar.

As minas de Thaeron viram ali a possibilidade de transportar massas de rocha cujo transporte saía mais caro do que a própria extração.
As cidades começaram a falar numa nova geração de transportes públicos.

Os engenheiros espaciais foram buscar projetos que jaziam nos arquivos havia décadas porque as contas não batiam certo.
Durante alguns dias, pareceu que Elarion recebera uma daquelas invenções que dividem a história num antes e num depois.
Depois veio um segundo relatório.

Esse já não era público.

Tivera origem num modelo de segurança desenvolvido numa das universidades.

Os cientistas procuravam saber como se comportavam os campos gravitacionais dos vários anéis quando se sobrepunham. Supunham que o efeito resultante corresponderia, aproximadamente, à soma das potências.
Os cálculos revelaram outra propriedade.

Quando a sincronização era particularmente precisa, os campos começavam a reforçar-se entre si de forma não linear.

A princípio, dois físicos tomaram o resultado por um erro.

Voltaram a executar o modelo.

Depois, noutro sistema de cálculo.

Por fim, pediram uma verificação independente.

O resultado manteve-se.

Oran Sel recebeu o relatório às três da manhã.

Às cinco pediu a convocação imediata do Conselho Planetário.

Nerai chegou pouco depois das sete.

Na parede da sala havia um mapa de Elarion.

No centro brilhava um círculo com quase quatrocentos quilómetros de diâmetro.

«O que é aquilo?», perguntou.

Oran estava à janela. Tinha ar de quem não pregara olho.

«A zona de efeito.»

«De que efeito?»

«Do efeito total.»

Nerai esperou.

Oran abriu o modelo físico.

«Um gerador consegue enfraquecer a ligação gravitacional num espaço relativamente pequeno. Com vários geradores esperávamos obter um efeito mais extenso ou mais intenso. O que descobrimos foi que, se a disposição e a sincronização forem precisas, se forma entre eles uma região estável onde a ligação pode aproximar-se de zero.»

Nerai apontou para o círculo.

«Nesta região toda?»

«Segundo o modelo, sim.»

«Que extensão tem?»

«Neste cálculo concreto, trezentos e oitenta quilómetros de diâmetro.»

Nerai olhou para ele.

«Está a dizer-me que conseguem desligar a gravidade numa área do tamanho de um país.»

Oran abanou logo a cabeça.

«Estou a dizer que, ao que tudo indica, as leis da física o permitem. Não temos nenhum dispositivo desses.»

«Seria possível construí-lo?»

Oran voltou-se para outra pessoa na sala.

Era o analista técnico principal do projeto.

«Com a tecnologia atual, seria», disse o homem.

A resposta mudou o ambiente na sala.

«Em quanto tempo?», perguntou Nerai.

«Se alguém tivesse à disposição tudo o que é preciso, talvez em dois ou três anos.»

«E o que entende por tudo o que é preciso?»

Na parede apareceu uma lista.

Vinte e quatro emissores gravitacionais.

Seis sincronizadores de fase da categoria mais elevada.

Uma grande quantidade de metamaterial supercondutor.

Três unidades independentes de armazenamento de energia, capazes de fornecer uma potência extrema num intervalo muito curto.

Várias linhas de produção especializadas.

Um mapa gravimétrico preciso da região.

Uma capacidade de cálculo ao alcance de apenas algumas dezenas de centros em todo o planeta.

E uma rede de técnicos com especializações muito específicas.

Nerai leu a lista devagar.

«O que aconteceria se alguém ligasse mesmo uma coisa destas?»

Desta vez foi Oran a responder.

«Dependeria da forma do campo, da altitude a que se fizesse sentir e da duração do efeito.»

«O pior cenário plausível.»

Oran sentou-se.

«As pessoas e os objetos sem fixação sólida perderiam quase toda a ligação à superfície. A água passaria a comportar-se de uma maneira inteiramente diferente. A atmosfera deslocar-se-ia rapidamente naquela região. Os sistemas de transporte perderiam o contacto com o solo. Se o efeito se prolongasse, a rotação do planeta viria complicar as coisas.»
Surgiram no mapa outras camadas.

Cidades.

Rios.

Redes de energia.

Nós de transporte.

«O solo propriamente dito não seria projetado para o espaço», prosseguiu Oran. «Há outras forças que mantêm as rochas coesas. O equilíbrio gravitacional, porém, intervém num número imenso de sistemas. Se o campo surgisse de repente sobre uma região habitada, o número de vítimas poderia ser enorme.»
«E quando o desligassem?»

«A gravidade voltaria.»

Nerai percebeu o que se seguiria antes de ele o dizer.

Tudo o que tivesse perdido o contacto com o chão enquanto o campo atuava começaria a cair.

«Quantas pessoas vivem dentro daquele círculo?», perguntou.

«Neste modelo, onze milhões.»

Mais ninguém fez perguntas.

O conselho técnico passou os seis dias seguintes a tentar perceber se seria possível manter o fenómeno que acabavam de descobrir fora do alcance de qualquer aplicação prática.
A resposta era incómoda.

A tecnologia era complexa, dispendiosa e exigia vários equipamentos que só se fabricavam em meia dúzia de sítios. Mas o princípio físico era demasiado geral para se poder guardar segredo dele para sempre.
O tempo jogava contra o segredo.

Se um laboratório descobrira o fenómeno, outro acabaria por descobri-lo também.

Se uma IA conseguira construir um modelo, outra chegaria um dia às mesmas deduções.

Há muito que Elarion compreendera que não havia porta de laboratório capaz de manter, de geração em geração, o conhecimento científico a salvo de quem o procurasse.
A questão passou assim do domínio da física para o da sociedade.

Reuniram-se em sessão extraordinária representantes da indústria, das universidades, das redes de energia, das instituições de segurança, dos conselhos de cidadãos e da Ponte.
Daren Voltr estava entre eles.

Era velho. Mas a medicina de Elarion avançara a tal ponto que há muito a velhice deixara de ditar o afastamento da vida pública.
Quando lhe deram a palavra, dirigiu-se a Oran.

«Quantas coisas diferentes seria preciso comprar ou fabricar para levar isto a cabo?»

«Milhares.»

«Quantas delas são de fácil acesso?»

«A maioria.»

«Portanto, proibir componentes isolados não resolve nada.»

«Exatamente.»

«Quantos são críticos?»

Oran abriu a lista.

«Depende do que entender por crítico. Se falarmos daquilo sem o qual, hoje, não sabemos construir um sistema destes, há cerca de dezassete requisitos tecnológicos.»

«Dezassete produtos?»

«Requisitos. Alguns são produtos. Outros implicam capacidade de produção, acesso a energia, pessoas ou capacidade de cálculo.»

Voltr assentiu.

«E quantas entidades em Elarion conseguem satisfazer os dezassete?»

Oran hesitou.

«Não sei.»

Do seu lugar, Nerai tomou a palavra.

«A Ponte sabe.»

Voltaram-se todos para ela.

Voltr esboçou um sorriso.

«Claro.»

Nerai conhecia-lhe aquele tom.

«Quer a resposta ou quer discutir por que razão dispomos dela?»

«As duas coisas.»

«Primeiro, a resposta.»

Diante de Nerai abriu-se o painel de trabalho da Ponte.

«Enviem-nos os requisitos técnicos.»

Oran franziu o sobrolho.

«Não podemos introduzi-los na íntegra num sistema financeiro.»

«Nem é preciso. Basta-nos o seu equivalente económico.»

«O que quer dizer com isso?»

Nerai apontou para o primeiro elemento.

«Quantos sincronizadores de fase?»

«Seis.»

«Quem os fabrica?»

Na parede apareceram três empresas.

«Quantos emissores gravitacionais?»

«Pelo menos vinte e quatro desta categoria.»

Apareceram os fabricantes e as respetivas capacidades de produção.

«Energia?»

Oran indicou o intervalo de potência necessário.

A Ponte mostrou as centrais elétricas, as unidades de armazenamento e as redes industriais capazes de fornecer um impulso daquela ordem.

«Metamaterial?»

Mais uma camada.

«Capacidade de cálculo?»

Outra.

«Fabrico de precisão?»

Outra.

«Especialistas?»

Aqui Nerai fez uma pausa.

«No que diz respeito às pessoas, usaremos apenas dados agregados sobre a disponibilidade de especialistas. Os nomes ficarão protegidos.»

Voltr ergueu as sobrancelhas.

«Já é alguma coisa.»

Nerai prosseguiu.

A Ponte foi reunindo as condições, uma a uma.

Não elaborava uma lista de suspeitos.

Traçava um mapa de capacidades.

O sistema conhecia os proprietários das grandes empresas industriais.

Conhecia as capacidades de produção que as empresas declaravam publicamente e que era possível verificar pelas suas compras, pelo consumo e pela produção efetiva.
Conhecia os grandes contratos de energia.

Conhecia o financiamento dos centros de investigação.

Conhecia a origem dos capitais.

Conhecia os arrendamentos de pavilhões industriais, as grandes compras de matérias-primas, as encomendas de máquinas especializadas e as transferências de equipamento entre Elarion e Thaeron.

Antes do Terço, estas informações estariam dispersas por dezenas de bancos, registos e Estados.

Agora era possível reuni-las em função do proprietário efetivo e da finalidade económica.

Ao fim de alguns minutos surgiu um número na parede.

14

Voltr perdeu o ar divertido.

«O que significa catorze?»

«Catorze grupos económicos têm hoje capacidade, direta ou indireta, para satisfazer mais de oitenta por cento das condições necessárias.»

«Grupos económicos?»

«Juridicamente, podem ser centenas de empresas. A Ponte agrupa-as segundo a titularidade efetiva, o controlo, o financiamento e a dependência económica.»

Nerai abriu o primeiro registo.

Um grande consórcio mineiro de Thaeron.

Noventa e um por cento.

O segundo.

Um fabricante de sistemas de energia à escala planetária.

Oitenta e nove.

O terceiro.

Um grupo do setor militar-industrial de um dos Estados.

Noventa e quatro.

O quarto.

Um consórcio de construção orbital.

Oitenta e sete.

Depois os restantes.

Alguns eram privados.

Outros, públicos.

Três pertenciam a Estados.

Um único grupo económico repartia-se por mais de quarenta empresas.

«E quem tem cem por cento?», perguntou Voltr.

«Ninguém.»

«Por enquanto.»

«Por enquanto.»

Fez-se silêncio na sala.

Na parede brilhavam catorze nomes.

Ainda dias antes, a única coisa que os unia era contarem-se entre as organizações tecnologicamente mais avançadas do planeta.
A partir de agora tinham mais uma coisa em comum.

Cada uma estava já suficientemente perto de poder construir um dispositivo capaz de alterar a gravidade numa vasta região.
«Era precisamente este o momento que eu temia», disse Voltr.

A reunião ia já na quarta hora.

«Porquê?», perguntou Nerai.

«Porque o sistema financeiro acaba de elaborar uma lista de catorze entidades que considera potencialmente perigosas.»
«A lista diz respeito à capacidade tecnológica.»

«E diz-me que, na prática, não há diferença entre as duas coisas?»

«Há uma diferença fundamental.»

Voltr apontou para o primeiro nome.

«Esta empresa explora minas em Thaeron. Não ameaça ninguém. Os seus dirigentes não têm antecedentes de violência. A maior parte destes equipamentos, tem-nos porque os usa nas minas.»
«Sim.»

«E, apesar disso, a empresa está sob vigilância.»

«A Ponte acompanha a evolução de uma capacidade. O comportamento do diretor é outra questão.»

«Não fico mais descansado.»

Nerai ficou um momento a olhar para o mapa.

«Antes do Terço cometíamos o erro contrário.»

Voltr permaneceu calado.

«Exigíamos motivos de suspeita antes de sequer podermos olhar para os dados. Cada um dos que se cruzaram com o crime de Arien viu apenas um episódio da sua vida de trabalho, aparentemente igual a tantos outros. E cada um ficou à espera de uma razão para perguntar o que acontecera aos demais.»

Voltr baixou os olhos.

Nerai continuou.

«Com esta tecnologia, é ainda pior começar pela intenção. Uma pessoa não precisa de querer matar onze milhões de pessoas. Pode estar a fazer uma experiência. Pode enganar-se. Pode subestimar a instabilidade do campo.»

Oran anuiu.

«Isso pode acontecer.»

Nerai apontou para a lista.

«Precisamos de saber em que pontos do planeta está a surgir a capacidade de ultrapassar determinado limiar. E qualquer intervenção fundada nessa informação tem de estar sujeita a fiscalização.»

«Que limiar será esse?», perguntou Voltr.

«A decisão é política.»

«Portanto, acabamos sempre na política.»

«Sempre foi política.»

Nerai apoiou as mãos na mesa.

«A diferença é que agora vemos aquilo sobre o qual decidimos.»

A fase seguinte da reunião transformou-se num exercício técnico.

Alguém propôs que se proibisse a venda de emissores gravitacionais sem licença.

Oran fez notar que, dentro de poucos anos, os emissores mais pequenos seriam produzidos em grande série.

Outra proposta dizia respeito aos sincronizadores de fase.

Os fabricantes responderam que os mesmos aparelhos se usavam na medicina, no setor da energia e na navegação orbital.
A proibição do metamaterial paralisaria parte da indústria.

O controlo da energia seria impreciso, pois a potência necessária podia provir de várias fontes.
Aos poucos, tornou-se evidente que nenhuma destas coisas, por si só, constituía o perigo.

Este só surgia da conjugação de muitas capacidades.

Nerai mal falou durante o debate.

Lembrava-se de ter sentido algo muito parecido na Camada.

Um negócio que operasse em numerário, só por si, nada provava.

Um fundo nada provava.

Um laboratório nada provava.

Um pagamento feito para financiar investigação nada provava.

A catástrofe nascera das relações que os ligavam.

Taren dissera-lhe um dia que, olhando para o planeta inteiro, só uns quantos contratos separavam uma pessoa de qualquer outra.
Na altura, Nerai respondera-lhe que não procuravam uma ligação.

Procuravam uma direção.

Agora precisavam de algo semelhante.

Um sistema que desse por isso quando muitas atividades económicas correntes começassem a convergir numa única capacidade fora do comum.
No fim do dia havia uma proposta de trabalho.

Chamaram-lhe **registo de capacidades estratégicas**.

O nome era enganador, porque não se tratava de um registo no sentido tradicional.

Ninguém lá inscrevia «esta empresa possui uma arma gravitacional».

A Ponte calculava, em permanência, quais os requisitos tecnológicos que determinado grupo económico podia de facto satisfazer.
Esse cálculo usava categorias aprovadas publicamente.

Precisão de fabrico.

Materiais.

Energia.

Logística.

Capacidade de cálculo.

Conhecimentos especializados.

Propriedade dos equipamentos necessários.

Possibilidade de os obter através de sociedades sob o seu controlo.

Contratos de longo prazo.

E, para as tecnologias mais sensíveis, também a conjugação de recursos situados em locais geograficamente distintos.

O simples facto de ultrapassar um limiar não fazia de ninguém culpado.

Nos níveis mais elevados, porém, tornava-se obrigatório declarar a finalidade do projeto e submeter determinados ensaios a fiscalização independente.
Ficava registado cada acesso aos dados pormenorizados.

A entidade visada podia ver que instituição averiguara as suas capacidades.

As regras pelas quais o sistema avaliava o risco estavam sujeitas a escrutínio técnico público.
Os pormenores técnicos que pudessem servir de manual continuavam protegidos.

Elarion procurava distinguir duas coisas que era fácil confundir.

A privacidade de uma pessoa.

E a invisibilidade do poder.

O verdadeiro problema revelou-se sete meses depois.

A Ponte detetou uma alteração num dos catorze grupos.

Tratava-se da Asteron Dynamics.

O público conhecia-a como fabricante de sistemas de transporte pesado. Tinha fábricas em três continentes, uma participação numa empresa de energia e outra, minoritária, num produtor de metamateriais de Thaeron.
A sua capacidade tecnológica no domínio dos campos gravitacionais fora inicialmente avaliada em oitenta e três por cento.
Em quatro meses subira para noventa e dois.

Nenhuma grande encomenda, por si só, explicava o aumento.

A Asteron alargara a sua atividade industrial.

Uma filial assumira novos compromissos.

Outra empresa do grupo investira no setor da energia.

E havia novos investigadores a trabalhar com apoio da fundação da Asteron.
Cada um destes acontecimentos tinha a sua justificação económica.

Juntos, criavam uma nova realidade.

A Ponte enviou um alerta à comissão de tecnologia.

A comissão pediu esclarecimentos à Asteron.

A resposta chegou no próprio dia.

A empresa estava a desenvolver um novo sistema gravitacional para naves de carga.

O projeto era legítimo.

O problema surgiu durante a verificação dos parâmetros técnicos.

A Asteron tencionava construir seis grandes emissores experimentais.

«Seis não chegam para criar um campo à escala regional», disse Oran.

Nerai estava sentada ao lado dele.

«Quantos são precisos?»

«Nesta configuração, pelo menos vinte.»

«Então está resolvido.»

«Não.»

Oran chamou a atenção dela para o resto do mapa.

Havia os emissores declarados pela Asteron.

Havia outros que a direção não incluíra na sua resposta.

Alguns ainda só existiam nos planos de um centro de investigação.

Outros ficavam longe, em Thaeron.
No papel eram quatro histórias diferentes.

O mapa mostrava até onde o grupo podia de facto chegar.

Vinte e um emissores.

Nerai ficou muito tempo a olhar para o número.

«Sabiam?»

«Quem?»

«A direção da Asteron.»

Oran encolheu os ombros.

«Os dados financeiros não nos dizem isso.»

A comissão convocou o presidente do conselho de administração.

Chamava-se Deiran Vos.

Veio pessoalmente.

Quando lhe mostraram o mapa, pareceu, ao princípio, perplexo.

Depois, zangado.

«Estes emissores não têm relação entre si.»

Nerai apontou para o primeiro grupo.

«Estes fazem parte do vosso projeto.»

«Sim.»

«Estes são da vossa filial de energia.»

«É uma empresa distinta.»

«Mas são os senhores que a controlam.»

«Economicamente. Não asseguramos a direção técnica.»

«Estes são financiados pela vossa fundação.»

«A fundação tem uma direção independente.»

«Setenta e dois por cento das receitas dela vêm da vossa empresa.»

Deiran recostou-se.

«E os de Thaeron não têm nada que ver connosco.»

Nerai abriu o contrato.

Ali estava o nome da Asteron, num compromisso que o presidente não mencionara.

Em certas circunstâncias, os equipamentos podiam vir a ficar à sua disposição.

Deiran passou algum tempo a ler o contrato.

«Isto, eu não sabia.»

«Acredito em si.»

A resposta desconcertou-o.

«Então por que razão estou aqui?»

«Porque o seu grupo está a adquirir uma capacidade de que talvez nem a própria direção se aperceba.»

Fez-se silêncio na sala.

Aquela frase era mais incómoda do que uma acusação.

Deiran voltou a olhar para o mapa.

«Está a dizer que a minha empresa poderia construir um sistema de alcance regional sem eu saber?»

Foi Oran quem respondeu.

«Ainda não. Faltam-vos dois requisitos. Ao ritmo atual, podem satisfazê-los dentro de um ano.»

«E se fosse uma das filiais a reunir esses requisitos?»

«A Ponte atribuí-los-ia ao grupo económico, desde que o senhor tivesse efetivamente meios para dispor dessa capacidade.»

Deiran esboçou um sorriso, desta vez sem ponta de graça.

«O sistema sabe então mais sobre a minha empresa do que eu.»

Nerai olhou para o mapa.

«Neste ponto em particular, talvez saiba.»

O caso da Asteron encerrou-se sem sanções.

A empresa reuniu os projetos gravitacionais num único programa tecnológico e submeteu-os a fiscalização independente.

O maior abalo viria mais tarde.

O Conselho Planetário encomendou uma simulação histórica.

Queria saber o que teria acontecido se a mesma tecnologia tivesse surgido antes do Terço.

Os analistas tomaram os dezassete requisitos tecnológicos e situaram-nos no antigo contexto financeiro.

Trinta moedas.

Sigilo bancário.

Fundos cujos beneficiários efetivos eram desconhecidos.

Fundações.

Jurisdições fiscais.

Segredos comerciais.

Regimes de licenciamento distintos.

Uma troca de informações limitada entre Estados.

Depois deram ao modelo uma tarefa.

Avaliar até que ponto, naquelas condições, um projeto gravitacional de alcance regional passaria despercebido às instituições.

A IA encontrou milhares de cenários possíveis.

Num deles, uma autoridade julgava conhecer a atividade de uma fábrica.

Noutra parte, alguém julgava compreender as contas.

Havia quem só visse as necessidades de energia.

E quem só conhecesse o material de Thaeron.

As universidades conheciam o trabalho dos seus investigadores.

Os registos pouco diziam sobre o destino dos emissores.

E pouco mais revelavam sobre os sincronizadores.

Cada autoridade veria alguma coisa.

Nenhuma veria o suficiente.

Nerai acompanhou a simulação sem dizer palavra.

Conhecia demasiado bem aquela imagem.

As cores eram outras.

A tecnologia era outra.

O mecanismo perdurava.

Um único perigo desfeito numa multidão de parcelas inocentes.

Depois, os analistas repetiram a simulação no ambiente da Ponte.

O modelo voltou a pôr à prova os limites da informação disponível.

A Ponte identificou os proprietários efetivos.

Noutro cenário, parecia haver várias empresas independentes.

A Ponte mostrou o grupo económico a que pertenciam.

Noutra hipótese, estava envolvida uma fundação.

A Ponte mostrou de onde vinha o seu financiamento.

O modelo examinou também os compromissos financeiros do projeto.

A Ponte teve em conta os credores e as garantias.

Restava a questão de quem dispunha de facto dos equipamentos.

A Ponte contou a capacidade sobre a qual existia controlo efetivo.

A simulação abrangeu ainda vários Estados.

A moeda já não fazia da fronteira um ponto cego.

A certa altura surgiu um primeiro sinal, ainda fraco.

Mais adiante, iniciou-se a fiscalização automática.

Depois passou a ser obrigatória a declaração de capacidade tecnológica.

Por fim, o sistema exigiria a devida autorização para concluir as compras críticas.
Quando a simulação acabou, ninguém na sala falou por muito tempo.

Daren Voltr estava sentado ao lado de Nerai.

«É esse, então, o seu argumento», disse ele por fim.

«Não é meu.»

«De quem é, então?»

Nerai apontou para os resultados.

«Da física.»

Voltr passou a mão pelo rosto.

«Jesair começou pelo RBI.»

«Eu sei.»

«Falava de uma partilha justa.»

«Eu sei.»

«Depois veio a corrupção. Os impostos. A política. A guerra.»

Olhou para o mapa do campo gravitacional.

«E agora diz-me que precisamos do mesmo sistema para que um dia não venha alguém desligar-nos a gravidade em metade de um continente.»
Nerai sorriu.

«Dito assim, soa um pouco exagerado.»

«E é exagerado?»

Ela olhou para o resultado da simulação.

«Não.»

O público só soube da possibilidade de criar um campo gravitacional de alcance regional depois da aprovação das normas de segurança.
O acesso aos pormenores continuou restrito.

As pessoas sabiam do que a tecnologia era capaz.

Sabiam, em termos gerais, que capacidades exigia.

Ficaram por divulgar a geometria exata do campo, as condições críticas de sincronização e os parâmetros que permitiriam chegar a um projeto exequível.
O debate foi aceso.

Parte da população queria que toda a tecnologia gravitacional fosse propriedade exclusiva do Estado.

Os cientistas insurgiram-se.

Outros exigiam que se tornassem públicos todos os dados de cada aparelho.

A indústria advertia que, em breve, os sistemas gravitacionais seriam correntes nos transportes e na produção.
Por fim, Elarion decidiu regular a capacidade em função da sua escala.

Um pequeno aparelho de movimentação de cargas continuou a ser um equipamento de uso corrente.

Os geradores industriais ficaram sujeitos a registo técnico.

Os sistemas capazes de gerar campos de níveis superiores exigiam autorização.

Assim que uma instalação se aproximava da capacidade de produzir um efeito regional, entrava automaticamente em ação a fiscalização planetária.
O elemento mais importante do sistema não dizia respeito ao aparelho já construído.

A Ponte detetava se começavam a reunir-se, algures, as **condições** para o construir.

Mudou assim a própria ideia de segurança.

As civilizações anteriores guardavam os arsenais.

Elarion aprendeu a vigiar o aparecimento da capacidade de fabricar uma arma.

Para tal, a Ponte não precisava de saber o que ia no pensamento de alguém.

A intenção permanecia guardada na cabeça de cada um.

A capacidade económica tinha consequências físicas.

Exigia material.

Energia.

Máquinas.

Edifícios.

Pessoas.

Transportes.

Cálculos.

E tudo isso passava pela economia.

Uma noite, depois de uma reunião, Nerai e Voltr ficaram a sós.

Para lá das janelas estendia-se Nitra.

As várias camadas de tráfego deslizavam sobre o rio e, entre os edifícios, passavam as novas plataformas gravitacionais de carga. Ainda poucos anos antes, qualquer delas teria parecido um milagre.
Agora, quase ninguém reparava nelas.

Voltr seguia uma com o olhar.

Levava parte da estrutura de uma ponte.

«Continuo a achar que abriu a porta a uma coisa perigosa», disse.

«A quê?»

«A um sistema que sabe o que uma pessoa pode fazer antes de ela o ter feito.»

Nerai ficou calada por um instante.

«Isso, não sabe.»

«Acabámos de ver um quadro com catorze empresas.»

«Sabe o que têm meios técnicos para fazer. Não sabe o que farão.»

«Para a pessoa que passa a estar sob vigilância, talvez a diferença seja pequena.»

«É por isso que também fiscalizamos quem fiscaliza.»

Voltr riu-se.

«Tem sempre a mesma resposta para tudo.»

«Porque o problema é sempre o mesmo.»

«O poder.»

«Sim.»

Voltr virou-se para ela.

«E se não tivéssemos a Ponte?»

Nerai olhou para a cidade.

«Com esta tecnologia?»

«Sim.»

Ela levou mais tempo a responder do que Voltr esperava.

«Teríamos licenças. Inspeções aos fabricantes. Registos de equipamentos. Serviços de segurança. Números de série.»

«Não parece um caso perdido.»

«E não é.»

Nerai voltou-se para ele.

«Mas, se alguém quisesse iludir o sistema, o que chegaria a ver cada uma dessas pessoas?»

Voltr calou-se.

«Uns veriam o trabalho que lhes fora confiado, outros o dinheiro que lhes cabia administrar. E alguns talvez nunca chegassem a saber em que tinham participado.»

«Como aconteceu com Arien.»

«Sim.»

Lá fora passou outra plataforma de carga.

«O antigo sistema procuraria o aparelho», continuou Nerai. «A Ponte vê que em determinado lugar se estão a reunir as condições para ele vir a existir.»

Voltr ficou a olhar para as luzes da cidade.

«E um dia haverá tecnologias ainda mais poderosas.»

«Sem dúvida.»

«Mais do que esta?»

Nerai sorriu.

«Há cem anos, a pergunta que hoje nos ocupa teria parecido absurda.»

Voltr anuiu.

«Afinal, o dinheiro transparente não tem que ver sobretudo com dinheiro.»

Nerai olhou para ele.

Não esperava ouvir-lhe aquela frase.

«O dinheiro nunca foi apenas dinheiro.»

«O que é, então?»

Durante um momento, Nerai seguiu o fluxo das luzes na outra margem do rio.

«É o mapa daquilo que uma pessoa pode fazer no mundo físico.»

Voltr ficou calado.

Nerai prosseguiu.

«Com dinheiro compra-se comida. Uma casa. Uma nave. Uma fábrica. Investigação. Energia. Influência. Um exército. E agora até um aparelho que altera a gravidade.»

«Portanto, quem vê o dinheiro vê o poder.»

«Uma parte dele.»

«E quem controla o dinheiro controla o poder.»

«Por isso a Ponte nunca pode ficar nas mãos de uma só pessoa.»

Voltr sorriu ao de leve.

«Afinal, sempre acabou por compreender as minhas velhas objeções.»

«Sempre as compreendi.»

«Limitou-se a ignorá-las.»

«Não. Foi por causa delas que tornámos os acessos visíveis.»

Voltr riu-se.

Desta vez, de coração.

«É impossível ganhar-lhe uma discussão.»

«Já me dizia isso há anos.»

Em poucos anos, os sistemas gravitacionais entraram na vida de todos os dias.

As cargas pesadas viajavam suspensas sobre as estradas.

O transporte orbital tornou-se mais barato.

Em Thaeron nasceram cidades em lugares onde antes teria sido um contrassenso económico construir.

Nos hospitais usavam-se campos fracos para tratar pessoas cujo corpo não suportava o próprio peso.

Os investigadores começaram a pensar em naves que partissem rumo a outras estrelas.

A tecnologia que poderia matar milhões abriu também a Elarion o caminho para um mundo que até então estivera fora do seu alcance.

Nerai não via nisso contradição alguma.

O fogo tanto podia aquecer uma casa como consumir uma cidade.

A energia tanto podia manter um hospital em funcionamento como alimentar uma arma.

A inteligência artificial podia procurar um remédio ou uma maneira mais eficaz de matar.

Quanto mais a técnica avançava em Elarion, menos importava, por si só, a pergunta sobre se determinada invenção era boa ou má.

O decisivo era saber quem adquiria o poder de a usar em larga escala, quem tinha conhecimento disso e quem era capaz de travar esse poder.

Foram os campos gravitacionais que mudaram em definitivo o debate público sobre a Ponte.

Até então, grande parte da população continuava a ver no dinheiro transparente uma reforma económica.

Ajudava a calcular a quota de base.

Limitava a evasão fiscal.

Revelava a corrupção.

Dificultava o financiamento secreto do poder político.

Depois da descoberta do campo gravitacional de alcance regional, o sistema ganhou outro significado.

As pessoas compreenderam uma coisa simples.

Se uma civilização dispõe de tecnologias que permitem a um indivíduo, a uma empresa ou a um Estado atingir milhões de pessoas, tem de saber reconhecer a formação de um poder assim antes que esteja plenamente constituído.

Um pensamento secreto, por si só, não pesava nada.

Para o concretizar era preciso obrigar o mundo a mover-se.

E o mundo movia-se graças aos recursos.

Alguém tinha de pagar a fábrica.

Alguém tinha de fornecer o material.

Alguém fornecia a energia.

Alguém construía as máquinas.

Alguém pagava aos cientistas.

Alguém arrendava o espaço.

Alguém financiava anos inteiros de trabalho durante os quais o projeto ainda não tinha o menor ar de perigo.

Toda a grande tecnologia deixava um rasto económico muito antes de ser ligada pela primeira vez.

O antigo Elarion dispersava esses rastos por bancos, Estados e moedas.

O novo Elarion sabia vê-los lado a lado.

Só então muitos compreenderam que a frase de Jesair tinha um alcance maior do que lhe tinham dado nos tempos do fórum de Nitra.

O valor não pode caminhar na sombra.

Pois o valor não era apenas riqueza.

Era o poder de mudar o mundo.

E uma civilização que começava a adquirir a capacidade de alterar a própria gravidade já não se podia dar ao luxo de ignorar em que mãos crescia tamanho poder.

Lições para a Terra

O leitor atento terá certamente reparado que os problemas de Elarion aqui descritos são também os da Terra dos nossos dias. Estou convencido de que é possível resolvê-los de forma segura e controlada, à semelhança do que aconteceu em Elarion, através da criação, à escala de todo o planeta, de um sistema de informação único, centralizado e transparente para a liquidação das transações. Vou enumerar brevemente esses problemas e dizer, em poucas frases, de que modo a introdução do sistema ajudaria a resolvê-los.

O poder crescente e incontrolável da tecnologia no planeta

O progresso científico aproxima-nos cada vez mais de uma situação em que o encontro da inteligência artificial com a biotecnologia permite que nasça em silêncio, e com meios cada vez mais modestos, uma ameaça pandémica para todo o planeta. Recursos que ainda ontem pareciam ao alcance exclusivo de grandes instituições podem hoje estar ao alcance até de um adolescente que tenha singrado no YouTube. Numa fábrica moderna, se entrar no armazém e perguntar quantas unidades de determinada peça existem e onde estão, basta ao responsável uma consulta ao sistema de informação para lhe responder. Estou convencido de que uma sociedade moderna devia ser governada da mesma maneira. Quando necessário, os seus dirigentes têm de poder consultar o sistema de liquidação e saber se existem ligações financeiras que justifiquem investigar a relação entre uma certa utilização de inteligência artificial e a aquisição de equipamento biológico. Conseguir responder a uma pergunta destas pode ser a diferença entre a sobrevivência e o fim de uma civilização. O mito de que os políticos, ou quem governa a sociedade, devem dispor do mínimo poder possível só se sustenta enquanto os fluxos financeiros e patrimoniais forem invisíveis. Numa sociedade transparente, um político não terá como esconder as suas segundas intenções. Mal a ideia de abusar do poder se traduza num movimento de dinheiro, será descoberto. A transparência será uma salvaguarda que nos permitirá ter políticos muito mais à altura do cargo do que aqueles que temos hoje no planeta.

Se os fluxos financeiros forem transparentes, será impossível instalar às escondidas um laboratório biológico, porque todos passaremos a ver muito melhor o que se cozinha em casa do vizinho. Eis a minha resposta à pergunta de como governar dez mil milhões de pessoas no mesmo planeta sem que se devorem umas às outras. Qualquer pessoa poderá,

em princípio, fiscalizar qualquer outra através de um mecanismo comum, dotado das devidas garantias e integrado no próprio coração da sociedade. É isso que dará qualidade à fiscalização.

A corrupção e a ineficiência do Estado

Pergunte-se a um economista dos nossos dias qual é o pior problema com que a humanidade se debate. Entre as primeiras respostas estará certamente a de que ainda não conseguimos que os Estados funcionem com a mesma eficiência que as empresas. Numa sociedade transparente, com uma moeda única, nunca poderá surgir da corrupção um novo Putin, pela simples razão de que a corrupção será impossível. Qualquer abuso de poder ficará à vista quase no mesmo instante e será de imediato punido. Depois de uma mudança destas, os Estados começarão, pouco a pouco, a funcionar muito melhor. Construir-se-ão hospitais e autoestradas mais depressa do que na China. Deixará de haver contratos a preços inflacionados. Bastará que uma pessoa saiba que um preço é excessivo, consulte o sistema e se sirva dos meios previstos para dar o alarme e o gritar, de imediato, ao mundo inteiro.

Os problemas da evasão fiscal

Em geral, os impostos podem funcionar de duas maneiras. Se forem elevados, as pessoas esforçam-se por fugir-lhes e a receita é baixa. Os políticos tendem então a subi-los ainda mais e a receita volta a descer. Se, pelo contrário, os impostos forem aceitáveis, as pessoas dispõem-se a pagá-los, a receita aumenta e as taxas podem baixar ainda mais. Pior do que impostos altos é um regime que, mesmo cobrando taxas mais baixas, ofereça inúmeras formas de lhes escapar. Nada distorce mais o ambiente empresarial do que um sistema fiscal opaco e mal concebido, cheio de escapatórias. No meu entender, uma carga fiscal razoável e suportável não deve ultrapassar os 25 %, já com o IVA incluído. É de bradar aos céus o que se paga, por exemplo, na Eslováquia, em impostos e contribuições sobre o custo total do trabalho. Contando o IVA e os impostos especiais sobre o consumo, a taxa efetiva chega a ultrapassar os 55 a 60 %. Além disso, os políticos eslovacos criaram exceções que permitem, por exemplo, aos proprietários de sociedades de responsabilidade limitada com um volume de negócios até 100 000 euros pagar apenas 10 % de imposto. Seguiu-se, como seria de esperar, um êxodo em massa de trabalhadores por conta de outrem e de trabalhadores independentes, que passaram a constituir sociedades.

Estou convencido de que, se não houvesse maneira de fugir aos impostos, uma taxa conjunta de impostos e contribuições de 25 % seria mais do que suficiente para sustentar o Estado. Se o dinheiro fosse transparente, também se veria quanto pagou cada um. Pagar impostos, e assim contribuir para o funcionamento da sociedade, tornar-se-ia motivo de prestígio.

Fim dos conflitos armados e deteção imediata de abusos financeiros

Quando o dinheiro for transparente na sociedade, nunca mais será possível fazer o que o Hamas conseguiu no outono de 2023, quando preparou ataques militares com armas obtidas clandestinamente. Num sistema transparente não será possível indicar, como finalidade de um pagamento, a compra de mísseis de médio alcance. Aliás, nunca se teria chegado a semelhante escalada. Que os israelitas tirem aos palestinianos o seu território e, com a desfaçatez dos macacos, se apropriem daquilo que não lhes pertence seria impensável numa sociedade transparente. Quando o dinheiro for transparente, todo o patife que hoje se aproveita do véu de mistério que cobre o dinheiro perderá esse abrigo e os seus atos serão submetidos ao juízo da sociedade.

Introdução justa e transparente do rendimento básico incondicional (RBI)

A revolução da IA vai transformar por completo a ordem social do planeta, com ou sem o projeto Dinheiro Visível. Creio que a inteligência artificial deixará uma percentagem muito elevada da população, várias dezenas por cento, sem perspetivas de emprego. O planeta correrá o risco de assistir a convulsões em massa, alimentadas pelas dificuldades de subsistência de quem não tem trabalho. Teremos de encontrar uma forma justa de distribuir pelas pessoas sem rendimento a riqueza produzida com o auxílio da inteligência artificial. Para decidir quem deve receber dinheiro e quanto, com transparência, em medida adequada e de modo que as contas possam ser verificadas mais tarde, precisamos, no centro da sociedade, de um sistema que mostre onde estão os recursos e como se distribuem. Sem estes dados é impossível resolver a questão de forma satisfatória. A introdução de um sistema de liquidação centralizado em todo o planeta tornará dispensáveis setores inteiros da banca, porque deixarão de ser necessárias moedas alternativas e os serviços financeiros que lhes estão associados. É provável que, num primeiro momento, a perspetiva aterrorize

o setor. Mas temos de perceber que a IA irá alterar profundamente a ordem social, aconteça o que acontecer. Creio que, depois dessa transformação, não ficará pedra sobre pedra. A sociedade que surgirá de todas essas mudanças será radicalmente diferente da atual. Assentará em novas bases tecnológicas e funcionará com justiça e transparência para cada pessoa. Quando a turbulência da grande mudança que se aproxima tiver acalmado um pouco, as pessoas procurarão novos sentidos para a vida e novas formas de realização. As novas tecnologias, em particular uma realidade virtual mais apurada e melhores interfaces entre o ser humano e a máquina, terão um papel decisivo nesse processo. As pessoas passarão a maior parte do tempo em mundos virtuais. O leque de experiências possíveis será tão vasto que, a seu lado, a realidade física primária parecerá sem cor. Caber-lhe-á manter o ser humano vivo, para que possa usufruir, com o mínimo de incómodos, dos conteúdos dos mundos virtuais.

Os desafios da vida eterna e uma resposta transparente aos problemas demográficos do planeta

Creio que a humanidade está a poucos passos de dominar os mecanismos biológicos do envelhecimento e da regeneração do organismo, a ponto de tanto as doenças como o próprio envelhecimento deixarem de ser causas de morte.

Se os seres humanos puderem viver indefinidamente, a sustentabilidade da população do planeta tornar-se-á um problema de primeira ordem. Nestas condições, o número de pessoas começará a crescer exponencialmente. A partir do momento em que alguém nascer, o planeta terá de lhe garantir condições de vida dignas por um tempo potencialmente ilimitado. É muito provável que surjam pressões para dissuadir as pessoas de ter filhos, dado o enorme encargo que isso representará para o planeta. Pela minha parte, creio que, se utilizarmos os recursos com eficiência, a Terra é capaz de sustentar dez vezes a sua população atual. Mas, se as pessoas quiserem ter descendência, será preciso povoar o espaço. Primeiro, os planetas do Sistema Solar que forem minimamente viáveis. Mais tarde, à medida que as tecnologias espaciais se desenvolverem, virão provavelmente também as viagens interestelares. Os dados do sistema central de liquidação terão igualmente um papel decisivo no cálculo do acréscimo populacional que o planeta poderá suportar a longo prazo.

O movimento político https://HumanityUnitedMovement.org

Desde 2019, depois de quase vinte anos de reflexão e ponderação, trabalho num sistema de informação. Trata-se de uma aplicação na Internet que permite a qualquer utilizador registar-se e apresentar uma declaração de património. Numa segunda fase, pode, em determinadas condições, submeter os dados que declarou à auditoria dos outros utilizadores do portal.
A aplicação está disponível em https://app.visiblemoney.org

A ideia assenta num princípio simples. Se alguém submeter a totalidade do seu património a uma auditoria deste género na Internet, é provável que a declaração seja correta e completa. De outro modo, bastaria um único utilizador saber um pouco mais para, numa fração de segundo, o proclamar no fórum da aplicação, onde o mundo inteiro poderia vê-lo de imediato.

A primeira versão da aplicação ficou pronta pelo Natal de 2023. Tinha esperança de conseguir a adesão de algum político honesto antes das eleições presidenciais na Eslováquia, que tiveram lugar em fevereiro de 2024. A aplicação, porém, foi recebida com indiferença. Mesmo no quadrante político cujas finanças, pelo menos no papel, tinham tudo para estar limpas, havia relutância em tornar público o património desta maneira. É provável, contudo, que o problema não estivesse na aplicação. Um candidato, cujo assistente durante algum tempo me respondeu e manteve o contacto comigo, comportou-se de forma bastante estranha quando os jornalistas lhe fizeram perguntas sobre a sua declaração de património. Depois de mais algumas tentativas de divulgar a aplicação, nomeadamente junto de deputados ao Parlamento Europeu, percebi que, se queria que a política começasse a funcionar segundo estes princípios, teria de fundar o meu próprio movimento político e pô-los em prática desde o primeiro dia.
Assim nasceu a ideia do Humanity United Movement.

O bom senso como fundamento da política

O princípio fundamental do movimento será o bom senso. Não me refiro a uma vaga capacidade intuitiva de reconhecer a solução certa. Refiro-me, antes de mais, a uma maneira de pensar em que procuramos compreender a essência do problema, reunir a informação disponível, ponderar as diferentes soluções e escolher a que tem melhores condições para produzir o resultado pretendido.

Na política acontece demasiadas vezes formar-se primeiro uma opinião e só depois procurar os argumentos que a sustentem. Os políticos aprendem o que os seus eleitores querem ouvir e ajustam o discurso em conformidade. Em vez de resolverem os problemas, preocupam-se sobretudo em apresentar soluções que fiquem bem nos meios de comunicação e lhes rendam dividendos políticos.

Considero esta atitude um erro fundamental. Se queremos melhorar o funcionamento da sociedade, temos de aceitar ponderar soluções que à primeira vista nos desagradam. Temos de estar dispostos a admitir que alguém da opinião contrária pode ter razão e que a nossa própria convicção pode assentar em pressupostos errados.

Por isso gostaria que o Humanity United Movement se distinguisse por uma recusa firme do populismo. Não quer isto dizer que o movimento deva defender soluções impopulares só para se demarcar dos outros. Quer dizer que a popularidade de uma solução não será o critério decisivo para julgar se é acertada.

Todas as decisões políticas importantes deveriam assentar em argumentos abertos ao escrutínio público. Deveríamos saber explicar que problema estamos a tentar resolver, que alternativas ponderámos, por que escolhemos determinado caminho e que riscos ele comporta. Sempre que for possível modelar de antemão os efeitos de uma decisão ou verificá-los experimentalmente, deveríamos fazê-lo.

Ao mesmo tempo, temos de reconhecer que nem todos os problemas admitem uma resposta inequívoca. Por vezes os especialistas discordam, faltam dados e cada solução traz vantagens e inconvenientes diferentes. Nessas circunstâncias, admitir a incerteza não é sinal de fraqueza. A fraqueza está em fingir uma certeza que não temos.

Será igualmente importante que as decisões possam ser avaliadas mais tarde. Se uma medida se revelar ineficaz, não deveremos defendê-la só porque fomos nós a aprová-la. Deveremos corrigi-la ou abandoná-la.

O objetivo, portanto, não é reunir um grupo de pessoas convencidas de serem detentoras infalíveis da verdade. Muito pelo contrário. Gostaria de criar um ambiente em que questionar sistematicamente as próprias opiniões fosse parte natural da tomada de decisões.

Uma academia política

Uma das coisas que sinto faltar na política de hoje é a preparação sistemática das pessoas para as tarefas de governação.

Imaginemos que queremos construir uma casa. Dificilmente confiaríamos que a pessoa encarregada de dirigir a obra fosse aprender, já em plena construção, tudo o que precisa de saber. Esperaríamos que compreendesse os princípios básicos da construção, soubesse avaliar o trabalho dos vários especialistas e reconhecesse quando alguma coisa estivesse mal.

No entanto, muitas vezes não temos expectativas semelhantes quanto à governação de um Estado. Chegam a cargos públicos pessoas que podem ter boas intenções, facilidade de comunicação ou experiência empresarial, mas que nem sempre têm conhecimentos suficientes sobre o funcionamento da economia, da saúde, da educação ou de outros setores pelos quais vão ser responsáveis.

É claro que ninguém pode ser especialista em tudo. Não esperaria de um político que soubesse diagnosticar doenças melhor do que um médico, nem elaborar programas escolares melhor do que um professor experiente. Esperaria, porém, que compreendesse os princípios básicos de cada setor, soubesse avaliar a qualidade dos argumentos técnicos e percebesse o alcance das suas decisões.

É por isso que quero que o Humanity United Movement crie a sua própria academia política.

Destinar-se-á sobretudo a jovens recetivos à transparência, interessados na vida pública e que queiram um dia participar na governação da sociedade. Não terão de decidir à partida se querem ser deputados, ministros, presidentes de câmara ou técnicos da administração pública. O essencial será a vontade de compreender como funciona o Estado e como poderia ser mais bem governado.

A academia proporcionaria uma formação sistemática em todos os domínios importantes do funcionamento do Estado. Os estudantes aprenderiam os fundamentos da economia, das finanças públicas, da saúde, da educação, do direito, das relações internacionais, da segurança, da energia e do ambiente. Dar-se-ia particular atenção ao funcionamento da administração pública, à gestão das organizações, ao trabalho com dados e à avaliação dos resultados das decisões políticas.

O mais importante seria que os estudantes aprendessem com os melhores conhecimentos disponíveis em cada um desses domínios. Não se trataria de decorar meia dúzia de definições de manual. Deveriam compreender como funciona cada sistema, que fatores influenciam os resultados e de que meios dispõe o Estado para resolver problemas concretos.

Imagino, por exemplo, um estudante a quem se pedisse que avaliasse uma proposta de reforma da saúde. Teria de compreender como se financia o setor, quais as principais razões dos seus custos, que papel desempenha a prevenção, como se avalia a eficácia dos tratamentos e que efeitos poderia ter uma alteração do sistema sobre os doentes, os profissionais de saúde e as finanças públicas.

Poderia analisar da mesma maneira o sistema de pensões, uma reforma fiscal, o funcionamento do ensino ou a introdução da inteligência artificial na administração pública. O estudo iria além da teoria. A formação incluiria casos práticos, simulações e a elaboração de propostas próprias de políticas públicas.

Seria muito importante atualizar continuamente os materiais de ensino. A ciência e a tecnologia avançam. O que há vinte anos era considerado o melhor conhecimento disponível pode já não o ser hoje. A academia teria, portanto, de acompanhar em permanência a evolução de cada disciplina e colaborar com especialistas capazes de transmitir o estado atual do conhecimento.

Os estudantes aprenderiam também a distinguir o que tem fundamento científico sólido, o que é objeto de debate entre especialistas e o que pertence já ao domínio dos valores ou da política. Nem o melhor especialista pode decidir pela sociedade todas as suas prioridades em matéria de valores. Pode, contudo, ajudar a esclarecer as consequências das várias opções.

Por isso, uma área própria da academia seria a metodologia da decisão. Os estudantes aprenderiam a lidar com a incerteza, a detetar falhas de argumentação, a comparar alternativas e a pôr os seus pressupostos à prova. Deveriam aprender que saber decidir não é ter sempre uma resposta imediata, mas saber chegar à melhor resposta possível com os meios disponíveis.

Imagino uma academia aberta também a quem não fosse membro do movimento. A sua missão não seria formar um grupo de políticos ideologicamente uniforme. Deveria oferecer uma formação que permitisse a cada pessoa compreender melhor o funcionamento da sociedade, quaisquer que fossem as suas convicções políticas.

Se conseguirmos criar uma instituição assim, dela poderão sair, pouco a pouco, pessoas preparadas para assumir responsabilidades nos diferentes domínios da vida pública. Não por saberem, à partida, tudo melhor do que os outros, mas por terem bases sólidas, saberem trabalhar com especialistas e compreenderem as consequências das suas decisões.

Creio que este é um dos caminhos para melhorar a qualidade da política a longo prazo. Em vez de esperarmos simplesmente que apareçam pessoas competentes, podemos criar, de forma sistemática, um ambiente onde elas se preparem.

Um movimento global para um mundo global

Outro princípio fundamental do Humanity United Movement será o seu caráter global.

O atual sistema político assenta sobretudo em Estados-nação. Cada Estado tem o seu governo, os seus interesses e as suas prioridades políticas. Esta organização tem razão de ser. As pessoas precisam de instituições que conheçam as condições locais, a sua língua, a sua cultura e as suas necessidades específicas.
O problema surge quando os interesses nacionais entram em conflito com os interesses da humanidade no seu conjunto, ou quando há problemas que não podem ser resolvidos de forma eficaz por um só Estado.

As alterações climáticas, as pandemias, a corrupção internacional, os riscos de segurança e as consequências do progresso tecnológico não conhecem fronteiras. Também a inteligência artificial não respeitará os limites de cada país. O seu desenvolvimento e os seus efeitos económicos afetarão as pessoas em todo o planeta.

Por isso considero importante que surja um movimento político que pense à escala global desde o primeiro dia.

O Humanity United Movement deverá criar gradualmente organizações em vários países do mundo. Cada uma agirá de acordo com as condições locais e respeitará as regras democráticas do respetivo país. Ao mesmo tempo, todas partilharão os mesmos princípios de bom senso, transparência e responsabilidade, bem como o empenho em resolver os problemas no interesse mais amplo da humanidade.

Imagino as organizações nacionais a cooperarem nas matérias em que haja vantagens concretas numa atuação coordenada. Abrir-se-á assim espaço para trocar experiências, comparar os resultados de políticas públicas e procurar soluções que tenham dado provas em países diferentes.

Para mim, porém, ter alcance global não significa que um único centro deva decidir tudo. Pelo contrário, a organização terá de saber distinguir entre questões que exigem uma ação comum e questões em que convém deixar a decisão nas mãos de quem está no terreno.

Cada secção precisará, pois, de autonomia suficiente e, ao mesmo tempo, de mecanismos que assegurem o respeito pelos princípios comuns do movimento. Os litígios

graves serão decididos de forma transparente, e haverá a possibilidade de criticar as decisões e de as submeter a revisão.

Não se pretende criar mais uma estrutura de poder a disputar com as outras o máximo de influência. O que se pretende é construir uma rede internacional de pessoas capazes de trabalhar em conjunto sobre problemas cuja solução exceda as possibilidades de cada Estado.

A transparência como fundamento da confiança

A transparência sobre a situação patrimonial dos políticos será um dos traços mais distintivos do Humanity United Movement.

Das pessoas que querem decidir sobre o dinheiro público e influenciar a vida dos outros espero uma disponibilidade acima do comum para mostrar que património possuem, como o adquiriram e que ligações financeiras podem influenciar as suas decisões.

Por essa razão, os membros do movimento teriam de publicar as suas declarações de património através do projeto Dinheiro Visível e submetê-las a verificação independente segundo regras estabelecidas de antemão. O alcance dessa fiscalização teria de ser proporcional ao grau de responsabilidade pública de cada pessoa.

Um sistema destes não se deveria resumir ao mero preenchimento de um formulário. A sua razão de ser estaria em permitir a verificação dos dados e assinalar discrepâncias que exigissem explicação. O público disporia assim de mais informações para avaliar a credibilidade dos seus representantes.

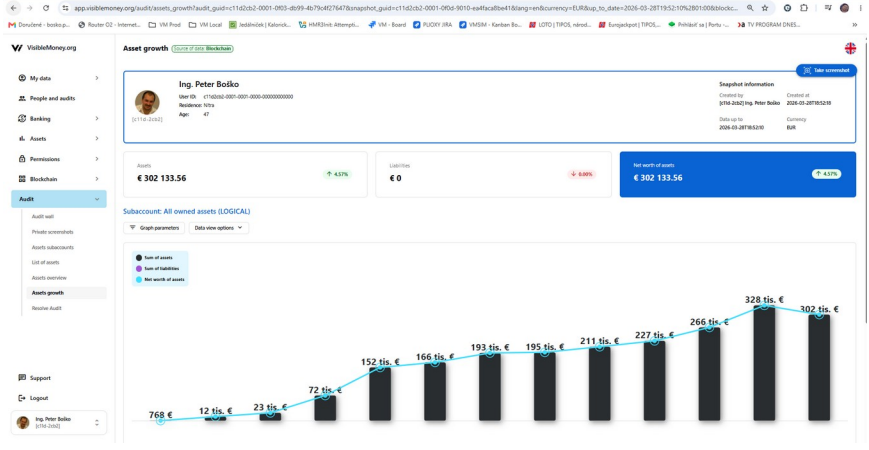
A transparência, só por si, não garante, naturalmente, que alguém seja um bom político. Uma pessoa pode ter adquirido honestamente o seu património e, ainda assim, tomar más decisões. Pode ser especialista e incapaz de trabalhar com os outros. Pode ter boas intenções e conhecimentos insuficientes.

É por isso mesmo que considero importante aliar a transparência à academia política e à avaliação criteriosa dos resultados do trabalho de quem exerce cargos públicos. Cada um destes instrumentos responde a uma parte diferente do problema. A transparência permite fiscalizar melhor os interesses financeiros, a formação melhora a preparação técnica e a avaliação dos resultados mostra se as decisões tomadas funcionam de facto.

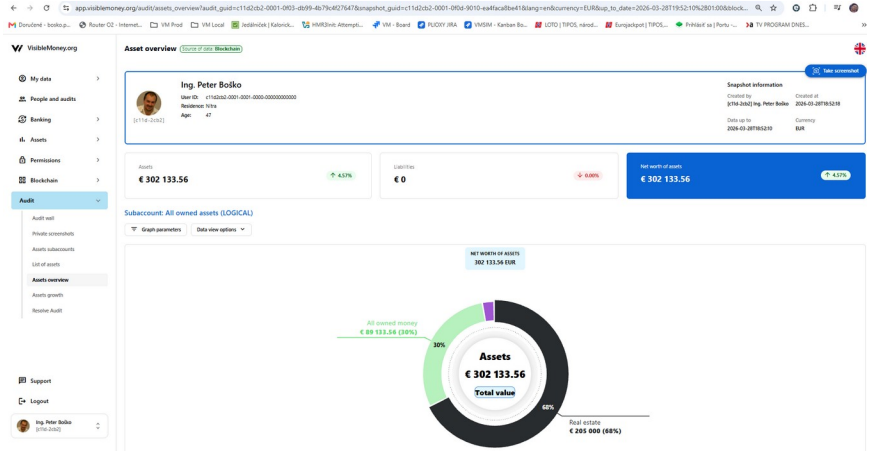
Ao mesmo tempo, não gostaria que a transparência exigida aos políticos se transformasse, pouco a pouco, na obrigação de cada pessoa expor toda a sua vida. O direito à privacidade é importante e o alcance da fiscalização tem de ser proporcional ao seu fim. A

responsabilidade pública exige regras mais rigorosas do que a vida privada de um cidadão comum.

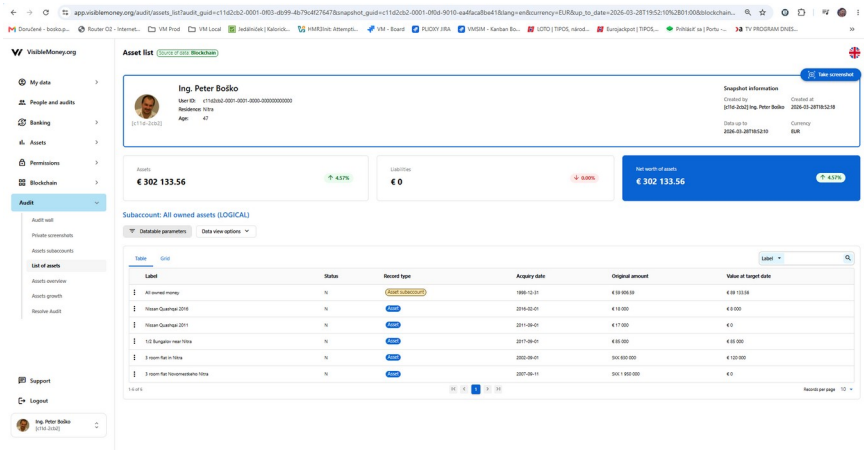
Há, porém, um princípio que tem de permanecer inabalável. Nem o fundador do movimento nem os seus dirigentes estarão isentos de fiscalização. Para que a transparência seja credível, tem de se aplicar também a quem a defende.



Evolução do meu património ao longo do tempo na aplicação Dinheiro Visível



Composição do património na aplicação



Registos individuais de património

O progresso tecnológico e o futuro do trabalho

Um dos maiores desafios que a humanidade enfrentará nas próximas décadas é o desenvolvimento da inteligência artificial e da automatização.

A tecnologia pode aumentar substancialmente a produtividade, reduzir o custo de muitos serviços e tornar viáveis soluções que hoje são demasiado caras ou tecnicamente exigentes. Ao mesmo tempo, pode transformar profundamente o mercado de trabalho e a maneira como as pessoas ganham a vida.

Se as máquinas e os sistemas inteligentes conseguirem executar uma parcela crescente do trabalho que hoje cabe às pessoas, teremos de decidir como repartir os benefícios desse progresso.

Atualmente, o rendimento da maioria das pessoas está ligado, direta ou indiretamente, ao trabalho que exercem. Mas, se uma grande parte da produção puder ser assegurada com muito menos trabalho humano, os mecanismos tradicionais de distribuição do rendimento poderão revelar-se insuficientes.

Não sabemos ao certo a que velocidade se darão estas mudanças nem que forma irão assumir. Considero, porém, irresponsável ignorar a possibilidade de terem consequências profundas para a sociedade.

Uma das soluções que teremos de estudar com atenção é o rendimento básico incondicional. A sua finalidade seria garantir às pessoas condições materiais básicas de vida, mesmo quando deixar de ser possível encontrar para elas um emprego tradicional.

Uma solução destas obriga, porém, a responder a muitas perguntas. Como financiá-la? Qual deverá ser o montante? Como se articulará com as prestações sociais em vigor? Que efeitos terá sobre a disposição para trabalhar, o consumo, os preços e as finanças públicas? Não devemos procurar respostas a partir de convicções ideológicas. Devemos procurá-las em modelos económicos, experiências, projetos-piloto e numa avaliação contínua dos resultados.

É justamente aqui que podem convergir os três princípios fundamentais do Humanity United Movement. O bom senso ajudar-nos-á a examinar cada solução, a transparência permitirá fiscalizar melhor o fluxo dos recursos públicos e a cooperação global ajudará a resolver problemas que ultrapassam as fronteiras de cada Estado.

A igualdade de oportunidades e a dignidade humana

Gostaria que o Humanity United Movement assumisse a convicção de que o valor de uma pessoa não depende do lugar onde nasceu, da sua origem, da cor da pele, do sexo ou da orientação sexual.

As pessoas vêm ao mundo em circunstâncias muito diferentes. Algumas têm, desde a infância, acesso a uma educação de qualidade, a um ambiente seguro e a oportunidades para desenvolver as suas capacidades. Outras têm de vencer obstáculos que não escolheram e que podem limitar profundamente as suas possibilidades na vida.

Considero importante construir uma sociedade em que cada pessoa tenha a oportunidade de desenvolver o seu potencial. Isso não significa que todos tenham de alcançar os mesmos resultados. Significa que deveríamos eliminar barreiras desnecessárias e ajudar aqueles que, sem apoio adequado, não conseguem ter acesso sequer às oportunidades mais básicas.

Uma abordagem assim implica educação de qualidade, cuidados de saúde acessíveis, assistência eficaz a quem se encontra em dificuldades e condições justas para trabalhar e desenvolver uma atividade empresarial.

Temos igualmente de respeitar a dignidade de todos perante questões sociais mais complexas, em que se confrontam valores e interesses distintos. Em vez de rejeitarmos de

imediato as opiniões contrárias, deveríamos examinar os argumentos em que assentam, as suas consequências e a sua compatibilidade com os direitos humanos fundamentais.

Isso não quer dizer que todas as posições sejam igualmente acertadas ou que tenhamos de concordar em tudo. Quer dizer que não devemos julgar as pessoas com base em preconceitos e que as regras da sociedade têm de poder ser justificadas perante aqueles a quem se aplicam.

Pensar a longo prazo e assumir a responsabilidade pelo futuro

Outro princípio do movimento será procurar decidir tendo em conta as consequências a longo prazo.

Os ciclos eleitorais condicionam muitas vezes a política. Uma medida que traz benefícios imediatos pode ser politicamente mais atraente do que uma solução cujas vantagens só se farão sentir dentro de dez ou vinte anos. Isso não significa que seja melhor para a sociedade.

Ao decidir sobre finanças públicas, energia, ambiente, educação ou desenvolvimento tecnológico, deveríamos ter também em conta as consequências que as gerações futuras terão de suportar.

Apoiaremos a investigação científica, a inovação tecnológica e a procura de soluções que permitam elevar a qualidade de vida sem desperdício desnecessário de recursos. Ao mesmo tempo, temos de evitar a ilusão de que o progresso tecnológico resolverá automaticamente todos os problemas. Se contarmos com invenções futuras, teremos também de preparar alternativas para o caso de elas não chegarem a tempo ou não funcionarem como esperávamos.

O mesmo raciocínio deve aplicar-se aos conflitos internacionais. As guerras acarretam muitas vezes perdas humanas e económicas enormes, cujos efeitos perduram por gerações. Por isso considero importante procurar mecanismos que diminuam o risco de conflito, favoreçam a diplomacia e, ao mesmo tempo, protejam o direito dos povos a decidir o seu próprio futuro.

Como deverá funcionar o próprio movimento

O Humanity United Movement terá de se organizar segundo os mesmos princípios que quer defender na sociedade.

Não basta exigir transparência aos políticos de outros partidos. Temos de a praticar nas nossas próprias fileiras. Não basta falar de competência se, ao escolhermos candidatos, dermos mais valor à lealdade pessoal do que às capacidades. E não basta apelar à fiscalização democrática se não for possível criticar a nossa própria direção.

Será, portanto, necessário definir regras claras para escolher e destituir os dirigentes, fiscalizar o financiamento, resolver conflitos de interesses e decidir sobre as questões fundamentais do programa.

Um movimento global tem de saber promover a cooperação entre países e respeitar, ao mesmo tempo, os processos democráticos locais. Os princípios comuns constituirão a base da sua identidade, mas as medidas concretas terão de se adaptar às condições de cada sociedade.

Será igualmente importante que haja espaço para o desacordo no seio do movimento. Quem apontar um erro no programa ou uma consequência indesejável de uma decisão não deverá ser tratado como inimigo. Deverá poder apresentar os seus argumentos e vê-los devidamente apreciados.

Nenhuma organização está imune à ambição pelo poder, à pressão do pensamento de grupo ou a decisões erradas. A diferença entre uma organização que funciona bem e outra que funciona mal não está em que a primeira nunca erre. Está na sua capacidade de detetar os erros, de os corrigir e de evitar que se repitam.

É por isso que quero que o Humanity United Movement seja uma organização capaz de se fiscalizar a si própria.

Afinal, o que queremos alcançar?

Se tivesse de resumir todo o projeto numa ideia, diria que estamos a tentar criar condições para que a humanidade saiba aproveitar melhor as suas próprias capacidades.

Temos cientistas capazes de estudar o funcionamento da natureza. Temos tecnologias capazes de automatizar cada vez mais atividades. Temos sistemas económicos capazes de criar uma riqueza imensa. Temos acesso a uma quantidade de informação com que as gerações anteriores nem sequer sonharam.

E, apesar disso, tantas vezes nos vemos incapazes de converter essas possibilidades em decisões responsáveis, serviços públicos de qualidade e condições de vida dignas para o maior número possível de pessoas.

Não creio que a causa esteja num único problema, nem que uma aplicação, um partido ou uma reforma venham resolvê-lo. Trata-se de um conjunto de problemas interligados que exigem melhores instituições, uma educação de maior qualidade, mais transparência nas decisões e capacidade de cooperação.

O Dinheiro Visível é um instrumento concreto para melhorar a fiscalização dos interesses financeiros na vida pública. A academia política é uma forma de preparar pessoas para decidir com responsabilidade. Ao Humanity United Movement cabe criar a estrutura política e organizativa que permita articular e pôr em prática estes e outros instrumentos.
Cada um destes elementos tem uma função própria. Nenhum basta por si só.

Não espero que consigamos criar um sistema perfeito, nem que todas as nossas propostas sejam acertadas. Espero, isso sim, que saibamos explicar abertamente as nossas decisões, reconhecer os nossos erros e procurar, de forma sistemática, soluções melhores.
Para que um projeto destes faça sentido, tem de começar pelas pessoas dispostas a assumir responsabilidades, a preparar-se para elas e a sujeitar os seus atos a escrutínio.

E tem de continuar aberto também a quem discorda de nós. Porque o objetivo não é convencer a humanidade inteira a aderir a uma única organização política. O objetivo é contribuir para que, enquanto humanidade, saibamos resolver melhor os problemas que temos em comum.
É precisamente por isso que o movimento se chama Humanity United Movement.
Não por estarmos já unidos nas nossas opiniões. Mas porque, apesar de todas as diferenças, partilhamos um futuro e a responsabilidade pelo mundo que deixaremos para trás.

Um apelo à nova geração

Se és jovem e às vezes sentes que o mundo podia funcionar muito melhor, talvez tenha chegado a altura de deixares de ser apenas espectador e começares a pensar no que podes fazer.

Não precisas de ser um político experiente. Não precisas de ter estudado economia, direito ou relações internacionais. Não precisas de ter resposta para todas as perguntas. O que importa é teres vontade de compreender o mundo, disponibilidade para aprender,

capacidade de pôr em causa as tuas convicções e coragem para assumir a responsabilidade pelo que te diz respeito.
É precisamente a pessoas assim que gostaria de fazer o convite para o Humanity United Movement.

Imagina uma política em que não tenhas de esperar até ter vinte anos de carreira e uma rede de contactos para poder participar. Uma política para a qual possas começar a preparar-te hoje. Uma política em que tenhas a oportunidade de aprender como funciona o Estado, dialogar com pessoas de áreas diferentes, analisar os problemas da sociedade e preparar-te, pouco a pouco, para as responsabilidades que talvez um dia venhas a assumir.

É precisamente por isso que queremos criar uma academia política que ajude a formar uma nova geração capaz de compreender os problemas complexos da sociedade contemporânea. Não queremos que aceites sem reservas as opiniões dos fundadores do movimento. Queremos que aprendas a pensar pela tua cabeça, a trabalhar com factos, a reconhecer bons argumentos e a dizer sem medo que alguém se enganou, mesmo que esse alguém faça parte da direção do nosso próprio movimento.
Há, no entanto, uma condição que nos deve distinguir da política habitual.

Se exigimos transparência aos políticos, temos de começar por nós.

Quem decidir aderir ao Humanity United Movement terá de estar disposto, desde o primeiro momento, a declarar abertamente o seu património através do projeto Dinheiro Visível e a submeter essa declaração à fiscalização prevista. Sem esperar por uma candidatura a eleições. Sem esperar por um cargo importante. Desde o início.

Não porque a simples posse de património seja suspeita. Muito pelo contrário. Não há que ter vergonha do que se adquiriu honestamente. Mas, se queremos criar uma cultura política em que os interesses financeiros não permaneçam ocultos do público, temos de estar dispostos a dar o exemplo.

Ser transparentes também não significa que nos julguemos melhores do que quem não aderir. Significa que aceitamos voluntariamente um nível de escrutínio mais elevado e permitimos aos outros avaliar se de facto o respeitamos.

Talvez te perguntes se um pequeno movimento poderá ter alguma importância perante os grandes partidos políticos, os Estados e os interesses económicos globais.

Mas todas as grandes mudanças têm de começar em algum lugar. Não precisamos de saber hoje como será exatamente o mundo daqui a trinta anos. Precisamos, porém, de

começar a criar instituições, regras e maneiras de pensar que nos permitam responder aos desafios futuros melhor do que hoje.

Se conseguirmos criar uma organização que reúna pessoas dispostas a aprender, a agir de forma transparente, a cooperar entre países e a rever as suas ideias à luz de novos conhecimentos, isso será, por si só, um passo concreto na direção certa.

Pouco importa se um dia vens a ser deputado, ministro, especialista em políticas públicas, empresário ou, simplesmente, alguém que se interessa pelo funcionamento da sociedade. Cada pessoa pode contribuir à sua maneira.

Se esta ideia te diz alguma coisa, convido-te a dar o primeiro passo. Inscreve-te no projeto Dinheiro Visível, conhece os seus princípios e pondera aderir ao Humanity United Movement. Junta-te a nós sabendo que, para além de pedires mudanças aos outros, estarás disposto a começar por ti.

Encontras o formulário de inscrição neste endereço:

https://app.visiblemoney.org/register

Não te peço confiança cega. Peço-te que penses bem nesta ideia, que faças perguntas incómodas e decidas por ti se vale a pena dedicar-lhe o teu tempo e as tuas capacidades.

Talvez seja a tua pergunta a revelar uma falha que nos escapou. Talvez a tua ideia ajude a resolver um problema para o qual não temos resposta. E talvez um dia sejas tu uma das pessoas a decidir como irá funcionar a nossa sociedade.

O futuro não é apenas o que herdamos das gerações anteriores. É também aquilo que, com as nossas decisões, criamos para as que hão de vir.

Se queremos que seja melhor, temos de estar dispostos a começar a construí-lo hoje.

Humanity United Movement — uma humanidade, um futuro comum.